



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Mary Kazue Zanfra

**CONDIÇÕES DE VIDA DA CLASSE TRABALHADORA:** uma análise a partir  
do Cadúnico do município de Florianópolis/SC

Florianópolis/SC

2021

Mary Kazue Zanfra

**CONDIÇÕES DE VIDA DA CLASSE TRABALHADORA:** uma análise a partir  
do Cadúnico do município de Florianópolis/SC

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em  
Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina  
para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.  
Orientador: Prof. Dr. Jaime Hillesheim

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Zanfra, Mary Kazue  
CONDIÇÕES DE VIDA DA CLASSE TRABALHADORA: : uma análise  
a partir do Cadúnico do município de Florianópolis/SC. /  
Mary Kazue Zanfra ; orientador, Jaime Hillesheim, 2021.  
173 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em  
Serviço Social, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Trabalho. Questão Social.  
Superpopulação relativa. Necessidades humano sociais.  
Estado. . I. Hillesheim, Jaime. II. Universidade Federal  
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Serviço  
Social. III. Título.

Mary Kazue Zanfra

**CONDIÇÕES DE VIDA DA CLASSE TRABALHADORA:** uma análise a partir  
do Cadúnico do município de Florianópolis/SC

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dilceane Carraro

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Inez Rocha Zacarias

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Beatriz Augusto de Paiva (suplente)  
PPGSS/UFSC

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Serviço Social.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tânia Regina Krüger  
Coordenadora do PPGSS/UFSC

---

Prof. Dr. Jaime Hillesheim  
Orientador

Florianópolis, 2021

Este trabalho é dedicado a todos(as) trabalhadores(as), principalmente àqueles(as)  
que ainda não se reconhecem enquanto classe trabalhadora.

## EPÍGRAFE

### Quando os trabalhadores perderem a paciência (IASI, 2008, p.179)

Quando os trabalhadores perderem a paciência  
As pessoas comerão três vezes ao dia  
E passearão de mãos dadas ao entardecer  
A vida será livre e não a concorrência  
Quando os trabalhadores perderem a paciência

Certas pessoas perderão seus cargos e empregos  
O trabalho deixará de ser um meio de vida  
As pessoas poderão fazer coisas de maior pertinência  
Quando os trabalhadores perderem a paciência

O mundo não terá fronteiras  
Nem estados, nem militares para proteger estados  
Nem estados para proteger militares prepotências  
Quando os trabalhadores perderem a paciência

A pele será carícia e o corpo delícia  
E os namorados farão amor não mercantil  
Enquanto é a fome que vai virar indecência  
Quando os trabalhadores perderem a paciência

Quando os trabalhadores perderem a paciência  
Não terá governo nem direito sem justiça  
Nem juízes, nem doutores em sapiência  
Nem padres, nem excelências

Uma fruta será fruta, sem valor e sem troca  
Sem que o humano se oculte na aparência  
A necessidade e o desejo serão o termo de equivalência  
Quando os trabalhadores perderem a paciência

Quando os trabalhadores perderem a paciência  
Depois de dez anos sem uso, por pura obsolescência  
A filósofa-faxineira passando pelo palácio dirá:  
“declaro vaga a presidência”!

## RESUMO

Esta dissertação apresenta e analisa as condições de vida da classe trabalhadora inscrita no Cadúnico para programas sociais do município de Florianópolis. Elaborada a partir de uma pesquisa, com o objetivo geral de apreender as bases ontológicas da questão social no âmbito da sociabilidade capitalista, busca contribuir para a problematização dessa realidade, a partir de um recorte espacial (município de Florianópolis/SC) e temporal (trabalhadores(as) inscritos(as) no Cadúnico até dezembro de 2019). Para alcançar tal objetivo, realiza uma discussão sobre as necessidades humano sociais com base na obra marxiana, além da interlocução com alguns autores contemporâneos a partir de uma revisão da literatura sobre o tema. Analisa as respostas dadas pelo Estado na particularidade do capitalismo dependente periférico, notadamente no contexto brasileiro, com base em autores da Tradição Marxista da Dependência. Isso permitiu expor, de acordo com a conjuntura, os processos que resultam na elaboração e execução dessas respostas. Nessa direção, adota duas concepções ou linhas interpretativas de Estado: a primeira como “órgão de classe burguês funcional à manutenção da ordem social” e a segunda como “estrutura política – natureza definida pela correlação de forças”. Problematiza, também, as funções das políticas sociais no capitalismo, a reorganização do Estado no contexto das programáticas neoliberais e, ainda, apresenta alguns elementos básicos do arcabouço teórico das “teorias e ideologias conflitantes” que influenciam o formato da proteção social nos dias atuais. Complementarmente, apresenta algumas análises sobre a (des)proteção social no Brasil no contexto dos avanços neoliberais e um quadro sintético da processualidade histórica das políticas sociais anterior aos anos de 1990. A apreensão das categorias teóricas vinculadas à perspectiva analítica assumida no curso da pesquisa permitiu colocar luzes sobre o objeto de estudos. Neste sentido, apresenta-se neste trabalho a análise de dados das condições de vida dos(as) trabalhadores(as) inscritos no Cadúnico, precedido de uma breve exposição crítica da política de assistência social no Brasil e em Florianópolis/SC, como política partícipe do processo de acumulação capitalista e que, contraditoriamente, possui potencial de responder a algumas necessidades da classe trabalhadora passível de ser acionado pelos assistentes sociais. Esse processo de investigação se desenvolveu, portanto, por meio dos seguintes procedimentos metodológicos: estudo bibliográfico, análise documental/ legislação e uso de banco de dados do Cadúnico – Florianópolis. Os resultados da pesquisa indicam importantes aspectos das condições de vida da classe trabalhadora e como tais condições se vinculam à concretude do movimento da Lei Geral de Acumulação Capitalista.

**Palavras-chave:** Trabalho. Questão social. Superpopulação relativa. Necessidades humano sociais. Estado.

## ABSTRACT

This dissertation presents and analyzes the living conditions of working-class people registered at *Cadúnico* for the social programs of Florianópolis. The general purpose of this research was to apprehend the ontological bases of social issues within the scope of capitalist sociability, contributing to the problematization of this reality, from a spatial (Florianópolis/SC) and temporal (workers registered at *Cadúnico* until December 2019) delimitation. To achieve its purpose, this research discusses the social human needs based on Marxian work, in addition to the dialogue with some contemporary authors from the review of literature on the topic. It analyzes the responses given by the State in the particularity of peripheral dependent capitalism, notably in the Brazilian context, based on authors of the Marxist Tradition of Dependence. This allowed exposing, according to the situation, the processes that result in the elaboration and execution of these responses. In this direction, this research adopts two conceptions or interpretative lines of State: the first as a “bourgeois class organ that is functional to the maintenance of social order”, and the second as “political structure – a nature defined by the correlation of forces”. It also problematizes the functions of social policies in capitalism, the reorganization of the State in the context of neoliberal programmatic, and it presents some basic elements of the theoretical framework of “conflicting theories and ideologies” that influences the format of social protection these days. In addition, the research presents some analysis of social (dis)protection in Brazil in the context of neoliberal advances and a synthetic picture of the historical process of social policies before the 1990s. The apprehension of theoretical categories linked to the analytical perspective used in this research allowed to shed light on the study object. In this sense, this work presents the data analysis of the living conditions workers registered at *Cadúnico*, preceded by brief critical exposure of the social welfare policies in Brazil and Florianópolis/SC, such as the policy participating in the process of capitalist accumulation, and that, contradictorily, has the potential to respond to some needs of the working class that can be triggered by social workers. This process of investigation was developed according to the following methodological procedures: bibliographic study, document/legislation analysis, and the use of the *Cadúnico*-Florianópolis database. Results indicate important aspects of the living conditions of working-class people and how these conditions bind to the concreteness of the General Law of Capitalist Accumulation movement.

**Keywords:** Work. Social Issues. Relative Overpopulation. Social Human Needs. State.



## LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1 – Estado que nasceu – Responsável Familiar (RF).....	140
Gráfico 1 - Evolução histórica (1990/2019) IDH – BRASIL.....	33
Gráfico 2 - Número de inscrições válidas, realizadas por ano, de 2002 a 2020.....	118
Gráfico 3 - Número de pessoas inscritas no Cadúnico por região de Florianópolis.....	120
Gráfico 4 - Déficit habitacional em Florianópolis de 2016 a 2019.....	122
Gráfico 5 – Material predominante das paredes dos domicílios.....	124
Gráfico 6 – Relação entre número de cômodos e de domicílios.....	125
Gráfico 7 – Número de cômodos que estão servindo de dormitório para os moradores.....	125
Gráfico 8 – Número de membros por família que moram no Domicílio.....	126
Gráfico 9- Número de famílias moram no domicílio.....	126
Gráfico 10 - Forma de abastecimento de água no Domicílio.....	127
Gráfico 11 – Forma de escoamento do banheiro ou sanitário.....	128
Gráfico 12 – Destino dado ao lixo nos domicílios das famílias cadastradas no Cadúnico.....	128
Gráfico 13 – Formas de acesso à iluminação elétrica domiciliar.....	129
Gráfico 14 – Calçamento/Pavimentação em frente ao domicílio.....	129
Gráfico 15 – Autodeclaração sobre sexo- pessoas que compõem as famílias.....	133
Gráfico 16 – Autodeclaração sobre sexo – entre RF.....	134
Gráfico 17 – Autodeclaração de cor ou raça – pessoas que compõem as famílias.....	134
Gráfico 18 – Autodeclaração de cor ou raça – entre RF.....	135
Gráfico 19 – Relação de Parentesco ou não com o Responsável Familiar.....	136
Gráfico 20 – Faixa etária das pessoas cadastradas no Cadúnico no município de Florianópolis até dezembro de 2019.....	136
Gráfico 21 – Pessoa da Família internada, abrigada ou privada de liberdade há 12 meses ou mais, conforme registros do Cadúnico de Florianópolis até dezembro de 2019.....	137
Gráfico 22 – Existência ou não de pessoa com alguma deficiência permanente na família.....	137
Gráfico 23 – Tipos de deficiência de pessoas das famílias cadastradas.....	138
Gráfico 24 – Necessidade ou não de cuidados permanentes de terceiros às pessoas com deficiência que integram as famílias cadastradas no Cadúnico.....	138
Gráfico 25 – Pessoas que sabem ler e escrever dentre as pessoas cadastradas no Cadúnico.....	140
Gráfico 26 – Número de pessoas cadastradas no Cadúnico em relação à frequência de escola ou creche.....	141

Gráfico 27 – Número de pessoas cadastradas no Cadúnico em relação ao grau mais elevado de estudos.....	142
Gráfico 28 – Necessidades que configuram despesas para as pessoas que compõem as famílias cadastradas no Cadúnico.....	144
Gráfico 29 – Realização ou não de atividade laboral na semana que antecedeu a do preenchimento do Cadúnico.....	146
Gráfico 30 – Tipo de vínculo contratual entre os(as) inscritos(as) no Cadúnico que declararam ter trabalhado na semana anterior ao cadastramento.....	148
Gráfico 31 – Recebimento ou não de remuneração de trabalho no mês anterior à inscrição no Cadúnico.....	149
Gráfico 32 – Realização de trabalho remunerado nos últimos 12 meses, considerando a data da inscrição no Cadúnico.....	150
Gráfico 33 – Tempo de trabalho nos últimos 12 meses, considerando a data de inscrição no Cadúnico.....	151
Gráfico 34 – Fonte da renda mensal normalmente percebida pelos(as) usuários inscritos no Cadúnico.....	151
Gráfico 35 - Valor da renda média familiar das pessoas cadastradas no Cadúnico no município de Florianópolis.....	152

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Os 10 países mais desiguais do mundo (ou com maior índice GINI).....	34
Tabela 2 - Os 10 países menos desiguais do mundo (ou com menor índice GINI).....	35
Tabela 3 - Os 10 países com maior IDH.....	36
Tabela 4 - Os 10 países com menor IDH.....	36/37
Tabela 5 – IDH, GINI - AMÉRICA LATINA (20 países).....	38/39

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACESSUAS Trabalho – Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho do Sistema Único de Assistência Social

BNH – Banco Nacional da Habitação

BPC – Benefício de Prestação Continuada

BSM – Plano Brasil Sem Miséria

Cadúnico – Cadastro Único

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Demitidos

CEME – Central de Medicamentos

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

COVID – Corona Vírus Disease

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CRFB/88 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

DATAPREV – Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social

DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DISOC – Diretoria de Estudos e Políticas Sociais

EC – Emenda Constitucional

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FMTSUAS – Fórum Municipal de Trabalhadores do SUAS

FMUSUAS – Fórum Municipal de Usuários do SUAS

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FNTSUAS – Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS

FNUSUAS – Fórum Nacional dos Usuários do SUAS

FUNABEM – Fundação Nacional para o Bem-estar do Menor

GINI – Coeficiente

IAPAS – Instituto Nacional de Administração da Previdência Social

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica

INPS – Instituto Nacional da Previdência Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MARE – Ministério da Administração e da Reforma do Estado

MC – Ministério da Cidadania

MDSA – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social

MPS – Ministério da Previdência Social

NOB – Norma Operacional Básica

NOB/RH – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos  
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável  
OMS – Organização Mundial da Saúde  
ONU – Organização das Nações Unidas  
ORM-POLOP – Organização Revolucionária Marxista Política Operária  
OS – Organização Social  
OSCIP – Organização Sociedade Civil de Interesse Público  
PIS – Programa de Integração Social  
PASEP – Programa de formação do Patrimônio do Servidor Público  
PBF – Programa Bolsa Família  
PCD – Pessoa com Deficiência  
PDRE – Plano Diretor da Reforma do Estado  
PEA – População Economicamente Ativa  
PEC – Proposta de Emenda Constitucional  
PIS – Programa de Integração Social  
PMHIS – Plano Municipal de Habitação de Interesse Social  
PNAS – Política Nacional de Assistência Social  
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPA – Plano Plurianual  
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
PSB – Proteção Social Básica  
PSE – Proteção Social Especial  
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais  
RF – Responsável Familiar  
RMV – Renda Mensal Vitalícia  
SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social  
SENARC – Secretaria Nacional de Renda de Cidadania  
SINPAS – Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social  
SISTEMA S - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Social da Indústria (Sesi) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac), Serviço Social do Comércio (Sesc). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest)  
SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social  
SUS – Sistema Único de Saúde  
TI – Terra Indígena  
TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação  
TMD – Teoria Marxista da Dependência

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2. NECESSIDADES HUMANO SOCIAIS E SOCIEDADE DE CLASSES.....</b>	<b>27</b>
2.1 O que são necessidades humano sociais? As necessidades humano sociais a partir da perspectiva marxiana.....	41
2.2 As necessidades humano sociais na sociedade de classes.....	58
2.3 Os debates contemporâneos sobre as necessidades humano sociais.....	63
<b>3. CAPITALISMO DEPENDENTE PERIFÉRICO E AS RESPOSTAS ÀS NECESSIDADES HUMANO SOCIAIS NO BRASIL.....</b>	<b>68</b>
3.1 A reprodução das relações de dependência: as contribuições da Teoria Marxista da Dependência.....	68
3.2 O Estado e a luta de classes e as particularidades das economias periféricas e do Brasil.....	73
3.3 O Estado e as programáticas neoliberais.....	81
3.4 A (des)proteção social no Brasil no contexto dos avanços neoliberais.....	95
<b>4. CONDIÇÕES DE VIDA E NECESSIDADES HUMANO SOCIAIS: UMA ANÁLISE DA REALIDADE VIVIDA PELOS(AS) TRABALHADORES(AS) USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....</b>	<b>107</b>
4.1 Uma breve análise sobre a política de assistência social no Brasil a partir da década de 90.....	107
4.2 Um recorte na realidade: a política de assistência social em Florianópolis/SC.....	110
4.3 As condições da reprodução social dos(as) trabalhadores(as) reveladas pelo Cadúnico.....	114
<b>4.3.1 Das condições de moradia, saneamento e infraestrutura dos(as) usuários(as) inscritos(as) no Cadúnico no município de Florianópolis.....</b>	<b>120</b>
<b>4.3.2 Do perfil das famílias inscritas no Cadúnico no município de Florianópolis e suas condições de subsistência.....</b>	<b>130</b>
<b>4.3.3 Da renda familiar e das condições de trabalho dos(as) usuários(as) inscritos(as) no Cadúnico no município de Florianópolis.....</b>	<b>145</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>154</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>159</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A capital catarinense tem constantemente ganhado destaque na imprensa nacional por suas belezas naturais e pela qualidade de vida avaliada com base em diferentes indicadores. Nesse sentido, Florianópolis se faz conhecida por meio de slogans diversos, tais como “Floripa – Brasil surpreendente”, “Floripa, bonita até debaixo d’água”<sup>1</sup>. Conhecida como “Ilha da Magia”, foi considerada em 2005, a “primeira melhor capital para se viver no país” e 10 anos depois, 2015, em segundo lugar, se mantendo entre as primeiras. Ainda, em 2017, segundo o Índice de Desenvolvimento Urbano para Longevidade (IDL)<sup>2</sup>, estudo do Instituto de Longevidade Mongeral Aegon, em parceria com a Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EAESP), Florianópolis foi identificada como a segunda melhor cidade para envelhecer no Brasil.

Pesquisa de Sugai (2002) sobre o tema da migração aponta que a maior parte dos que escolhem Florianópolis para morar pertencem a uma classe de maior poder aquisitivo e este fator contribui para os índices que dão à cidade *status* de ótima “qualidade de vida”. No ano de 2010, Florianópolis ficou em terceiro lugar no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)<sup>3</sup>, com o índice médio de 0,847 (IDHM Renda 0,870, IDHM Longevidade 0,873, IDHM Educação 0,800) enquanto o mesmo estudo indicava que o IDHM médio brasileiro era de 0,699.

A mídia tem colaborado generosamente para a construção da imagem de Florianópolis como um “paraíso” e de acordo com alguns moradores essa percepção permanece. A Ilha da Magia não ganhou este título por acaso. Suas belezas naturais, o jeito manezinho de ser,

---

<sup>1</sup> “Para começar o ano em grande estilo, Florianópolis é capa da revista UP leitura de bordo da conceituada companhia aérea TAP Airlines Portugal, além ser o cenário do vídeo reproduzido nos voos da TAP no mês de janeiro. Este é o resultado da parceria entre o [Floripa Convention](#) e a [Prefeitura de Florianópolis](#), que no mês de novembro de 2018 realizaram o [Presstrip com os jornalistas da revista](#). [...]”. Disponível em: <http://www.floripaconvention.com.br/noticias/cidade-de-florianopolis-e-capa-da-revista-up/>. Acesso em: 9 abr. 2019. A segunda chamada está disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/estilo-de-vida/noticia/2017/04/florianopolis-e-a-segunda-melhor-capital-para-se-viver-no-pais-9779281.html>. Acesso em: 9 abr. 2019.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://fotos.estadao.com.br/galerias/cidades,as-25-cidades-melhores-e-as-25-piores-para-envelhecer-no-brasil,30721>. Acesso em: 9 abr. 2019.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Acesso em: 29 ag. 2019. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é um indicador que vai de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou unidade de desenvolvimento humano. Distribui-se em cinco faixas de classificação: muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto desenvolvimento humano. O índice considera três dimensões para o seu cálculo: renda, saúde e educação. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/regiao-metropolitana-de-florianopolis-ocupa-lo-lugar-em-ranking-de-desenvolvimento-humano/>. Acesso em: 9 abr. 2019.

histórias e lendas de bruxas fazem com que Florianópolis seja destino certo de turistas, do Brasil e do mundo. E quem escolhe aqui morar não pensa em ir embora. Essa afirmativa é destaque na notícia que divulga pesquisa do Projeto Focus<sup>4</sup>, realizada pela Universidade Regional de Blumenau (Furb), em 2018, com 400 moradores de Florianópolis, cujo objetivo era “verificar o nível de satisfação deles em relação a diferentes aspectos de suas vidas, envolvendo a felicidade e bem-estar”. Os resultados mostraram que 93,3% dos entrevistados consideravam Florianópolis uma cidade “boa ou ótima” para viver, 74,8% consideravam a qualidade de vida “boa ou ótima”, 80,3% disseram ter “orgulho” de morar na capital catarinense e 58,3% afirmaram que “não trocariam de cidade”.

A capital de Santa Catarina (SC), cujo território abrange a ilha e parte do continente, tem uma área de 674.844 km<sup>2</sup>. De acordo com os dados de 2010, último censo do IBGE, a população era de 421.240 pessoas, com uma densidade demográfica de 623,68 hab/km<sup>2</sup>. A estimativa da população para 2019<sup>5</sup> foi de 500.973, significando que em 9 anos a população aumentou em 79.733 pessoas, ou 18,93%. Em 2010 a cobertura do território com esgotamento sanitário adequado era de 87,8%, com 32% de vias públicas arborizadas e com 54,4% dessas vias públicas urbanizadas. Os dados referentes à saúde indicavam que, em 2009, havia 134 estabelecimentos públicos de saúde integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2019 a mortalidade infantil foi de 5,38 óbitos por mil nascidos vivos o que, comparado com todos os municípios do estado, colocava a cidade nas posições 178º de 295º. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essa posição é a de 3970º de 5570º (IBGE, 2019)<sup>6</sup>.

Dados relativos à educação, por exemplo, mostravam que em 2010, a Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 98,4%. Já o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que mede a qualidade do ensino nas escolas públicas de todo o Brasil, em 2019, era de 5,7, sendo que a média em Florianópolis era 6,0, de acordo com o Ministério da Educação (MEC), “valor que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável ao dos países desenvolvidos”<sup>7</sup>.

Ainda com base no panorama das cidades do IBGE, o salário médio mensal dos trabalhadores formais em 2019 era de 4,5 Salários Mínimos (SM) e o número de pessoal ocupado foi de 329.451 pessoas, correspondendo a 65,8% da população economicamente ativa

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2018/08/pesquisa-comprova-que-qualidade-de-vida-e-o-diferencial-de-florianopolis-10547869.html>. Acesso em: 9 abr. 2019.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/08/28/populacao-de-florianopolis-atinge-mais-de-meio-milhao-de-habitantes-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 29 ag. 2019.

<sup>6</sup> Dados disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/panorama>. Acesso em: 5 jan. 2021.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 5 jan. 2021.



da cidade à época<sup>8</sup>. Na comparação com outros municípios de SC, ocupava o 1º lugar de 295º, e comparando com os municípios do país, ficava em 11º lugar de 5570º em número de pessoal ocupado. O percentual da população com rendimento mensal per capita de até ½ SM era de 24.6%, comparado com outros municípios de SC, ocupava o 209º de 295º e comparado aos outros municípios do país ocupava 5328º de 5570º. O PIB per capita de 2018 foi de 42.719,16<sup>9</sup>, comparado com outros municípios do estado de SC, ocupava 51º de 295º e comparado aos outros municípios do país, ocupava 607º de 5570º.

No cenário descrito e que ganha as diversas médias locais, regionais e nacional, dificilmente o empobrecimento da classe trabalhadora tem algum destaque. Ao contrário, dados estatísticos, índices e taxas referentes à realidade cidadina, quando comparados com outros municípios e outras regiões do país, mostram que Florianópolis tem pouca ou nenhuma pobreza.

A cidade do desemprego, das ocupações irregulares de espaços urbanos por trabalhadores organizados ou não, dos trabalhadores em situação de rua, da violência contra trabalhadores, a migração de trabalhadores, são abordadas pelo viés ideológico da classe dominante, uma vez que esta é proprietária dos meios de produção e dos meios de comunicação<sup>10</sup> que constituem os aparelhos privados de hegemonia<sup>11</sup>. No entanto, por mais que os dados da realidade local sejam manipulados, esta não se altera pela representação dela construída com vistas a vender a cidade como uma mercadoria. A despeito das estratégias que

---

<sup>8</sup> Compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo; a oferta efetiva de trabalho numa economia. Para o cálculo da PEA são consideradas as seguintes categorias: População ocupada - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias); População desocupada - aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva nos últimos 30 dias (consultando pessoas, jornais, etc.). **CÁLCULO:** A PEA é obtida pela soma da população ocupada e desocupada com 16 anos ou mais de idade. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=128,-1,1,2,-2,-3&ind=4726>. Acesso em 20 abr. 2019.

<sup>9</sup> A partir da *performance* do PIB, pode-se fazer várias análises, tais como: Traçar a evolução do PIB no tempo, comparando seu desempenho ano a ano; Fazer comparações internacionais sobre o tamanho das economias dos diversos países; Analisar o PIB *per capita* (divisão do PIB pelo número de habitantes), que mede quanto do PIB caberia a cada indivíduo de um país se todos recebessem partes iguais, entre outros estudos. O PIB é, contudo, apenas um indicador síntese de uma economia. Ele ajuda a compreender um país, mas não expressa importantes fatores, como distribuição de renda, qualidade de vida, educação e saúde. Um país tanto pode ter um PIB pequeno e ostentar um altíssimo padrão de vida, como registrar um PIB alto e apresentar um padrão de vida relativamente baixo. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 20 abr. 2019.

<sup>10</sup> Em Florianópolis, apenas dois conglomerados, a NSC filiada da Globo e RIC Record são proprietárias da maioria dos jornais diários de grande circulação, além de telejornais, das edições digitais e rádio. NSC/Globo é proprietária do “A Hora de Santa Catarina” e “Diário Catarinense”, “A Notícia” (Joinville) e “Jornal de Santa Catarina” (Blumenau). RIC Record “Notícias do Dia”, “Record News”.

<sup>11</sup> Conforme Gramsci, (2000, p.265) na luta pelo “monopólio dos órgãos da opinião pública: jornais, partidos, parlamento, de modo que só uma força modele a opinião e, portanto, a vontade pública nacional, desagregando os que discordam numa neblina de poeira individual e inorgânica” o Estado “educa o consenso” através dos aparelhos privados de hegemonia, neste caso, os grandes monopólios privados da mídia. Os outros são: Escolas, Partidos políticos, Igrejas.

negam as características de uma cidade marcada pelas contradições da sociedade de classes, vez por outra tais características ganham destaque nos meios de comunicação burgueses:

- a) ‘Mercado informal ganha espaço em Florianópolis’ ‘Índice da economia ‘subterrânea’ foi de 18,3% do PIB em 2011’<sup>12</sup>.
- b) ‘Cai o número de desocupados nos três primeiros meses do ano em SC’<sup>13</sup>.
- c) ‘Desemprego é o maior em 7 anos em 13 capitais do país, diz IBGE’. ‘19 capitais tiveram índice de desemprego maior que a média nacional de 12,3% no ano passado; Florianópolis foi a capital com menor taxa de desemprego em 2018’<sup>14</sup>.
- d) ‘IBGE confirma que Floripa teve menor desemprego entre as capitais em 2018’<sup>15</sup>
- e) ‘IBGE aponta aumento do índice de desemprego em Santa Catarina no primeiro trimestre. Grande Florianópolis teve alta’<sup>16</sup>
- f) ‘Mesmo com a menor taxa no país, Santa Catarina registra aumento de 12% no desemprego’. ‘Número de desalentados, ou seja, das pessoas que desistiram de procurar emprego, chegou a 33 mil no último trimestre’<sup>17</sup>.

A realidade vivenciada pela classe trabalhadora na capital catarinense é noticiada também pela imprensa mais alinhada às perspectivas políticas dessa mesma classe, conforme podemos identificar nos excertos que seguem: “Desemprego em Florianópolis, uma mazela que cresce”. “Desemprego em Florianópolis, Brasil e na Pátria Grande”<sup>18</sup>; “Taxa de desemprego diminui, mas por aumento da informalidade, que bate recorde”<sup>19</sup>. Esses fatos noticiados demonstram visões diferentes sobre o mercado de trabalho e devido à sua complexidade, o IBGE faz uso de várias definições sobre o emprego/desemprego e suas variantes como “subutilização”, “subocupadas”, “desocupadas” e “desalentadas”.

Na “Ilha da Magia”, os trabalhadores “desalentados” que estão em situação de rua, não são bem-vindos, e são tratados como “vagabundos”, “mendigos”, “drogados”. Como alguma espécie de doença “epidêmica”, contagiosa, que simplesmente surge para atrapalhar o desenvolvimento do turismo e do comércio e “poluir” a imagem da cidade, de acordo com algumas notícias:

<sup>12</sup> Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/mercado-informal-ganha-espaco-em-florianopolis/>. Acesso em: 21 set. 2019.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/cai-o-numero-de-desocupados-nos-tres-primeiros-meses-do-ano-em-sc>. Acesso em: 17 set. 2019.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/02/22/desemprego-cai-em-6-das-27-unidades-da-federacao-no-4o-tri.ghtml> . Acesso em: 17 set. 2019.

<sup>15</sup> Disponível em: [http://www.tudosobrefloripa.com.br/index.php/desc\\_noticias/ibge\\_confirma\\_que\\_floripa\\_teve\\_menor\\_taxa\\_de\\_desemprego\\_entre\\_asa\\_capitais](http://www.tudosobrefloripa.com.br/index.php/desc_noticias/ibge_confirma_que_floripa_teve_menor_taxa_de_desemprego_entre_asa_capitais) Acesso em: 17 set. 2019.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/ibge-aponta-aumento-do-indice-de-desemprego-em-santa-catarina-no-primeiro-trimestre>. Acesso em: 13 set. 2019.

<sup>17</sup> Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/desemprego-cresce-126-e-alcanca-277-mil-pessoas-em-santa-catarina/>. Acesso em: 13 set. 2019.

<sup>18</sup> Disponível em: <http://desacato.info/desemprego-em-florianopolis-o-brasil-e-a-patria-grande-escute-o-engarrafamento-da-ponte/>. Acesso em: 13 set. 2019.

<sup>19</sup> Disponível em: [http://www.secfloripa.org.br/component/k2/item/499-taxa-de-desemprego-diminui-mas-por-aumento-da-informalidade-que-bate-recorde.html#.XYX\\_fChKjIU](http://www.secfloripa.org.br/component/k2/item/499-taxa-de-desemprego-diminui-mas-por-aumento-da-informalidade-que-bate-recorde.html#.XYX_fChKjIU). Acesso em: 21 set. 2019.

- a) ‘Moradores de rua são humilhados em Florianópolis: ‘Fora! Não precisamos de mendigos’<sup>20</sup>.
- b) ‘Cresce número de moradores de rua em Florianópolis’ O número de turistas em Florianópolis é grande e o de moradores de rua também <sup>21</sup>.
- c) ‘Florianópolis vive epidemia de moradores de rua’ <sup>22</sup>.
- d) ‘Florianópolis se preocupa com quantidade de moradores de rua. Prefeitura realiza abordagens e trabalha para minimizar o problema; são 459 pessoas nas ruas da Capital’<sup>23</sup>.

Essas chamadas de reportagem publicadas na imprensa local, contudo, fazem com que as empresas de comunicação lucrem com elas, mas não informam e nem explicitam as determinações dessa realidade. Ao contrário, ocultam a gênese das expressões da questão social e da atualidade da lei geral da acumulação capitalista, nos termos problematizados por Marx (2013).

A moradia, bem como a propriedade de terra, mercadoria valiosa para o capitalismo, impõe ao cenário de Florianópolis para alguns a dualidade de “cidade real” e “cidade legal”, no entanto, entendemos que a cidade apresenta todas as contradições inerentes ao sistema. Harvey em *O direito à cidade* argumenta que a urbanização “desempenhou um papel decisivo na absorção de capitais excedentes, em escala geográfica sempre crescente, mas ao preço do explosivo processo de destruição criativa que tem desapropriado as massas de qualquer direito à cidade” e baseado no processo histórico de urbanização das principais metrópoles, e das crises em torno dela. O que tem prevalecido é o “ímpeto desenvolvimentista que procura colonizar o espaço para os ricos” (HARVEY, 2012, p.88). Em Florianópolis, várias pesquisas comprovam essa realidade: BOPPRÉ (2003), CANELLA (2016), LONARDONI (2007), PERES, (1994), SCHINKE, (2017), SUGAI (2002), entre outros.

E, no cotidiano, nos jornais diários, a criminalização é o tom mais forte das notícias, pois apresentam os cidadãos que participam das ocupações como “foras da lei”:

- a) ‘Ocupação Fabiano de Cristo: 28 famílias ocupam terreno em busca de moradia’<sup>24</sup>.
- b) ‘Ocupações da região de Florianópolis unidas na luta por moradia’<sup>25</sup>.

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/12/protesto-contramendigos-florianopolis-praia-canasvieiras.html>. Acesso em: 17 set. 2019.

<sup>21</sup> Disponível em: <https://ndmais.com.br/videos/balanco-geral-florianopolis/cresce-numero-de-moradores-de-rua-em-florianopolis/>. Acesso em: 17 set. 2019.

<sup>22</sup> Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/cacau-menezes/florianopolis-vive-epidemia-de-moradores-de-rua>. Acesso em: 17 set. 2019.

<sup>23</sup> Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/area-central-de-florianopolis-sofre-com-a-quantidade-de-mendigos/>. Acesso em 17 set. 2019.

<sup>24</sup> Disponível em: <https://maruim.org/tag/ocupacao-urbana/>. Acesso em: 20 set. 2019.

<sup>25</sup> Disponível em: <http://desacato.info/ocupacoes-da-regiao-de-florianopolis-unidas-na-luta-por-moradia/>

- c) ‘Ocupação Amarildo: ND cobriu com exclusividade invasão na SC 401, em Florianópolis. ND revelou e depois combateu a ocupação de área particular no Norte da Ilha’<sup>26</sup>.
- d) ‘Dossiê Floripa’ mostra ocupações irregulares que geram impactos por toda a cidade’<sup>27</sup>.
- e) ‘Entrevista: ‘Temos um grande número de ocupações irregulares em Florianópolis’<sup>28</sup>.
- f) ‘MP cria força-tarefa contra ocupações irregulares em Florianópolis’<sup>29</sup>.
- g) ‘MP e Florianópolis fazem acordo para regularizar ocupações irregulares’<sup>30</sup>.
- h) ‘Justiça determina interdição de ocupação no sul da ilha de SC, em Florianópolis’<sup>31</sup>.

As notícias a respeito da segurança pública, também revelam as contradições da cidade, conforme podemos constatar nos extratos de notícias que seguem:

- a) ‘Jovens foram 43% das vítimas de homicídios em Florianópolis em 2018.’<sup>32</sup>.
- b) ‘Florianópolis registra 119 homicídios em 2018; veja faixa etária de vítimas e autores.’<sup>33</sup> ‘Maior parte dos crimes ocorreu durante a madrugada. Tráfico de drogas e disputas de facções criminosas ainda são as principais causas de assassinatos’.
- c) ‘Justiça alerta governo de SC sobre superlotação e risco de soltura de presos’<sup>34</sup> ‘TJ-SC prepara relatório com dados da massa carcerária e aponta consequências se déficit de vagas não for reduzido’.
- d) ‘Superlotação, disputa entre 10 facções e mortes assombram sistema prisional de SC’<sup>35</sup>

Conforme o Boletim Semanal de Indicadores da Segurança Pública de Santa Catarina, nº 01 de 13/01/2020<sup>36</sup>, o número de ocorrências durante o ano de 2019 no estado foi de 115.178. Sendo 11.372 ocorrências de Roubo, 102.993 ocorrências de Furto e 813 o número de vítimas de crimes violentos letais intencionais (Homicídio: 692 - destes 58 foram feminicídios - ,

<sup>26</sup> Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/ocupacao-amarildo-nd-cobriu-com-exclusividade-invasao-na-sc-401-em-florianopolis/> . Acesso em: 13 de set. 2019.

<sup>27</sup> Disponível em: <https://ndmais.com.br/videos/balanco-geral-florianopolis/link-dossie-invaso%CC%83es/>. Acesso em: 20 set. 2019.

<sup>28</sup> Disponível em: <https://ndmais.com.br/blogs-e-colunas/fabio-gadotti/entrevista-temos-um-grande-numero-de-ocupacoes-irregulares-em-florianopolis/>. Acesso em: 20 set. 2019.

<sup>29</sup> Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/mp-sc-realiza-forca-tarefa-contr-ocupacoes-irregulares-em-florianopolis/>

<sup>30</sup> Disponível em: <https://www.correiosc.com.br/mp-e-florianopolis-fazem-acordo-para-regularizar-ocupacoes/>. Acesso em: 20 set. 2019.

<sup>31</sup> Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/justica-determina-interdicao-de-ocupacao-no-sul-da-ilha-de-sc-em-florianopolis> . Acesso em: 17 de set. 2019.

<sup>32</sup> Disponível em : <https://www.nsctotal.com.br/noticias/jovens-foram-43-das-vitimas-de-homicidios-em-florianopolis-em-2018>. Acesso em: 15 set. 2019.

<sup>33</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-atarina/noticia/2019/01/04/florianopolis-registra-119-homicidios-em-2018-veja-faixa-etaria-de-vitimas-e-autores.ghtml>. Acesso em: 15 set. 2019.

<sup>34</sup> Disponível em : <https://www.nsctotal.com.br/noticias/justica-alerta-governo-de-sc-sobre-superlotacao-e-risco-de-soltura-de-presos>. Acesso em: 15 set. 2019.

<sup>35</sup> Disponível em: <https://ndmais.com.br/reportagem-especial/panela-de-pessao-em-sc-superlotacao-disputa-entre-10-faccoes-e-mortes-assombram-sistema-prisional-do-estado/>. Acesso em: 15 set. 2019.

<sup>36</sup> Disponível em: <https://www.ssp.sc.gov.br/files/dinidocs/Boletim-Semanal-n-01---13.01.2020.pdf> . Acesso em 20 fev. 2020.

Latrocínio: 29, Lesão corporal seguida de morte: 14, Confronto Polícia Civil: 4, Confronto Polícia Militar: 74). Considerando o contexto catarinense no ano de 2019, Florianópolis teve 61 homicídios, ficando em segundo lugar, Joinville em primeiro com 71, Chapecó em terceiro com 36 homicídios. Isto significa que 99,3% das ocorrências de Santa Catarina são por crime contra o patrimônio, realidade diferente do que o noticiário quer indicar.

As condições de vida e de trabalho que se tornam conteúdo da mercadoria informação vendida por meio da imprensa local revelam que, a despeito dos grandes avanços em relação ao desenvolvimento das forças produtivas, a classe trabalhadora parece não enfrentar uma realidade muito diversa daquela vivenciada pelos trabalhadores no início do século XVIII. Engels (2008), relatando a situação da classe trabalhadora na Inglaterra no ano de 1845, assevera:

Em primeiro lugar, é evidente que o conjunto da legislação tem o objetivo de proteger os proprietários contra os despossuídos. As leis são necessárias exatamente porque existem os despossuídos e, mesmo que poucas leis o expressem diretamente - como, por exemplo, aquelas contra a vadiagem e aquelas que punem a falta de residência fixa, pelas quais o proletariado como tal é declarado fora-da-lei -, a hostilidade em face do proletariado está na base do ordenamento jurídico. [...] Mas se é um pobre diabo a comparecer diante do juiz de paz, certamente ele já passou a noite anterior na cadeia com um punhado de outros detidos, considerado *a priori* um elemento perigoso e culpado, é severamente interpelado pelo juiz e sua defesa é desqualificada com um desdenhoso: *louvimos essa história antes!* e se lhe impõe uma multa pecuniária que se sabe que ele não pode pagar e, portanto, que deve resgatar através de meses de trabalho forçado; e mesmo quando não se consegue provar sua culpabilidade, vai parar de qualquer jeito na penitenciária como *a rogue and a vagabond [um mendigo e um vagabundo]* - essas palavras estão quase sempre associadas (ENGELS, 2008, p.312-313).

Esse panorama que expressa o que está aparente, na superfície, noticiadas pela mídia local, não corresponde ao cotidiano de atendimento das unidades públicas da assistência social do município de Florianópolis, do qual sou partícipe como trabalhadora Assistente Social. Entender a manifestação desse fenômeno para além da sua aparência, é o objetivo desse estudo, pois conforme Marx,

Não nos deve surpreender, portanto, que ela, precisamente na forma de manifestação alienada das relações econômicas, nas quais essas aparecem, prima facie, como contradições totais e absurdas - e toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente -, se sinta aqui perfeitamente à vontade e que essas relações lhe apareçam tanto mais naturais quanto mais escondida se encontrar nela a correlação interna, ao mesmo tempo em que são correntes para a concepção comum (MARX, 1985-1986, p.271).

O que suscitou o presente estudo foi a percepção de que a representação da cidade como "Ilha da Magia" encobre a realidade vivida pelos trabalhadores inscritos no Cadastro Único (Cadúnico) para programas sociais no município de Florianópolis. O concreto oculto pela aparência de uma cidade cujos índices indicam alta qualidade de vida, nos instigou a querer desvelar as contradições da realidade, indicando como elas são produzidas na dinâmica da

sociabilidade do capital. A apreensão da realidade, de fenômenos sociais, serve de parâmetro para a compreensão do mundo e de suas práticas, mais uma razão para a importância dessa investigação, pois os sujeitos são movidos para a ação com base nessa percepção. E, os Assistentes Sociais, tendo como espaço privilegiado de atuação, as políticas sociais, devem ter essa preocupação, pois a

[...] revisão da literatura recente sobre os fundamentos do trabalho profissional permitiu concluir que ela se concentra em apreender, sob distintas ênfases, uma dimensão de fundamental importância para caracterizar o Serviço Social: a *natureza qualitativa dessa atividade profissional*, enquanto ação orientada a um fim como resposta às necessidades sociais, materiais ou espirituais, (condensadas nas múltiplas expressões da *questão social*) de segmentos sociais das classes subalternas na singularidade de suas vidas: indivíduos e suas famílias, grupos com recortes específicos (IAMAMOTO, 2015, p.417).

Para alcançar tal objetivo, a opção do caminho percorrido, e que não se encerra nesse estudo exploratório, foi se apoiar no referencial teórico marxista de modo que pudéssemos nos apropriar criticamente de algumas categorias que consideramos centrais para o nosso debate: trabalho, questão social, superpopulação relativa, pauperismo, necessidades humano sociais, Estado, política social, dentre outras.

Neste sentido os resultados que aqui apresentamos são fruto de um percurso de pesquisa que se inicia com uma revisão da literatura sobre as condições de vida da classe trabalhadora na sociabilidade regida pelo capital. Nesta revisão, nossa aproximação com os escritos marxianos, especialmente os que constam d'O Capital, sua obra seminal, foi de extrema importância, bem como as discussões de Engels (2008) em sua obra "a situação da classe trabalhadora na Inglaterra". Além disso, autores marxistas contemporâneos como Lefebvre (2008), Lukács (2010, 2012, 2013), Mandel (1977, 1982), Mészáros (2003, 2009, 2011, 2015), Harvey (2005, 2012, 2014) e outros que problematizam os processos de desenvolvimento do capitalismo, nos serviram de guia para problematizar nosso objeto de estudos. Em relação ao capitalismo em sua particularidade latino-americana, autores como Ruy Mauro Marini (2000, 2005, 2017), Sérgio Bagú (1949), Florestan Fernandes (1976) e Jacob Gorender (2000, 2016) também foram consultados. E, especificamente sobre a questão da dependência das economias periféricas deste continente, bem como a dinâmica do Estado neste contexto, as discussões de Marcelo Carcanholo (2008, 2013) e Jaime Osório (2012, 2013, 2014, 2016) foram de grande valia.

Para os debates relacionados as questões do trabalho no contexto da acumulação flexível, as contribuições de Antunes (2009, 2020) orientaram nossas reflexões. E, ainda, em relação aos debates em torno do serviço social e das políticas sociais, autores como Marilda V. Iamamoto (2015), Ana Elizabete Mota (2010, 2014), José Paulo Netto (2007, 2010, 2011,

2012), Potyara Pereira Pereira (2002, 2006, 2015), Elaine Behring (2011), Ivanete Boschetti (2003, 2011, 2016) e Vicente de Paula Faleiros (1991) foram alguns dos quais estabelecemos interlocução para atingirmos os objetivos por nós definidos no processo de pesquisa.

Além da revisão da literatura foram também consultados alguns documentos institucionais de órgãos gestores da política de assistência social especificamente, tanto em nível federal como local. Associado a esta pesquisa documental realizamos inúmeras consultas a normativas relacionadas ao nosso objeto.

A pesquisa de natureza empírica foi realizada por meio do banco de dados do CadÚnico do município de Florianópolis. Para acessar a esta base de dados tivemos que formalizar o pedido de acesso ao órgão gestor da política de assistência social do município e, depois do acesso garantido, realizamos um longo processo de sistematização dos dados disponíveis de modo a identificar as possibilidades de análises, bem como as inconsistências existentes, conforme restará explicitado na seção 4 do presente trabalho.

O resultado deste processo de investigação constitui, assim, esta dissertação que ora apresentamos ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Nosso tema e nosso objeto têm clara conexão à linha de pesquisa Questão Social, Trabalho e Emancipação Humana, a qual nos vinculamos durante todo o curso de mestrado. E, por oportuno, nossa participação junto ao Núcleo de Pesquisa: Trabalho, questão social e América Latina foi fundamental para que fôssemos construindo as condições subjetivas – porque relacionadas à maturação de nossa competência teórico-analítica - para abordarmos o tema proposto.

O presente trabalho está organizado da seguinte forma:

Na seção 2, numa pequena introdução, apresentaremos análise de dados do Relatório do Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas (ONU) relativos aos índices de desenvolvimento humano e índices de desigualdade, comparando o Brasil dentre os países do mundo e dentre os países da América Latina. Nesta análise não deixamos de considerar que esses organismos multilaterais são “como caixa de ressonância das ideias neodireitistas” (PEREIRA, 2016, p.147).

Também nesta parte do trabalho discutimos o que são necessidades humano sociais, entendendo-as a partir da perspectiva marxiana. Procuramos fazer a discussão de como algumas ideias a esse respeito, aparentemente críticas, acabam sendo funcionais ao modo capitalista de produzir e reproduzir a vida. Desta forma também destacamos a importância do conhecimento do trabalho de Lukács sobre a teoria social de Marx como uma ontologia do ser social e “como

estudo do autodesenvolvimento da vida material e espiritual da sociedade humana” (LARA, 2017, p.77).

As principais categorias de análise, “liberdade e necessidade” ou “causalidade e teleologia” e “trabalho” como fundante do ser social, serviram de base para entendermos o descompasso entre o desenvolvimento dessa mesma forma social e histórica do ser social e o desenvolvimento humano. Escolhemos como referência para refletir sobre as necessidades humanas os estudos de Agnes Heller (1986) em “Teoría de las necesidades en Marx” e de Paulo Denisar Vasconcelos Fraga (2006), também denominado “Teoria das necessidades em Marx”, com base nos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*.

Na continuidade de nossas reflexões abordamos a questão das necessidades humano sociais na sociedade de classes. Esta abordagem é realizada com base na lei geral de acumulação capitalista, que redundando na produção e reprodução da questão social expressa na pobreza, no desemprego, na constante precarização das condições de vida da classe trabalhadora. E, por fim, ainda nesta seção do trabalho, realizamos interlocuções com autores contemporâneos que debatem as necessidades humano sociais, especialmente com Potyara Pereira (2002) que enfatiza a relação entre satisfação de necessidades humanas e políticas sociais, partindo do pressuposto da luta de classes e indicando um campo de conflito de interesses. Também nos ocupamos das ideias de Doyal e Gough (1991, 1994), autores que criaram o conceito de “satisfadores” das necessidades básicas e que defendem a ideia de “saúde física e autonomia” como precondições para o alcance de objetivos universais de participação social.

Na sequência, na seção 3 com o título “Capitalismo dependente periférico e as respostas às necessidades humano sociais no Brasil”, pretendemos discutir as respostas às necessidades humano sociais no Brasil, na particularidade do capitalismo dependente periférico na América Latina. Aqui, nossa intenção é expor, de acordo com a conjuntura, pelo Estado, os processos que resultam na elaboração e execução dessas respostas. Além disso, propomos uma reflexão sobre a reprodução das relações de dependência a partir das contribuições da Teoria Marxista da Dependência (TMD), desenvolvidas por autores anteriormente mencionados.

Também nesta seção do trabalho nos propomos a apresentar algumas reflexões sobre o Estado e a luta de classes e as particularidades das economias periféricas, com destaque para a realidade brasileira. Em sendo, assim, objetiva e sucintamente, trazemos à luz algumas ideias vinculadas ao espectro da perspectiva histórico-analítica a qual nos filiamos para problematizar questões relativas ao Estado capitalista e à proteção social no contexto do capitalismo dependente, como é o caso do Brasil. Nessa direção, adotamos duas concepções ou linhas interpretativas de Estado: a primeira como “órgão de classe burguês funcional à manutenção da



ordem social” e a segunda como “estrutura política – natureza definida pela correlação de forças”. Com base na categoria “padrão de reprodução do capital” presente nas abordagens de Jaime Osório e, a partir da interlocução com outros estudos, destacamos as transformações do Estado na América Latina.

Ainda nesta seção problematizamos, por meio das contribuições de Faleiros (1991), cinco funções das políticas sociais no capitalismo: 1) ideológica, 2) de contra tendência à baixa tendencial da taxa de lucro, 3) de valorização e validação da força de trabalho, 4) de reprodução das desigualdades e 5) de manutenção da ordem social e os formatos assumidos pelo Estado para garantir sua legitimação. E, na perspectiva de atualização desse debate, na sequência, abordamos a questão do Estado e as programáticas neoliberais. Assim, por meio do estudo de Pereira (2016) apresentamos alguns elementos básicos desse arcabouço teórico que em sua visão são “teorias e ideologias conflitantes”, mas que influenciam o formato da proteção social.

Das três matrizes expostas em seu estudo, optamos pela Matriz Residual, composta pela Teoria Funcionalista, pela Teoria da Convergência e pela Ideologia da Nova Direita. Além disso, entendemos que esta matriz compõe a corrente teórico-ideológica da Nova direita iniciada por Ronald Reagan e Margareth Thatcher nos anos 90 e em desenvolvimento até os dias atuais.

Por fim, ainda na mesma seção 3, apresentamos ao leitor algumas análises sobre a (des)proteção social no Brasil no contexto dos avanços neoliberais, momento no qual também apresentamos um quadro sintético da processualidade histórica das políticas sociais nos períodos de Getúlio Vargas 1930/1954, período da Ditadura Militar 1964/1985 e nos anos 90, a partir do governo de Fernando Collor de Mello. Considerações sobre o momento atual, no contexto do governo de Jair Messias Bolsonaro, também são apresentadas.

Na seção 4 apresentamos as condições de vida dos trabalhadores inscritos no Cadúnico para programas sociais, debate precedido com uma breve análise da política de assistência social no Brasil e em Florianópolis/SC, como política partícipe do processo de acumulação capitalista. Dividimos a exposição de dados das condições de vida dos trabalhadores inscritos no Cadúnico em três eixos: das condições de moradia, saneamento e infraestrutura; do perfil das famílias e suas condições de subsistência; e da renda familiar e das condições de trabalho.

Aqui, procuramos analisar os dados empíricos à luz das categorias essenciais relacionadas ao nosso objeto de estudos, a partir da perspectiva que conduziu o caminhar desta pesquisa: o método materialista histórico-dialético. Neste sentido, a análise das condições de vida do trabalhador inscrito no Cadúnico para programas sociais, pretende ser uma “reprodução ideal do movimento do real” sobre as condições materiais concretas deste segmento

representativo da classe trabalhadora, ainda que a partir de um recorte bastante definido desta realidade. Tais discussões se vinculam aos debates em torno das relações político-ideológicas e jurídicas da sociedade de classes, assentadas no antagonismo entre capital e trabalho, bem como na particularidade histórica do capitalismo no contexto da pesquisa. Trata-se de um esforço de apreensão do movimento do objeto, do desafio de dar conta do “concreto real” e retornar ao “concreto pensado”, em uma nova representação, “rica totalidade de determinações e relações diversas” (MARX, 2008, p. 258), posto que

[...] O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. [...] o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo mentalmente como coisa concreta (MARX, 2008, p.258-259).

Por certo, o presente estudo apresenta limitações que poderão ensejar críticas, mas defendemos sua potência como meio para estimular novas pesquisas sobre as condições objetivas de vida da classe trabalhadora. Conforme mencionamos na última seção deste trabalho, o aprofundamento das condições reais de vida desses sujeitos também reais é essencial para que os profissionais de serviço social ampliem as possibilidades de orientar e reorientar constantemente sua atuação cotidiana – nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais – com vistas a criar processos que possam potencializar, não só o acesso às políticas sociais, ainda que isso seja fundamental. Pensamos que, além disso, a compreensão dessas condições reais de vida de sujeitos reais – usuários(as) dos serviços sociais nos quais atuam os profissionais de serviço social, é condição sine qua non para que o trabalho profissional possa contribuir para a organização política da classe, na perspectiva de evidenciar as contradições próprias da ordem regida pelo capital.

## 2. NECESSIDADES HUMANO SOCIAIS E SOCIEDADE DE CLASSES

O relatório de Desenvolvimento Humano 2019 (RDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) da Organização das Nações Unidas (ONU) da qual o Brasil é membro fundador desde 1945, evidencia que

[...] apesar dos avanços substanciais que o mundo fez nos últimos 20 anos em termos de saúde, educação, padrões e expectativa de vida, ainda existem necessidades básicas<sup>37</sup> a serem atendidas por grandes grupos da população mundial (ONU/PNUD BRASIL, 2020, p. 12).

O relatório admite que as manifestações generalizadas em todas as partes do mundo são expressões da “percepção de injustiça nas sociedades” e que “é necessário ir além dos ajustes fiscais e das políticas de redistribuição” (ONU/PNUD BRASIL, 2020, p.12). Reconhece que os fenômenos da mudança global do clima e dos avanços tecnológicos “atingem os mais pobres de maneira mais intensa” (ONU/PNUD BRASIL, 2020, p.13) e apresenta uma série de propostas para o enfrentamento das desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Para esse intento a organização elaborou a Agenda 2030, que constitui um plano global de ação baseado nos Direitos Humanos e que indica os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)<sup>38</sup> como caminho para promover vida digna para todas as pessoas, respeitando os limites do planeta. Conforme o PNUD, o objetivo é auxiliar os países a encontrarem maneiras de enfrentar desafios em três linhas de ação: “1. Erradicação da POBREZA em todas as suas formas e dimensões, 2. Aceleração de TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS e 3. Construção de RESILIÊNCIA a crises e conflitos”. Orientam que políticas eficazes de “produtividade, inclusão e resiliência” é o caminho para a resolução da questão e de “governança eficaz” (ONU/PNUD BRASIL, 2020, p. 06).

O PNUD Brasil trabalha em três eixos prioritários: “Desenvolvimento Socioeconômico inclusivo, Governança e Justiça para o Desenvolvimento e Desenvolvimento Ambientalmente Sustentável” (ONU/PNUD BRASIL, 2020, p. 07), ele proporciona em todas as suas iniciativas e atividades a promoção e a proteção dos direitos humanos, a igualdade e o

---

<sup>37</sup> A questão das necessidades básicas e necessidades mínimas abordada por PEREIRA, 2002, será tratada na seção 2.4 dessa dissertação.

<sup>38</sup> Em setembro de 2015, representantes dos Estados-membros da ONU se reuniram e elaboraram a Agenda 2030 que consiste em uma Declaração em um quadro de resultados, os 17 ODS são o núcleo da Agenda e deverão ser alcançados até o ano 2030: 1. Erradicação da Pobreza, 2. Fome Zero e Agricultura Sustentável, 3. Saúde e Bem Estar, 4. Educação de qualidade, 5. Igualdade de gênero, 6. Água Potável e Saneamento, 7. Energia Acessível e Limpa, 8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico, 9. Indústria Inovação e Infraestrutura, 10. Redução das Desigualdades, 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis, 12. Consumo e Produção Responsáveis, 13. Ação contra a Mudança Global do Clima, 14. Vida na água, 15. Vida Terrestre, 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes e 17. Parcerias e Meios de Implementação. Disponível em: < <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>> . Acesso em: 20 dez. 2020.

empoderamento<sup>39</sup> das mulheres, e a expansão de oportunidade para minorias e grupos vulneráveis.

Entendemos que os Organismos Internacionais Multilaterais, como a ONU e Banco Mundial (BM), apoiam os ajustes e reformas estruturais que colocam a centralidade no mercado e nas liberdades individuais, sendo que as ações preconizadas pelo Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) - elaborado anualmente - oferecem subsídios para a implementação de Proteção Social, em suas várias modalidades de “satisfação das necessidades” como veremos ao longo desse estudo e como alertou Pereira (2016):

A influência do Banco Mundial como caixa de ressonância das ideias neodireitistas não deve, de forma alguma, ser subestimada. As ideias de estudiosos como Hollis Chenery (ex-professor de Stanford e Harvard e ex-economista chefe do Banco Mundial) e Amartya Sen (consultor especial do Banco desde 1980 e Nobel de economia), constituem clássicos da produção teórica neodireitista. Ambos defenderam que a proteção social deveria ser focalizada na pobreza absoluta, e operar estimulando as capacidades produtivas e de “auto-alavancagem” para fora da condição de miséria dos indivíduos atendidos. Além disso, deveria ser associada à benemerência e ofertada sob o protagonismo do mercado. [...] (PEREIRA, 2016, p.147).

Os conceitos de “funcionamentos e capacidades” de Amartya Sen fundamentam o RDH desde sua contribuição na criação do IDH e, para Pereira (2016)

[...] Sen, autor de obras como, Sobre ética e economia (1999) e Desigualdade reexaminada (2001), representou um marco na produção teórica neodireitista ao revisitar a definição de pobreza e ampliá-la para além da mera ausência de rendimentos. Para ele, o não acesso a serviços básicos – como educação e saúde – e a “carência de capacidades” – imbuídas do poder de garantir aos indivíduos o direito de liberdade de escolha de estilos de vida – devem passar a compor o conceito de pobreza. Contudo, apesar do avanço teórico, Sen ainda defende a existência de desigualdades sociais como sendo naturais e relativiza o significado de proteção social, na medida em que, para ele, cada indivíduo possui a uma forma particular de reagir à privação, uns adaptando-se a ela, outros demandando respostas governamentais. [...] (PEREIRA 2016, p.147)

---

<sup>39</sup> O termo “empoderamento” é polissêmico e traduzido do inglês “empowerment”. De acordo com Moraes (2018), o “empowerment” pode ser encontrado na Reforma protestante europeia, nos primórdios do capitalismo, e no movimento Black Power e esteve ligado à ideia de luta por justiça social. Entretanto, a partir de 1970 começou a ser usada de maneira difusa pela sociedade civil, como “oposição às formas de autoridade hierárquica impostas de cima para baixo”, no Brasil, o pioneiro foi Paulo Freire, em 1980 o movimento social de mulheres colocou o conceito na agenda pública, como demanda por uma mudança nas relações de poder desiguais entre homens e mulheres. Contudo, a partir de 1990 o termo passa a ser usado pelos organismos internacionais multilaterais, a ONU e BM, como uma dimensão das políticas públicas, perdendo seu conteúdo político de transformação social. O termo relacionou-se à ideia de auto emancipação e de progresso na perspectiva individualista. “Está claro e evidente que o ‘empoderamento’ liberal, fortemente utilizado pelos organismos multilaterais, tais como ONU e Banco Mundial, não se propõe superar nem o patriarcado nem o capitalismo. Conforme pudemos analisar, as saídas individualizantes, sejam elas conservadoras, sociais liberais ou neoliberais, não rompem com a condição de dominação patriarcal sobre as mulheres, mesmo porque as saídas se reduzem a questões econômicas (microcrédito, cestas empreendedoras etc.). [...] No limite, ao que pudemos observar, o “empoderamento”, nos seus vários sentidos, tem um caráter reformista”. (MORAES, 2018, p.13-14.)

Reportamos ao comentário sobre a mensuração da pobreza de Netto, 2007, que corrobora a crítica à Amartya Sen, da autora,

É desnecessário salientar que a caracterização da pobreza - e, do mesmo modo, a da desigualdade - não se esgota ou reduz a seus aspectos socioeconômicos; ao contrário, trata-se, nos dois casos, de problemáticas pluridimensionais. Na análise de ambas, há que sempre ter presente tal pluridimensionalidade; todavia, a condição elementar para explicá-las e compreendê-las consiste precisamente em partir do seu fundamento socioeconômico. Quando este fundamento é secundarizado (ou, no limite, ignorado, como na maioria das abordagens hoje em voga nas Ciências Sociais), o resultado é a naturalização ou a culturalização de ambas (NETTO, 2007, p.142).

Portanto, nosso objetivo ao trazer elementos informativos desse processo é, em primeiro lugar, trazer dados que indiquem a não satisfação das necessidades humanas de parte significativa da população pela perspectiva desses Organismos Internacionais Multilaterais, apresentando a configuração em diferentes países do mundo e da América Latina, dando ênfase ao Brasil na comparação com estes outros países. E, em segundo lugar, compreender de forma resumida, o que são e quais são os principais indicadores utilizados para esse fim.

Este estudo pretende apresentar os dados estatísticos pela perspectiva crítica da economia política, desta forma, cabe algumas ponderações sobre os limites dessas referências quando acrescidas de reflexões como a que compilamos do Relatório Anual de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, vinculado à Organização das Nações Unidas. O relatório traz dados sobre a realidade mundial e brasileira de 2019, mas foi publicado em 2020. Vejamos:

O crescimento fraco é uma manifestação de baixa produtividade. A desigualdade, por sua vez, é uma expressão visível dos modelos existentes de exclusão social e econômica. A vulnerabilidade das famílias é, por sua vez, o resultado da falta de resiliência sistêmica e ambiental. As três vias, interconectadas, são avenidas pelas quais a região pode avançar em direção à sua aspiração de alcançar um desenvolvimento inclusivo e sustentável (ONU/PNUD BRASIL, 2020, p.6).

Esta afirmação constante do RDH 2019 do Brasil –publicado em 2020 –, apresenta uma série de conceitos que iremos desenvolver ao longo dessa dissertação. Não é o objeto deste estudo, nos atermos nas várias definições dessas palavras-conceito, ou de outras que surgirem no caminho, no entanto, cabe-nos esclarecer, para indicar a concepção teórico metodológica da qual compartilhamos. A relação entre “crescimento e desenvolvimento”, “exclusão”, “vulnerabilidade”, “resiliência” e “famílias” constante do excerto supra serão retomadas no percurso desse estudo. É certo que os RDHs partem de postulados teóricos e ideológicos que diferem dos nossos<sup>40</sup>, no entanto, não podemos desconsiderar a contribuição dos dados

---

<sup>40</sup> Num artigo de 2007 intitulado ‘Desigualdade, pobreza e Serviço Social’ José Paulo Netto faz uma análise do RDH 2005, dando ênfase à preocupação contida no documento de ‘um desastre social inegável’ que resulta principalmente ‘dos riscos políticos contidos no agravamento das tensões sociais (não é por acaso a referência à necessidade de serem garantidas condições para a boa governabilidade, governação ou governança) como da

estatísticos, por mais incompletos e limitados que sejam, para a compreensão da sociedade de classes em que vivemos. Além disso, consideramos o fato de que a preocupação estampada em documentos de organismos internacionais e fundações de caráter humanitário com a desigualdade está partindo daqueles pressupostos que estruturalmente garantem a reprodução da própria desigualdade. Temos clareza que os objetivos contidos no RDH, não alteram os pilares da sociedade capitalista, mas, os índices podem servir de subsídios para reflexões e estudos que somem na luta para resistir e para impor limites ao capital. Para ilustrar apresentamos o documento denunciando a desigualdade no mundo, de uma conceituada Organização Social sem fins lucrativos:

A desigualdade econômica está fora de controle. Em 2019, os bilionários do mundo, que somavam apenas 2.153 indivíduos, detinham mais riqueza do que 4,6 bilhões de pessoas. Os 22 homens mais ricos do mundo detêm mais riqueza do que todas as mulheres que vivem na África. Esses extremos de riqueza coexistem com uma enorme pobreza. Novas estimativas do Banco Mundial revelam que quase metade da população no mundo sobrevive com menos de US\$ 5,50 por dia e que a taxa de redução da pobreza caiu pela metade desde 2013 (OXFAM, 2020, p. 2)<sup>41</sup>.

Os RDHs subsidiam artigos, documentos, notas técnicas, e principalmente Políticas Sociais para a “satisfação de necessidades humanas” - espaço privilegiado de trabalho das (os) Assistentes Sociais – de várias instituições públicas e privadas em todo o mundo. Como afirmado pela ONU no RDA 2019 e citado no início desta seção, a desigualdade econômica e social é a expressão de necessidades humanas não satisfeitas, e os indicadores para mensurar a desigualdade mais utilizados são o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Coeficiente de GINI e ambos fazem parte do RDH elaborado pela ONU e BM. Relativamente ao Brasil, além dos dados constantes no RDH 2020, temos para consulta o Atlas do Desenvolvimento Humano, cujos dados foram atualizados de acordo com as edições da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), abrangendo 17 mil localidades, sendo 5.565 municípios, 24 regiões metropolitanas, 27 unidades federativas e 10 mil unidades de desenvolvimento humano, que são os bairros. As Bases de dados que foram incluídas na 4ª edição do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil foram: o Cadastro Único (CadÚnico, do Ministério da

---

impossibilidade de ocultar o caráter absolutamente residual dos eventuais ganhos obtidos nos últimos anos no que diz respeito ao combate à pobreza e, mais claramente ainda, na redução das desigualdades’ (NETTO, 2007, p.152)

<sup>41</sup> OXFAM, sigla para Oxford Committee for Famine Relief (Comitê de Oxford para Alívio da Fome) é uma organização da sociedade civil fundada em 1942 na Inglaterra, com unidades no Canadá, Irlanda, Austrália, Nova Zelândia, EUA, Hong Kong e Bélgica e atuação no mundo todo. No Brasil foi criada em 2014, atuando em três áreas temáticas: “Justiça social e econômica”, “Juventudes, Raça e Gênero”, “Setor Privado e Direitos Humanos”. Disponível em: < <https://www.oxfam.org.br/> >. Acesso em: 20 dez. 2020.

Cidadania), o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DataSUS, do Ministério da Saúde), o Censo Escolar (Ministério da Educação) e Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Ministério do Desenvolvimento Regional). São 360 indicadores socioeconômicos sobre saúde, educação, renda, trabalho, habitação, vulnerabilidade, meio ambiente e desigualdade, entre outros.

Conforme citado no parágrafo anterior, os índices mais utilizados são o IDH e o coeficiente de GINI, diante disso, apresentamos um rápido esclarecimento referenciados no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O IDH mede o desenvolvimento humano baseado em índices de longevidade, educação e renda. O IPEA<sup>42</sup> explica que o IDH

compara indicadores de países nos itens riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros, com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população, especialmente das crianças. Varia de zero a um e é divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em seu relatório anual. Na divulgação feita em novembro de 2007, com dados referentes a 2005, o Brasil pela primeira vez alcançou o nível 0,80, passando a integrar o grupo de países com IDH elevado. Países com IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano baixo, e os com índices entre 0,50 e 0,799 são considerados de desenvolvimento humano médio (IPEA, 2008).

O Índice de GINI, também conhecido como Coeficiente de GINI e Razão de GINI, foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini em 1912, e de acordo com o IPEA<sup>43</sup>, é um instrumento

para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de GINI costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos (IPEA, 2004).

No 30º Relatório do Desenvolvimento Humano de 2020 – “A Próxima Fronteira: Desenvolvimento Humano e o Antropoceno<sup>44</sup>”, foi incluído um ajuste do IDH, levando em consideração as “pressões planetárias”, o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões Planetárias (IDHP). Por considerarem que as pessoas e o planeta estão entrando em uma era geológica interamente nova, o “Antropoceno ou era dos humanos”. Na parte III do

<sup>42</sup> IPEA. O que é? IDH. Disponível em:

[https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2144:catid=28&Itemid=23](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2144:catid=28&Itemid=23). Acesso em: 20 dez. 2020.

<sup>43</sup> IPEA. O que é? Índice de Gini. Disponível em:

[https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28). Acesso em: 20 dez. 2020.

<sup>44</sup> As épocas geológicas possuem uma nomenclatura de acordo com o que está gravado no estrato geológico, ou seja, na rocha. Conforme a tabela geológica a última classificação indicava a *Era Cenozóica, Período Quaternário, Época Holoceno*. As discussões referentes à mudança de época do Holoceno para Antropoceno, foram iniciadas pelo químico holandês Paul Crutzen e é “resultante do impacto das ações humanas no planeta”. Disponível em: <http://www.ica.usp.br/noticias/conversa-sobre-o-antropoceno>. Acesso em: 20 dez. 2020.

RDH 2019 são explorados novos parâmetros e é explicado que o IDHP é criado “multiplicando o IDH por um fator de ajuste” e

Se um país não exercer qualquer pressão sobre o planeta, seu IDHP será igual ao seu IDH; no entanto, à medida que a pressão aumenta, o IDHP será menor que o IDH [...]. O fator de ajuste é calculado como a média aritmética dos índices que medem as emissões de dióxido de carbono per capita, sugerindo a necessidade de reduzir as emissões de dióxido de carbono e a pegada material (ambas per capita). [...] (ONU/PNUD BRASIL, 2020, p.235).

No desenvolvimento da nossa exposição, abordaremos o cenário de desigualdade no mundo, na América Latina e no Brasil, tendo como referência o coeficiente de GINI comparados com os respectivos IDH e com o Índice de pobreza multidimensional (porcentagem da população que é multidimensionalmente pobre ajustado pela intensidade das privações) e teceremos algumas considerações. Para atingir o intento, criamos algumas tabelas e gráficos baseados no Centro de dados do RDH 2020-PNUD e Banco Mundial (BM). As tabelas foram construídas com o objetivo de demonstrar os 10 países que têm o maior e o menor IDH e maior e menor Coeficiente de GINI entre os 189 países do mundo e entre os 20 países da América Latina.

Antes, de iniciarmos a apreciação desses dados indicamos uma das expressões da preocupação dos Organismos Internacionais Multilaterais com a desigualdade contida no RDH 2020. Neste documento se afirma que as desigualdades no desenvolvimento humano “dão corpo à injustiça”. Apresentam a trajetória de “dois bebês, ambos nascidos em 2000, um num país com um baixo nível de desenvolvimento humano e outro num país com um nível muito elevado de desenvolvimento humano”, como exemplos de desigualdade e persistência de privações extremas.

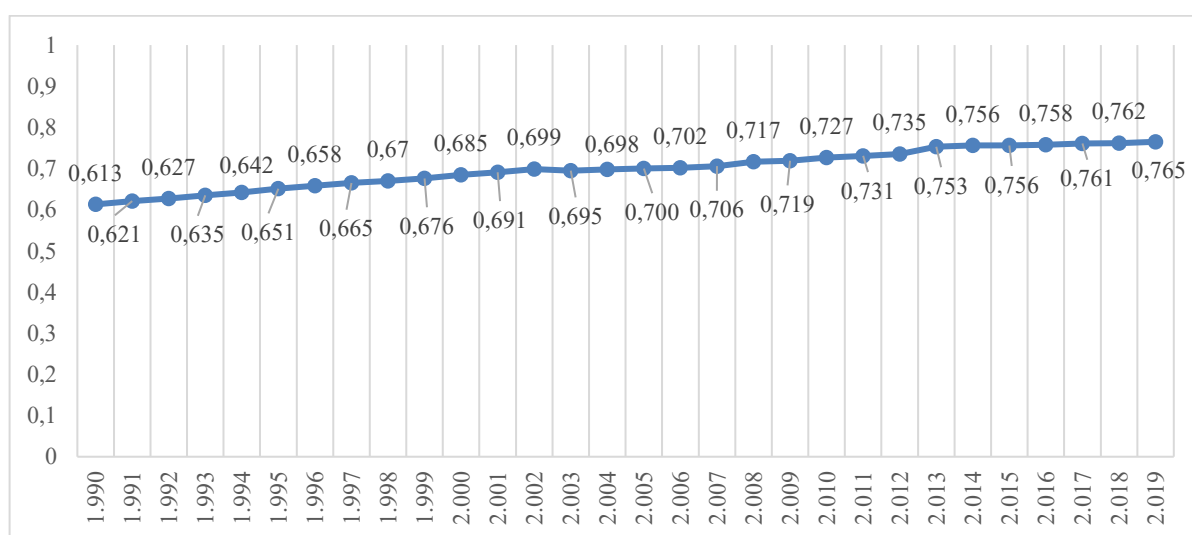
Cerca de 17 por cento das crianças nascidas em países com um baixo nível de desenvolvimento humano em 2000 terão morrido antes do seu 20.º aniversário, em comparação com apenas 1 por cento das crianças nascidas em países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano. Além disso, estima-se que as que sobrevivem tenham menos 13 anos de vida do que as suas congêneres do grupo dos países mais desenvolvidos. É igualmente improvável que a criança do país com um baixo nível de desenvolvimento humano ainda frequente o ensino: Apenas 3 por cento cursam o ensino secundário. Ambos os jovens acabam de iniciar a sua vida adulta, mas já lhes foram determinados percursos distintos e desiguais por circunstâncias quase inteiramente alheias ao seu controlo, em termos de saúde, educação, emprego e rendimento — uma divergência que pode ser irreversível (ONU/PNUD BRASIL, 2020, p.20)

Consultando a Tabela 1 – Os 10 países mais desiguais do mundo, e Tabela 5 – América Latina, o Brasil obteve o coeficiente GINI de 53,9 em 2019, ocupando a posição de oitavo país do mundo e o primeiro país da América Latina com a maior concentração de renda, atrás apenas de sete países do continente africano na comparação com os países do mundo (África do Sul 63,0, Namíbia 59,1, Zâmbia 57,1, São Tomé e Príncipe 56,3, República Centro-Africana 56,2,



Reino de Eswatini 54,6 e Moçambique 54,0). Segundo o Centro de dados<sup>45</sup> da dimensão Desigualdade<sup>46</sup> do RDA 2020, quase um terço de toda a riqueza brasileira, especificamente 28,4% da renda nacional, está nas mãos do 1% mais rico ou 42,5% da renda nacional está nas mãos dos 10% mais ricos. Esse fosso social não pode ser explicado pelo IDH, pois o Brasil passou de 0,613 em 1990 para 0,765 em 2019, ou seja, aumentou o desempenho médio nas três dimensões básicas do desenvolvimento humano - uma vida longa e saudável medida pela expectativa de tempo de vida (longevidade), de adquirir conhecimento, medido pelos anos de estudo (educação) e de manter um padrão de vida decente (renda). Conforme **Gráfico 1**, em 19 anos, no Brasil, a evolução foi crescente e teve um aumento de 20% no IDH.

Gráfico 1 - Evolução histórica (1990/2019) IDH – BRASIL



Fonte: Centro de dados do RDH 2020-ONU/PNUD e BM. Elaboração: Mary Kazue Zanfra.

Entre a Tabela 1 e Tabela 2, observamos que, o país menos desigual é a Eslovênia com coeficiente GINI de 24,2 e o mais desigual é a África do Sul com 63,0. O IDH é respectivamente de 0,709 e 0,917. A África do Sul apesar do alto IDH – 114 na classificação mundial - mantém a 1ª posição do coeficiente de GINI no mundo. Noruega está em primeiro lugar no IDH (0,957) faltando 0,043 para chegar ao indicador máximo de desenvolvimento humano (1), ainda assim

<sup>45</sup> Centro de Dados do RDH 2020 – É um painel interativo com arquivos que podem ser selecionados por “dimensão, indicador, ano e/ou país para ver uma visualização dinâmica e interativa dos dados (representados como linha para tendências ou barra para anos individuais)”. Os dados são apresentados em duas seções no site: “Página 'Dados' - fornece downloads de mais de 150 indicadores globais e índices compostos para mais de 190 países em CSV e PDF. Esta página também fornece documentação e metodologias, perguntas frequentes, acesso à API e outras informações importantes e Página 'Perfis dos países' - apresenta os valores e classificações do IDH, visualizações / tendências de dados para o IDH e outros índices compostos, notas explicativas do país e mais de 150 outros indicadores”. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/data>. Acesso em: 20 dez. 2020.

<sup>46</sup> Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/indicators/67106> e <http://hdr.undp.org/en/indicators/186906>. Acesso em: 20 dez. 2020.

mantem a 182ª posição com coeficiente GINI de 27,0. Assim como a Islândia em 4º lugar no IDH (0,949) e ocupando a 183ª posição com coeficiente GINI de 26,8. Esses dados indicam que nenhum país por maior que seja o IDH o mantém com certa estabilidade, pois o ranking entre os países tem pouca mobilidade, não eliminam a desigualdade. Podemos inferir, assim, que a desigualdade é necessária para a manutenção do sistema capitalista e, que são dados da realidade que dão concretude à Lei Geral de Acumulação Capitalista, questão que será problematizada na seção 2.2. A seguir, apresentamos dados sobre os países mais desiguais do mundo. Vejamos:

Tabela 1 - Os 10 países mais desiguais do mundo (ou com maior índice GINI)

POSIÇÃO IDH	POSIÇÃO GINI	PAÍS	IDH (1 a 0)	GINI (0 a 100)	% da população vulnerável à pobreza multidimensional
114	1	África do Sul	0,709	63,0	12,2
130	2	Namíbia	0,646	59,1	20,3
146	3	Zâmbia	0,584	57,1	23,9
135	4	São Tomé e Príncipe	0,625	56,3	19,4
188	5	República Centro-Africana	0,397	56,2	13,1
138	6	Eswatini (Reino de)	0,611	54,6	20,9
181	7	Moçambique	0,456	54,0	13,6
84	8	Brasil	0,765	53,9	6,2
100	9	Botswana	0,735	53,3	19,7
132	10	Honduras	0,634	52,1	22,3

Fonte: Centro de dados do RDH 2020-ONU/PNUD e BM. Elaboração: Mary Kazue Zanfra.

Nota: População vulnerável a pobreza multidimensional – contribuem para a privação da dimensão geral da pobreza multidimensional – Saúde, educação, longevidade e linha da pobreza pop \$1,90 por dia

Na tabela exposta a seguir são apresentados dados sobre os países menos desiguais do mundo.

Tabela 2 - Os 10 países **menos desiguais** do mundo (ou com menor índice GINI)

POSIÇÃO IDH	POSIÇÃO GINI	PAÍS	IDH	GINI
22	1º 189	Eslovênia	0,917	24,2
27	2º 188	Czechia	0,900	24,9
39	3º 187	Eslováquia	0,860	25,2
53	4º 186	Bielo-Rússia	0,823	25,2
90	5º 185	Moldávia (República da)	0,750	25,7
74	6º 184	Ucrânia	0,779	26,1
4	7º 183	Islândia	0,949	26,8
1	8º 182	Noruega	0,957	27,0
11	9º 181	Finlândia	0,938	27,4
14	10º 180	Bélgica	0,931	27,4

Fonte: Centro de dados do RDH 2020-ONU/PNUD e BM. Elaboração: Mary Kazue Zanfra.

O país com o maior IDH, na Tabela 3, é a Noruega com 0,957 e com o menor IDH é Níger com 0,394, na Tabela 4. Noruega e Níger possuem coeficiente de GINI de 27,0 e 34,4, respectivamente. Apesar de serem o primeiro e o último lugar no IDH a desigualdade persiste nos dois países com uma diferença pequena de coeficiente, de apenas 7,4. Todos os 10 países com menor IDH pertencem ao continente africano, países dependentes da periferia do capitalismo. Portanto, em qualquer análise que se queira fazer sobre a desigualdade é preciso considerar a dinâmica das relações entre as economias centrais e periféricas e seus impactos na dinâmica interna de cada nação periférica subordinada ao poder econômico dos países do capitalismo central.

Na sequência, por entendermos importante trazermos à baila a configuração da questão da desigualdade no mundo para colocarmos luzes sobre nosso objeto de estudos, apresentamos dados dos 10 países com maior IDH. Vejamos:

Tabela 3 - Os 10 países com **maior** IDH

POSIÇÃO IDH	POSIÇÃO GINI	PAÍS	IDH	GINI
1	146	Noruega	0,957	27,0
2	114	Irlanda	0,955	32,8
3	118	Suíça	0,955	32,7
4	147	Islândia	0,949	26,8
5	Sem dados	Hong Kong, China (SAR)	0,949	Sem dados
6	122	Alemanha	0,947	31,9
7	137	Suécia	0,945	28,8
8	98	Austrália	0,944	34,4
9	140	Países Baixos	0,944	28,5
10	138	Dinamarca	0,940	28,7

Fonte: Centro de dados do RDH 2020-ONU/PNUD e BM. Elaboração: Mary Kazue Zanfra.

E, a seguir, apresentamos os dados sobre os países com os menores IDH, considerando o contexto mundial:

Tabela 4 - Os 10 países com **menor** IDH

POSIÇÃO IDH	POSIÇÃO GINI	PAÍS	IDH	GINI	% da população vulnerável à pobreza multidimensional
189	100	Níger	0,394	34,3	5,1
188	5	República Centro Africana	0,397	56,2	13,1
187	36	Chade	0,398	43,3	9,9
185	67	Burundi	0,433	38,6	16,3
184	112	Mali	0,434	33,0	15,3
182	91	Burkina Faso	0,452	35,3	7,4
182	88	Serra Leoa	0,452	35,7	19,6

181	7	Moçambique	0,456	54,0	13,6
180	Sem dados	Eritrêa	0,459	Sem dados	Sem dados
179	80	Iémen	0,470	36,7	22,1

Fonte: Centro de dados do RDH 2020-ONU/PNUD e BM. Elaboração: Mary Kazue Zanfra.

Os 20 países da América Latina, conforme Tabela 5, estão entre os que ocupam até o 68º lugar no coeficiente de GINI entre os 189 países do mundo, mesmo não tendo nenhum país com índice de IDH baixo. Ao contrário, de acordo com o que se registra no IDH de 2020, os países Costa Rica, Panamá, Uruguai, Argentina e Chile estão classificados entre os países do mundo com alto índice de IDH. A variação da “porcentagem da população vulnerável à pobreza multidimensional” alcança alta amplitude, ou seja, varia de 1,6% a 22,3%, atingindo a porcentagem da população em risco de sofrer múltiplas privações, ou seja, aqueles com uma pontuação de privação de 20-33 %, conforme Centro de Dados do RDH 2020.<sup>47</sup> O que pretendemos demonstrar é que aparentemente o fato de um país ter alto índice de IDH não significa que este indicador tenha efeitos perceptíveis na redução da pobreza. Para corroborar com nosso argumento, nos fundamentamos em Netto (2007) para quem, exceto quando da existência de alguns condicionantes,

‘[v]ale dizer: se o ciclo de crescimento for longo e expressivo, se for acompanhado por uma política expressamente redistributiva e se se puder manter uma inflação baixa- atendidas essas condições o crescimento pode, efetivamente, ter um efeito positivo na redução da pobreza. Na ausência desses requisitos, o crescimento não só não afeta os níveis de pobreza, como até mesmo ‘pode acarretar desigualdades crescentes’ [...] e exemplo disso foi o que se registrou no “milagre econômico” operado durante alguns anos no Brasil da ditadura implantada em 1964. Em suma, sobre as relações entre crescimento, pobreza e desigualdade, pode-se afirmar com segurança que elas estão muito longe de ser causais e unívocas e, sobretudo, de justificar a tese segundo a qual somente o crescimento econômico pode permitir a redução da pobreza, ou seja a diminuição da desigualdade (NETTO, 2007, p.144).

Na tabela apresentada a seguir podem ser identificados 20 países da América Latina e seus respectivos IDH e índice GINI:

Tabela 5 – IDH, GINI - AMÉRICA LATINA (20 países)

<sup>47</sup> Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/indicators/38406> . Acesso em: 20 dez.2020.

IDH		GINI		PAÍS (ordem alfabética)	IDH 0 a 1	GINI 0 a 100	% pop. vulnerável à pobreza multidi- mensional
POSIÇÃO MUNDIAL	POSIÇÃO AMÉRICA LATINA	POSIÇÃO MUNDIAL	POSIÇÃO AMÉRICA LATINA				
46	2	49	15	ARGENTINA	0,845	41,4	Não consta
107	14	43	14	BOLIVIA	0,718	42,2	15,7
84	10	8	1	BRASIL	0,765	53,9	6,2
43	1	30	11	CHILE	0,851	44,4	Não consta
83	9	14	3	COLÔMBIA	0,767	50,4	6,2
62	5	18	6	COSTA RICA	0,810	48,0	Não consta
70	6	Sem dados	Sem dados	CUBA	0,783	Sem dados	1,6
86	11	25	9	EQUADOR	0,759	45,4	7,6
124	19	68	18	EL SALVADOR	0,592	38,6	9,9
127	16	17	5	GUATEMALA	0,663	48,3	21,1
170	20	51	16	HAITI	0,510	41,1	21,8
132	18	10	2	HONDURAS	0,634	52,1	22,3
74	7	26	10	MÉXICO	0,779	45,4	4,7
128	17	23	7	NICARÁGUA	0,660	46,2	13,2
57	4	15	4	PANAMÁ	0,815	49,2	Não consta
103	13	24	8	PARAGUAI	0,728	46,2	7,2
79	8	39	13	PERU	0,777	42,8	9,6
88	12	33	12	REPÚBLICA DOMINICANA	0,756	43,7	5,2

55	3	60	17	URUGUAI	0,817	39,7	Não consta
113	15	Sem dados	Sem dados	VENEZUELA	0,711	Sem dados	Não consta

Fonte: Centro de dados do RDH 2020-ONU/PNUD e BM. Elaboração: Mary Kazue Zanfra. Nota: Cuba e Venezuela e mais 35 países constam na tabela de dados de indicadores da dimensão desigualdade, sem o coeficiente de GINI. Apenas com a nota explicativa: “[...] em alguns casos, pode não ter acesso aos dados nacionais mais recentes”.

Na comparação com os 20 países da América Latina, o Brasil é o país mais desigual, com índice GINI de 53,9 e o 10º lugar em IDH. El Salvador é o país menos desigual, considerando que Cuba e Venezuela não dispõem de dados, com índice GINI de 38,6 e o 19º dos 20 países da América Latina, ou seja, o penúltimo no IDH. Novamente, verificamos que também nos países periféricos de capitalismo dependente, aparentemente o alto índice de IDH não significa diminuição da desigualdade.

Segundo o Panorama Social da América Latina 2019 da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) publicada pela ONU em 2020, há retrocesso na redução da pobreza e da pobreza extrema<sup>48</sup> desde 2015 e, para 2019, projetava-se

[...] um aumento da pobreza e da pobreza extrema no agregado regional, que registrariam taxas de 30,8% e 11,5%, respectivamente. Se essas estimativas forem confirmadas, em 2019 haveria 27 milhões mais de pessoas pobres do que em 2014; ainda pior: 26 milhões delas estariam em situação de pobreza extrema (CEPAL, 2019, p.10).

O mesmo documento relata desigualdades na incidência da pobreza e da pobreza extrema indicando que ela é maior entre os “[...] residentes de zonas rurais, crianças e adolescentes, mulheres, pessoas indígenas e afrodescendentes”. Além disso, no documento supracitado são problematizados os desafios que a migração em nível internacional vem trazendo para a agenda política e social. Tais dados comprovam ou corroboram com a síntese do RDH (2019, p.1) sobre as “desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI” de que o “gênero, a etnia ou a riqueza dos pais ainda determinam, com demasiada frequência, o lugar de uma pessoa na sociedade”.

Com esta breve exposição de indicadores mundiais, latinos americanos e brasileiros procuramos demonstrar através dos instrumentos de mensuração da pobreza criados pelos

<sup>48</sup> O Banco Mundial considera extrema pobreza, as pessoas que sobrevivem com menos de \$1,90 por dia. O Brasil adota esse critério de renda, assim, no programa Bolsa Família, família considerada em situação de pobreza extrema é aquela que tem renda mensal per capita de até R\$ 89,00 e família pobre é aquela com renda mensal per capita entre R\$ 89,01 a R\$ 178,00. Mesmo adotando esse critério, o valor fica sempre abaixo do dólar, pois não acompanham a valorização do dólar frente ao real. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/paginas/default.aspx> . Acesso em: 20 dez.2020.

Organismos Internacionais Multilaterais que o aumento no IDH não contribui para a diminuição da desigualdade e, conseqüentemente, da pobreza. Ademais, o esforço contínuo para a sua erradicação sempre “recomendada” pelos organismos internacionais, não altera os fundamentos do capitalismo e suas inerentes conseqüências. Diante do exposto, principalmente da insistência dos liberais, neoliberais, conservadores e neoconservadores, defensores de “teorias e ideologias conflitantes” em preconizar o que não tem funcionado, temos que concordar com Netto (2007), quando afirma pensar ser “desnecessário recordar”, pois é necessário expor constantemente

que a pobreza, na ordem do capital e ao contrário do que ocorria nas formações sociais precedentes, não decorre de uma penúria generalizada, mas, paradoxal e contraditoriamente, de uma contínua produção de riquezas. Em outra oportunidade, observei: “Se, nas formas de sociedade precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), [na sociedade burguesa ela se mostra] conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez. Numa palavra, [na sociedade burguesa a pobreza] se produz pelas mesmas condições que propiciam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão” (NETTO, 2007, p.143).

Nesta direção entendemos que é preciso demonstrar insistentemente como a Lei Geral de Acumulação Capitalista opera na atualidade, de modo a evidenciar que na sociedade de classes, no modo de produção capitalista, a pobreza<sup>49</sup> é produzida na mesma intensidade em que se produz riqueza e que essa dinâmica de desenvolvimento é inerente ao sistema capitalista. Portanto, a satisfação universal das necessidades humanas, e conseqüentemente a eliminação da pobreza, somente será realidade em outro modo de produção e reprodução da vida.

Para prosseguir em nossas reflexões seguindo nessa direção, este capítulo será desenvolvido em 4 seções, nas quais discutiremos o que são as necessidades humano sociais na perspectiva marxiana, as necessidades humanas na sociedade de classes a partir da Lei Geral de Acumulação Capitalista, a relação entre o Estado capitalista e necessidades humanas e, por fim, faremos uma exposição sobre os principais debates contemporâneos sobre as necessidades humanas.

---

<sup>49</sup> Netto (2007, p.143) faz a ‘distinção entre pobreza (pauperização) absoluta e relativa, na tradição marxista, nada tem a ver com os indicadores geralmente utilizados para a mensuração da pobreza. De fato, os trabalhadores experimentam, no curso do desenvolvimento capitalista, processos de pauperização que decorrem necessariamente da essência exploradora da ordem do capital. A pauperização pode ser absoluta ou relativa. A pauperização absoluta registra-se quando as condições de vida e trabalho dos proletários experimentam uma degradação geral: queda do salário real, aviltamento dos padrões de alimentação e moradia, intensificação do ritmo de trabalho, aumento do desemprego. A pauperização relativa é distinta: pode ocorrer mesmo quando as condições de vida dos trabalhadores melhoram, com padrões de alimentação e moradia mais elevados; ela se caracteriza pela redução da parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas. Insista-se em que esta distinção, própria da tradição marxista, não pode ser confundida com a pobreza absoluta e a pobreza relativa’, que expressam outros referenciais teóricos



2.1 O que são necessidades humano sociais? As necessidades humano sociais a partir da perspectiva marxiana.

Os sinônimos de necessidade, no dicionário “Aurélio” *online* de português, quais sejam, “falta, pobreza, premência, inevitável, imprescindível, urgência, mendicidade, mendicância, miséria, apuro, conveniência”, indicam negatividade, algo que falta. O oposto, os antônimos de necessidade que são “desnecessidade, abundância, riqueza, fartura”, reforçam esse sentido. Nos marcos da sociedade capitalista, essa constatação não causa estranhamento, pois a realidade cotidiana tem dados concretos da “necessidade negativa” ou da “necessidade não satisfeita” como a fome, falta de abrigo, falta de trabalho e renda, falta lazer etc. Diante do aumento de seres humanos que vivem com o suficiente somente para sua reprodução biológica, a indignação nos leva a perguntar o óbvio: por que, numa sociedade que possui alta tecnologia e capacidade de produção para suprir as necessidades de todos os seres humanos do planeta, não se faz isso? Várias respostas aparecem de imediato, “falta de vontade política”, corrupção, interesses privados, individualismo, egoísmo etc. Algumas respostas invertem a realidade, transformando o que é consequência/expressão em causa/determinação. Outras respostas são instrumentos para outro fim, que não é o desenvolvimento da humanidade. Por exemplo, quando determinadas perspectivas de pensamento apontam que a pobreza e a desigualdade são as causas do sofrimento, dos males, sem problematizarem o outro lado da mesma moeda, ou seja, a riqueza e a sua concentração, naturalizando e banalizando as condições objetivas que dão origem a essa polarização, na verdade acabam por legitimar a sociedade de classes. Tais ideias, aparentemente críticas, acabam sendo funcionais ao modo capitalista de produzir e reproduzir a vida e, enfim, corroboram para a aceitação das relações sociais pautadas na exploração do homem pelo homem.

Pesquisa realizada em 2019 pela Organização Não-Governamental Oxfam – que não pode ser considerada uma instituição de caráter anticapitalista – apontava que os bilionários globais (cerca de 2.153 pessoas) se apropriaram de mais riqueza do que 4,6 bilhões de pessoas, o que equivale a cerca de 60% da população mundial. O 1% mais rico do mundo, segundo consta do relatório divulgado pela organização britânica, detém mais que o dobro da riqueza de 6,9 bilhões de pessoas. E, mais, aponta ainda que é provável que 1/3 da riqueza dos bilionários tenha origem em heranças e isso criou o que se chama no referido relatório uma nova aristocracia que corroí a própria democracia. Os dados divulgados mostram também que a extrema riqueza tem um caráter fundamentalmente sexista. Os sistemas econômicos marcados pelo machismo e patriarcado reproduzem a concentração da riqueza nas mãos dos homens, haja

vista que no contexto mundial estes detêm 50% a mais de riqueza do que as mulheres. No mesmo relatório os pesquisadores fazem referência à realidade brasileira para mostrar como isso se materializa nas políticas de governo. Segundo os dados sistematizados, no Brasil, os cortes nos gastos públicos realizados em 2017 a partir da aprovação da Emenda Constitucional n.º 95 – chamada de “a EC da morte” - contribuíram para uma redução de 66% nos recursos federais do orçamento que haviam sido alocados naquele ano para a operacionalização de programas relativos à promoção da igualdade de gênero (OXFAM, 2020).

Reconhecer a complexidade desses processos de natureza estrutural pode contribuir para entender a manipulação ideológica contida na negação de conflitos e a racionalidade que sustenta o agir da classe dominante. Sobre o complexo ideologia, Lara (2017, p.157) explica que a rejeição generalizada de toda ideologia, a “desideologização”, ou seja, a negação de conflitos e afirmação da “integração social” por meio de acordos racionais, levando as pessoas a naturalizar o mundo em que vive, equivale “à manipulabilidade e manipulação ilimitada de toda a vida humana”. Assim, “a manipulação do consumo e a ideologia da desideologização são traços específicos e novos do estranhamento no capitalismo contemporâneo” dito de outra forma

‘o fenômeno da manipulação é uma forma de estranhamento que opera ideologicamente na realidade e reproduz ‘reificações em massa’, as quais são admitidas e legitimadas socialmente em maior grau quanto mais forte for o aparato ideológico manipulatório à disposição da classe dominante’ (LUKÁCS, 2013 apud LARA, 2017, p.157).

A abordagem ontológica de necessidade humana, se torna obrigatória para desvendar a complexidade da sociedade capitalista, considerada por Lukács como um “complexo de complexos”. A obra de Lukács – Para uma ontologia do ser social - possibilita a apreensão da realidade pela sistematização das tendências universais do movimento histórico, produção e reprodução do “ser social”, desde a sua gênese, incluindo a reflexão dos caminhos empreendidos pelo gênero humano ao tentar responder as questões: “de onde?”, “para onde?”. Lukács, considerado um dos pensadores mais marcantes da cultura marxista contemporânea<sup>50</sup> (LUKÁCS, 2010, p. 10), argumenta que seu trabalho<sup>51</sup> “foca na relação entre liberdade e necessidade” ou, como ele se expressa, “entre causalidade e teleologia” e que pretende apresentar a inter-relação ontológica dos dois termos, tendo o “trabalho” como “pedra angular

<sup>50</sup> Usaremos a expressão homem em todo o texto da presente dissertação considerando-a na sua forma genérica como “ser humano” e incorporando, aí, as diferenciações de gênero.

<sup>51</sup>De acordo com Lara, (2017, p. 77) Lukács [...] dedicou-se ao projeto ousado e de fundamental importância: o renascimento do marxismo. Para desenvolver esse projeto seus estudos centraram-se numa perspectiva que apreende a teoria social de Marx como uma ontologia do ser social, isto é, como estudo do autodesenvolvimento da vida material e espiritual da sociedade humana [...].

pois não é biologicamente determinado”. Na passagem que segue, em entrevista a Perry Anderson em 1971, o autor explica o teor de sua obra:

Meu novo trabalho foca na relação entre liberdade e necessidade, ou, como eu me expressei, entre causalidade e teleologia. Tradicionalmente, filósofos tem sempre baseado seus sistemas em um ou outro dos dois polos; ou tem negado a necessidade ou a liberdade humana. Minha intenção é de apresentar a inter-relação ontológica dos dois termos, e rejeitar o ultimato – ao qual filósofos tem recorrido para representar o homem. O conceito de trabalho é a pedra angular da minha análise, porque o trabalho não é biologicamente determinado. Se um leão ataca um antílope, seu comportamento é determinado por uma necessidade biológica e apenas por isso. Mas o homem primitivo está em frente a uma pilha de pedras, ele precisa escolher entre uma delas, tendo como critério qual será mais adequada para ser usada como ferramenta; ele escolhe entre *alternativas*. O termo alternativa é fundamental para o conceito de trabalho humano, o qual é, então, sempre teleológico – ele emprega propósito, o qual é resultado de uma escolha. Desta maneira expressa-se a liberdade humana. Mas a liberdade existe apenas objetiva e fisicamente, nas forças motrizes que obedecem às leis da causalidade do universo material. A teleologia do trabalho é então sempre coordenada com a causalidade física, e de fato, o resultado de qualquer outro trabalho individual é um tempo da causalidade física para a posição teleológica (*Setzung*) do que qualquer outra individual. Fé na teleologia da natureza é teologia, e fé em uma teleologia na história é infundada. Mas existe uma teleologia em cada trabalho humano, intrinsecamente inserida na causalidade do mundo físico. Esta posição, que é o núcleo do qual se desenvolve meu trabalho atual, excede a oposição clássica entre necessidade e liberdade. Mas eu quero enfatizar que não estou tentando construir um sistema compreensivo. O título do meu trabalho – que já está pronto, apesar de eu estar revisando o primeiro capítulo – é *para uma ontologia do ser social* e não *A ontologia do ser social*. Perceba a diferença. A tarefa na qual eles estão envolvidos vai requerer um esforço coletivo de muitos pensadores para seu real desenvolvimento. Mas eu espero que isto mostre as fundações ontológicas do socialismo da vida cotidiana que eu mencionei antes (LUKÁCS, 1971, p 3).

Para Lukács, (2013) o complexo categorial “trabalho” é fundante do ser social, e apesar do gênero humano conter as 3 esferas<sup>52</sup>, ou seja, ser “social” constituído dos seres naturais: “inorgânico e orgânico”, é o trabalho que o diferencia desses seres. Ser social, ser orgânico e ser inorgânico, no processo do desenvolvimento do ser social, o caráter social progride e supera as outras esferas, no entanto, não as eliminam, incorporando-as, trata-se da “coexistência categorial”. Lukács, (2013) atribui “prioridade ontológica” ao momento do ser natural, pois “sem reprodução biológica dos homens, nenhum ser social é possível”, mas afirma que não é possível a independência absoluta do ser inorgânico, apesar do contínuo e irreversível “afastamento das barreiras naturais” no desenvolvimento da evolução da humanidade. Para ele

[...] A prioridade ontológica da reprodução biológica do homem como ponto de partida de sua atividade econômica, esta como o fundamento ontológico-genético de suas atividades que dali por diante vão se tornando cada vez mais puramente sociais: este é o fundamento ontológico que une indissolivelmente o materialismo dialético, a filosofia geral do marxismo, com sua teoria do desenvolvimento histórico-social, com o materialismo histórico; isso só torna esse volume mais sólido e bem

<sup>52</sup> Essa concepção das esferas do ser são as bases preliminares da ontologia luckacsiana, que se posiciona como filosofia baseada na história do desenvolvimento do ser social e da contínua aprimoração da atividade humana, da práxis social (LARA, 2017, p.97).

fundamentado, porque, como já mostramos, a própria historicidade também é um princípio fundamentalmente ontológico da concepção de mundo do marxismo (LUKÁCS, 2013, p.196).

A inter-relação com o meio ambiente possibilita a preservação de seres da mesma espécie. No processo reprodutivo biológico as mudanças são percebidas apenas com alterações radicais do meio ambiente. No entanto, a reprodução no âmbito do ser social apresenta “mudanças qualitativas” ou o que o autor chama de “salto ontológico” na estrutura e na dinâmica das sociedades:

[...]o trabalho posto de modo teleologicamente consciente desde o princípio comporta em si a possibilidade (*dynamis*) de produzir mais do que o necessário para a simples reprodução da vida daquele que efetua o processo de trabalho. [...] Essa capacidade do trabalho de trazer resultados que vão além da reprodução própria daquele que o executa cria o fundamento objetivo da escravidão, diante da qual as únicas alternativas eram matar ou adotar o inimigo capturado. Partindo dali e passando por diversas etapas, o caminho percorrido levou ao capitalismo, no qual esse valor de uso da força de trabalho se converte no fundamento de todo o sistema (LUKÁCS, 2013, p.160).

As mudanças originárias do trabalho, o desenvolvimento da divisão do trabalho (conjunto ou cooperação), a comunicação/linguagem são “correlações de complexos entre si”. O homem, como ser biológico, constitui um complexo, de acordo com a teoria lukacsiana.

Como foi afirmado anteriormente, a sociedade para Lukács é um “complexo de complexos”. Na apresentação dos Prolegômenos para uma ontologia do ser social, Ester Vaisman e Ronaldo Vielmi Fortes explicam que

O ser é compreendido como totalidade concreta dialeticamente articulada em totalidades parciais. Essa estrutura constitutiva do ser, a que Lukács designa como um “complexo de complexos” – tomando emprestada a terminologia de Nicolai Hartmann – apresenta-se sempre por meio de uma intrincada interação dos elementos no interior de cada complexo. O complexo no interior dessa perspectiva é compreendido e determinado como um conjunto articulado de categorias que se determinam reciprocamente, além de estruturado de forma decisiva por uma categoria que atua como momento preponderante em seu interior (LUKÁCS, 2010, p.22).

Enfatizam que Lukács analisa as duas formas de “pores teleológicos” que nos auxiliam a compreender, por exemplo, o processo de desenvolvimento das formas superiores desses pores, a partir da forma originária do trabalho.

A primeira forma de pôr teleológico primário atua sobre um dado objeto ou elemento natural, enquanto o pôr teleológico designado por Lukács como secundário tem como objeto a consciência de outros homens, ou seja, “não mais intervenções imediatas sobre objetos da natureza, mas provocar essas intervenções por parte de outras pessoas” (LUKÁCS, 2010, p. 25).

A liberdade humana se expressa na decisão/escolha entre alternativas, portanto na relação entre “teleologia”, “causalidade”, “casualidade” que estão presentes na atividade humana. Igualmente estão presentes, a unidade ou “coexistência dialética” entre material e imaterial, objetividade e subjetividade, a separação ocorre somente no processo manipulatório. Todavia, é importante acrescentar que o resultado da ação humana nem sempre é o que se se

determina no pôr teleológico (causalidade), as circunstâncias, o acaso ou a “razão inesperada” não fazem parte da escolha. A tese que diferencia Lukács é o caráter ocasional, a “casualidade” em todas as esferas humanas. Contudo, Nicolas Tertulian no Posfácio dos Prolegômenos adverte que para “compreender o raciocínio lukacsiano, é preciso recordar a sua tese filosófica principal [...]”:

[...] as posições teleológicas dos indivíduos nunca chegam a exercer uma coerção absoluta, e isto porque elas só existem quando põem em movimento alguma cadeia causal; o resultado das ações de cada sujeito interfere no resultado das ações dos outros; daí que a resultante final escape, por definição, às intenções dos vários sujeitos particulares (LUKÁCS, 2010, p. 396).

O ponto em que o trabalho se liga à consciência é o campo dos “meios”, ou a “busca dos meios”, durante o planejamento e execução do processo de trabalho. Os modos de produção e reprodução da vida se diferenciam conforme os “meios” utilizados. Para Lukács o capitalismo foi a sociedade que mais proporcionou a “busca dos meios” e ao mesmo tempo o descompasso entre o desenvolvimento dessa mesma forma social e histórica do ser social e o desenvolvimento humano. Lara ressalta que,

Essa concepção que destaca os meios de trabalho como importante fundamento para análise das relações sociais assenta-se numa interpretação histórica da realidade, pois evidencia o resultado/produto da atividade humana objetivada em determinada época histórica (LARA, 2017, p. 102).

Ainda, segundo Lara (2017), a atividade humana ou práxis humana na sociedade capitalista que constitui uma “[...] particular relação social, uma das questões de extrema importância para a compreensão das formas como os homens produzem e reproduzem suas vidas por meio do trabalho é o valor econômico”, “uma categoria puramente social”. A universalidade do “valor de troca” nas relações sociais entre os homens tem “movimento duplo e contraditório”. Assim, na sociedade mercantil capitalista o “caráter de utilidade” se universaliza e, ao mesmo tempo, se torna cada vez mais “abstrato”, tornando a produção cada vez mais social.

Lukács ao abordar a lei do valor, chama atenção à descoberta de que é da utilização da força de trabalho como valor de uso e, por conseguinte, produtora do mais-valor, que proporciona a compreensão da exploração do trabalho humano nas relações sociais capitalistas. Isso mostra que, nessa particular relação de produção, a força de trabalho ganha a peculiaridade antitética de ser mercadoria especial (LARA, 2017, p.107).

A teoria do valor está ancorada no tripé: 1. Exploração do trabalho, 2. Complexo jurídico e 3. Complexo ideológico. Além disso, é possível afirmar também que os complexos jurídico e ideológico se tornaram necessários para a manutenção das relações de produção e reprodução capitalistas. E isso se explica pelo “desenvolvimento das forças produtivas e o domínio sobre o tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução da vida em

sociedade<sup>53</sup>” que criam “condições para o exercício de atividades que não estão ligadas diretamente à essência da produção”, corroborando a afirmação de Lukács que “quanto mais desenvolvidas as relações de trabalho de uma sociedade, mais amplas e complexas são as mediações sociais” (LARA, 2017, p.124-125).

Ancorados pela perspectiva lukacsiana podemos dizer que a necessidade humana está intrinsecamente relacionada ao trabalho, aos pores teleológicos e a liberdade de escolha com relação aos meios para satisfazer essa necessidade. Marx, 1985, no capítulo intitulado “A Mercadoria”, inicia a análise da mercadoria e que sua existência se deve ao valor de uso, ou seja, satisfazer necessidade humana.

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa<sup>2</sup>. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção (MARX, 1985, p.45).

Na mesma obra, em nota específica (NR 2), temos que “Desejo inclui necessidade, é o apetite do espírito e tão natural como a fome para o corpo. [...] [A] maioria (das coisas) tem seu valor derivado da satisfação das necessidades do espírito” (MARX, 1985, p. 45).

Em estudo anterior, Marx (2004), ao realizar a crítica da economia política e comparando as defesas de Lauderdale, Malthus etc. que, de um lado, recomendavam o luxo e desaprovavam a poupança e Say, Ricardo etc., que, de outro lado, recomendavam a poupança e desaprovavam o luxo, denomina de “necessidades refinadas” o consumo na sociedade capitalista. Em seus escritos encontramos alguns esboços do que mais tarde seriam os fundamentos da Lei do Valor e da Lei Geral do Capitalismo.

O primeiro lado tem a romântica ilusão de que não unicamente a cobiça deveria determinar o consumo do rico, e contradiz suas próprias leis quando faz o desperdício passar imediatamente por um meio de enriquecimento. E, por outro lado, é-lhe demonstrado, assim, muito diligente e circunstanciadamente, que eu, pelo desperdício, reduzo meus bens, e não aumento; o outro lado comete a hipocrisia de não reconhecer que precisamente o capricho e a divagação determinam a produção; ele esquece as “necessidades refinadas”, esquece que, sem consumo, nada seria produzido, ele esquece que a produção, mediante a concorrência, só tem de se tornar mais omnilateral, mais luxuosa; ele esquece que o uso lhe determina o valor das coisas e que a moda determina o uso, ele deseja ver produzido só o “útil”, mas esquece que a produção de demasiado útil produz população demasiado *inútil*. Ambos esquecem que desperdício e poupança, luxo e privação, riqueza e pobreza são iguais (MARX, 2004, p.142).

---

<sup>53</sup> “Lukács (2013), ao estudar a produção e reprodução da vida, considera três grandes complexos dinâmicos e históricos que se desenvolvem ininterruptamente no curso da evolução da humanidade. O primeiro é a *diminuição da quantidade de trabalho necessário à reprodução física do homem*; o segundo é o *recuo das barreiras naturais pelo domínio do trabalho e a crescente socialização da sociedade* (e da natureza); o terceiro, por sua vez, é a *integração crescente entre as sociedades que se encontram em relação recíproca pelo mercado mundial*” (LARA, 2017, p.92, grifo do autor).

Nessa direção, ou seja, no caminho que Marx empreendeu ao formular a sua crítica à Economia Política, escolhemos como referência para refletir sobre as necessidades humanas os estudos de Agnes Heller (1986) em “Teoría de las necesidades en Marx” e de Paulo Denisar Vasconcelos Fraga (2006), também denominado “Teoria das necessidades em Marx”.

Agnes Heller (1986), baseia seus estudos nas obras de Marx e observa que o conceito marxiano de necessidade é construído em três pontos:

1. El trabajador no vende al capitalista su trabajo, sino su fuerza de trabajo. 2. Elaboración de la categoría general de plusvalía y su demostración (beneficio, salario y renta del suelo son sólo formas fenoménicas de la plusvalía). 3. Descubrimiento del significado del valor de uso (Marx escribe que las categorías de valor y valor de cambio no son nuevas, sino que proceden de la economía política clásica). Si se analizan los tres descubrimientos que Marx se atribuye, no es difícil demostrar que de algún modo todos ellos están contruidos sobre el concepto de necesidad (HELLER,1986, p.21).

O trabalhador não tem outra alternativa a não ser vender ao capitalista sua força de trabalho – não seu trabalho – e, no processo de produção, quando sua força de trabalho aciona os meios de produção, ele produz o mais-valor que é apropriado pelo dono desses meios. Ainda que pelo seu trabalho o trabalhador produza mercadorias portadoras de valores de uso, o que interessa ao capitalista é o valor de troca delas. E, por certo, dada a necessidade de o capitalista reduzir o tempo do trabalho necessário e ampliar o tempo de trabalho excedente, haja vista que é neste que o mais valor é produzido, o salário que deveria ser baseado nas necessidades fundamentais do trabalhador é sempre menor do que o valor que ele produz. Nessa relação, o valor adicional, o mais valor, é apropriado pelo capital, satisfazendo a necessidade de valorização do capital. Heller ao se referir à Lei de acumulação capitalista de Marx afirma que este é um regime de produção em que o trabalhador existe para as necessidades do capital e não o contrário. Sobre a categoria da mais-valia (ou do mais valor), observa nas obras de Marx que “la idea de que la posibilidad de producir plusvalía se realiza cuando una determinada sociedad es capaz de producir más de lo suficiente para la satisfacción de sus “necesidades vitales” (HELLER, 1986, p.23). A produção de mais valia ou mais valor produz e reproduz a propriedade privada e a divisão do trabalho. Na complexificação desses processos criam-se a riqueza material e a multiplicidade das necessidades, mas

las necesidades se reparten siempre en virtud de la división del trabajo: el lugar ocupado en el seno de la división del trabajo determina la estructura de la necesidad o al menos sus límites . Esta contradicción alcanza su culminación en el capitalismo, donde llega a convertirse (como veremos) en la máxima antinomia del sistema (HELLER, 1986, p.23).

Heller faz uma classificação histórico-filosófico-antropológica baseada nas categorias “necessidades naturais”, entendidas como “necessidades físicas” ou “necessidades necessárias” e “necessidades socialmente determinadas”.

Es la sociedad burguesa la que subordina los sentidos humanos a las «burdas necesidades prácticas» y las hace «abstractas», reduciéndolas a meras necesidades de supervivencia. Precisamente por ello las necesidades dirigidas a la supervivencia no pueden formar grupos autónomos de necesidades de carácter general desde un punto de vista histórico-filosófico (HELLER, 1986, p.29).

A autora aponta para outras denominações como “necessidades alienadas” de caráter quantitativo e objetivo e “necessidades não alienadas” de caráter qualitativo e subjetivo. E, por último, as “necessidades radicais” que não são passíveis de satisfação e necessitam de um sistema capaz de satisfazê-las, possuindo, portanto, caráter revolucionário.

Heller (apud Pereira, 2002, p.44-45) aponta que as “necessidades radicais” se processam, contraditoriamente, durante o desenvolvimento do próprio capitalismo e que diferente das “necessidades necessárias” e “necessidades alienadas” não se integram ao sistema.

Isto quer dizer que a contradição histórica, que constitui a chave da mudança radical no processo de superação do sistema de necessidades capitalista, contraindica a adoção de um conceito objetivo (ou naturalista, diz ela) de necessidades humanas básicas e universais, “posto que sinaliza a não possibilidade de um conceito objetivo de necessidades humanas básicas e universais, porque “as necessidades materiais estão limitadas à produção, enquanto os mais variados ‘objetos’ põem limites a outras necessidades” (HELLER APUD PEREIRA, 2002, p.44-45).

Na compreensão de Veroneze (2018):

As ‘necessidades radicais’ são todas aquelas que nascem na sociedade capitalista como consequência do desenvolvimento da sociedade civil, e que não podem ser satisfeitas dentro dos limites da mesma, o que implica em fatores que possam levar a superação do capitalismo, da relação de assalariamento, da concentração da propriedade privada, da luta de classes e ao definhamento do Estado burguês (VERONEZE, 2018, p.10).

Já do ponto de vista de Fraga (2006), exposto com base nos “Manuscritos econômico-filosóficos de 1844 e nos textos que se situam em torno dessa obra, como “Os Cadernos de Paris”, o autor intenta demonstrar o “parâmetro da *riqueza das necessidades*, contraposto ao seu dilaceramento pelas lógicas da propriedade privada e do trabalho estranhado”. Argumenta que diante das dificuldades do texto quanto ao “caráter inconcluso e fragmentário, partes perdidas, com formulações que não por acaso Mészáros denomina ‘enganosamente simples’”, procurou a teorização sobre as necessidades em meio a outras tematizações reconhecidas como centrais nos Manuscritos, e objetivou “evidenciar a presença do questionamento pelas necessidades no interior das mesmas, o que, *pari passu*, vai revelando o parâmetro lógico da riqueza das necessidades como o seu elemento norteador”. Considera os aspectos envolvidos na relação crítica de Marx com Hegel e Feuerbach e os economistas, e explicita que “as necessidades são elementos constitutivos fundamentais – ontológicos – da própria condição



histórica do homem, concebido por Marx como um ser natural-social”. (FRAGA, 2006, p. 136).

Sobre as razões para a tematização das necessidades nesse estudo, Fraga (2006) pontua que

De começo, em sentido bastante geral, numa paráfrase de um subtítulo de Nietzsche, é possível afirmar que as necessidades são um tema de todos e de ninguém. O que significa dizer que, pela sua insuprimível universalidade vital, as necessidades se fazem presentes na obra de quase todos os autores, mas quase ninguém tentou oferecer um tratado específico sobre elas. A universalidade das necessidades termina por dissolver-se em meandros teóricos secundarizadores de sua importância. Tal inequação já constitui, por si só, razão suficiente para a sua tematização – ainda que em estudos modestos, que não almejam pioneirismo nem o lugar dos tratados (FRAGA, 2006, p.13).

Fraga (2006), na obra aqui referenciada aborda a concepção filosófica geral das necessidades e o sentido teórico do paradigma da riqueza das necessidades nos *Manuscritos* e nos *Cadernos*. Ao detalhar seus estudos o autor assevera que procura

[...] oferecer, na análise da relação dos homens entre si, um sentido teórico coerente ao *paradigma da riqueza das necessidades*, compreendendo o seu lugar filosófico nos *Manuscritos* e nos *Cadernos* e evidenciando *como* ele pode  *sintetizar em si* o duplo movimento que apresenta, a um tempo, o programa da emancipação humana nos textos de acerto de contas *político* com Hegel e os neo-hegelianos e, a outro, a teoria do ser social e do estranhamento nos escritos *econômico-filosóficos* de Paris, nos quais os temas diretamente políticos, como Marx avisa no “Prefácio” dos *Manuscritos*, são tratados apenas “na medida em que a própria economia nacional |os| aborda *ex professo*” (FRAGA, 2006, p.136-137).

Fraga explica que Marx, em suas análises, partiu das necessidades materiais do homem e se aproximou das “fontes dos economistas” (Wilhem Schulz, Eugène Buret, Constantin Pecqueur e Adam Smith). Nesse sentido afirma que

Marx tomou em parte as considerações de Hess sobre a natureza da atividade humana e da alienação, e lhes deu um caráter materialista, apoiando-se por sua vez em Engels e no livro de W. Schulz, *O movimento da produção*, que explicava o desenvolvimento histórico pelo da produção e expunha como os diferentes períodos da história estão determinados pelo desenvolvimento das *necessidades*, cuja satisfação leva a uma transformação constante da organização econômica e social (CORNU, 1965 *apud* FRAGA, 2006, p.138).

Ainda de acordo com Fraga (2006), Marx, no diálogo com os economistas, evidencia o processo de desumanização ao criticar a comparação das necessidades do homem com o animal e entre a distinção “homens [que] trabalham *com* máquinas” dos que “trabalham *como* máquinas”. De acordo com suas próprias palavras

Marx, que retoma o tema das necessidades dos economistas, obviamente não censura a economia política por ela ignorar as necessidades humanas, mas por concebê-las apenas sob a perspectiva burguesa, que apresenta por meta a “liberdade espiritual”, onde diz-se que “as necessidades materiais não constituem o único fim”, mas acabam, igualmente, tornando-se o “fim único para a maioria”. É o que Marx chama de “círculo vicioso da economia política” (FRAGA, 2006, p.143).

Fraga (2006, p. 144) destaca que o núcleo central dos Manuscritos é o “trabalho estranhado” e que o processo de estranhamento pode adquirir quatro formas: 1) estranhamento do objeto produzido, 2) estranhamento no ato da produção (ou da atividade humana), 3) estranhamento do ser genérico do homem (como membro da espécie humana) e 4) estranhamento da relação dos homens entre si. Sendo assim, a “preocupação com as necessidades acompanha de perto a denúncia marxiana do trabalho estranhado”. No mesmo sentido, recupera uma afirmação de Ágnes Heller, (1986, p.48-49) em *Teoria de las necesidades en Marx*, na qual defende que, visto como obstáculo ao desenvolvimento da riqueza humana, “o problema da alienação das necessidades constitui o núcleo da análise filosófica das necessidades em Marx”.

A quarta forma do estranhamento é apontada por Marx como diretamente decorrente das três primeiras, já que, se o objeto produzido não pertence ao operário, e se este está estranhado de sua atividade e de seu ser genérico, resta, portanto, que pertence a outro ser. No caso, a outro homem, o capitalista. O que implica haver um estranhamento na *própria relação*, isto é, na *forma mesma* da relação dos homens entre si. [...] Trata-se, portanto, de uma relação desumanizada que produz, segundo Marx, espírito para o capitalista, mas idiotice e cretinismo para o operário. Ainda em outra parte da obra, descrevendo situação similar, observa: “Em parte, este estranhamento se mostra na medida em que produz, por um lado, o refinamento das carências e dos seus meios; por outro, a degradação brutal, a completa simplicidade rude abstrata da carência; ou melhor, apenas produziu-se novamente a si na sua significação contrária”. No interior dessa relação capital-trabalho o homem é sempre meio e não fim. O homem não é uma necessidade positiva para o homem, mas apenas um instrumento para se explorar necessidades – o que não vale somente para a relação entre o capitalista e o operário, mas para o vínculo geral dos homens entre si na sociedade regida pela lógica da valorização do capital (FRAGA, 2006, p.148-149).

Na sequência, Fraga (2006), resume que Marx conclui que existe uma relação recíproca entre trabalho estranhado e propriedade privada, ou seja, o trabalho estranhado é a fonte da propriedade privada e a propriedade privada é o meio pelo qual o trabalho estranhado se consolida e se universaliza. Na sociedade capitalista, essa relação universal, o estranhamento humano, afeta a todos, o trabalhador e o capitalista. Nela, “proletariado e riqueza são antíteses” “representam o mesmo estranhamento-de-si humano”. A propriedade privada “‘poder histórico-mundial’ - expressão de Marx- gera e repousa sobre o aniquilamento das necessidades humanas. A rigor, duas faces da mesma moeda” (FRAGA, 2006, p. 154-155).

Para Fraga (2006), Marx propõe o comunismo como o afrontamento da propriedade privada e de sua “negação-exploração das necessidades” e entre outros argumentos como o da produção destrutiva do capital, enfatiza que

Se a propriedade privada engendra o aviltamento de todas as relações humanas, no qual as necessidades nada mais são do que fontes de poder onde “cada um procura criar uma força essencial estranha sobre o outro, para aí encontrar a satisfação da sua própria necessidade interesseira”, o comunismo nasce orientado por um imperativo inverso: *o do enriquecimento das necessidades*. O comunismo é a “sociedade devinda”, que produz, como sua realidade permanente, o homem na ‘total riqueza da

sua essência, o homem *rico, profundo e dotado de todos os sentidos*’ (FRAGA, 2006, p.158).

Sendo assim, “necessidade humana rica” é “o homem carente de uma totalidade da manifestação humana de vida”, sendo que “ela |a falta| é o elo passivo que deixa sentir ao homem a maior riqueza, o *outro* homem como necessidade (*Bedürfnis*)”. A defesa do comunismo como um movimento real e que resulta de pressupostos existentes, ou seja, das necessidades como “fontes da exigência da transformação histórica” (FRAGA, 2006, p. 158 e163). De acordo com o mesmo autor

[...] É o que, no mesmo rumo, apontara na *Crítica da filosofia do direito de Hegel: introdução*, ao dizer que as chances de uma emancipação alemã residiam ‘na formação de uma classe com *cadeias radicais*’, já que “nenhuma classe da sociedade civil tem necessidade ou capacidade da emancipação geral até ser obrigada a isto por sua situação *imediate*, pela necessidade [*Notwendigkeit*] *material*, por seus *próprios grilhões*’. É nesse quadro dialético entre objetividade e subjetividade que as necessidades serão alçadas à condição de fio condutor da própria ideia de revolução de Marx. É o que preconiza a tese da *Introdução*, segundo a qual ‘uma revolução radical só pode ser a revolução de necessidades radicais’ (FRAGA, 2006, p.163).

Para Fraga (2006, p. 164), a primeira crítica de Marx à economia política “é a crítica à redução das necessidades humanas ao perfil econômico, ou biológico-corporal”. De acordo com os pressupostos de Karl Marx, a forma burguesa da riqueza é a mercadoria. E, conforme Fraga (2006), esta noção já está presente nos Manuscritos de 1844, e “a forma emancipada dessa riqueza é a riqueza das necessidades e capacidades humanas” (FRAGA, 2006, p. 165), sendo assim essa crítica

[...] exige, para lembrar a rubrica de Hegel, um novo “sistema de necessidades”. Mas um sistema *para além* das mediações da ilusão ética do Estado, arregimentado não por uma reforma moral do espírito humano, como pensaram dezoitistas e utópicos – e mesmo certos intérpretes do humanismo marxiano –, mas pela negação dialética das formas políticas da sociedade burguesa, que valorizam o capital e depreciam o homem (FRAGA, 2006, p.165-166).

Pelo o que até aqui expomos é possível compreender que “as necessidades constituem um elemento central na estrutura dos *Manuscritos* – e não um registro periférico –, nem por isso, entretanto, tal passo alcançou suficientemente o esclarecimento do como e do porquê, no sentido positivo, elas ocupam esse lugar” (FRAGA, 2006, p. 166). Para alcançar o objetivo de responder a essas questões o mesmo autor argumenta que o “homem é antropológica e ontologicamente definido por Max como um ser social” e que o “caráter social é o caráter universal de todo o movimento; *tal* como a própria sociedade produz o *homem* como *homem*, assim ela é produzida por ele”. Desta forma Marx concentra-se na “*relação do ser natural humano*, que ajuda a iluminar as categorias do ser social no que concerne às necessidades” e o “ser genérico na *relação dos homens entre si*, para compreender, então, a gramática

emancipatória *peculiar* às necessidades *ricas*, vértice das necessidades em Marx”. (FRAGA, 2006, p. 168-169)

Na seção de sua obra dedicada às “necessidades e a relação do ser natural humano”, Fraga (2006) expõe a recusa do idealismo de Hegel por Marx nos *Manuscritos*, “reedita a ideia feuerbachiana que estabelece a incompletude ineliminável de todo ser natural vivo”, e reafirma a “questão das necessidades como fundamento do ser objetivo”. Cita a passagem dos *Manuscritos*, argumentando que “está à altura de um modo materialista historicamente medular para se pensar a falta, as necessidades, o movimento e suas mediações em termos ontológicos” (FRAGA, 2006, p. 170). Nas palavras do próprio Marx

Um ser que não tenha a sua natureza fora de si não é nenhum ser *natural*, não toma parte na essência da natureza. Um ser que não tenha nenhum objeto fora de si não é nenhum ser objetivo. Um ser que não seja ele próprio objeto para um terceiro ser não tem nenhuma essência para o seu *objeto*, isto é, não se comporta objetivamente, o seu ser não é nenhum ser objetivo. Um ser não-objetivo é um *não-ser*. [...] Um ser *não objetivo* é um ser não real, não sensível, apenas pensado, isto é, apenas imaginado, um ser da abstração. Ser *sensível*, isto é, ser real, é ser objeto do sentido, ser objeto *sensível*, portanto ter objetos sensíveis fora de si, objetos da sua sensibilidade. Ser sensível é ser *que sofre* (MARX, 2004, p.117, grifo do autor).

O tema do sofrer ou padecer, em Marx, segundo Fraga (2006, p. 172) “está diretamente ligado à determinação do homem como um *ser de necessidades*” e Marx, ao falar n’ *A ideologia alemã* que “os homens devem estar em condições de viver para poderem ‘fazer história’”. Para o autor, nessa obra marxiana “é onde as necessidades aparecem como um dos pressupostos materialistas da história”, na crítica ao pensamento filosófico neo-hegeliano. Isto posto, Fraga (2006) traduziu na linguagem marxiana, que *o homem*:

a) é ser imperfeito porque é um ser histórico e não um deus; b) *tem* uma parte fora de si, porque é integrante da natureza, que é seu corpo inorgânico e não habita internamente à sua consciência-de-si; c) *tem* esta parte no âmbito do seu gênero porque, como ser social, é um ser natural-humano – do contrário, não seria um ser genérico; d) *necessita* sempre de algo relativo ao seu bem porque precisa afirmar-se sob tais determinações; e) *tem* na sua necessidade a sua noção do bem, para onde dirige a sua paixão, a um objeto sensível ou subjetivo; f) é ser sensível... e sofrer é a sua empatia do mundo exterior (FRAGA, 2006, p.173).

A diferença específica entre o homem - que também é um ser incompleto, pois possui necessidades – e o animal é o “trabalho criativo”. É o trabalho, portanto, “que distingue, por um salto qualitativo sem par na natureza não-racional, o ser social do ser puramente natural”, conforme se denota das discussões lukacsianas. Segundo Fraga (2006) esse é “o grande elogio de Marx a Hegel, ao mesmo tempo que o seu afastamento substancial do naturalismo contemplativo de Feuerbach que, ao abstrair a atividade prático-social do trabalho, fazia parecer o mundo material uma coisa imediata, como uma entificação apenas externa aos homens”.

Fraga destaca que Bertell Ollman, observa que,

[...] nos escritos de Marx, a ‘necessidade’ está ligada sempre à ‘capacidade’, como meio através do qual o homem se apercebe da existência desta última. No homem, cada capacidade vai acoplada a uma necessidade peculiar vinculada com os objetos necessários para sua realização, para dar-se a conhecer e facilitar seu desenvolvimento enquanto tal (FRAGA, 2006, p.171).

Fraga menciona em sua obra mais três autores que, segundo ele, “acentuam a imbricação ativa necessidades-capacidades” O primeiro deles é Mészáros para quem “[a]s necessidades produzem poderes, tal como os poderes produzem necessidades”. De modo que “sofrimento, sentimento e paixão constituem, portanto, uma unidade dialética, que é inerentemente ativa”. Fraga (2006, p. 171-172) complementa que o “descompasso histórico entre essas dimensões é resultado do que Marx denomina como estranhamento, cujas quatro formas são bem representativas da fratura dessa correlação constitutiva”. O segundo autor mencionado por Fraga é Lefebvre. Para este teórico “[a] necessidade é, ao mesmo tempo, ato (atividade) e relação, em si mesma complexa, com a natureza, com outros seres humanos, com objetos”. O terceiro autor mencionado por Fraga é Márkus, para quem “é muito característico da concepção marxiana do homem que não separe taxativamente as necessidades das capacidades, senão que as considere determinações reciprocamente condicionadas do indivíduo concreto ativo”.

Citando Lukács, Fraga (2006) destaca a reciprocidade necessidades-capacidades, relação pela qual se denota que sem o trabalho não há necessidades e sem necessidades o trabalho não tem o que o mova. Nesse sentido assevera que

É o que, num sentido dinâmico, mediado pela atividade da consciência, e não por um ditame retilíneo biológico, expressou Lukács: ‘Tão-somente o carecimento material, enquanto motor do processo de reprodução individual ou social, põe efetivamente em movimento o complexo do trabalho; e todas as mediações existem ontologicamente apenas em função da sua satisfação. O que não desmente o fato de que tal satisfação só possa ter lugar com a ajuda de uma cadeia de mediações, as quais transformam ininterruptamente tanto a natureza que circunda a sociedade, quanto os homens que nela atuam, as suas relações recíprocas, etc.’ (LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem [...] (FRAGA, 2006, p. 175).

Na explanação das afirmações de Marx relativas à natureza “como base real condicionadora da existência - e não só como condicionada”, Fraga reitera o que Marx e depois Lukács<sup>54</sup>, Mészáros<sup>55</sup> e Heller, todos baseados em Marx, afirmaram: por mais evoluído que

<sup>54</sup> Aqui, destacamos uma passagem de Lukács sobre as mediações do ser natural e do ser social, evidenciando no que elas implicam. Para ele “existem, certamente, categorias sociais puras, ou, melhor, apenas o conjunto delas constitui a especificidade do ser social; todavia, esse ser não apenas se desenvolve no processo concreto-material de sua gênese a partir do ser da natureza, mas também se reproduz constantemente nesse quadro e não pode jamais se separar de modo completo – precisamente em sentido ontológico – dessa base. [...]. A virada materialista na ontologia do ser social, provocada pela descoberta da prioridade ontológica da economia em seu âmbito, pressupõe uma ontologia materialista da natureza” (LUKÁCS, 1979, p. 19).

<sup>55</sup> De acordo com Mészáros “A sociedade é a ‘segunda natureza’ do homem, no sentido de que as necessidades naturais originais são transformadas por ela e, ao mesmo tempo, integradas numa rede muito mais ampla de necessidades, que são, no conjunto, o produto do homem socialmente ativo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 156).

seja o processo social do homem, “a natureza é o seu corpo [inorgânico], com o qual ele tem de permanecer em constante processo para não morrer” (FRAGA, 2006, p. 178). O ser humano pertence ao reino animal, portanto a “mortalidade” é um “condicionamento irrevogável”. Assim, ao problematizar essa questão, Fraga nos pergunta

O que é a morte senão a força da determinação material-ontológica das necessidades a triunfar sobre o ser estruturalmente incompleto?! No lado humano, subjetivo, as necessidades são infinitas. No lado natural, objetivo, há o ser finito, mortal. [...] É verdade, como argumenta Ágnes Heller, que em Marx nem a necessidade mais básica da fome é vista como puramente natural, pois a sociabilidade humana requalifica a forma de sua saciação. Marx realmente escreveu que a fome humana é fome de garfo e faca. [...] Mesmo não conceituando as necessidades em Marx como ontológicas, Heller está de acordo sobre que ele não suprime a necessidade natural, embora para essas ela prefira usar o conceito de ‘limite existencial para a satisfação das necessidades’ ou ‘necessidades necessárias’ (*notwendigen Bedürfnissen*), pois ela se dá conta de que, no estudo de um autor que dedicou a sua vida a denunciar a tragédia da miséria econômica, seria realmente muito aristocratismo teórico ignorar a morte de milhões pela fome (FRAGA, 2006, p.178-180).

Fraga (2006) evidencia que Marx em *O Capital*, afirma que o “trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem”. Sendo assim o reino da liberdade supõe e reconhece o reino da necessidade, mas não a necessidade imposta pela lógica irracional do capital. Este tipo de necessidade Marx classifica ou define como “miséria” ou “penúria”, pois para ele nesta sociabilidade o homem está em profundo processo de desumanização ao ter suas necessidades reduzidas às de sobrevivência. De acordo com o pensamento marxiano, o reino da liberdade não prescinde da produção material, da atividade do trabalho. Ao mesmo tempo “a liberdade se elabora no reconhecimento da base material da necessidade” (FRAGA, 2006, p.185). Em sendo assim,

De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade [*Not*] e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades [*Bedürfnisse*], para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino da necessidade natural [P.D.V.F.]. É que aumentam as necessidades [*Bedürfnisse*], mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas, esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade [*Notwendigkeit*]. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade

[*Notwendigkeit*]. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho (MARX apud FRAGA, 2006, p.185-186)<sup>56</sup>.

Posto isto, Fraga (2006) conclui que “o aspecto ontológico não é nem um determinismo cego que impede a liberdade, nem, ao inverso, uma lei histórica que antecipa, sem intervenção humana, a garantia da emancipação” e reafirma “a relação do ser natural-humano como relação homem-natureza” enfatizando que “as mediações do homem”, ou a liberdade enquanto escolha, pode levar à *produção destrutiva do capital* de Mészáros, caso não se rompa com a concepção antropocêntrica da relação homem-natureza (FRAGA, 2006, p. 186). Por fim, o autor resume que, pelo disposto, “o estatuto filosófico das necessidades, nos *Manuscritos*”,

é o de que elas são uma determinação ontológica imanente ao ser social, intermediadas pela categoria da atividade humana sensível, o trabalho, que com elas compõe um complexo histórico-infinito, articulador do correlacionamento vital do homem com a natureza e dos homens entre si. Mas, como para Marx elas não são, no nível do ser social, apenas um elemento objetivo, mas juntamente subjetivo e, desse modo, não apenas passivas, como também ativas, não cabe reivindicar a simples satisfação material das mesmas, senão que igualmente o seu enriquecimento subjetivo. Assim, a determinação ontológico-social das necessidades em Marx não é compadrio com a sua fixação no grau da bruta rudeza natural. Ao contrário, é reconhecimento revolucionário da necessidade (*Bedürfnis*) de que o seu refinamento emancipado cobra um cenário real-efetivo: a vida histórica. Não mais o plano do naturalismo contemplativo de Feuerbach; não mais o do idealismo incrítrico de Hegel (FRAGA, 2006, p.187).

Em uma das seções do seu trabalho denominada “Necessidades e relação dos homens entre si”, Fraga (2006) busca compreender qual sentido tem tal enriquecimento para a liberação humana segundo as categorias da mesma teoria do ser social dos *Manuscritos*. Reafirma a necessidade como propriedade ontológica no homem, razão pela qual o seu ser é essencialmente relacional. A essência universal do homem, o trabalho como atividade vital, nasce do relacionamento concreto de indivíduos necessitados, na dependência de homem a homem. Menciona, ainda, que para Marx “[...] a atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico”. Porém, “o trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio para a sua *existência*” (FRAGA, 2006, p. 191). Conforme Fraga,

Ainda que Marx, nos *Manuscritos* e nos *Cadernos*, não opere com a teoria do valor-trabalho, que inicialmente ele recusa de David Ricardo, mesmo assim ele já tem as categorias do trabalho e do trabalho estranhado. O primeiro é fundante do ser social;

<sup>56</sup> Fraga explica em seus escritos determinados termos e técnicas utilizadas na redação da seguinte forma: “Onde o contexto exigir, intervenções internas às citações serão identificadas por duas barras verticais “[ ]”, ao passo que parêntesis “( )” e colchetes “[ ]” pertencem sempre à grafia própria das edições citadas. Eventuais modificações nos termos das traduções serão assinaladas, na citação, pela abreviatura “[P.D.V.F.]” seguida de explicação em rodapé. Grifos, quando não presentes no original citado, serão indicados” (FRAGA, 2006, p.28).

o segundo promove a demolição das condições de desenvolvimento positivo do gênero humano (FRAGA, 2006, p.192).

Fraga (2006), com base nos escritos de Marx afirma que esse autor, analisando as condições do excedente produzido sob a realidade das trocas, afirma que estas só existem para o gênero humano, pois a troca se efetiva numa “relação de reconhecimento estranhado, que nasce na base da produção material” (FRAGA, 2006, p. 193). Para o mesmo autor

Quando eu produzo *mais* do que posso necessitar imediatamente do objeto produzido, adapto *calculadamente* minha *sobre*-produção à tua necessidade. Só na *aparência* produzo um excedente do mesmo objeto. Na verdade, produzo visando a *outro* objeto, ao objeto da tua produção, pelo qual penso trocar meu excedente; intercâmbio que está já realizado em meu pensamento. A relação *social* em que estou contigo, meu trabalho para tua necessidade, não é, portanto, mais do que uma simples *aparência*, cuja realidade é o despojo mútuo. Posto que nosso intercâmbio é egoísta tanto de tua parte como da minha, a intenção de despojar, de enganar ao outro está necessariamente *|nothwendig|* à espreita; posto que todo egoísmo trata de superar ao egoísmo alheio, ambos buscamos necessariamente *|nothwendig|* a maneira de enganarmos um ao outro. Essa soma de poder sobre teu objeto, que está incluído no meu, necessita *|bedarf|*, por suposto, de teu *reconhecimento* para converter-se em poder real. Porém, nosso reconhecimento recíproco, referido como está ao poder recíproco de nossos objetos, é uma luta; e em toda a luta vence o que possui maior energia, força, sagacidade ou destreza<sup>57</sup>(FRAGA, 2006, p.193-194).

Na totalidade das relações sociais entre os homens é que Marx defende que a “atividade” e a “fruição social” correspondem a modos de existência ou “formas de afirmação do ser sob determinadas condições de sociabilidade” (FRAGA, 2006, p. 196). Ao afirmar isso Fraga (2006) estende o raciocínio de Marx, para quem o “comércio de trocas reflete a imagem da essência humana”, e este é o reconhecimento do ser no “interior da propriedade privada”. Assim, na luta pelo objeto na relação das trocas, “o dinheiro lhes toma o lugar de automeiadores entre si e aparece-lhes ‘como o verdadeiro meio de ligação, a força galvano-química da sociedade’, o ‘vínculo de todos os vínculos’ ” (FRAGA, 2006, p. 194). Afirma ainda que “as necessidades se tornam o instrumento perfeito para um homem espiar domínio sobre outro” (FRAGA, 2006, p. 194). Arrematando suas reflexões o autor pondera que

O dinheiro, como mediador entre a necessidade e a satisfação, constitui-se, doravante, no abstrativo “vínculo que me liga à vida *humana*”. O que faz do dinheiro não só o que *eu sou*, mas também o que *é o outro homem para mim*, pois “o que medeia a *minha* vida, *medeia-me* também a existência do outro homem para mim” (FRAGA, 2006, p.194).

Consideramos de fundamental relevância para os objetivos das nossas discussões e pelos motivos que serão expostos ao longo desse trabalho ter presente que a questão da “moral” e do “exemplo ético” citado por Fraga (2006) nos servem para chamar a atenção para o fato de que a “impugnação marxiana do capitalismo não se assenta – *nem no que respeita à*

---

<sup>57</sup> MARX, K. ‘Extratos sobre James Mill’. In: *Op. cit.*, p. 151-152. Sobre os termos alemães, aduzidos para esclarecimentos, ver Idem, ‘Aus James Mill’. In: *Op. cit.*, p. 463. Nota de rodapé 526, p.194. (FRAGA, 2006, p.194)



*avaliação das necessidades* – em matéria de natureza essencialmente moral”, muito menos em “exemplo ético a ser seguido pelos demais homens”. Para Marx, “ ‘o crédito’ ” é o que determina o padrão “ ‘moral’ do pobre” (FRAGA, 2006, p. 196). Conclui asseverando que “quando [...] o *reconhecimento moral de um homem* adquire a forma de *crédito*, se revela o segredo que reside na mentira do reconhecimento moral: a abjeção *imoral* desta moralidade” (FRAGA, 2006, p. 196). O mesmo autor, na sequência, afirma que

Marx aplica aí a herança do seu velho mestre de Berlim, que recusou a ética abstrativa de Kant para apanhar a eticidade na verdade do todo, que não admite operar ‘corretivamente’ do exterior do cenário dos sujeitos que estão em luta. Se em Hegel tratava-se da totalidade do movimento do espírito enquanto sistema e ciência, que se objetivava no direito como “coisa da lógica”, em Marx trata-se de captar as urdiduras do real na análise da totalidade social concreta. Por essa razão, o ‘programa’ crítico da riqueza das necessidades, bem como o da emancipação humana, não concerne a uma reforma moral do espírito humano ou do sistema social, mas à suprassunção do estranhamento efetivada pelo comunismo como negação da negação. A propósito, quando Marx defende o estatuto da autonomia do ser humano, alguns autores o atribuem a uma influência da filosofia kantiana, e puxam Marx para um humanismo de corte ético-moral. Desconsideram aí a ascendência da dialética do reconhecimento de Hegel. Ao falar do *ser autônomo*, Marx observa que “um homem que viva da graça de outro considera-se como um ser *dependente*” (MEFa, p. 102 – sem grifo no original). Ora, esta é uma idéia central do silogismo hegeliano do senhor e do escravo (Cf. capítulo 1, seção 1.2 deste estudo). Por outros quadrantes, também Giannotti rechaça confundir a coragem moral de Marx ou os fatores de desenvolvimento de sua teoria com os fundamentos conceituais do seu sistema (GIANNOTTI, *Op. Cit.*, p. 160). (FRAGA, 2006, p. 196).

Fraga (2006) conclui que Marx, nos *Manuscritos*, reafirma que somente a “suprassunção do estranhamento” ou “negação” das formas de estranhamento do trabalho, o homem possa reconhecer outro homem como parceiro, tendo como “vínculo sagrado” a “riqueza das necessidades” e sua “essência humana” deixar de ser uma contraposição à existência. Enquanto a necessidade estiver relacionada apenas à satisfação material, considerada como um “luxo desnecessário”, qualquer necessidade mais elaborada, continuará “apenas básica para qualquer desenvolvimento omnidirecional” (FRAGA, 2006). O mesmo autor, citando o próprio Marx pontua que

‘Somente pela riqueza objetivamente desdobrada da essência humana é em parte produzida, em parte desenvolvida a riqueza da sensibilidade *humana* subjetiva – um ouvido musical, um olho para a beleza da forma, somente em suma *sentidos* capazes de fruição humana, sentidos que se confirmam como forças essenciais *humanas*. Pois não só os cinco sentidos, mas também os chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor, etc.), numa palavra o sentido *humano*, a humanidade dos sentidos, apenas advêm pela existência do *seu* objeto, pela natureza *humanizada*’. É o contexto onde aparecem as já citadas afirmações: ‘O *sentido* preso na necessidade prática rude tem também somente um sentido *tacanho* [...]’. O homem necessitado, cheio de preocupações, não tem nenhum *sentido* para o espetáculo mais belo’ (MARX, 1993, p. 98 e 152, apud FRAGA, 2006, p.202).

Isto posto, defende a ideia de que “a verdade do ser genérico é a comunidade humana” e a unidade é assegurada pelas “necessidades ricas”, sendo a emancipação humana superior a emancipação política (FRAGA, 2006, p. 203). Nessa direção assevera que

[...] ‘A teoria do ser social é o esteio que sustém a tese de que a revolução radical ou social-humana é superior à revolução meramente política, que deixa em pé os pilares do edifício e que, em última instância, não resolve os males sociais, onde às necessidades sobra, unicamente, manifestar a figura da miséria humana’ (FRAGA, 2006, p.204).

Há que se destacar que a relação entre a emancipação humana, a emancipação política e os direitos sociais é incansavelmente discutida pelos profissionais de serviço social, seja porque nós assistentes sociais trabalhamos majoritariamente com Políticas Sociais, seja porque defendemos a ampliação dos direitos sociais nos limites da sociedade de classe, e/ou porque essa relação compõe ao mesmo tempo o cenário/conjuntura em que atuamos no cotidiano. A compreensão dessa relação dada a sua complexidade, se torna mais um desafio a ser enfrentado, para o que posteriormente esperamos trazer algumas contribuições ao discutirmos a relação entre Estado e políticas sociais.

Antes disso, contudo, consideramos fundamental apresentar a sociedade de classes pela perspectiva da Lei Geral de Acumulação Capitalista, a fim de compreender a produção e reprodução da questão social expressa na pobreza, no desemprego, na constante precarização das condições de vida da classe trabalhadora. Dito de outra forma, a lei tendencial nos permite compreender os processos de exploração a que está submetida a classe trabalhadora, mas também a sua conseqüente “não satisfação” das necessidades humano sociais. Trata-se de uma lógica que se impõe como condição para a acumulação de capital.

## 2.2 As necessidades humano sociais na sociedade de classes

No Capítulo XXIII de “O Capital”, volume II, Karl Marx (1985, p.187) investiga “a influência que o crescimento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora” e dialoga com os principais escritores econômicos daquele período histórico, séc. XVIII. Em algumas passagens denomina os argumentos dos representantes da economia clássica de “interpretação às avessas”, de “ficção econômica”, “façanhas da apologética econômica” e até de “descaramento” desses “sicofantas” e vai explicando e contrapondo as teses defendidas por eles<sup>58</sup>. (1985, p.205-206).

---

<sup>58</sup> A. Smith, Ricardo, John Bellers, Colins, Bernard de Mandeville, F. M. Eden, Malthus, H. Merivale, Harriet Martineau, Jones, Ramsay, Barton, Galiani, Laing, Ortes, Townsend, Storch, Steuart, Sismondi.

Para cumprir o que se propõe, Marx divide o Capítulo em 5 partes: 1. Demanda crescente de força de trabalho com a acumulação, com composição constante do capital; 2. Decréscimo relativo da parte variável do capital com o progresso da acumulação e da concentração que a acompanha; 3. Produção progressiva de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva; 4. Diferentes formas de existência da superpopulação relativa. A lei geral da acumulação capitalista.

A quinta e última parte, da página 212-259, que Marx (1985) denomina de “Ilustração da lei geral da acumulação capitalista”, apresenta uma pesquisa em 47 páginas, dos 20 anos (1846 a 1866) da acumulação capitalista na Inglaterra, por considerar entre outros fatores que só aquele país possui o modo de produção capitalista plenamente desenvolvido. Desta forma, apresenta dados do acréscimo percentual anual da população da Inglaterra e do País de Gales e compara com dados do crescimento da riqueza, além de apresentar as condições de alimentação e habitação dos trabalhadores. Investiga assim as camadas mal pagas da classe trabalhadora industrial inglesa, a população nômade, o proletariado agrícola e efeitos das crises sobre a parte mais bem remunerada da classe trabalhadora.

Na primeira parte indica os fatores mais importantes nessa investigação: “a composição do capital e as modificações que ela sofre no transcurso do processo de acumulação”, sendo que a composição do capital deve ser compreendida em “duplo sentido”, pelas perspectivas do valor e da matéria. (Marx, 1985, p.187)

A composição do capital ou composição orgânica na perspectiva do valor (composição-valor), que é determinada pela proporção em que se reparte em: 1. capital constante ou valor dos meios de produção e 2. capital variável ou valor da força de trabalho.

A composição do capital ou composição orgânica na perspectiva da matéria (composição técnica do trabalho) em: 1. meios de produção e 2. força de trabalho viva, que é determinada pela proporção entre a massa dos meios de produção utilizados e o montante de trabalho exigido para seu emprego.

Marx (1985, p. 188) e a economia clássica não divergem na compreensão de que o “crescimento do Capital implica crescimento de sua parcela variável ou convertida em força de trabalho”. A demanda crescente de força de trabalho pode elevar o salário, no entanto, o “caráter básico da produção capitalista”, ou seja, a reprodução contínua da sua relação: “capitalistas de um lado, assalariados do outro” não é modificada se o salário ou preço do trabalho atinge um patamar que assegure melhores condições de reprodução ao assalariado e nem é eliminada a sua relação de dependência com o capital.

A reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa se incorporar ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende, constitui de fato um momento da própria reprodução do capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado (MARX, 1985, p. 188).

Marx (1985, p.188) entende proletariado como “o assalariado que produz e valoriza ‘capital’ e é jogado na rua assim que se torna supérfluo para as necessidades de valorização de ‘Monsieur Capital’ [...]” citando Constantin Pecqueur. Força de trabalho que é comprada para valorizar o capital, produzir mercadorias que contenham mais trabalho do que o capitalista paga. Marx (1985, p. 191) observa que na controvérsia sobre o “preço crescente do trabalho”, deixou de se ver o principal, a *differentia specifica* ou “lei absoluta” da produção capitalista, a “produção de mais-valia ou geração de excedente”.

Os movimentos absolutos na acumulação do capital refletem sobre a massa de trabalhadores, desta forma o “aumento do capital torna insuficiente a força de trabalho explorável” e a “diminuição do capital torna excessiva a força de trabalho explorável” e não o contrário, ou seja, não é uma relação de duas grandezas independentes entre si \_ o capital e tamanho da população trabalhadora. A relação entre capital, acumulação e taxa de salário é a relação entre “trabalho pago e trabalho não pago da mesma população trabalhadora”. (MARX, 1985, p. 192)

A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei da Natureza, expressa, portanto, de fato apenas que sua natureza exclui todo decréscimo no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que poderia ameaçar seriamente a reprodução continuada da relação capital e sua reprodução em escala sempre ampliada (MARX, 1985, p. 193).

A segunda parte faz uma reflexão sobre a mudança na composição técnica do capital, o crescimento da massa dos meios de produção, comparada à massa da força de trabalho, ou seja, o decréscimo da parte variável do capital. Marx (1985, p.198) examina no processo produtivo o crescimento contínuo da acumulação e a velocidade desse crescimento, até o surgimento do “ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação”. Os dois fatores econômicos que criam a mudança na composição técnica é a acumulação do capital que desenvolve o modo de produção especificamente capitalista e vice-versa. O crescimento do capital que leva à “concentração simples” (acumulação de meios de produção e de comando sobre o trabalho) e à “concentração de capitais já constituídos” que é a “expropriação de capitalista por capitalista” ou “centralização dos capitais” ou a “atração de capital por capital”. (MARX, 1985, p. 196)

A centralização complementa a obra da acumulação, seja por anexação – caminho violento “onde certos capitais se tornam centros de gravitação tão superiores para outros que

lhes rompem a coesão individual e, então atraem para si os fragmentos isolados”, ou por fusão \_ “de uma porção de capitais já constituídos ou em vias de constituição mediante o procedimento mais tranquilo da formação de sociedades por ações”. (MARX, 1985, p. 197)

[...] a centralização assim reforça e acelera os efeitos da acumulação, amplia e acelera simultaneamente as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam sua parte constante à custa de sua parte variável e, com isso, diminuem a demanda relativa de trabalho. As massas de capital soldadas entre si da noite para o dia pela centralização se reproduzem e multiplicam como as outras, só que mais rapidamente e, com isso, tornam-se novas e poderosas alavancas da acumulação social. Ao falar, portanto, do progresso da acumulação social – hoje –, os efeitos da centralização estão implícitos (MARX, 1985, p.198).

Na terceira parte, Marx (1985) expõe como o crescimento do capital global cresce e também seu componente variável, a força de trabalho nele incorporada, mas em proporção continuamente decrescente.

Esse decréscimo relativo de sua componente variável, acelerado pelo crescimento do capital global, e que é mais acelerado que seu próprio crescimento, aparece, por outro lado, inversamente, como crescimento absoluto da população trabalhadora sempre mais rápido do que do capital variável ou de seus meios de ocupação. No entanto, a acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital (MARX, 1985, p.199).

Em todas as esferas produtivas, as variações periódicas provocadas pelo movimento do capital, o crescimento do número de trabalhadores ocupados está sempre ligado à produção transitória de “superpopulação”, quer pela forma da “repulsão” dos ocupados ou da dificuldade de “absorção”. A lei populacional peculiar ao modo de produção capitalista diz que “com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa”.

Mas, se uma população excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional (MARX, 1985, p. 200).

Marx (1985, p. 201) enfatiza que o “curso de vida característico da indústria moderna” \_ o estímulo do crédito, o ciclo decenal com tendência a se tornar gradualmente mais curto, expansão súbita e intermitente da escala de produção, contração e expansão, crise e estagnação \_ repousa na contínua constituição e reconstituição do “exército industrial de reserva ou superpopulação” e que a oscilação do ciclo industrial são os “mais energéticos agentes de sua reprodução”. “Toda forma de movimento da indústria moderna decorre, portanto, da constante transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semi-

empregados”. Marx (1985, p.202) refere que até mesmo a Economia Política (Merivale, Malthus, Martineau) entende a produção de uma “população excedente relativa” como condição de existência da indústria moderna. E que a produção capitalista necessita de um exército industrial de reserva independente da barreira natural, que o “crescimento natural da população fornece”.

Marx (1985, p. 203) explica o deslocamento progressivo da força de trabalho como necessário para o desenvolvimento do modo de produção capitalista e da força produtiva do trabalho – “simultaneamente causa e efeito da acumulação” – e que a “produção de superpopulação relativa ou a liberação de trabalhadores avança ainda mais rapidamente do que a revolução técnica do processo de produção” numa “escala adequada ao progresso da acumulação social”.

Por um lado, portanto, com o avanço da acumulação, maior capital variável põe mais trabalho em ação, sem recrutar mais trabalhadores, por outro, capital variável da mesma grandeza põe mais trabalho em ação com a mesma massa de força de trabalho e, finalmente, mais forças de trabalho inferiores mediante o deslocamento de forças de trabalho superiores (MARX, 1985, p. 203).

Sobre a “Lei de oferta e procura de mão-de-obra” ou atração e repulsão da população trabalhadora (imigração e emigração), Marx (1985, p. 204-205) enfatiza que a demanda e a oferta de trabalho são reguladas pela expansão e concentração do capital, portanto, de acordo com suas necessidades momentâneas de valorização, e não pelo “dogma econômico” de que depende do tamanho da população. E, continua,

Aquela ficção econômica confunde as leis que regulam o movimento geral do salário ou a relação entre classe trabalhadora, isto é, força global de trabalho e capital global da sociedade, com as leis que distribuem a população trabalhadora entre as esferas específicas da produção (MARX, 1984, p. 204-205).

Marx (1985, p. 206) afirma também que o movimento da lei da demanda e oferta de trabalho confirma o despotismo do capital, pois, sendo a superpopulação relativa o “pano de fundo sobre o qual essa lei se movimenta”, é o exército industrial de reserva que pressiona ou contém o deslocamento do exército ativo de trabalhadores, desta forma, podendo o capital dispor dos trabalhadores que foram “liberados”.

A superpopulação relativa existe em todos os matizes possíveis. Todo trabalhador faz parte dela durante o tempo em que está desocupado parcial ou inteiramente. Abstraindo as grandes formas, periodicamente repetidas, que a mudança das fases do ciclo industrial lhe imprime, de modo que ora aparece agudamente nas crises, ora cronicamente nas épocas de negócios fracos, ela possui continuamente três formas: líquida, latente e estagnada (MARX, 1985, p.206).

As três formas da superpopulação relativa são descritas como: 1ª) Líquida ou fluente – é a população ocupada que cresce com o tamanho da indústria; 2ª) Latente – é a população rural continuamente na iminência de transferir-se para a população urbana ou manufatureira e

a 3ª) Estagnada – constitui parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular e caracterizada como “máximo do tempo de serviço e mínimo de salário”. Sob a rubrica de trabalho domiciliar, absorve continuamente os redundantes da grande indústria e da agricultura. É elemento autorreprodutor e autoperpetuador da classe operária. É a população da esfera do pauperismo. “Abstraindo vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma o lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social consiste em três categorias.” Primeiro, os aptos para o trabalho, segundo, os órfãos e crianças indigentes e terceiro, degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. “O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva”. (MARX, 1985, p.208-209)

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral da acumulação capitalista (MARX, 1985, p.209).

Podemos perceber os elementos político/ideológico contidos no processo de acumulação na atualidade, que visam naturalizar e responsabilizar os trabalhadores pela sua condição de empobrecimento contínuo, ocultando a dinâmica de desenvolvimento do capital, conforme exposta nesta seção.

O entendimento da dinâmica capitalista se torna crucial para o desvelamento da realidade, para reconhecer como se dá a gênese da pobreza e da riqueza e desta forma, contribuir para a desmistificação dos discursos dominantes na elaboração de modalidades de proteção social. Modalidades de proteção social que tem como objetivo “satisfazer” necessidades humanas que, como foi visto na introdução deste capítulo, não estão cumprindo o seu papel. Por um lado, apontamos que o conceito de necessidades humano sociais em Marx não encontra eco neste modo de produção e reprodução do capital. Por outro, verificamos que são poucos os pesquisadores que buscam realizar esse enfrentamento ao discutirem o conceito de “necessidades humanas”, conforme será visto na última seção.

### 2.3 Os debates contemporâneos sobre as necessidades humano sociais

Merece registro, com base em Potyara A. P. Pereira (2002, p.21), em sua pesquisa sobre “Necessidades Humanas, subsídios à crítica dos mínimos sociais”, que a noção de

mínimos sociais recuperada no âmbito da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), precisa ser melhor compreendida e qualificada, a partir “[...] de uma perspectiva conceitual, teórica e histórica mais ampla e includente”. A autora introduz a ligação entre satisfação de necessidades humanas e políticas sociais<sup>59</sup>, partindo do pressuposto da luta entre as classes sociais, indicando um campo de conflito de interesses. A autora trabalha o conceito de “necessidades humanas básicas” em oposição ao conceito liberal de “mínimos sociais”, entre outras contribuições<sup>60</sup>, para oferecer uma base mais consistente para formulação de políticas sociais. Defende a revisão do significado de “mínimos de provisão social” constante na política de assistência social a partir da LOAS e da noção de “necessidades humanas básicas”, pois “mínimo e básico” são conceitos distintos e assimétricos, segundo ela. Além disso, a autora indica a correlação entre necessidade e provisão nos seguintes termos:

[...] Isso implica, por sua vez, considerar a provisão social como uma política em movimento, que não se contenta em procurar suprir, de forma isolada e estática, nem ínfima ou mesmo basicamente, privações e carências críticas que, por serem “máximas” ou extremas, exigem respostas mais complexas e substanciais. Tomando de empréstimo um raciocínio mais usualmente empregado na área econômica, diríamos que as políticas de provisão social só terão racionalidade e eficácia se estabelecerem inter-relações ou nexos orgânicos no seu próprio âmbito (entre as diversas medidas de proteção, que visam incrementar a qualidade de vida e de cidadania dos segmentos sociais mais desprotegidos) e com políticas econômicas (PEREIRA, 2002, p.27-28).

Pereira (2002, p.185) considera que “necessidades humanas básicas” é uma categoria-chave, e expõe as razões para desenvolver o tema:

a) porque essa é a categoria que melhor explica a dinâmica das relações de poder, nas sociedades capitalistas; b) porque ela está na base da questão social, que suscita respostas políticas; c) porque é ela que, uma vez retrabalhada do ponto de vista socialista, poderá constituir um contraponto problematizador à atual hegemonia das políticas sociais neoliberais/neoconservadoras e contribuir para a formação de uma “cultura de oposição” no seio do próprio capitalismo (PEREIRA, 2002, p.185).

Portanto, nos marcos da sociedade capitalista, reconhecer a satisfação das necessidades humanas básicas como questão de direito, de cidadania é um importante avanço na luta contra o ideário neoliberal de desmonte do Estado e de “expropriação” do fundo público. Não significa

---

<sup>59</sup> Contudo, se analisarmos criteriosamente o processo de formação e desenvolvimento das políticas públicas, veremos que na base de cada uma delas encontram-se necessidades humanas, que foram problematizadas e se transformaram em questões de direito. [...] São várias, pois, as vias encontradas por homens e mulheres para suprir suas necessidades, desenvolver sua humanidade e melhorar suas condições de vida e de cidadania. Se não houvesse necessidades percebidas e socialmente compartilhadas, não existiriam políticas, direitos, normas protetoras, trabalho e tantas outras respostas resultantes da *práxis* humana, por meio da qual tanto a natureza quanto a sociedade (e os próprios atores sociais) são transformados. Reconhecer, portanto, a existência de necessidades humanas como necessidades sociais, com valores, finalidades e sujeitos definidos, tem sido um grande passo para a construção da cidadania, pois isso equivale reconhecer a existência de uma força desencadeadora de conquistas sociais e políticas (PEREIRA, 2006, p. 68).

<sup>60</sup> Traz indicações sobre a intenção das Nações Unidas de criar nexos entre o desenvolvimento humano com o desenvolvimento econômico através do IDH e a análise das políticas de satisfação de necessidades no contexto internacional e brasileiro (PEREIRA, 2002, pp.61-64 e pp.125-180)



que a emancipação humana será inevitavelmente alcançada, mas sem essa provisão básica, repetindo Marx (1993, p.98, grifo do autor), o “homem necessitado, cheio de preocupações, não tem nenhum *sentido* para o espetáculo mais belo”. A emancipação humana, quando os homens alcançam seu pleno desenvolvimento, somente será possível quando não houver a exploração do homem pelo homem.

Importante consideração a ser feita nesse tema diz respeito aos Direitos Humanos<sup>61</sup>. Haja vista que estes possuem um papel fundamental no processo civilizatório, como base de projetos políticos que influenciam a formação das políticas públicas e que impõe limites à barbárie instalada. No entanto, somente invocar os direitos humanos, não é suficiente para o fim da exploração do homem pelo homem.

Pereira (2002), dando ênfase aos estudos de Doyal e Gough (1991), faz uma análise sobre os enfoques (approaches) relativistas que apresentam influência nas ações do “Estado nos processos de decisão, regulação e provisão sociais”: 1) a ortodoxia econômica do bem-estar; 2) a “nova direita”; 3) o “imperialismo cultural”; 4) a visão marxista; 5) os democratas radicais e 6) os fenomenólogos.

Os “satisfadores” das necessidades básicas de Doyal e Gough apud Pereira (2002) vêm servindo de referência para as políticas sociais, sempre compondo o mínimo e se aproximando da sobrevivência biológica, o que significa uma contradição insanável no contexto do desenvolvimento das capacidades produtivas alcançadas pela humanidade. Conforme Lukács estamos nos afastando cada vez mais das barreiras naturais, com o desenvolvimento das Forças Produtivas, temos tecnologias que impõem limites à essas forças e apesar de não as eliminar, temos possibilidade de produzir riqueza suficiente para satisfazer as necessidades de todos os homens. Tonet (2002) denomina de “fratura”, entre a “realidade objetiva e os valores éticos proclamados”:

[...] Contudo, foi exatamente o enorme desenvolvimento das forças produtivas, que se iniciou a partir dela, que tornou claro, desde então, que a desigualdade social, com todo o seu cotejo dos chamados “problemas sociais”, já não era uma questão de escassez de conhecimentos, de recursos, de tecnologia ou de bens, mas um problema de exclusiva e total responsabilidade das relações entre os próprios homens. Este é exatamente o fundamento da decadência desta forma de sociabilidade. Uma ordem social que, tendo alcançado a possibilidade de criar riquezas capazes de satisfazer as

---

<sup>61</sup> Os direitos humanos a serem alcançados e defendidos por todos os povos e nações, de acordo com o que consta da [Declaração Universal dos Direitos Humanos \(DUDH\)](#) proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, por meio da [Resolução 217 A \(III\)](#), ainda que de forma reduzida, estão inscritos também na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988, em seu Capítulo II, que trata dos Direitos Sociais. No art. 6º da Carta Magna temos que: “Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

necessidades de todos, vê-se impossibilitada de atender essa exigência (TONET, 2002, p.2).

Doyal e Gough procuram distinguir necessidades básicas de necessidades não básicas (ou intermediárias) e de aspirações, preferências ou desejos (wants). As necessidades básicas são objetivas e universais e devem ser “concomitantemente satisfeitas”, assim sendo: “saúde física e autonomia”, são precondições para se alcançarem objetivos universais de participação social.

Afirmam que a distinção entre necessidades básicas e as demais categorias mencionadas repousa num dado fundamental que confere às necessidades básicas (e somente a elas) uma implicação particular: “a ocorrência de sérios prejuízos à vida material dos homens e à atuação destes como sujeitos (informados e críticos), caso essas necessidades não sejam adequadamente satisfeitas” (PEREIRA, 2002, p.67). Os autores classificam onze necessidades intermediárias, 11 satisfiers que podem ser em forma de bens, serviços, atividades, relações: 1) Alimentação nutritiva e água potável; 2) Habitação adequada; 3) Ambiente de trabalho desprovido de riscos; 4) Ambiente físico saudável; 5) Cuidados de saúde apropriados; 6) Proteção à infância; 7) Relações primárias significativas; 8) Segurança física; 9) Segurança econômica; 10) Educação apropriada; 11) Segurança no planejamento familiar, na gestação e no parto (PEREIRA, 2002, p.76).

Doyal e Gough (1994), no artigo “O direito à satisfação das necessidades”, discutem a “moralidade da satisfação de necessidades” e “em que medida satisfazê-la”, além de defenderem o conceito universal de necessidade básica, reafirmam que a satisfação das necessidades básicas são précondições para alcançar “saúde e autonomia”. Para os autores essa satisfação que deve ser fundada tanto na titularidade de direito quanto na titularidade moral, ou seja, para além do formato legal, uma espécie de “consenso moral” (DOYAL; GOUGH, 1994, p.107). Nesse sentido, os autores asseveram que

É esse tipo de argumento – fundado tanto na titularidade moral como na eficácia pragmática – que encontra-se por trás de políticas sociais que advogam o acesso igual a níveis elevados de atendimento da saúde e de outros serviços de bem-estar. Sobretudo em uma economia e em uma cultura competitivas, é irracional exortar os mais pobres a fazerem o melhor que podem para se virarem sem que lhes seja provida a satisfação de necessidades que eles precisam para fazer isso (DOVAL; GOUGH, 1994, p.109).

Defendem que “a responsabilidade moral não é necessária apenas à vida social; o mesmo vale para o êxito de nossa participação individual nela” e que “todos nós temos a responsabilidade e o dever de ajudar todos os seres humanos a otimizarem a satisfação de suas necessidades” (DOVAL; GOUGH, 1994, p.112). Em seus escritos afirmam:

Argumentamos que a crença na existência de necessidades humanas em conjunção com uma crença consistente em uma visão moral do bem empresta forte apoio a um código moral de acordo com o qual as necessidades de todas as pessoas devem ser satisfeitas em um nível ótimo. Isso implica deveres correspondentes aos indivíduos – de agir, quando apropriado, para atenuar o sofrimento de outros, e de dar apoio à agência nacionais e internacionais que podem desempenhar essa função mais efetivamente. O objetivo último da aceitação de tais responsabilidades é a liberação da humanidade pela via da otimização da escolha significativa dentro e entre formas culturais de vida (DOYAL e GOUGH, 1994, p. 121).

Não obstante, a contribuição dos estudos de Doyal e Gough para as políticas sociais, entendidas como “satisfadores” ou instrumentos de satisfação das necessidades humanas no cerne do capitalismo, bem como a “responsabilidade moral” defendida pelos autores, é preciso prudência para discutir essas questões, pois são mediações que não levam em consideração a objetividade/subjetividade produzida pelo capitalismo. Pode ser confundida com o “moralismo abstrato” e com a “solidariedade”, reciprocidade hierárquica, entre “não iguais”, (WESTPHAL, 2008), pois estamos numa sociedade de classes. Desta forma, não podemos deixar de realizar a reflexão e tentar compreender as mediações existentes entre o Estado, as classes sociais e a construção de políticas públicas para a satisfação de necessidades humanas, tema da próxima seção.

### 3. CAPITALISMO DEPENDENTE PERIFÉRICO E AS RESPOSTAS ÀS NECESSIDADES HUMANAS SOCIAIS NO BRASIL

#### 3.1 A reprodução das relações de dependência : as contribuições da Teoria Marxista da Dependência

A Teoria Marxista da Dependência (TMD) possibilitou a geração de uma teoria original de interpretação da América Latina em oposição à Teoria da Dependência desenvolvimentista, de quantum evolutivo, defendida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A TMD tem como principais expoentes, André Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini, ex-integrantes da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP) – movimento revolucionário do período de 1958-1967, que ficou conhecido como “grupo dos 4”. Também são expoentes da TMD Adrián Sotelo Valência, Jaime Osório, Orlando Caputo, Roberto Pizarro, entre outros. A categoria definidora do capitalismo dependente, é a “superexploração” e “troca desigual” formulada por Ruy Mauro Marini. Jaime Osório (2013, p.49-70) discorre sobre esta “forma particular de exploração” afirmando que “esta particularidade consiste no fato de que é uma exploração na qual *o valor da força de trabalho é violado*”. Explica que a “compressão do salário para abaixo do seu valor”, isto é, “salários abaixo do valor da força de trabalho” “*é uma das causas mais importantes* de contenção da tendência de queda da taxa de lucro”. E que esta forma particular de exploração, não significa “mais” exploração, mas que a Força de Trabalho recebe menos do necessário para sua reprodução. Assim, parte do fundo de consumo do trabalhador é transformada em fundo de acumulação pelos capitalistas. Em se aceitando esta premissa conclui-se que, sim, esse fenômeno traz consequências nas condições de vida da população trabalhadora e nas respostas que os países de capitalismo periférico dependente determinam para a satisfação das necessidades da população.

Para demarcarmos alguns pressupostos analíticos que, na nossa opinião, nos permitem colocar luzes sobre o nosso objeto de estudos, a partir de alguns autores da TMD, procuraremos trazer elementos teóricos que permitem compreender o capitalismo periférico dependente, bem como os processos que resultam na reprodução dessa relação de dependência na América Latina. A relação desigual entre os países industrializados centrais e os países de economias dependentes e periféricas, deve ser analisada levando em conta o contexto e os desdobramentos da crise capitalista que se impõe especialmente a partir dos anos 70.

Vários estudos foram realizados com vistas a problematizar esta relação desigual entre o centro e a periferia do capitalismo. Uma análise, da qual partilhamos, foi realizada por

Carcanholo (2008) para quem as respostas para a crise do fim dos “30 anos gloriosos”, quais sejam, políticas econômicas neoliberais e a reestruturação produtiva, aprofundaram a condição de dependência das economias periféricas e que diante disso, a única maneira de desenvolvimento capitalista na periferia é a “superexploração da força de trabalho”. O autor reafirma que as crises capitalistas são “resultado do desenvolvimento das suas próprias contradições” e são definidas como crises de “superacumulação,”

isto é, uma superprodução de capital incapaz de continuar obtendo seus níveis de lucratividade anteriores. Superprodução de capital e redução da taxa de lucro são características das crises de superacumulação de capital. Além do mais, essas duas características, dado o processo de concorrência intercapitais, provocam uma expansão da concentração/centralização do capital, que se transforma em um crescimento da composição orgânica média do capital (produtividade média), reforçando o efeito de redução da taxa de lucro do sistema. As crises cíclicas do modo de produção capitalista têm esse comportamento. Foi exatamente isso — ainda que com formas de manifestação específicas — o que ocorreu nos anos 1970 (CARCANHOLO, 2008, p.249-250).

Carcanholo (2008, p.252) ressalta que as respostas neoliberais do capital à crise “dos anos 1970, perpassam a década de 1980, atingem seu ápice nos anos 1990 e mantém sua influência hegemônica no século XXI”. Enfatiza que a marca da relação entre os países periféricos e centrais é a transferência do excedente produzido na periferia para o centro.

Marini (2008) em sua análise da dialética da dependência latino-americana, aponta que a relação da América Latina com a dinâmica do capitalismo internacional se deu na expansão comercial do século XVI, no entanto a inserção na divisão internacional do trabalho se deu após a revolução industrial que

determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. [...] (MARINI, 2005, p.141).

Marini (2005, p.142-144) refere que a América Latina, com a “produção de metais preciosos nos séculos 16 e 17, mas sobretudo no 18” desempenhou um papel relevante na formação da economia capitalista mundial, principalmente com a oferta de produtos agrícolas no período da revolução industrial<sup>62</sup>. Os “[...] meios de subsistência de origem agropecuária,

<sup>62</sup> Ainda que aqui não possamos nos ater de modo mais aprofundado, nos parece essencial mencionar que este processo de transferência de valor da periferia para o centro foi levado a cabo pelo uso intensivo da força de trabalho escravo, predominante negro. No Brasil, a despeito das tentativas de usar o trabalho forçado dos povos originários, segundo Gorender (2016, p. 160-161) “[...] chama a atenção o fato de os colonos portugueses terem reclamado a introdução de africanos desde muito cedo, quando ainda a reserva populacional autóctone devia ser abundante”. O autor destaca o fato de o tráfico negreiro ter se tornado um dos negócios mais rentáveis no contexto mercantilista, ainda que se verificasse altos índices de letalidade dos negros em face das condições dos

proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos [...]” foi o que permitiu o aprofundamento da divisão internacional do trabalho (MARINI, 2005, p.143). Outra contribuição da América Latina foi a oferta de matéria-prima, que manteve sua importância mesmo depois da nova fase/estágio da divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, o autor indica que além de facilitar o crescimento da acumulação nos países industriais, a participação da América Latina contribuirá para que

o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, o que deve reter nossa atenção (MARINI, 2005, p.144).

Marini (2005, p.146) explica que a “determinação da taxa de mais-valia não passa pela produtividade do trabalho em si, mas pelo grau de exploração da força de trabalho” e somente a alteração dessa proporção, ou seja, “mediante o aumento do trabalho excedente sobre o necessário, se pode modificar a taxa de mais-valia”. Desta forma, a América Latina, ao ofertar alimentos que atendam a necessidade de meios de subsistência da população urbana em crescimento nos países centrais do capitalismo, produziu o efeito de

reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas. Em outros termos, mediante a incorporação ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia nos países industriais (MARINI, 2005, p.147).

As condições internas de produção para que a América Latina pudesse cumprir essa função, ocorreu com o uso do mecanismo de compensação, Marini (2005, p.152) explica que no nível das relações internacionais de mercado, pode ser verificado nos mecanismos de

---

navios que os transportavam para estas terras. O autor estabelece uma interlocução com vários outros intelectuais que se propuseram a problematizar o processo de formação socioeconômica do Brasil e contrapondo-se às várias teses formuladas a respeito, defende que a existência de um modo de produção escravista colonial, com particularidades temporais e espaciais, com base na produção mercantil, mas distinto do escravismo clássico, mas também diferente do feudalismo e do capitalismo. Este modo de produção estava assentado em duas categorias que o determinam: a plantagem e a escravidão. Para Gorender: “Tanto a produção escravista como o tráfico de escravos africanos fizeram parte importantíssima daqueles processos pré-capitalistas de formação do modo de produção capitalista, os quais, em conjunto, caracterizam o período de acumulação originária de capital. O capital europeu precisou impor, em outros continentes, o estatuto colonial e recorrer ao emprego do trabalho compulsório, em sua forma extrema, antes de estabelecer o trabalho juridicamente livre como princípio universal” (GORENDER, 2000, p. 21) Em outra chave analítica, o autor argentino Sérgio Bagu (1949), defende que as economias coloniais hispano-lusas não se forjaram na repetição do ciclo feudal, mas por meio da integração delas ao ciclo capitalista, como complemento da economia europeia. Também para ele, a economia colonial não seria viabilizada sem o uso da força de trabalho escravo. Apesar das diferentes perspectivas de análise sobre o tema, nos parece atuais a afirmação de Gorender (2000) de que o escravismo é um passado que não passou. Seus desdobramentos são sentidos e marcam a realidade contemporânea brasileira em várias dimensões da vida social.

transferência de valor um mecanismo de compensação, sendo este um “recurso ao incremento de valor trocado, por parte da nação desfavorecida”.

O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador (MARINI, 2005, p.153).

Para superar os obstáculos produzidos pelo caráter contraditório da expansão da acumulação capitalista, ou seja, para compensar a queda da taxa de lucro, a atividade produtiva das nações desfavorecidas é baseada em três mecanismos: “a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” (MARINI, 2005, p.156). Dito de outra forma, “no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isso permite baixar a composição valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais valia e de lucro” (MARINI, 2005, p.156). Na esteira de suas análises o autor assevera que

Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho (MARINI, 2005, p.156-157).

Marini (2005, p.157), esclarece que apesar do trabalho escravo ter sido base da economia colonial nos países da América Latina, “como as minas de ouro e de prata do México e do Peru, ou as plantações de cana do Brasil” ele foi “um obstáculo ao rebaixamento da remuneração do trabalhador”. Desta forma, “o regime de trabalho escravo, salvo em condições excepcionais do mercado de mão de obra, é incompatível com a superexploração do trabalho”, assim sendo uma das vias pelas quais a América Latina se vinculou ao capitalismo foi o “sistema misto de servidão e de trabalho assalariado” (MARINI, 2005, p.160).

O ciclo do capital nas economias dependentes da América Latina opera de forma particularizada, pois, na medida em que estas economias se organizaram para atender as necessidades da circulação capitalista dos países centrais, a produção não ficou sujeita à “[...] capacidade interna de consumo para sua realização” o que pode explicar porque a economia

industrial não teve um desenvolvimento significativo e continuou subordinada à produção e exportação de bens primários (MARINI, 2008, p.162).

Desta forma, ao proceder sua análise sobre o caráter da economia latino-americana, Marini chama a atenção para a oposição que gera o duplo caráter do trabalho, ou seja, produtor e consumidor, que também aparece de forma específica, porque na economia exportadora latino-americana, “[...] a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia” (MARINI, 2005, p. 164). A economia exportadora configura um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência e a industrialização se dá sobre bases distintas dos países industrializados centrais. Neste sentido, para o autor

[A] separação entre o consumo individual fundado no salário e o consumo individual engendrado pela mais-valia não acumulada dá origem, portanto, a uma estratificação do mercado interno, que também é uma diferenciação de esferas de circulação: enquanto a esfera "baixa", onde se encontram os trabalhadores — que o sistema se esforça por restringir —, se baseia na produção interna, a esfera "alta" de circulação, própria dos não trabalhadores — que é aquela que o sistema tende a ampliar —, se relaciona com a produção externa, por meio do comércio de importação (MARINI, 2005, p. 165).

Osório (2016), apresenta particularidades da reprodução dessa modalidade de capitalismo dependente na América Latina, afirmando que sua dinâmica de reprodução ao mesmo tempo se aproxima e se distancia dos “[...] caminhos seguidos pelo capitalismo desenvolvido” (OSÓRIO, 2016, p. 496). Afirma que o capitalismo desenvolvido e o dependente são resultados de “[...] processos relacionados que emergem de forma simultânea e imbricada” (OSÓRIO, 2016, p. 500) e que sua explicação e sentido se encontram nas relações estabelecidas na acumulação precedente que levou à revolução industrial, ou seja, nas relações entre economias formalmente independentes.

A modalidade de inserção da América Latina ao mercado mundial, “[...] não desata um estímulo produtivista, como ocorre nas economias industriais” (OSÓRIO, 2016, p. 502), O autor explica que a produção de matérias-primas e alimentos não necessita de expansão de atividades produtivas complexas, pois se sustenta fundamentalmente

na extensão das jornadas de trabalho, na multiplicação do número de braços dedicados à produção e, mais tarde, quando se necessite infraestrutura mais complexa (como ferrovias, frigoríficos e ferramentas diversas) esta será adquirida no mundo industrial (OSÓRIO, 2016, p.502).

No intercâmbio das nações no qual “[...] as dependentes, entregam produtos com mais horas de trabalho em troca de produtos com menos horas de trabalho” (OSÓRIO, 2016, p. 505),



se expressa a troca desigual. E, as diversas especializações produtivas no sistema mundial geram condições para a manutenção e reprodução dessa desigualdade (OSÓRIO, 2016, p.505).

Quando a forma de superexploração prevalece nos países dependentes, o custo imediato disso

é um prematuro esgotamento dos trabalhadores, sua destruição, a apropriação de seu fundo de vida, sem que, nos anos de vida útil – e menos ainda nos anos de aposentadoria –, suas rendas possam ter um papel significativo no mercado interno e na realização da mais-valia. A reprodução do capital (dinâmico, hegemônico, eixo da acumulação) cria estruturas produtivas que desconsideram as necessidades dos produtores, e a realização se dá mediante a abertura aos mercados externos e através da criação de reduzidos mercados com alto poder de consumo. Os trabalhadores importam, então, como geradores de mais-valia, mas não como realizadores desta mais-valia (OSÓRIO, 2013, p.69).

O autor em suas sínteses conclusivas afirma que a superexploração assume formas diferenciadas nos países centrais e dependentes, e que essas formas específicas trazem consequências na forma como o capital se reproduz ao mesmo tempo em que se constituem bases, também particulares, sobre as quais se processam as relações e a dinâmica da luta de classes (OSÓRIO, 2013, p. 69).

Consideramos que as questões até aqui expostas são importantes para a compreensão das condições objetivas da vida da classe trabalhadora e, mais especificamente para a problematização das condições de produção e reprodução da vida dos usuários da política de assistência social no contexto já referido, haja vista que as relações de dependência entre os países da América Latina e os países centrais do capitalismo têm na “superexploração do trabalho” seu elemento estrutural e estruturante. Entendemos que é neste solo teórico que encontramos as abordagens que reproduzem os processos que nos permitem compreender criticamente as necessidades humano sociais da classe trabalhadora. Além disso, os recursos teóricos da TMD nos servem se guia para a crítica dos “mínimos sociais” que, do ponto de vista do capital, se reduz às necessidades biológicas. No corolário dessa reflexão, a seguir, traremos indicativos sobre o Estado, entendido como mediação indispensável para compreender as relações de classe no contexto latino-americano e, particularmente brasileiro, bem como para compreender o papel ou funções das políticas sociais no processo de acumulação.

### 3.2 O Estado e a luta de classes e as particularidades das economias periféricas e do Brasil

Aqui, pretendemos discorrer sucintamente sobre a perspectiva histórico-analítica a qual nos filiamos para problematizar questões relativas ao Estado capitalista e à proteção social no contexto do capitalismo dependente, como é o caso do Brasil. A modalidade de proteção

social estatal, a política social, é um processo contraditório, produto da luta de classes (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, FALEIROS, 1991, PAIVA, 2017, PEREIRA, 2002, PEREIRA, 2016, entre outros), cuja dinâmica no contexto do capitalismo monopolista é determinada pela contradição entre os processos de socialização da produção e a apropriação privada dos seus resultados. Essas contradições necessariamente impõem a criação de mecanismos de controle e de intervenção extraeconômicos, materializados no Estado e nas suas políticas permeáveis, também a demandas da classe trabalhadora (NETTO, 2011).

A constituição das sociedades, conforme elaborado por Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista em dezembro/janeiro de 1847/1848, demonstra que as lutas de classes provocam mudanças e que

A história de todas as sociedades até hoje é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em constante antagonismo entre si, travando uma luta ininterrupta, umas vezes oculta, outras aberta – uma guerra que sempre terminou ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou com a destruição das classes em luta (MARX, ENGELS, 1848, p.185-186).

As transformações no modo de produção fazem parte de um longo processo de desenvolvimento das forças produtivas e, de acordo com Engels (2010, p. 45), a “[...] invenção da máquina a vapor e das máquinas destinadas a processar o algodão” desencadearam a revolução industrial<sup>63</sup> cujos produtos: burguesia e proletariado constituem a sociedade contemporânea.

A sociedade de classes e a complexificação da divisão social do trabalho produziu também o Estado, sem o qual não teríamos as políticas públicas da forma que conhecemos. Mandel (1977), apoiado na teoria marxista do Estado, afirma que na sociedade capitalista o Estado é instrumento da classe dominante, é aparato de força (armas), do direito (sistema judiciário) e que reproduz a hierarquia de classes. Traz o exemplo da sociedade feudal, cujo senhor diante do acúmulo de tarefas no exercício das funções de Estado, delegou poderes a servos, estes obrigados a obedecê-lo. Essa lógica permaneceu no capitalismo, ou seja, os cargos do alto escalão são nomeados pelo chefe do poder executivo, o presidente, evitando que a

---

<sup>63</sup> Desde então, tivemos 4 Revoluções Industriais, sendo que o desenvolvimento da primeira ocorreu no período de 1760 a 1840. Ela caracterizou-se pelo uso dos instrumentos de produção movidos por energia geradas a vapor, uso do carvão e do ferro. A segunda, cujo início é localizado nos anos de 1870, é caracterizada pela invenção da eletricidade, do telefone, do aço, o desenvolvimento da química e o uso do petróleo. A terceira, de 1945 a 1970, com o advento da microeletrônica, computador, robótica, genética, telecomunicação, etc. Estaríamos, agora, vivendo a quarta revolução industrial, descrita pelo setor produtivo como “ *fusão de tecnologias: física, digital e biológica*”, com impactos na extração da mais valia e conseqüentemente na vida dos(as) trabalhadores(as) e da sociabilidade como um todo. Profícuas análises sobre as alterações das relações e condições de trabalho no contexto da chamada indústria 4.0 podem ser encontradas em: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020.

dominação seja exercida diretamente. A existência do Estado está associada à conflitos sociais, na mediação da satisfação das necessidades humanas de classes antagônicas. Sendo assim, as “teorias e ideologias conflitantes” que sustentam as intervenções na esfera da produção e reprodução social, quando não são devidamente apropriadas, tornam esse campo nebuloso, encoberto, o que explica em parte o limite das análises sobre as políticas sociais.

Isso posto, adotamos duas concepções ou linhas interpretativas de Estado: a primeira como “Órgão de classe burguês funcional à manutenção da ordem social” e a segunda como “Estrutura política – natureza definida pela correlação de forças”. E, apoiados em Mészáros (2015) enfatizamos a tese da “visão combinada” de sua “*inter-relação triplíce*”, ou seja, de que o Estado juntamente com o capital e o trabalho abstrato constituem o tripé que mantém o “sistema sociometabólico do capital em permanente funcionamento” (MÉSZÁROS, 2015, p. 29). Para o autor a superação do capital<sup>64</sup> se torna inviável sem a eliminação do conjunto deste tripé, o que consideramos um pressuposto para entender a função legitimadora do Estado do sistema do capital. Para o autor, o Estado não é somente “superestrutura jurídica e/ou política”, ele é a “[...] base sociometabólica (material) do sistema tendo ele mesmo a sua própria superestrutura jurídica e política” (MÉSZÁROS, 2011, p.119). Neste sentido, a estrutura material de comando político do capital controla e regula as condições de reprodução da vida social.

O Estado capitalista no exercício de suas funções, realiza intervenções que tem incidência na esfera da produção e na esfera da reprodução, e independentemente do uso político que é feito, existem particularidades que diferenciam a política social da política econômica, segundo Gough (2003) apud Pereira (2016, p. 79-80)

[...] a política social é considerada uma forma de intervenção pública na esfera da reprodução da força de trabalho e da família, enquanto a política econômica é outra forma de intervenção pública que incide na esfera da produção. E como produção e reprodução são duas faces da mesma moeda capitalista, a política social e a econômica

---

<sup>64</sup> Importante registrar a distinção que Mészáros faz de *capital* e *capitalismo*. Antunes na Introdução de *A crise estrutural do capital* realiza uma síntese: “O sistema de capital, segundo o autor, antecede o *capitalismo* e tem vigência também nas sociedades pós-capitalistas. O capitalismo é *uma* das formas possíveis da realização do capital, uma de suas *variantes históricas*, presente na fase caracterizada pela generalização da *subsunção real* do trabalho ao capital, que Marx denominava como capitalismo pleno. Assim como existia *capital* antes da generalização do capitalismo (de que são exemplos o capital mercantil, o capital usurário etc.). As formas recentes de sociometabolismo permitem constatar a continuidade do capital mesmo *após* o capitalismo por meio da constituição, daquilo que Mészáros denomina como “sistema de capital pós-capitalista”, de que foram exemplos a URSS e demais países do Leste Europeu. Esses países *pós-capitalistas* não conseguiram romper com o sistema de sociometabolismo do capital e a identificação conceitual entre capital e capitalismo fez com que, segundo o autor, *todas* as experiências revolucionárias vivenciadas no século XX se mostrassem incapacitadas para superar o *sistema de sociometabolismo do capital* (o complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho, que subordina suas funções vitais ao capital). [...] (ANTUNES, 2009, p.10)

também participam dessa composição, contribuindo para o funcionamento do todo de forma unitária.

Para dar continuidade a esta análise, apresentaremos algumas particularidades do papel que o Estado assumiu na América Latina, seja para alavancar o capitalismo na região, seja para a manutenção da ordem social. Primeiro pela ótica da centralidade do Estado no desenvolvimento do capitalismo dependente e depois pela análise das funções da Política Social no período anterior às políticas neoliberais.

A centralidade do Estado no desenvolvimento do capitalismo dependente latino-americano, sob a perspectiva da Teoria Marxista da Dependência (TMD), como visto anteriormente, traz importantes aportes para compreender o caráter dependente, e da concentração do exercício do poder político da classe dominante no aparelho do Estado. A relação Nação - Estado, foi determinante na caracterização do Estado nos países da América Latina. A preponderância do Estado sobre a Nação, é uma particularidade histórica, pois nos países centrais do capitalismo, ocorreu o oposto, a Nação precedeu o Estado. Nos países latino-americanos, ou na periferia do sistema capitalista, a Nação foi uma construção posterior às independências, tendo como um dos principais impedimentos a “debilidade na formação de um mercado interno relevante” (DA SILVA, 2019, p. 20). Na medida em que a produção foi dirigida para atender o mercado externo em detrimento do mercado interno - aprofundando o caráter dependente de seu desenvolvimento -, provocou também os processos de “balcanização e regionalismo<sup>65</sup>”, tendo o Estado como um “instrumento decisivo na destruição das formas comunitárias e consolidação da forma valor na América Latina” (DA SILVA, 2019, p. 82).

Com base na categoria “padrão de reprodução do capital” de Jaime Osório, Da Silva (2019, p.64-66), traz apontamentos sobre as transformações do Estado na América Latina desencadeadas pelas mudanças nos padrões de reprodução do capital hegemônicos em cada período histórico subsequente. A categoria “padrão de reprodução do capital” foi elaborada a partir da observação das três fases do “ciclo do capital-dinheiro” de Marx, ou seja, na “1ª fase da circulação (D-M), na fase da produção (P) e na 2ª fase da circulação (M'-D')” e por fim demonstram que a

[...] dependência econômica e tecnológica, a superexploração da força de trabalho e a transferência de valor para os países centrais, condicionam em cada uma das fases do ciclo do capital na América Latina um desenvolvimento que, como afirmou André

---

<sup>65</sup> Processo violento de divisão territorial da região que se sucedeu após os processos de independência, em detrimento da inexistência (se em detrimento, seria da existência, não?) de uma nação latino-americana. Ver mais sobre este processo em DA SILVA, Maicon Claudio. **O Estado em seu labirinto**: a particularidade do Estado na América Latina. Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social. 2019.

Gunder Frank (1973), é o *desenvolvimento do subdesenvolvimento* (DA SILVA, 2019, p.66-67).

Para os objetivos deste trabalho, apenas apresentaremos sucintamente as três principais transformações de Estado conforme o “padrão de reprodução do capital” do estudo de Da Silva (2019): 1) Padrão agromineiro exportador e Estado oligárquico-dependente; 2) Padrão industrial dependente e Estado desenvolvimentista e de contrainsurgência e 3) Padrão exportador de especialização produtiva e as democracias restringidas.

O Estado no “padrão de reprodução agromineiro exportador”, que se refere ao período histórico até a segunda década do século XX, seguida de uma etapa de transição que vai até a primeira metade dos anos 30, assume funções para garantir o funcionamento da acumulação de capital pela oligarquia dominante, sendo denominado por esse motivo de Estado oligárquico-dependente. No contexto deste padrão, O Estado

[...] Cria infraestrutura; coloca em funcionamento um sistema creditício em benefício da oligarquia dominante; garante a permanência e reprodução da estrutura fundiária concentrada quando o padrão é baseado na produção agrária; reprime os trabalhadores quando estes se opõem aos interesses dominantes; desvaloriza o câmbio de modo a beneficiar a oligarquia exportadora; contrai empréstimos externos endividando o país na busca pelos recursos necessários à atenção dos interesses oligárquicos; e até mesmo age efetivamente contra os interesses nacionais e a favor de interesses estrangeiros, sobretudo em países em que a produção é controlada pelo capital externo (DA SILVA, 2019, p.98).

Já no período em que se constituiu o chamado “padrão industrial dependente”, que vai da segunda metade dos anos 1930, até meados dos anos 1970 aos anos 1980, exigiu um Estado desenvolvimentista que se transformou em Estado de contrainsurgência para garantir a integração ao capital estrangeiro. O desenvolvimento da indústria levou ao aumento da urbanização e o crescimento do proletariado urbano, impondo, como veremos, a intervenção do Estado em face da intensificação das expressões da questão social. O movimento do capital industrial nacional, na fase do capitalismo monopolista em nível mundial, não rompeu com o padrão da produção agromineiro exportador. Como consequência do acirramento das reivindicações dos trabalhadores, o Estado teve suas atribuições expandidas, incorporando desta forma, intervenção na esfera da reprodução, com as políticas sociais e controle do insurgente movimento de massas (DA SILVA, 2019). O Estado de Contrainsurgência teve como expressão o regime de Ditadura Militar, que durante a segunda metade do século XX predominou na maioria dos países latino-americanos.

O padrão exportador de especialização produtiva, de meados dos anos 1980 até o presente, e as democracias restringidas, resultam dos movimentos do capital para superar a crise capitalista do final dos anos 60.

No âmbito da América Latina isto significou o regresso a produções seletivas, seja de produtos primários ou industrializados, voltadas principalmente ao mercado externo, drásticas reduções do mercado interno, aumento da superexploração da força de trabalho e acirramento da luta de classes (DA SILVA, 2019, p.104-105).

Novamente, a ação do Estado foi decisiva para a transição do padrão de reprodução industrial-dependente para o padrão exportador de especialização produtiva (privatização, políticas neoliberais que privilegiavam o capital estrangeiro etc.). Essa reedição sob novas condições e de “características muito mais próximas ao padrão agromineiro exportador do que ao padrão industrial” reforçou a dependência frente às economias centrais e acentuou a superexploração da força de trabalho, tornando a “ofensiva brutal do capital sobre o fundo de consumo dos trabalhadores” a “sustentação do padrão exportador de especialização produtiva” (DA SILVA, 2019, p. 107).

Prosseguindo com Faleiros (1991, p. 69), queremos salientar que seu estudo, em suas próprias palavras, foi realizado num determinado “marco-histórico-estrutural”. No entanto, a reunião de trabalhos escritos entre 1976 e 1979 (FALEIROS, 1991, p.5), período anterior às políticas neoliberais, traz elementos centrais para a compreensão das funções da política social do Estado capitalista, também para a compreensão dos tempos atuais.

Ao elaborar a análise das medidas de políticas sociais, Faleiros (1991, p.55), por seu turno, afirma que elas só podem ser entendidas “[...] no contexto da estrutura capitalista e no movimento histórico das transformações sociais dessas mesmas estruturas”. O autor, neste sentido, discorre sobre cinco funções das políticas sociais no capitalismo: 1) ideológica, 2) de contra tendência à baixa tendencial da taxa de lucro, 3) de valorização e validação da força de trabalho, 4) de reprodução das desigualdades e 5) de manutenção da ordem social.

A função ideológica é retratada pelo autor de duas formas, sendo que na primeira, a “ideologia da normalidade”, o trabalho é tomado como “critério de vida normal para viver bem”. Os que não conseguem trabalho, são culpabilizados pelo fracasso, reproduzindo “a subordinação das classes dominadas”. A segunda, a “ideologia da humanização”, tem como uma das expressões a defesa dos direitos humanos entre outras. Para o mesmo autor “a política social é uma gestão estatal da força de trabalho, articulando as pressões e movimentos sociais dos trabalhadores com as formas de reprodução exigidas pela valorização do capital e pela manutenção da ordem social” (FALEIROS, 1991, p.59).

Para Faleiros (1991), o Estado capitalista para garantir a manutenção da acumulação capitalista, realiza “os interesses gerais do capital”, assumindo os investimentos não rentáveis para o capital e financiando o “complexo sócio-estatal-empresarial” possibilitando a “[...]”

socialização dos custos e privatização dos lucros e uma elitização ou exclusão das massas no acesso aos serviços mais avançados, reproduzindo as desigualdades sociais” (FALEIROS, 1991, p. 62). Desta forma, o Estado efetiva algumas ações de contra tendência à baixa tendencial da taxa de lucro<sup>66</sup>.

Faleiros referenciando e ao mesmo tempo demonstrando a radicalidade da Lei Geral de Acumulação Capitalista em movimento, explica de que forma as políticas sociais garantem a manutenção desse movimento. Ou seja, articulando distintas formas de manutenção da capacidade de trabalho e reprodução da força de trabalho para camadas diferenciadas de trabalhadores. A fragmentação das políticas sociais é resultado dessa diferenciação entre a “camada produtiva da classe operária” e aqueles que fazem parte do “exército industrial de reserva”. Assim política de valorização e validação da força de trabalho, para os trabalhadores “produtivos”,

[...] Os seguros sociais, a formação continuada, a medicina de empresa, intervêm quando é diminuída ou afetada a capacidade de trabalho do trabalhador, para que este retorne, o mais rapidamente possível, ao mercado de trabalho, mantendo a produtividade dos setores industriais (FALEIROS, 1991, p. 64).

E, para a manutenção da reserva de força de trabalho – questão importante a ser considerada na problematização de nosso objeto de pesquisa – o Estado, por meio da política social desempenha função essencial. De acordo com o mesmo autor esta

[...] reprodução se realiza sobretudo pela assistência social, que mantém esse “viveiro de trabalhadores”. A superpopulação relativa, mais atraída que repelida pelo mercado de trabalho, constitui a população flutuante, sendo que a estagnada vive de ocupações irregulares e é mais repelida que atraída pelo mercado de trabalho. O inferno do pauperismo é constituído por aqueles trabalhadores totalmente desmonetizados, (órfãos, miseráveis, velhos abandonados, mendigos). Essa monetização da força de trabalho pela assistência, vinculada a um discurso de valorização do homem, não representa senão uma pseudo-validação social da existência da reserva. É necessário que mesmo estigmatizado pela recepção da ajuda, o indivíduo se sinta validado socialmente, por uma política que não o valoriza (FALEIROS, 1991, p.66).

Desta forma, o Estado capitalista – diretamente ou por meio de um conjunto variado de instituições privadas de mercado ou não - garante a reprodução da força de trabalho pela

---

<sup>66</sup> A “lei da queda tendencial da taxa de lucro” pode ser descrita como, a contínua relação do aumento da produtividade e a diminuição da lucratividade. Segundo Marx, no livro III de O Capital, apud Casoni, (2016) a taxa de lucro é determinada pela relação da composição orgânica do capital (capital constante e capital variável) e a taxa de mais-valor. Desta forma, se aumenta a produtividade, a taxa de lucro diminui, ou seja, o investimento nos meios de produção – tecnologia, maquinário etc – que é o capital constante, faz com que a força de trabalho (capital variável) produza cada vez mais no mesmo período de tempo. Assim, em cada produto contém mais trabalho morto e menos trabalho vivo, o que resulta na queda tendencial da taxa de lucro. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2016/12/27/a-queda-tendencial-da-taxa-de-lucro-e-as-criises-do-capitalismo/> . Acesso em: 12 mar. 2020.

manutenção da capacidade de trabalho através do salário, da restauração (reabilitação) dessa capacidade pelos salários indiretos e serviços, e pela reprodução de novos trabalhadores. Essas intervenções traduzidas em políticas de trabalho, saúde, previdência e assistência social, garantem também a reprodução das desigualdades como veremos a seguir.

Faleiros, (1991, p. 68) utiliza a proposição teórica de James O'Connor de que o “Estado capitalista cumpre duas grandes funções, ou seja, acumulação do capital e a legitimação da ordem social” e destina ou “divide as despesas públicas segundo a realização dessas funções” e que estas funções “não estão desvinculadas da função de coerção”. As políticas sociais, segundo o autor, estão relacionadas com a “manutenção da harmonia social”, portanto, favorecem a legitimação do Estado. Além disso, garantem a acumulação do capital, pois ao corroborarem para o processo de reprodução (mínima) do trabalhador, garantem a manutenção da ordem social. Nesse sentido, Faleiros assevera que

A ordem pública, a paz social, a integração, enfim, não só a reprodução da força de trabalho, mas a reprodução de sua aceitação da ordem social dominante são fundamentais para o funcionamento da acumulação a longo prazo, o que não se faz sem hegemonia e sem dominação, e, portanto, sem luta e consenso, concessão e imposição. [...] O Estado e suas políticas situam-se num marco histórico-estrutural, e não é dentro de uma lógica formal abstrata que se pode compreender suas funções. Nessa perspectiva, as formas de legitimação do estado passam por transformações ao longo da história e, segundo a correlação de forças, numa determinada conjuntura política (FALEIROS, 1991, p.69).

Avançando em nossas reflexões, é importante destacar que considerando o lapso temporal da análise do autor em comento, as formas de legitimação do Estado na América Latina assumiram características em relação à sua “forma de constituição e ao desenvolvimento de suas políticas sociais”, como: “Estado militar-mobilizador”, o “Estado militar-tecnocrático”, e o “Estado liberal paternalista” (FALEIROS, 1991).

O Estado militar-mobilizador, caracterizou-se pela implementação de um “projeto reformista e de mobilização de certos grupos” de promoção social, “[...] uma aliança explícita com setores populares para enfrentar grupos mais resistentes à modernização”. A mobilização permitida era limitada e restrita a “projetos sociais de *asentamientos*, núcleos comunitários urbanos, sindicatos”, incentivados apenas para atender projetos do governo (FALEIROS, 1991, p.69-70).

O Estado militar-tecnocrático, teve, segundo o autor, o objetivo estratégico de alcançar a “estabilização social” através da predominância do controle administrativo sobre o controle político. Neste sentido, criou programas sociais, “salários calculados com fórmulas complexas”, apenas como meio de manipulação, haja vista que intolerante às mobilizações e, também às negociações. Sua ação visava sempre a destruição das organizações populares e



obstava a representação “de baixo para cima”. Desenvolvia uma política de controle e patrulha sobre “[...] os movimentos populares e os possíveis embriões desses movimentos” (FALEIROS, 1991, p.70).

O Estado liberal-paternalista, de acordo com os fundamentos apresentados pelo autor (e que ainda, na nossa opinião, têm potência explicativa sobre a realidade), funciona “sob a pressão de certas reivindicações populares, que podem modificar ou reestruturar certas formas de política social” (FALEIROS, 1991, p. 70). Nesta perspectiva o Estado utiliza uma combinação de mecanismos com respostas para o mercado e para a população, articulando ações de legitimação/coerção. Pode, em determinados momentos, “endurecer” e em outros flexibilizar ou se “abrir” a determinadas demandas das classes trabalhadoras, a depender da correlação de forças sociais ou do poder de pressão delas sobre a classe proprietária. Pode, por isso, fazer uso das políticas sociais com vistas a obter sua legitimação política. Faleiros explica que “os problemas sociais” são administrados política e profissionalmente, predominando ações de “juridificação, medicalização, serviçosocialização, psicologização, sociologização” (FALEIROS, 1991, p.71).

Pretendemos trazer até aqui, a centralidade do Estado na América Latina que, por meio das políticas social e econômica, que formam “as duas faces da mesma moeda capitalista” de produção e reprodução social, promoveu o desenvolvimento do capitalismo na região. Igualmente importante para desenvolver nosso estudo é o entendimento das dinâmicas contraditórias que conformam as ações do Estado que são disputados tanto pelo capital quanto pelo trabalho. Além disso, é imprescindível localizar e interpretar a base teórico-ideológica que fundamentam as proposições implementadas por meio do Estado, especialmente aquelas que foram levadas a cabo com o advento do neoliberalismo. Nesse sentido, focamos alguns elementos da obra de Pereira (2016) que, na nossa avaliação, mais se relacionam ao nosso interesse investigativo. Partimos do pressuposto que para entender as programáticas neoliberais adotadas pelo Estado, faz-se necessário conhecer alguns elementos básicos desse arcabouço teórico. Nesse sentido o estudo de Pereira, (2016) sobre as dinâmicas contraditórias que conformam a “proteção social no capitalismo” podem, conforme afirmativa constante da apresentação da obra que nos serviu de referência, “[...] fornecer aos trabalhadores e seus aliados informações mais consistentes sobre o terreno em que vêm empreendendo suas lutas por melhoria de condições de vida e de cidadania” (PEREIRA, 2016, p. 13).

### 3.3 O Estado e as programáticas neoliberais

O termo proteção social, conforme Pereira (2016, p.22), provavelmente surgiu no capitalismo e com “[...] uma conotação que semanticamente a diferenciava das anteriores medidas de regulação da pobreza e controle social”. A autora, baseada na terminologia de Pérez e Vida (1998), expõe que as medidas de proteção social podem ter “formas elementares e indiferenciadas” que procuram atender de forma compensatória, espontânea e facultativa, as ações de “inspiração piedosa” como “a caridade, virtude cristã, beneficência, filantropia e assistências privadas como virtudes altruísticas ou deveres morais de ajuda voluntária e solidária aos desvalidos” (PEREIRA, 2016, p. 22) e formas “diferenciadas e específicas” para atender as mesmas “situações de necessidades e riscos de maneira planejada e, na maior parte das vezes, referenciadas no direito” (PEREIRA, 2016, p. 22).

Mais do que um conceito, entendemos a proteção social como categoria constitutiva da realidade, cuja gênese, estrutura e dinâmica só pode ser compreendida na dinâmica própria das classes sociais em confronto. As políticas de proteção social, assim, se processam em conformidade com a correlação de forças que se travam entre capital e trabalho e que atendem, contraditória e dialeticamente, necessidades e interesses desses dois polos da relação.

As discussões que aqui apresentaremos têm como objetivo expor, mais detidamente, as influências teóricas e ideológicas da programática neoliberal de proteção social na América Latina. Desta forma não iremos adentrar nos *termos correlatos da proteção social*, de acordo com Pereira (2016, p.34)<sup>67</sup>: “frequentemente confundidos com ela e, por vezes, tomados um pelo outro, denominados de Estado de Bem-Estar (*Welfare State*); regimes de bem-estar (*welfare regimes*); bem-estar social (*social welfare*); e estar bem (*wellbeing*)”. Apesar de terem servido como “critério de comparação, definições e práticas de políticas, programas e projetos executados entre 1945 e 1975 na Europa” (PEREIRA, 2013, p. X) e que “inauguraram uma relação de correspondência entre necessidades sociais e direitos” (PEREIRA, 2013, p. X), estas formas ocorreram em um período específico nos países centrais do capitalismo. Portanto, têm um “marco histórico” - dos pós II guerra mundial à crise dos anos 70 -, e têm também um “marco institucional” - o receituário keynesiano - que contemplou a fase que ficou conhecida como os “trinta anos gloriosos” de “pleno emprego” (PEREIRA, 2016, p.78). Não tivemos essa experiência no Brasil e em nenhum outro país da América Latina.

A partir de seus estudos, Pereira (2016) faz importantes sínteses nas quais apresenta as principais concepções contidas em “oito teorias e ideologias diferenciadas e competitivas,

---

<sup>67</sup> No livro *Proteção Social no Capitalismo, Crítica a teorias e ideologias conflitantes*, que é referência para esse estudo, Pereira (2016) destaca as teses relativas ao tema presentes em: Richard Titmuss (1976), Ian Gough, Ramesh Mishra, Gosta Esping-Andersen (1990), Ivanete Boschetti (2003), entre outros.

que as explicam e justificam, assim como influenciam políticas sociais guiadas por interesses de classes” (PEREIRA, 2016, p. 32). A autora baseada em duas tipologias<sup>68</sup>, elaboradas por Vic George e Paul Wilding (1994) e por Ramesh Mishra (1981), agrupou aquelas teorias e ideologias em três grandes Matrizes. A primeira - Matriz Residual - composta pela Teoria Funcionalista, pela Teoria da Convergência e pela Ideologia da Nova Direita; a segunda- Matriz Socialdemocrata ou Institucional - da qual fazem parte a Teoria da Cidadania, a Ideologia da Via Média e Administração Social; e a terceira - Matriz Socialista - constituída pela Ideologia do Socialismo Democrático e pelas Teoria e Ideologia Marxistas. Em suas conclusões, Pereira (2013, p.10) afirma que “[...] a proteção social onde quer que se tenha realizado, foi alvo de interesses discordantes entre seus estudiosos, executores e destinatários” e que influenciada por teorias e ideologias conflitantes, “assumiu configurações dissonantes” e “distintos significados de acordo com a corrente teórico-ideológica sob a qual se instituiu” (PEREIRA, 2013, p. 10). Afirma ainda que “[...] o termo proteção social encerra, em si, um ardil ideológico, visto que falseia a sua realidade por se expressar semanticamente como sendo sempre positivo” (PEREIRA, 2013, p. 10), corroborando a posição de Faleiros sobre política social (1991, p.57), haja vista que para este autor o “[...] fato de se apresentar como social, uma medida de política governamental, faz com que pareça boa à população”.

Para os objetivos que aqui nos propomos, ou seja, compreender as influências teóricas e ideológicas da programática neoliberal, será suficiente a apresentação da Matriz Residual. Antes, porém, consideramos imprescindível problematizarmos minimamente as categorias teóricas centrais que estão subjacentes à análise de Pereira (2016): “*necessidades e preferências*”; “*direito e mérito*”; “*igualdade e desigualdade*”, entendidas como processos que operam de modo dialético e contraditório, segundo a mesma autora. Para ela:

É, de fato, a categoria contradição dialética, de filiação materialista histórica, que vai impedir que a análise da proteção social se enrijeça em visões lineares e parciais. Se por contradição dialética, no campo do bem-estar, se entender, como aqui entendido, um processo inserido numa totalidade contraditória cujas tendências refletem as raízes da sociedade capitalista – entre forças produtivas e relações de produção – ter-se-á em mente que a proteção social exibirá traços positivos e negativos, isto é: ela poderá

---

<sup>68</sup> Pereira (2016) demonstra uma preocupação com o rigor científico no uso de “tipologias”, que se expressa em vários momentos (nas páginas 38 e NR 2, e nas páginas 46-47, 97, 249 e 331) de sua pesquisa, do qual consideramos pertinente e obrigatório citar, pois também recorremos a esse recurso. A autora argumenta que tem ciência das limitações no uso dessa classificação, mas o uso hegemônico “desde os anos 60 por reconhecidos pesquisadores da proteção social, responsáveis pela criação de um elenco de modelos”, seja por se tratar de “um recurso didático clássico” e/ou “por falta de um recurso alternativo”, só terá uma efetiva contribuição “se não for tomado como acabado, definitivo e inquestionável” evidenciando que “as tipologias estudadas não foram encaradas como classificações rígidas e isoladas. Ao contrário, é possível um mesmo autor ‘compor’ duas ou mais correntes teóricas, sem, com isso, prejudicar a coerência de seus postulados teóricos e ideológicos”.

atender interesses diferenciados, embora esteja estruturalmente comprometida com os interesses dominantes (PEREIRA, 2016, p.55).

O primeiro par categorial “necessidades e preferências”, é definido com base na defesa das necessidades básicas universais e seus satisfadores de Doyal e Gough, abordados anteriormente no capítulo das necessidades humano-sociais. Destaca-se que estas categorias não devem ser confundidas com “necessidades mínimas” (PEREIRA, 2002). Observa a autora que existe uma “[...] ausência de interesse em aprofundar teoricamente as necessidades humanas” (PEREIRA, 2016, p. 59) e que esse fato contribui para o “sentido polissêmico, confuso e pouco prestigiado” (PEREIRA, 2016, p. 59) e que tem afetado tanto visões progressistas como neoliberais e conservadoras. No entanto, reafirma a centralidade da definição de “necessidades humano sociais” para a “[...] compreensão teórica e execução prática da política social” (PEREIRA, 2016, p. 57), pois permite “[...] a definição da natureza; do público-alvo; da modalidade de ação; do investimento; dos critérios de oferta e distribuição de bens e serviços; e do papel do Estado na tentativa de satisfazê-las” (PEREIRA, 2016, p. 57). Para a autora, as necessidades humanas não devem ser desvinculadas da noção de direitos. Para ela

[...] essa vinculação, muitas vezes conflituosa, encerra uma das principais polêmicas relativas ao tema, embutida no seguinte questionamento: de quem é a responsabilidade pelo atendimento das necessidades humanas? Será o livre, natural e espontâneo movimento da vida em comunidades consensuais que automaticamente regula a distribuição ou a contenção de recursos a depender da abundância ou escassez dos mesmos? Do indivíduo que as padece? Do Estado investido de obrigações cidadãs, de caráter público? Do mercado, como agente privado, cuja lógica incentiva a competição como o principal ingrediente para o alcance individual da autossustentação dos portadores de carências materiais? Ou de outros atores privados não mercantis, como a família e a solidariedade primária de vizinhos, amigos e correligionários? (PEREIRA, 2016, p.58).

A autora sustenta que os partidários de ideologias burguesas “[...] preferem negar a existência de necessidades humanas para não admitirem a possibilidade de elas serem atendidas por políticas públicas” (PEREIRA, 2016, p. 59), e identificam essas necessidades sociais, como “preferências individuais, quando não com vícios, desejos e sonhos de consumo” (PEREIRA, 2016, p. 59). Portanto, a defesa da satisfação das necessidades como direito e dever do Estado é obrigatório, mesmo com os limites estruturais impostos pela sociedade capitalista (PEREIRA, 2016, p.59). Nesta direção assevera que

O básico a ser satisfeito, portanto, não é tudo, apesar de não ser sinônimo de mínimo; é apenas o patamar fundamental a ser alcançado em direção a patamares mais elevados de vida humana digna que, na opinião desta Tese, não poderá ser usufruída em sua inteireza, e por todos, nas sociedades capitalistas. Mas, é o par categorial “necessidades e preferências”, tal como acima definido, que constituirá o parâmetro pelo qual se analisará a maior ou menor relação de correspondência entre proteção social e cidadania e a maior ou menor consistência protetora das medidas criadas para esse fim (PEREIRA, 2016, p.63).

O segundo par categorial “direito e mérito” é desenvolvido pela autora, a partir de T.H. Marshall, que indica o surgimento dos direitos sociais no século XX e que “[...] só foi possível por meio da implantação de um Estado Social forte e atuante no mesmo período” (PEREIRA, 2016, p. 64). No entanto, a autora adverte que

[...] com a supremacia da ideologia neoliberal – que menospreza os valores supracitados – os direitos sociais vêm sendo duramente desmontados e substituídos pela lógica meritocrática; isto é, pela lógica de governar, ou de dirigir, privilegiando o esforço, a inteligência e a capacidade individual ou grupal de inovar e contribuir, diferenciadamente, para o sucesso da ordem social prevalecente. E esta ordem, por se pautar pelos princípios da hierarquia e da competição, considera estar isenta de qualquer associação a privilégios, hereditiedades e discriminações, já que cria mecanismos próprios e, supostamente neutros, de seleção de pessoas ao acesso a posições ou direitos – a despeito da procedência, trajetórias individuais e condições sociais das mesmas (PEREIRA, 2016, p.64).

Desta forma, na política social, o “mérito é o da necessidade, da privação”, pois

[...] pela ótica focalizada e seletiva da doutrina liberal (clássica ou contemporânea), o merecedor da proteção social deve ser o mais pobre dentre os pobres; vale dizer, deve ser aquele que comprove não possuir os pré-requisitos básicos para uma existência verdadeiramente humana, além de demonstrar idoneidade moral: não fraudar o sistema e oferecer contrapartidas (PEREIRA, 2016, p.65-69).

A meritocracia parte do princípio da responsabilidade individual pelo empenho próprio, para o sucesso ou fracasso e quando essa concepção se transforma em um eficaz mecanismo de seleção, são reforçadas as discriminações, os estigmas e as desigualdades. Talvez, aqui, pudéssemos localizar também todas aquelas ações que se pautam na disseminação de uma cultura empreendedora, na qual os indivíduos são responsáveis exclusivamente pela sua reprodução social. O empreendedorismo se impõe como solução para a vida dos indivíduos ainda que sejam soluções pautadas em formas muito precárias de trabalho. Não por acaso ele é estimulado entre os usuários da política de assistência social como “alternativa de transição” de uma condição meramente passiva de beneficiário da política para a condição de “sujeito protagonista” da sua própria autonomia<sup>69</sup>.

A abordagem do par categorial “igualdade” e do seu oposto “desigualdade”, é realizada a partir da lógica contraditória que “[...] subjaz na relação de correspondência entre desenvolvimento da economia capitalista, desigualdade e política social, mas que também produz conflitos de classe e lutas sociais por maiores ganhos relacionados à ideia de igualdade” (PEREIRA, 2016, p. 71). Igualdade entendida como “artificial”, pois se “realiza no marco do

---

<sup>69</sup> Existem inúmeras experiências neste sentido. Sugerimos a leitura da seguinte bibliografia: CICCARINO, Irene Dobarrio Machado; BORGES, Allan; VIVEIROS, Daniely Silva de. Um estudo sobre o empreendedorismo incentivado por políticas públicas de assistência social no município do Rio de Janeiro. Cadernos de Gestão e Empreendedorismo, v. 6, n.º 1, jan./abr., 2018, p. 15-29. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cge/article/view/12724/8266> . Acesso em: 15 jan. 2021.

‘possível’ permitido pelo sistema desigual do capital” (PEREIRA, 2016, p. 72). De acordo com a autora

[...] Eis porque essa ideia se tornou recorrente no discurso ideológico do sistema capitalista, apesar de, substantivamente, ela não ser por ele aceita e perseguida. Na verdade, a igualdade que o capitalismo cultiva e propala é um simulacro do conceito genuíno, pois consiste em um indicador exclusivamente funcional à persistência da dominação do trabalho pelo capital. Esse raciocínio desnuda o processo capitalista de exploração da força de trabalho que Marx identificou a partir do contraste entre igualdade (associada à liberdade negativa) na esfera ruidosa do mercado e desigualdade/coerção na oculta e silenciosa esfera da produção. [...] (PEREIRA, 2016, p.71).

Pereira discorre sobre a separação entre “as dimensões política e social da democracia, dos direitos e dos valores humanos” (PEREIRA, 2016, p. 73), da “dinâmica de abastardamento da democracia” que se reduziu a democracia representativa e tendo como valor maior de cidadania, o direito ao voto. Baseada no pensamento da filósofa Marilena Chauí a autora refere que “[...] nessa sociedade, não há lugar para a prática verdadeiramente democrática cujo conteúdo ultrapasse ‘a definição liberal de democracia como regime da lei e da ordem para a garantia das liberdades individuais’” (CHAUI, 2012 apud PEREIRA, 2016, p. 74). Na esteira do pensamento daquela filósofa a autora discorre sobre os sentidos de “igualdade substantiva” que consubstancia o conteúdo dos três pares de categorias de análise descritas em seu estudo:

a) De isonomia (igualdade dos cidadãos perante a lei), mas associada à isegoria (igualdade do direito de opinião e da possibilidade de se ver discutida, aceita ou recusada coletivamente) [...]; b) De processo histórico que reconhece a legitimidade e a necessidade dos conflitos [...]; c) De princípio imbricado à liberdade, [...] conquistas capazes de criar e ampliar espaços públicos por meio dos quais os desiguais adquirem contrapoderes sociais e políticos; d) De contribuição à práxis [...]. e) De meio e fim da democracia. [...] E só assim a igualdade deixará de ser um simulacro ou uma mistificação ideológica; f) De produto da luta das classes populares, visto que somente estas almejam a universalidade da igualdade como princípio básico da transformação da democracia liberal em democracia social (PEREIRA, 2016, p.74-75).

Pereira finaliza a análise dos pares binários ou pares categoriais, estabelecendo os parâmetros de sua pesquisa: “‘igualdade substantiva’ mediada pelas categorias ‘necessidades humanas’ e ‘direitos’, sabendo-se de antemão que eles só terão viabilidade prática em uma sociedade sem divisões de classe” (PEREIRA, 2016, p. 88). Em seguida menciona as concepções de fundo que servirão de parâmetro à análise da Matriz Residual.

[...] a afinidade conceitual das categorias *autonomia*, associada aos *direitos sociais* e à *igualdade substantiva* com a concepção de *emancipação humana*, adotada por Marx (s/d), cujo conteúdo significa: ‘a passagem do reino das necessidades para o reino da liberdade’. (ENGELS, 2005, p.92-93) entendida esta não como ‘liberdade do homem como uma mônada isolada, recolhida dentro de si mesma’ (MARX, s/d, p. 31), típica do mundo burguês egoísta; mas, como abolição da alienação e da garantia do livre desenvolvimento humano, no qual a liberdade de cada um se torne a condição para a liberdade de todos (MARX; ENGELS, 1987, p.54) (PEREIRA, 2016, p.88).

Conforme já indicamos anteriormente, a chamada Matriz Residual, problematizada pela mesma autora, é composta pela Teoria Funcionalista, Teoria da Convergência e Ideologia da Nova Direita. No seu percurso analítico, Pereira (2016, p.91) aborda o termo *residual* que, segundo ela, indica um “[...] padrão de proteção social mínima, focalizada nos extremamente pobres, descolada do status de direito e que se constrói e desenvolve com relutância por parte de governos, legisladores, gestores e executores dos países onde ela se processa” (PEREIRA, 2016, p. 91). Não obstante a luta e resistência contra as correntes de pensamento que compõem a Matriz Residual, estas conquistam

cada vez mais espaço e defensores, até mesmo entre os oprimidos pelos grillhões socioeconômicos sustentados e validados pelo ideário dessa Matriz. A legitimidade ampliada concedida ao Funcionalismo e à Nova Direita só pôde ser conquistada pelo uso generalizado da manipulação, da mistificação, do logro, do fetiche, que distorcem a realidade capitalista, ocultam sua essência, mascaram seu *modus operandi* e transformam, na aparência, crimes, brutalidades e explorações em banalidade (PEREIRA, 2016, p.92).

Avançando em suas reflexões, a autora assevera que a teoria funcionalista ou funcionalismo, constitutiva da matriz em comento, perpassa diferentes áreas do conhecimento, constituindo “vários funcionalismos” e ganhando “[...] ao longo da história do pensamento acadêmico, significados múltiplos” (PEREIRA, 2016, p. 94). Esse processo gerou “dificuldades conceituais”, entre elas a associação entre positivismo (Augusto Comte) e funcionalismo (Émile Durkheim), cujas abordagens sociológicas compartilham semelhanças, mas são distintas. A teoria do funcionalismo contém em “seu interior ramificações variadas” (PEREIRA, 2016, p. 97). A autora afirma que para compreender, sob as lentes desta perspectiva, o significado, bem como a finalidade da proteção social no contexto da sociabilidade capitalista, é preciso entender que, no âmbito da teoria do funcionalismo, é possível identificar análises comuns e divergentes no que se refere à proteção social. Segundo a autora, as características comuns às vertentes do funcionalismo são: em primeiro lugar, a “concepção sistêmica da realidade”, que compreende “a sociedade como a mais elevada forma de coletividade, dotada do poder de controlar e conduzir as ações individuais”. Em segundo lugar a *função* que para Durkheim (1978, p.23) apud Pereira (2016, p.99), é definido como a “relação de correspondência que existe entre os movimentos [vitais] e algumas necessidades do organismo”, quando ocorre a crise ou quando “um ou mais elementos não cumprem devidamente suas funções sociais e perturbam”, cuja consequência é a falta de “equilíbrio”, esta é denominada de “disfunção ou anomia”. A terceira é a *analogia orgânica*, ou seja, a “comparação dos sistemas sociais aos organismos vivos, biológicos” (PEREIRA, 2016, p.100).

Este organicismo justifica, de certa forma, o poder holístico da sociedade sobre as partes que a compõe. Segundo Durkheim, esse poder se dá mediante a exigência

coercitiva, universal e exterior à consciência individual dos membros da sociedade, do cumprimento de normas, conhecidas como fatos sociais. [...] esse elemento chave na análise funcional – o fato social – pressupõe a valorização do grupo à custa do indivíduo ou, em outras palavras, a subjugação do particular ao coletivo. Sendo portador dos três atributos explicitados por Durkheim, quais sejam: a coercitividade, a exterioridade e a generalidade, o fato social deve ser tratado como “coisa”; ou seja, como algo concreto e externo aos indivíduos que a estes se impõe. Portanto, precisa ser universalmente cumprido, ficando, quem não o respeita, sujeito ao controle social (do Estado sobre o indivíduo) e à punição. Em suma, a integração, a coesão social e a ordem, constituem o leitmotiv do funcionalismo (MISHRA, 1981); e não apenas como o objetivo primeiro, mas também, como o meio pelo qual se torna possível a organização harmônica da sociedade e o saudável relacionamento sistêmico entre o todo/partes e partes entre si [...] (PEREIRA, 2016, p.100-101).

A manutenção estável do organismo social, depende da “solidariedade social” que pode se apresentar de duas formas; a “mecânica” - em sociedades menos complexas - e a “orgânica” – presente em sociedades industriais, mais complexas devido à divisão do trabalho. No corolário da teoria de Durkheim, a chamada solidariedade mecânica se caracteriza pela consciência coletiva prevalecendo sobre a consciência individual, presente nas sociedades primitivas ou pré-capitalistas, onde os membros dessas sociedades possuem um sentimento comum de pertencimento, a coesão social é maior, e as regras estabelecidas são de aceitação geral, passíveis de punição imediata quando não cumprida. Já a solidariedade orgânica, constitutiva das sociedades mais complexas, se caracteriza pela divisão do trabalho, prevalecendo nas sociedades a consciência individual sobre a coletiva. A crescente divisão social do trabalho faz com que a coesão seja garantida através de mecanismos de coerção mais formalizados. As sociedades são comparadas a um organismo, portanto a interdependência e integração no grupo é considerada natural, e quando isso não ocorre se denomina anomia. Para os funcionalistas o risco de anomia é maior na sociedade capitalista e baseado em Mishra (1981), Pereira resume

[...] a desordem, a disfunção, a falta de coesão social, advindas do processo de diferenciação das coletividades complexas e, portanto, inerentes às sociedades capitalistas, exige a criação de alternativas de funcionamento, de novas instituições capazes de resgatar o equilíbrio perdido. Daí se justifiquem, para a maioria dos funcionalistas sob análise, as ações e intervenções estatais [...] (PEREIRA, 2016, p. 104).

Em sua análise, Pereira (2016, p. 104) afirma que algumas “autoridades representativas” do funcionalismo fazem oposição a “qualquer tipo de proteção social estatal aos pobres” e defendem o chamado “*laissez-faire*”. Nesta perspectiva a caridade privada, a filantropia, etc. é defendida e entendida primeiro como uma responsabilidade dos membros da família entre si e, depois, da comunidade. Ao avançar em sua análise a autora recupera as formas de pensamentos alinhadas à ideia de existência de um darwinismo social – de teor político, social e moral - na qual se defende a “sobrevivência dos mais aptos”. Desta forma, “os



indivíduos mais adaptados – em geral, os ricos e economicamente bem-sucedidos – sobrevivem em detrimento dos mais fracos – os pobres” (PEREIRA, 2016, p. 105). Nesta perspectiva se entende que as ações de proteção social organizadas e implementadas pelo Estado geram relações de dependência de quem delas se beneficia, tendo um efeito contrário ao que se espera e prejudicando a adaptação dos indivíduos à sociedade (PEREIRA, 2016, p.105).

A autora, contudo, baseada em Mishra (1981), refere que na perspectiva de Durkheim, não se tem uma oposição à intervenção estatal ou à proteção social pública. Adverte, no entanto que

[...] a proteção social para Durkheim não visaria à equidade ou à emancipação política e muito menos a humana. Ao contrário, desempenharia a função de restaurar e manter a ordem, a coesão, a harmonia social, deterioradas pela propensão das coletividades complexas à anomia. Por isso, a ação estatal não deveria se preocupar com a satisfação das necessidades ou desejos dos membros da sociedade, mas com a sua contenção, restrição e eliminação. Portanto, o grande problema, para ele, ‘não era a pobreza, mas a insatisfação com a pobreza’[...] (MISHRA, 1981, p.53. apud PEREIRA, 2016, p.106).

A desigualdade social explicada por Durkheim como um fenômeno natural fomentou funcionalistas modernos, como Parsons e Merton, a oferecer “novas e mais fecundas contribuições” (PEREIRA, 2016, p. 108) a respeito das relações sociais, das normas e da coesão social. Tem-se, no horizonte desses autores, o entendimento de que o “conflito” é uma doença evitável e que a ausência dele, ou seja, a “harmonia” seria o desejável na convivência em sociedade. Parsons, reconheceu a capacidade de transformação da ação humana sobre a sociedade e, para problematizar essa capacidade criou um “sistema de ação” dividido em quatro subsistemas: o social, o cultural, o de personalidade e o comportamental. Cada um deles desempenhando “uma função primária específica que os diferencia entre si: o subsistema social tem função integrativa; o cultural, função de manutenção latente de padrões; o de personalidade, função de alcance de metas; e o comportamental, função de adaptação” (PEREIRA, 2016, p. 109). Esses sistemas sociais se organizam e se constituem nas relações sociais, constituem também “o núcleo de uma sociedade como sistema” denominada por Parsons de “comunidade societária” na qual “se articulam as normas que garantem a coesão e a ordem”. (PEREIRA, 2016, p. 109). É nesse subsistema social, que se insere a proteção social, cuja existência se justifica pela “[...] necessidade de integração social do sistema” em detrimento da satisfação das “necessidades humanas” (PEREIRA, 2016, p. 109).

De acordo com Pereira (2016), Merton, por sua vez, defende a tese de que “[...] nem sempre as partes ou elementos de um todo desempenham funções positivas ao sistema ao qual pertencem” [...], [pois] uma mesma parte pode, simultaneamente ser funcional e disfuncional” (PEREIRA, 2016, p. 110-111). Assim contribuiu para a compreensão da sociedade como uma

“arena de conflitos de interesses” e “incorporou em sua análise, em algum grau, a categoria contradição” (PEREIRA, 2016, p. 111). A autora também afirma que outra contribuição de Merton diz respeito à diferenciação entre *motivo* e *função*, e explica *função manifesta* traz benefícios à coesão e adaptação do sistema e *função latente* que podem ser *funcionais* ou *disfuncionais* perturbando o seu equilíbrio. Uma terceira contribuição do autor, segundo Pereira (2016) está relacionada ao “conceito de alternativa funcional”, ou seja, se uma mesma parte pode desempenhar diversas funções e uma mesma função pode ser desempenhada por mais de uma parte, podemos entender que uma modalidade de proteção social não é obrigatoriamente positiva para a sociedade global: pode ser para uma parte e não para outra. (PEREIRA, 2016, p.111).

Outra teoria que tem raízes no funcionalismo de Durkheim, é a Teoria da Convergência ou determinismo tecnológico. Esta parte da premissa de que “[...] sociedades com as mesmas características e o mesmo nível de desenvolvimento industrial e econômico, produzirão, inevitavelmente, tipos similares de proteção social [...]” (PEREIRA, 2016, p. 112). Os adeptos à Teoria da Convergência ao defenderem a preponderância do determinismo tecnológico, ou a “[...] supervalorização do avanço industrial e econômico” desconsideram a “[...] influência de qualquer outro fator político, cultural e social” como a luta de classes em suas análises sobre a dinâmica societária e que influenciam determinadas formas de se entender a proteção social (MISHRA, 1981 apud PEREIRA, 2016, p.116). De acordo com essa corrente teórica, pode-se dizer que

o tipo-ideal de proteção social seria aquele com características mistas, pluralista, um meio-termo entre o *laissez-faire* e o coletivismo/intervencionismo total, a provisão governamental mínima de bens e serviços, associada a outros tipos protetivos – como a caridade e a proteção privada. [...] Entre os parceiros da esfera estatal na provisão de bem-estar, um, em particular, se destaca para os adeptos da Convergência: a empresa (PEREIRA, 2016, p.113-114).

Pereira (2016, p.114) observa que, “[...] as empresas, ao assumirem que uma mão de obra eficiente e produtiva é peça-chave neste processo, colocam-se como responsáveis pelo papel de fornecedoras diretas de proteção social”. Em sendo assim, a cidadania fica restrita à inserção laboral formal, ou seja, de carteira assinada. Não obstante, a inconsistência e limitações teóricas dessa abordagem, ilustramos a influência desta forma de pensamento baseada na observação de que, no Brasil, ela orienta as ações de associações organizadas por empresas, divididas por tipo de atividade econômica (comércio, indústria, transporte, agropecuária). São organizações que constituem o chamado “Sistema S” que desenvolvem ações no contexto do Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA) e do Serviço Social (SES). tais como: Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC),

Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), Serviço Social de Transporte (SEST), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Estas organizações prestam serviços de formação/capacitação, serviços de esporte, lazer e de saúde aos trabalhadores inseridos formalmente ao mercado de trabalho, mediante contribuição da cota patronal ao INSS (1,5% SENA e 1,5% ao SES) pelas empresas e, individualmente, pelo trabalhador, ao utilizar os serviços. A sua criação nos anos 40, coincide com a industrialização impulsionada pelo Estado<sup>70</sup>. As ações desenvolvidas neste âmbito contribuíram para a implantação da indústria de base respondendo à necessidade de mão-de-obra qualificada. Pelo exposto, podemos identificar algumas características da Teoria da Convergência, na idealização do “sistema S” no Brasil, embora necessite de uma investigação mais apurada, que não é o objetivo do nosso estudo.

Com base nos estudos de Mishra (1981), sobre o funcionalismo, Pereira (2016, p. 117) observa que ele “[...] insinua que a teoria funcionalista é útil apenas para a preservação do capitalismo”, assim sendo, o tipo de proteção social adotado “[...] é o que melhor contribui para a manutenção do *status quo* e, desde que cumpram sua função primária de integração social, pouco interessam as características específicas dos modelos protetivos implementados”. Apesar de suas limitações teóricas e metodológicas, pois tem como características que o capitalismo é um sistema natural, e que a harmonia, ausência de conflitos, neutralidade, são necessários para sua manutenção, é base para proteção social adotada em vários países, principalmente nos EUA. E complementa que, ao privilegiar

[...] tipos residuais de proteção que, em vez de satisfazerem necessidades humanas, rebaixam as expectativas de vida da classe trabalhadora, esta teoria não é capaz de explicitar a diferença real entre a Lei dos Pobres inglesa e as formas modernas de política social pública. E a despeito de conseguir elencar suas diferenças administrativas e as consequências ou impactos de cada uma delas na vida cotidiana e na saúde do sistema, a teoria funcionalista não consegue chegar à essência, à substância das formas de proteção; e nem ao porquê da existência de um tipo em detrimento de outro, já que, para isso, teria que admitir a ingerência dos interesses de classe e das lutas sociais antagônicas [...] (PEREIRA, 2016, p.117-118).

O terceiro elemento que constitui a Matriz Residual, a Ideologia da Nova Direita, se traduz em

uma variedade de ideologias contrárias à equidade e à universalidade na proteção social que, a despeito de suas oposições e variações teóricas, se uniram em torno de um ideal comum: a crítica ao modelo intervencionista posto em prática nas democracias capitalistas a partir do Segundo Pós-Guerra (PEREIRA, 2016, p.119).

---

<sup>70</sup> Getúlio Vargas que ficou na presidência de 1930 a 1945, retornando depois em 1951 a 1954, investiu na criação da infraestrutura industrial de base e energia desde 1930.

Para Pereira (2016, p.120), o neoliberalismo e o neoconservadorismo, são duas ideologias conflitantes que se uniram numa nova “[...] prática política, econômica, social e cultural pautada pelo neoliberalismo *econômico* e o neoconservadorismo *social e político*”. A chamada Nova Direita, ao defender o ideário “[...] neoliberal do livre mercado; do indivíduo; da liberdade negativa; da autorresponsabilização e da proteção mínima” (PEREIRA, 2016, p. 120) e os argumentos neoconservadores em favor da “[...] autoridade do Estado (ou governo forte); da disciplina e da ordem; da hierarquia; da subordinação e do resgate de valores tradicionais, como família patriarcal, propriedade privada, patriotismo, bons costumes e moral” (PEREIRA, 2016, p. 120), combinou posições incongruentes e o

[...] saldo desta mescla neoliberal-neoconservadora foi a instituição de um Estado socialmente limitado, não garantidor de direitos sociais, provedor de políticas de proteção social residuais, contingenciais e estigmatizantes, por um lado, embora forte, centralizador e controlador, por outro (PEREIRA, 2016, p.120).

A ideologia do neoliberalismo tem em Friedrich von Hayek seu principal organizador. Ele é autor do livro “Caminho da Servidão”, publicado em 1944, no qual desenvolve seu principal argumento que se traduz na “[...] total rejeição a qualquer tipo de interferência limitante proveniente do Estado sobre os mecanismos mercantis, considerados pelos seus adeptos, mais eficientes, e mais justos, sob todos os pontos de vista” (PEREIRA, 2016, p. xx). Tal pressuposto serviu de base para reunir, três anos após a publicação, em *Mont Pèlerin*, na Suíça um grupo influente de estudiosos das áreas das ciências humanas e sociais. Entre os 36 presentes estavam; Milton Friedman, Karl Popper, Michael Polanyi, Walter Lipman e Ludwig von Mises. (PEREIRA, 2016, p.123). A Sociedade de Mont Pèlerin, como ficou conhecida, ganhou força após a crise dos anos 70 e nos anos subsequentes à guerra fria. Sob a hegemonia dos EUA, somou adeptos na maioria dos países, contando atualmente “[...] com mais de 500 seguidores de mais de 40 nacionalidades diferentes” (PEREIRA, 2016, p.124).

Elencamos alguns postulados básicos da ideologia neoliberal, constantes no trabalho da autora: a) rejeição a interferência do Estado; b) a tese de que o mercado é mais eficiente, mais justo; c) a defesa de que o Estado de Bem-estar é prejudicial à competitividade, à propriedade privada, e à liberdade individual; d) a tese de que a desigualdade é um valor positivo e indispensável. Com base em Anderson, (1995) a autora descreve o que Hayek defendia e justificava, que as causas da crise dos anos 70 se deviam ao “[...] poder excessivo e nefasto dos sindicatos” (ANDERSON, 1995 apud PEREIRA, 2016, p. 126) e que a solução seria um Estado forte apenas para romper esse poder, pois a meta de governo deveria ser a estabilidade monetária, alcançada por meio da

[...] disciplina orçamentária, com a contenção de gastos com bem-estar e a ‘reestruturação da taxa ‘natural’ de desemprego, ou seja, a criação de um exército

industrial de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos (ANDERSON, 1995, p.10-11 apud PEREIRA, 2016, p.126).

Conforme Pereira (2016, p. 128) a outra componente da Nova Direita, o neoconservadorismo, despontou nos Estados Unidos e tem como maior expoente, Irving Kristol. Ele e seus parceiros do *City College* de Nova York (Irving Howe, Nathan Glazer e Daniel Bell) eram defensores dessa perspectiva neoconservadora por entender que ela explica e indica solução para os problemas da sociedade. Inicialmente “trotskistas radicais”, mas, posteriormente, descontentes com a chamada “esquerda intelectual” se tornaram seus opositores e aderiram ao liberalismo. Integraram o Partido Democrata dos EUA e apoiaram a eleição de Truman. No final dos anos 60, início dos anos 70, diante do aumento dos movimentos populares (antirracistas, antiarmamentista, de contracultura e comunista) e crescente aumento dos custos com bem-estar, abandonaram o liberalismo e apoiaram esse novo ideário, o “neoconservadorismo”<sup>71</sup>, representando uma reação ao

[...] ‘desvio para baixo’; à naturalização de uma suposta imoralidade que, segundo eles, corroeu a família patriarcal e os valores tradicionais, gerando o crime, a barbárie, os vícios e a miséria, surgiu uma nova abordagem ideológica que mesclou o individualismo, o anticomunismo e a economia de mercado com o conservadorismo tradicional, especialmente em seus postulados morais, instituições e comportamento (PEREIRA, 2016, p.131).

A autora, com base nos estudos de Ehrman (2009) expõe “quatro atributos” que foram determinantes para o estabelecimento do corpo ideológico do neoconservadorismo. O primeiro diz respeito à manutenção da “análise científica dos problemas sociais” (PEREIRA, 2016, p. 132). Assim, de acordo com a autora, por meio de uma vertente com uma “abordagem mais rigorosa e cuidadosa” das ciências sociais, conclui-se que as “problemáticas sociais” “não poderiam ser ‘curadas’, mas aliviadas ou diminuídas. O segundo atributo, que deriva deste primeiro, é “a aceitação da desigualdade social e econômica como natural e insuperável”. Neste sentido

[...] O mais viável, e hipoteticamente mais saudável, seria a construção coletiva de uma igualdade de oportunidades real e a responsabilização dos indivíduos por seus erros e acertos, acompanhada da respectiva punição ou recompensa (PEREIRA, 2016, p.132).

---

<sup>71</sup> A trajetória teórica e política destes pensadores e os novos ideais por eles disseminados, fez com que, em 1973, o líder socialista Michael Harrington popularizasse o termo “neoconservador” para designá-los. Seu intuito era conferir um vocábulo pejorativo a este grupo de ex-socialistas e ex-liberais, que traíram seus ideais virando-se cada vez mais para a direita. Entretanto, em 1979, Irving Kristol publicou um artigo intitulado *Confessions of a True, Self-Confessed 'Neoconservative'* (Confissões de um Verdadeiro, Confesso ‘Neoconservador’) assumindo o rótulo, que passou a nomear oficialmente a corrente nascente. E, com humor, chegou a afirmar: “se você puder, aceite as alcunhas que as pessoas te dão e lide com isso” (PEREIRA, 2016, p. 131).

O terceiro atributo é caracterizado pela “resistência à criação de novos programas ou benefícios, em especial os universais e os nacionais” (PEREIRA, 2016, p. 132). De fato, os neoconservadores não se opõem a proteção social pública e estatal, no entanto, ela deve ser

[...] focalizada nos mais necessitados, temporária e comprometida com o mínimo, permitindo, segundo eles, que os beneficiários possam reerguer-se com suas próprias forças. A criação de uma “rede de proteção social” (safety net) voltada para os miseráveis e que leve em conta estas propriedades é admitida; e o workfare (bem-estar em troca de trabalho), considerado ideal (PEREIRA, 2016, p. 133).

O quarto e último atributo é o “nacionalismo”, síntese direta de um sentimento patriótico extremo e que está “atrelado à sua radical objeção ao socialismo”, à defesa incondicional da “democracia” ocidental, cujo parâmetro é os Estados Unidos e os preceitos do *american way of life* (PEREIRA, 2016, p. 133). Para a autora,

De fato, a crença neodireitista ou, mais especificamente, neoconservadora, na superioridade moral e intelectual da sociedade estadunidense, aperfeiçoou-se de um racismo generalizado e do afã de dominação em escala mundial; ambos, mascarados pelo rótulo legitimado do ‘amor à pátria’, do altruístico ato de educar e civilizar povos ‘bárbaros’, presente nessa sociedade desde o início de sua formação política e econômica (PEREIRA, 2016, p.133).

A união do neoconservadorismo representado pelo partido Republicano e do governo de Ronald Reagan e do neoliberalismo defendido na Europa, principalmente pelo governo de Margareth Thatcher, teve como resultado a Nova Direita, e por uma série de medidas políticas e econômicas, tornou-se hegemônica. A Nova Direita foi um “[...] produto direto das dificuldades econômicas geradas pelas crises pós-II Guerra Mundial”, bem como da “reação ao contínuo aumento dos gastos sociais com bem-estar” (PEREIRA, 2016, p. 136) e a crítica a esse tipo de proteção social,

[...] assenta-se, ainda segundo George e Wilding (1994), em pelo menos seis postulados essenciais que, na visão dos adeptos da Nova Direita, caracterizam a instituição protetiva e seus defensores. São eles: a impossibilidade de criação de um Estado de Bem-Estar completo e abrangente; a visão equivocada sobre a natureza humana e a ordem social; as ideias erradas sobre o próprio Estado de Bem-Estar; a ameaça que o Estado de Bem-Estar representa para a liberdade; a ineficiência e ineficácia deste tipo de instituição; e, finalmente, os seus caracteres economicamente, socialmente e politicamente danosos (PEREIRA, 2016, p. 137).

Tendo como cerne da crítica a proteção social pública e universal, os adeptos da Nova Direita argumentam que a supervalorização do social contamina a compreensão de “conceitos-chave” como “[...] *liberdade, justiça social, direitos sociais, necessidades e problemas sociais*, [que] ‘deturpados’, demandam políticas específicas e, conseqüentemente, incorretas [...]” além de serem incompatíveis com o “[...] individualismo e o egocentrismo naturais à espécie humana [...]” (PEREIRA, 2016, p. 140-143). Em sendo assim, a Nova Direita tem como valor central a *liberdade* como ausência de coerção ou liberdade negativa. Para os adeptos ao neoconservadorismo o conceito de *justiça social* é “desprovido de sentido”, pois a natureza e o

acaso, não são justos, nem injustos e que, por isso, a ideia de *direitos* é “igualmente vazia de significado”. As necessidades são entendidas como escolhas, desejos e preferências e que o único que pode suprir a “satisfação integral de suas necessidades” e, desta forma, alcançar a felicidade é o “mercado”. Criticam a provisão de bem-estar exclusivamente do Estado e defendem a atuação do “[...] mercado, do voluntariado e da família nessa provisão” (PEREIRA, 2016, p.142-143).

Importante destacar que o “mercado” é considerado como ordem espontânea, natural, sendo que para os neodireitistas, o

[...] que não é problema natural é considerado falha individual. Os erros e fracassos são encarados como de responsabilidade exclusiva de sujeitos inabilidosos ou com severos vícios de caráter: preguiça, vadiagem, acomodação (PEREIRA, 2016, p.142).

Discorrer sobre os conceitos que a Nova Direita, ou seja, a união do neoliberalismo e neoconservadorismo, possibilita uma maior compreensão da modalidade de proteção social que está vigente na periferia do capitalismo, haja vista que elas dão sustentação a estas programáticas. Além disso, esses conceitos colocam luzes também sobre as ações profissionais que estão ancoradas nessas premissas, permitindo que se constate o afastamento dos preceitos teóricos, éticos e políticos que dão sustentação ao projeto profissional do serviço social brasileiro. Ao mesmo tempo, permite que sejam vislumbradas alternativas de enfrentamento do avanço do conservadorismo, tanto nos espaços de formação como nos do mercado de trabalho.

Pretendemos até aqui, expor elementos caracterizadores das teorias e ideologias (conflitantes) que conformam a programática neoliberal, com destaque para as concepções relativas às funções do Estado e aos tipos de proteção social a elas subjacentes. Na próxima seção, procurando trazer elementos da particularidade brasileira, apresentaremos como sucedeu o avanço da política neoliberal, após a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, desde o governo de Collor de Melo até a atualidade. E, desta forma, pretendemos oferecer ao leitor um panorama das políticas adotadas no âmbito da proteção social no Brasil.

#### 3.4. A (des)proteção social no Brasil no contexto dos avanços neoliberais

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) é considerada como um marco para as políticas sociais. Recebeu a denominação de Constituição Cidadã, pois, não obstante a tardia regulamentação dos direitos, principalmente do tripé da seguridade social, como será visto na sequência, rege todo o ordenamento jurídico com princípios e diretrizes do postulado republicano de “universalidade”, “equidade” e “dignidade da pessoa humana”.

Contudo, o “direito à propriedade” como direito fundamental, prevalece no cotidiano, subordinando a “função social da propriedade”, entre outros direitos. Não cabe nesta seção realizarmos uma discussão sobre as contradições e limitações constitucionais (elas existem e são muitas), mas apenas demarcar um período como divisor dos impactos na vida dos trabalhadores, antes e depois da promulgação da referida constituição.

Antes de abordarmos especificamente o que mais diretamente nos interessa aqui, é preciso que façamos uma pequena e sintética digressão histórica que revele minimamente a processualidade histórica da realidade brasileira. Nesta direção, é sabido que nos governos de Getúlio Vargas, no período de 1930/1945 e 1945/1954, o Estado foi organizado para que seus quadros fossem lotados por concurso público, sendo o primeiro concurso público realizado em 1937 para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). Foi nesse período também a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), importante conquista da classe trabalhadora. Sob diferentes abordagens, muitos estudos foram realizados com o objetivo de analisar a política social brasileira desse período e de períodos subsequentes, de modo a evidenciar o arcabouço dessas políticas, bem como analisá-las no processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Neste sentido, remetemos o leitor à leitura de alguns desses estudos: Fundação de Economia e Estatística (FEE) (1983), Andrade (1999, 2003), Draibe (1998), Behring e Boschetti (2011).

No período da ditadura, 1964/1985, tivemos na economia o período denominado de “milagre brasileiro” que foi

a forma que assumiu a introdução da produção em massa de automóveis e eletrodomésticos para o consumo de massa restrito – que, ademais, já vinha acontecendo desde 1955, com o Plano de Metas, mas que na ditadura militar ganha um contorno mais agressivo. No Brasil da lapidar frase “Ame-o ou deixe-o”, tais mecanismos são introduzidos sem o pacto socialdemocrata e sem os consensos dos anos de crescimento na Europa e EUA, e com uma redistribuição muito restrita dos ganhos de produtividade do trabalho, mas que ampliou o mercado interno, embora aquém de suas possibilidades, alimentando os sonhos da casa própria, dos filhos doutores e do ‘Fuscão’ na garagem entre os segmentos médios e de trabalhadores. De outro lado, expandia-se também a cobertura da política social brasileira, conduzida de forma tecnocrática e conservadora, reiterando uma dinâmica singular de expansão dos direitos sociais em meio à restrição dos direitos civis e políticos, modernizando o aparato varguista (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.135).

E, para manter o controle da força de trabalho, citando como exemplo o crescimento do operariado de São Paulo, nesse período houve uma “[...] intensa institucionalização da previdência da saúde e com muito menor importância, da assistência social” (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 137). A unificação da previdência social no Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), em 1966 retirou os trabalhadores da gestão. Ao longo dos anos, foram incorporados os acidentes de trabalho em 1967, os trabalhadores rurais em 1971,



empregadas domésticas em 1972, os jogadores de futebol e autônomos em 1973, os ambulantes em 1978 e em 1974 o Renda Mensal Vitalícia (RMV) no valor de meio salário-mínimo para os idosos que tivessem contribuído por pelo menos 1 ano. Neste mesmo ano foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) incorporando a Legião Brasileira de Assistência (LBA), a Fundação Nacional para o Bem-estar do Menor (FUNABEM), a Central de Medicamentos (CEME) e a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV). Em 1977, com a contrarreforma administrativa<sup>72</sup> do Estado em movimento, o Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social (SINPAS) era composto pelo Instituto Nacional de Assistência Médica (INAMPS) e o Instituto Nacional de Administração da Previdência Social (IAPAS), e conforme Behring, Boschetti (2011, p.136-137)

Nessa associação entre previdência, assistência e saúde, impôs-se uma forte medicalização da saúde, com ênfase no atendimento curativo, individual e especializado, em detrimento da saúde pública, em estreita relação com o incentivo à indústria de medicamentos e equipamentos médico-hospitalares, orientados pela lucratividade (BRAVO, 1996 e 2000 apud BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p.137).

Nesse período foi criado o Banco Nacional de Habitação e os “fundos de indenização aos trabalhadores e que constituíram mecanismos de poupança forçada para o financiamento da política habitacional, dentre outras (FGTS, PIS, PASEP)” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 137).

As mesmas autoras advertem que

[...] no mesmo passo em que se impulsionavam políticas públicas mesmo restritas quanto ao acesso, como estratégia de busca de legitimidade, a ditadura militar abria espaços para a saúde, a previdência e a educação privadas, configurando um sistema dual de acesso às políticas sociais: para quem pode e para quem não pode pagar. Essa é uma das principais heranças do regime militar para a política social e que nos aproxima mais do sistema norte-americano de proteção social que do Welfare State europeu. Outra herança é a de que, mesmo com uma ampliação dos acessos públicos e privados, milhões de pessoas permaneciam fora do complexo assistencial-industrial-tecnocrático-militar (Faleiros, 2000) (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p.137).

De meados dos anos 70 aos anos 80, vivenciamos os efeitos da crise estrutural do capital e seus desdobramentos fazem com que o chamado “milagre brasileiro” progressivamente vá perdendo seu potencial. Com o agravamento da crise econômica e social

---

<sup>72</sup> Até 2020 o Estado passou por pelo menos 5 contrarreformas político/administrativas. Estas são as mais significativas: 1) na década de 40 pela criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP); 2) em 1967 pelo Decreto Lei 200 que dispõe sobre a organização da Administração Federal e estabelece diretrizes; 3) em 1979 com o Decreto n.º 83740 que institui o Programa Nacional de Desburocratização; 4) em 1985 com o Decreto n.º 91.309 de 04/06/1985 que deu poderes ao Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos de Administração promover a execução do Plano de Reforma da Administração Pública Federal e; 5) em 1995, com a criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) e aprovação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020. Enquanto escrevo estas linhas, a PEC 32/2020 que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa está em tramitação no Congresso Nacional.

movimentos sociais começam a pressionar por mudanças, o que culmina com o movimento pelas “Diretas Já”<sup>73</sup>. Essa transição, denominada de “abertura política” se deu de forma “lenta, gradual e segura” conforme anunciado pelo General Ernesto Geisel, que estava à frente do governo militar.

No lugar das “Diretas Já”, foi constituído um Colégio eleitoral que elegeu Tancredo Neves em 1985. No entanto, devido ao seu falecimento<sup>74</sup>, quem assumiu a presidência de 1985/1989 (5 anos), foi José Sarney que lançou um conjunto de medidas econômicas, dentre as quais o denominado Plano Cruzado. Sobre este período

[...] Tavares e Fiori lembram que foram realizados no Brasil dez ajustes fiscais e sete máxi ou minidesvalorizações da moeda, que não obtiveram de forma duradoura os resultados desejados [...]. Portanto, em síntese, de um ponto de vista econômico, tem-se na entrada dos anos 1990, um país derruído pela inflação – a ‘dura pedagogia da inflação’ a que se refere Oliveira [...] e que será o fermento para a possibilidade histórica da hegemonia neoliberal; paralisado pelo baixo nível de investimento privado e público; sem solução consistente para o problema do endividamento; e com uma questão social gravíssima. Tem-se a mistura explosiva que delinea uma situação de crise profunda (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p.140-141).

A política social, nesse período, não teve alterações significativas, visto que, o

[O] carro-chefe da política social de Sarney, por exemplo, foi o conhecido Programa do Leite, mais voltado para instrumentalizar as associações populares – incumbidas de distribuir os *tickets* para as famílias, o que gerou vantagens clientelistas – do que em promover a ampliação do acesso à alimentação. Assim, nesse período, mantém-se o caráter compensatório, seletivo, fragmentado e setorizado da política social brasileira [...] (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p.143-144).

Avançando em nossa abordagem, vale mencionar que a primeira eleição presidencial, após o período da Ditadura Militar (1964-1985), ocorreu somente em 1990 e elegeu Fernando Collor de Mello que ficou por quase 3 anos, uma vez que, após processo de impeachment, renunciou ao cargo em dezembro/1992. Foi seu vice, Itamar Franco, que assumiu seu lugar até dezembro/1994. Esse processo acabou por consagrar o que Florestan Fernandes (1976) denominou de “revolução dentro da ordem”, ou seja, transição conservadora que se seguiu

---

<sup>73</sup> Movimento político que uniu todos os movimentos sociais e que teve adesão do conjunto da mídia, em defesa das eleições diretas para presidência da república. Esse processo de redemocratização influenciou a construção da CRFB/1988. Vivenciei esse momento histórico, faz parte da minha história também, pois militava junto ao PT, mesmo antes de seu registro como partido político. Os encontros aconteciam nas garagens residenciais no bairro da Saúde, em São Paulo, onde morava entre 1979/1980. Me recordo da presença de José Genoíno e Zé Dirceu em algumas das reuniões. No dia do maior comício pelas “Diretas Já” em 25/01/1984 nascia minha primeira filha. Tempos de transformações.

<sup>74</sup> A mídia fez ampla cobertura, transformando o adoecimento de Tancredo Neves num show diário. Construíram o mito fazendo referências à Tiradentes, pois “coincidentemente” morreram na mesma data. Resumo dessa cobertura na notícia: “Na noite anterior à sua posse, 14 de março de 1985, Tancredo Neves, presidente eleito indiretamente pelo Colégio Eleitoral, não pôde assumir porque foi internado às pressas para tratar de apendicite aguda no hospital de Base de Brasília. Em seu lugar foi empossado o vice [...]. Durante 38 dias o Brasil acompanhou a agonia de Tancredo Neves. Foram sete cirurgias e uma traqueostomia até sua morte em 21 de abril de 1985”. Disponível em: <<http://m.acervo.estadao.com.br/noticias/acervo.acervo,70003277827,0.htm>> Acesso em: 20 dez. 2020.

rearticulando os grupos dominantes e garantindo a acumulação. Este é o “padrão de dominação burguesa” no Brasil, segundo o autor. Esse período foi marcado pelo ajuste neoliberal inaugurado por Collor de Mello, cuja projeção se deu por ter construído a imagem de “caçador de marajás” durante o governo em Alagoas. Foi o início do ataque aos servidores públicos e ao Estado dando materialidade ao receituário neoliberal idealizado a partir do Consenso de Washington<sup>75</sup>. O Plano Collor de estabilização monetária, não apresentou o desempenho imaginado para conter a alta inflação e, em virtude do processo de impeachment, a burguesia brasileira adiou por um tempo a implementação da política neoliberal, que veio a ser efetivada nos governos subsequentes.

A segunda e a terceira eleições presidenciais colocaram Fernando Henrique Cardoso (FHC) no poder de janeiro/1995 a dezembro/2002 (8 anos). Seu governo foi marcado por um conjunto importante de contrarreformas<sup>76</sup> e que se transformaram em obstáculos às conquistas inscritas na CRFB/88 como

a introdução do conceito de seguridade social, articulando as políticas de previdência, saúde e assistência social, e dos direitos a elas vinculados, a exemplo da ampliação da cobertura previdenciária aos trabalhadores rurais, agora no valor de um salário-mínimo e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e pessoas com deficiência. Advém também desse processo uma série de inovações democratizantes, tais como o novo estatuto dos municípios como entes federativos autônomos, os conselhos paritários de políticas e de direitos e a instituição de um ciclo orçamentário que passa a comportar um orçamento da seguridade social (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p.144).

Não há, apesar das inúmeras limitações que se desconsiderar os avanços significativos decorrentes da atuação dos movimentos sociais, com destaque para o movimento da reforma sanitária na política de Saúde - tendo como resultado o Sistema Único de Saúde (SUS), regulamentado em 1990 pelas leis n.º 8.080 e n.º 8.142-, movimentos sociais em prol da criança

---

<sup>75</sup> Foi denominado de Consenso de Washington, a reunião em novembro de 1989, na capital dos Estados Unidos dos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais (FMI, BM e BID) especializados em assuntos latino-americanos, mas que eram “descompromissados com realidade política, econômica e social da região”. Não se tratou de “formulações novas, mas simplesmente de registrar, com aprovação, o grau de efetivação das políticas já recomendadas, em diferentes momentos, por diferentes agências. E que foi intensamente aplicado, com a conivência das elites locais “em nome de uma pretensa modernidade, teorias e doutrinas temerárias para as quais não há eco nos próprios países desenvolvidos onde alegadamente procurou inspiração” (BATISTA, 1995).

<sup>76</sup> Behring e Boschetti (2011, p.149), partem da perspectiva de uma “apropriação indébita e fortemente ideológica da ideia reformista, a qual é destituída de seu conteúdo redistributivo de viés socialdemocrata, sendo submetida ao uso pragmático, como se qualquer mudança significasse uma reforma, não importando seu sentido, suas consequências sociais e sua direção sócio-histórica. Cabe lembrar que esse é um termo que ganhou sentido no debate do movimento operário socialista [...]. Portanto, o reformismo, [...] é um patrimônio da esquerda”, além de ser uma “[...] estratégia político-ideológica para a busca de consensos e legitimidade, tendo em vista assegurar a direção intelectual e moral e, dessa forma, a hegemonia do projeto neoliberal”.

e do adolescente – cujas conquistas se materializaram no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) - e, na política previdenciária, com a ampliação de direitos como

licença-maternidade de 120 dias, extensiva aos trabalhadores rurais e empregadas domésticas, do direito de pensão para maridos e companheiros. E da redução do limite de idade – 60 anos para homens e 55 para mulheres para acesso à aposentadoria, da indexação dos benefícios previdenciários ao salário-mínimo (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p.145).

Dentro da programática neoliberal, no governo de Fernando Henrique Cardoso deu-se início ao Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE), tendo à frente do órgão executivo o então Ministro de Estado Bresser Pereira, que conduziu a proposta de “reforma” no âmbito do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE). O processo de privatização sucedeu em duas frentes: a venda das empresas estatais e a criação do Programa Nacional de Publicização (no bojo do qual foram editadas as Leis n.º 9.637/98, referentes às Organizações Sociais e a de n.º Lei 9.790/99, que instituiu as denominadas Organizações Sociais de Interesse Público). Estas normativas, portanto, possibilitaram a criação das agências executivas e das organizações sociais, regulamentando o terceiro setor para a execução de políticas públicas. A criação do espaço “público não-estatal” fez avançar a perspectiva privatista no interior das políticas de proteção social, fazendo avançar e consolidar esta lógica que foi adotada como diretriz também nos governos que se sucederam, cujas ações se pautaram na política de desresponsabilização do Estado em face da questão social, seja pelo viés das terceirizações – ampliando a atuação do mercado na implementação das políticas sociais – seja pelo viés da cultura do voluntariado.

Na análise dos efeitos da contrarreforma neoliberal sobre as políticas sociais, Behring e Boschetti (2011, p. 152-154) apontam que houve a criação de uma “subjetividade antipública”, por meio da qual foram forjados argumentos que justificaram os processos de privatização, sob o auspício do “combate à crise fiscal e o equilíbrio das contas públicas nacionais”. Além de não promoverem os resultados prometidos o que se verificou foi

[...] a entrega de parcela significativa do patrimônio público ao capital estrangeiro, bem como a não-obrigatoriedade das empresas privatizadas de comprarem insumos no Brasil, o que levou ao desmonte de parcela do parque industrial nacional e a uma enorme remessa de dinheiro para o exterior, ao desemprego e ao desequilíbrio da balança comercial. [...] A prática da ‘reforma’, na verdade era perfeitamente compatível com a política econômica, o que reforça a ideia de que seu discurso constituiu-se de pura ideologia e mistificação, num explícito cinismo intencional de classe (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p.153-154).

E, as consequências dessa contrarreforma do Estado foram:

[...] extinção de postos de trabalho e desemprego, aumento da pobreza, da indigência e da violência endêmica; queda do investimento produtivo; destruição de parte do aparato produtivo construído nos 50 anos anteriores, privatizações e internacionalização do aparato produtivo e financeiro brasileiro; e obstaculização da

seguridade social, tal como foi concebida em 1988[...] (BOSCHETTI, BEHRING, 2003, p.17).

Com o fim da era dos governos de FHC, este foi o quadro encontrado pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva que, como seu antecessor, também foi eleito para dois mandatos consecutivamente, ficando no poder de janeiro/2003 a dezembro/2010. Não obstante, todas as expectativas de reforma democrática e de promoção da ruptura com as políticas neoliberais, logo no início do governo Lula observou-se a prevalência de orientações neoliberais na condução da política econômica e social. Um governo que teve contradições, mas que deixou inovações de promoção da democracia, como a criação de instrumentos que possibilitaram, nos marcos de uma democracia muito incipiente, a participação da sociedade na discussão e construção de vários instrumentos de gestão, por meio dos quais foram definidas prioridades que incorporavam proposta no PPA

“[...] um projeto de desenvolvimento, que ultrapassaria a agenda da estabilidade econômica a partir de três eixos: inclusão social, redução das desigualdades, geração de emprego e renda em bases sustentáveis e com preservação do meio ambiente, expansão da cidadania e fortalecimento da democracia (BOSCHETTI, BEHRING, 2003, p.19).

Também foi inovador na relação com a sociedade Civil e com o pacto federativo, priorizando a articulação com os governadores para pensar políticas regionais e intersetoriais, o que demonstrava “[...] uma capilaridade nova e uma relação mais democrática” (BOSCHETTI, BEHRING, 2003, p.19-20).

No governo Lula também foi aprovada a “toque de caixa”, em dezembro de 2003, a Emenda Constitucional n.º 41 que se caracterizou como uma contrarreforma da Previdência, atacando os direitos previdenciários dos servidores públicos federais. Em conformidade com as análises de Boschetti, Behring (2003 p.19) não obstante a incorporação do “conceito de seguridade” e de não falarem em “focalização”, no documento “Orientações Estratégicas para o Plano Plurianual (PPA), de 2003, já era possível perceber que a proposta do governo estava em sincronia [...] com as grandes linhas do Ministério da Fazenda, em termos da política econômica e da previdência social” que, à época, estava sob o comando de Antônio Palocci e que tinha a tarefa de dar continuidade à política macroeconômica adotada pelo governo anterior..

Na Saúde, apontamos algumas continuidades e mudanças na condução do Sistema Único de Saúde (SUS). O retorno da concepção da Reforma Sanitária é considerado por Bravo (2005, p.16) como um dos aspectos de inovação, devido ao abandono durante os anos 90, assim como iniciativas que procuraram garantir e unificar as ações de atenção básica, ambulatorial e

hospitalar, bem como as que procuraram fortalecer o controle social. Do ponto de vista da gestão do Ministério da Saúde, a mesma autora destaca que se valorizou a

escolha de profissionais comprometidos com a luta pela Reforma Sanitária para ocupar o segundo escalão do Ministério; as alterações na estrutura organizativa do Ministério da Saúde, sendo criadas quatro secretarias e extintas três; a convocação extraordinária da 12ª Conferência Nacional de Saúde e a sua realização em dezembro de 2003; a participação do ministro da saúde nas reuniões do Conselho Nacional de Saúde e a escolha do representante da CUT para assumir a secretaria executiva do Conselho Nacional de Saúde (BRAVO, 2005, p.16).

As ações de continuidade do projeto privatista neoliberal ganharam materialidade com as ações que deram “[...] ênfase na focalização, na precarização, na terceirização dos recursos humanos, no desfinanciamento e a falta de vontade política para viabilizar a concepção de Seguridade Social” (BRAVO, 2005, p.18).

No âmbito da política pública de Assistência Social, que será abordada com mais detalhes na sequência deste trabalho, o que se verificou foi sua tardia regulamentação<sup>77</sup>, realizada no governo Lula/Dilma. Ao analisarem as políticas de proteção social do período e, mais especificamente as ações no âmbito desta política e, particularmente em relação ao chamado Programa Fome Zero, Bering e Boschetti (2003) afirmam que

O Programa Fome Zero, apesar de tropeços e declarações iniciais dispensáveis e inaceitáveis do gestor, é um projeto abrangente e interessante, que articula políticas compensatórias com as políticas estruturais para o campo, a exemplo da reforma agrária, e políticas sociais universalizadas, ou seja, preconiza uma perspectiva de seguridade que inclui a segurança alimentar, ao lado de ações que priorizam determinados segmentos. Nesse sentido, pode também ser visto com um sinal interessante, sobretudo se a sua implementação ultrapassar ações emergenciais (CRFBESS, 2003) (BOSCHETTI, BEHRING, 2003, p.20).

Outras iniciativas no âmbito da Política de Assistência social deram materialidade a um conjunto de programas governamentais neste período, com destaque para o Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2004 e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), criado em 2006. Muitas ações não tiveram continuidade em face do golpe de 2016. Para os pesquisadores da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (DISOC) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), “a composição da renda média dos estratos pobre e extremamente pobre mudou substancialmente de 2004 a 2009” e atribuem a isso o protagonismo da Política Social e à dinâmica do mercado de trabalho. De acordo com esta análise as iniciativas do período foram viabilizadas

pela estabilidade conferida pela política macroeconômica e pelo momento positivo da economia internacional, que criaram um ambiente propício para o crescimento econômico e a geração de empregos. No entanto, a grande novidade no período foi a

<sup>77</sup> Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, Norma Operacional Básica (NOB) em 2005 e 2012, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais em 2009, Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH) em 2011.

transformação da política social em protagonista dos processos de redução da desigualdade de renda e da mudança no perfil da pobreza. Esse protagonismo veio por meio dos aumentos reais do salário mínimo, que recentemente passaram de compromisso de governo a lei, e da expansão das transferências focalizadas de renda. Ainda que subestimados pela PNAD, os dados são impressionantes: o número de beneficiários do BPC aumentou 69% de 2004 a 2009, quando o PBF atingiu 40 milhões de pessoas em 9 milhões de famílias. (OSÓRIO et al, 2011, p.45)

Dando continuidade ao governo de Lula da Silva, Dilma Rousseff (janeiro/2011 a agosto/2016), também eleita em duas eleições, ocupou o executivo federal de janeiro de 2011 a agosto de 2016, quando sofreu um processo de impedimento, considerado pelas forças políticas democráticas como um verdadeiro golpe de natureza jurídico-parlamentar. Assumiu em seu lugar, o vice Michel Temer, um dos autores do golpe que ficou ocupando a presidência da República até dezembro de 2018. Este, em pouco mais de 2 anos conseguiu que o Congresso Nacional aprovasse a Emenda Constitucional n.º 95/2016- que instituiu um novo regime fiscal que impõe limites aos gastos primários no âmbito dos poderes -, a alteração da Lei voluntariado (Lei n.º 13297/2016), a chamada lei da terceirização (Lei n.º 13429/2017) e a contrarreforma trabalhista (materializada na Lei n.º 13467/2017). A PEC 287 da previdência, só não foi aprovada pela resistência organizada de vários segmentos da sociedade e, também em virtude da aproximação das eleições para os cargos de presidente e vice-presidente da República, governador e vice-governador de estado e do Distrito Federal, senador, deputado federal, estadual e distrital.

No contexto das políticas de proteção social, o governo de Dilma Rousseff baseou-se no Plano Brasil Sem Miséria (BSM) que tinha como objetivo

superar extrema pobreza até o final de 2014. O Plano se organiza em três eixos: um de garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; outro de acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e um terceiro de inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres (IPEA, 2013, p.1).

Por meio deste plano se deu continuidade às ações do governo Lula, com ampliação das iniciativas desenvolvidas na política de assistência social, com ênfase na qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)<sup>78</sup> e com o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS Trabalho), bem como com a regulamentação do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Ao mesmo tempo que houve impulso dessa política

---

<sup>78</sup> O PRONATEC era operacionalizado nos CRAS, encerrou em 2015 e oferecia cursos ministrados pelo Sistema S. Normalmente cursos com baixa tecnologia e que exigia pouca escolaridade, como manicure, padeiro, pedreiro, jardineiro, recepcionista, auxiliar administrativo, etc. Desconheço pesquisas que tenham procurado demonstrar a efetividade desse programa, como por exemplo, qual a proporção dos que conseguiram colocação no mercado de trabalho na função habilitada pelo curso.

social na contramão do que vinha ocorrendo na maioria dos países centrais do capitalismo, de desmonte, o governo abria concessões aos latifundiários<sup>79</sup> e grandes empresários.

Em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff, eleita com mais de 54 milhões de votos, sofreu impeachment. Michel Löwy, (2016, p. 2/13) resume bem o que ocorreu

Vamos dar nome aos bois. O que aconteceu no Brasil, com a destituição da presidenta eleita Dilma Rousseff, foi um golpe de Estado. Citando Hegel, Marx, escreveu no 18 de Brumário de Luís Bonaparte, que os acontecimentos históricos se repetem duas vezes: a primeira como tragédia, a segunda como farsa. Isso se aplica perfeitamente ao Brasil. O golpe de Estado militar de abril de 1964 foi uma tragédia que mergulhou o Brasil em vinte anos de ditadura militar, com centenas de mortos e milhares de torturados. O golpe de Estado parlamentar de maio de 2016 é uma farsa, um caso tragicômico, em que se vê uma cambada de parlamentares reacionários e notoriamente corruptos derrubar uma presidente democraticamente eleita por 54 milhões de brasileiros, em nome de ‘irregularidades contábeis’. O principal componente dessa aliança de partidos de direita é o bloco parlamentar (não partidário) conhecido como ‘a bancada BBB’: ‘Bala’ (deputados ligados à Polícia Militar, aos esquadrões da morte e às milícias privadas), ‘Boi’ (grandes proprietários de terra, criadores de gado) e ‘Bíblia’ (neopentecostais integristas, homofóbicos e misóginos). Entre os partidários mais empolgados com a destituição de Dilma destaca-se o deputado Jair Bolsonaro, que dedicou seu voto aos oficiais da ditadura militar e nomeadamente ao coronel Ustra, um torturador notório. Uma das vítimas de Ustra foi Dilma Rousseff, que no início dos anos 1970 era militante de um grupo de resistência armada, e também meu amigo Luiz Eduardo Merlino, jornalista e revolucionário, morto em 1971 sob tortura, aos 21 anos de idade (LÖWY, 2016, p.2/13).

Em janeiro de 2019, tomou posse o atual presidente Jair Bolsonaro. E, em março de 2020, decorrente do alto contágio e mortes do vírus SARS-CoV-2, foi decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a pandemia da Corona Vírus Disease (COVID) 19. No Brasil vivemos, conforme denominou Rubin (2020, p.85), “entre a pandemia e o pandemônio”. O governo da “bancada BBB” ou “nova direita”, conforme abordado em momento anterior, é a união do neoconservadorismo e do neoliberalismo. A partir desta perspectiva fomentou no cotidiano ações que contribuíram para tornar pior os efeitos da crise sanitária no país. Apoiou e usou da prática de “fake news”, estimulou e, por consequência, potencializou o nacionalismo exacerbado, a xenofobia, o negacionismo, o racismo, fobia a existência de gênero e sexualidade que não seja cisgênero e heterossexual, o feminicídio, o autoritarismo, a tortura, a exacerbação da liberdade individual, etc. Ou seja, conseguiu estimular o pior da humanidade que o processo civilizatório não conseguiu eliminar. É importante ter presente que para a nova direita, o ser humano é

---

<sup>79</sup> Entre 2011 e 2015, a administração Dilma teria fixado 133.6 mil famílias em assentamentos. No 1º mandato de Lula, teriam sido assentadas 381,4 mil famílias e, no 2º mandato, mais 232.6 mil famílias. A média de Lula é de 76,7 mil famílias por ano, contra uma média em torno de 25 mil famílias sob Dilma. Os dados são do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-o-governo-dilma-fez-e-nao-fez-pela-reforma-agraria> . Acesso em: 04 abr. 2021.



naturalmente egoísta e pautado pela busca de ganhos pessoais por meio de procedimentos e práticas, que raramente visam a felicidade do outro e o bem-estar coletivo. Sendo assim, o ser humano egoísta precisa ser elogiado quando é bem-sucedido e punido quando fracassa, já que, para esta ideologia, tais fracassos não decorrem de fatores exclusivamente sociais. “O risco”, dizem eles, assim como “a incerteza e o perigo real de fracasso são necessários para o funcionamento humano e social” (GEORGE; WILDING, 1994, p.23. Tradução nossa 92) (PEREIRA, 2016, p.143).

Não obstante as várias manifestações contrárias, o Congresso Nacional – homogeneizado pelas forças políticas aliadas a Jair Bolsonaro - deu continuidade à materialização do receituário neoliberal, de modo a aprovar em novembro de 2019, a terceira contrarreforma da Previdência (Ementa Constitucional n.º 103). Esta contrarreforma, como dissemos, não foi levada a cabo durante o governo de Michel Temer, em 2016. Neste mesmo governo de Bolsonaro foi também apresentada a Proposta de Emenda Constitucional n.º 32<sup>80</sup>, em setembro de 2020, que configura uma grande contrarreforma administrativa que avança sobre direitos dos servidores e empregados públicos, bem como altera significativamente a organização administrativa do Estado, de tal forma que os preceitos basilares defendidos quando da elaboração da Constituição de 1988 são completamente destruídos.

A crise sanitária está demonstrando que políticas públicas são imprescindíveis e que o tão enaltecido mercado<sup>81</sup> é insuficiente para atender as necessidades humano sociais. Tragicamente, o saldo de tudo isso são mortes. Mortes evitáveis que tardiamente<sup>82</sup> estão sendo investigadas na recente instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19.

O quadro sintético aqui apresentado para apontar as principais ações dos governos brasileiros relacionadas à proteção social para satisfação das necessidades da classe

---

<sup>80</sup> Conforme parecer da Sociedade de advogados pela democracia de Lara Lorena Ferreira. “Nesse caso, mais parece uma tentativa governamental de subverter o princípio da subsidiariedade, que consiste essencialmente no papel que ao Estado caberia ocupar como poder concedente de serviços e obras públicas, de tal forma que a infraestrutura do poder público, na visão do atual governo, somente ocupe lugar ante a ausência e insuficiência do setor privado. Vale a pena lembrar que o “princípio da subsidiariedade” foi positivado pelo fascismo, na célebre Carta del Lavoro, em 1927, em set item IX: “A intervenção do Estado na produção econômica tem lugar unicamente quando falte, ou seja, insuficiente a iniciativa privada ou quando estejam em jogo interesses políticos do Estado. Tal intervenção pode assumir a forme de controle, de encorajamento e de gestão direta”, e adotado por outros regimes autoritários. No Brasil, na Carta de 1937 e nas outorgadas durante o regime militar. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/index.php/conj-pol/3828-ref-adm> . Acesso em: 17 jan. 2021.

<sup>81</sup> Título da notícia: SP: hospitais particulares lotados pedem socorro ao SUS. Estado tem novo recorde de óbitos. Pelo menos 15 hospitais da rede privada solicitaram leitos de UTI e enfermaria à prefeitura de São Paulo por estarem 100% ocupados, sem nenhuma vaga e com fila de pacientes com Covid-19. A informação é do secretário municipal da Saúde de São Paulo, Edson Aparecido, em entrevista à rádio CBN, nesta terça-feira (16). Disponível em: <https://horadopovo.com.br/sp-hospitais-particulares-lotados-pedem-leitos-ao-sus-estado-tem-novo-recorde-de-obitos/> . Acesso em: 20.03.2021

<sup>82</sup> O site disponibiliza a linha do tempo de todos os pedidos de impeachment protocolados. “Ao todo, 1488 pessoas e mais 500 organizações assinaram pedidos de impeachment do presidente Jair Bolsonaro. Foram enviados 115 documentos ao presidente da Câmara dos Deputados, sendo 63 pedidos originais, 7 aditamentos e 45 pedidos duplicados. Até agora, apenas 6 pedidos foram arquivados ou desconsiderados. Os outros 109 aguardam análise”. Disponível em: <https://apublica.org/impeachment-bolsonaro/> . Acesso em: 21 abr. 2021.

trabalhadora teve o objetivo de trazer à reflexão o fato de que, a despeito das diferentes forças políticas que caracterizaram os sucessivos governos no Brasil, todos, de modo mais ou menos intenso, com mais parcimônia ou com maior rapidez, orientaram suas ações sob a égide dos princípios e diretrizes constitutivas da programática neoliberal. Na dinâmica da correlação de forças entre as classes fundamentais, observamos que avanços inscritos na CRFB/88 relativos às políticas sociais – alguns recentemente regulamentados e outros ainda em processo de implementação, estão sendo revertidos, descaracterizados. A despeito das lutas empreendidas pela classe trabalhadora para manutenção e ampliação desses direitos, os processos regressivos têm sido muito perversos. À vista disso, na próxima seção faremos uma exposição das condições de vida de uma parcela da classe trabalhadora, que só tem aumentado e que constituem o que Marx denominou de exército industrial de reserva. Esta análise será construída a partir de uma realidade concreta, considerando as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores usuários da política de assistência social do município de Florianópolis. À luz das categorias teóricas até aqui problematizadas pretendemos conduzir esta análise a partir de uma perspectiva de totalidade, de modo a identificar as recíprocas relações entre o singular, o particular e o universal, dimensões constitutivas da realidade.

#### 4. CONDIÇÕES DE VIDA E NECESSIDADES HUMANO SOCIAIS: UMA ANÁLISE DA REALIDADE VIVIDA PELOS(AS) TRABALHADORE(AS) USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

##### 4.1 Uma breve análise sobre a política de assistência social no Brasil a partir da década de 90

Dentre todos os direitos sociais constantes no Art. 6º da CRFB/88, “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”, apenas a Saúde, a Previdência e a Assistência Social estão compondo a Seguridade Social. O princípio da universalidade contido na CRFB/88, ficou restrito à Saúde como “direito de todos e dever do Estado”, a Previdência é de “caráter contributivo” e a Assistência Social “a quem dela necessitar, independentemente de contribuição”. Ainda na CRFB/88 consta no Art. 194 que “a seguridade social compreende um conjunto de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade”. A diminuição do Estado na condução das ações nas políticas sociais, foi fortalecida em 1995 com o MARE e o Programa de Publicização no governo FHC, conforme visto na seção anterior deste estudo. Essa introdução tenta demonstrar a racionalidade adotada pelas classes dominantes, como decorrente do processo sócio-histórico em que se formou o Brasil, a resistência em materializar e garantir efetivamente as reivindicações da classe trabalhadora como direitos sociais, mantendo a distância entre os direitos e seus destinatários. Behring e Boschetti (2011) apresentam várias legislações não cumpridas desde 1888, que configuram essa tendência e relacionam as condições gerais do trabalho com o “desenho instável, restrito e segmentado que marcou a política social brasileira desde seus primórdios” e se

a política social tem relação com a luta de classes, e considerando que o trabalho no Brasil, apesar de importantes momentos de radicalização, esteve atravessado pelas marcas do escravismo, pela informalidade e pela fragmentação/cooptação, e que as classes dominantes nunca tiveram compromissos democráticos e redistributivos, tem-se um cenário complexo para as lutas em defesa dos direitos de cidadania, que envolvem a constituição da política social (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p.79).

Na seção anterior foi possível ter um panorama da (des)proteção social no Brasil no contexto dos avanços neoliberais, de cada governo a partir dos anos 90, atestando a retirada das conquistas incorporadas na CRFB/88. Nesse sentido, a Assistência Social é a

política que mais vem sofrendo para se materializar como política pública e para superar algumas características históricas como: morosidade na sua regulamentação como direito (a LOAS só foi sancionada em 1993 e efetivada a partir de 1995); redução e residualidade na abrangência, visto que os serviços e programas atingem entre 15% e 25% da população que deveria ter acesso aos direitos. Manutenção e mesmo reforço do caráter filantrópico, com forte presença de entidades privadas na condução de diversos serviços, sobretudo os dirigidos às pessoas idosas e com

deficiência; e permanência de apelos e ações clientelistas (Behring, 2000b; Boschetti, 2003) e ênfase nos programas de transferência de renda, de caráter compensatório (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p.161-162).

Este cenário contém peculiaridades como o “mito” ou “fetiche” da assistência social (MOTA, 2010), ou seja, a compreensão de que diante do avanço do empobrecimento da classe trabalhadora decorrente do extermínio do trabalho com direitos e da impossibilidade de oferecer trabalho decente para toda a classe trabalhadora, aumentando a desigualdade de classes, a saber, a exponenciação das expressões da questão social, a política de assistência social surge como uma estratégia de superação da pobreza no Brasil. A criação e expansão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com um número expressivo de profissionais de serviço social, entre outros, corporifica essa tendência. Netto (2010) aponta que a centralização da profissão

no planejamento, na gestão, na execução e na avaliação de políticas de assistência tem contribuído para constituir, presentemente, o *mito da assistência*: vale dizer, o trato efetivo da Assistência Social como alternativa corretora da “questão social”. Mito que, ademais de inteiramente funcional à orientação contemporânea do grande capital em escala planetária (é só recordar, nesta altura, o “empenho” das agências ditas multilaterais no “combate à pobreza”, o interesse em fomentar a “equidade” e coisas que tais), pode, em determinadas conjunturas políticas nacionais, estabelecer as bases para um novo clientelismo, com todas as implicações eleitoreiras daí derivadas (o leitor que não for ingênuo sabe exatamente a que me refiro) (NETTO, 2010, p.11-12).

Em sendo assim, a importância de reconhecer o significado da Assistência Social nos marcos do capitalismo tardio e dependente, torna-se crucial para que não haja equívocos na delimitação do alcance das políticas sociais, apesar de serem conquistas, elas não são capazes de eliminar o modo de produção capitalista. Em

algumas circunstâncias determinadas, contudo, possibilitaram instituir sistemas de direitos e deveres que, combinados com a instituição de tributação mais progressiva e ampliação do fundo público, alteraram o padrão de desigualdade entre as classes sociais. Alterar o padrão de desigualdade não significa superar a desigualdade, mas provocar a redução das distâncias entre rendimentos e acesso aos bens e serviços entre as classes (BOSCHETTI, 2016, p.20).

O SUAS, instrumento de gestão da política de Assistência Social está presente em 5.489 dos 5.570 municípios brasileiros, de acordo com o Censo SUAS 2019<sup>83</sup>, e dentre as 11 profissões<sup>84</sup> de nível superior do SUAS, os profissionais de Serviço Social compõem, obrigatoriamente, as equipes de referência da Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE). Em sendo assim, como profissão majoritária no SUAS, concordamos com Boschetti, (2016, p. 27) quando explicita a “possibilidade estratégica de se constituir em centro de difusão de direitos e de ser uma fissura na ofensiva capitalista, tencionando sua investida

<sup>83</sup> Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php> . Acesso em: 15 fev. 2021.

<sup>84</sup> De acordo com a Resolução CNAS Nº17 de 20/06/2011, Art. 3º São categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão compor a gestão do SUAS: Assistente Social, Psicólogo, Advogado, Administrador, Antropólogo, Contador, Economista, Economista Doméstico, Pedagogo, Sociólogo, Terapeuta ocupacional.

contra os direitos”. Nessa mesma direção, e com relação a dimensão política da prática do Assistente Social, Motta (2014) defende

a necessidade de exercitar nossa capacidade de análise da experiência profissional cotidiana, identificando: a) iniciativas que evidenciem posturas anticapitalistas; b) processos de democratização de decisões; c) conquistas e possibilidades do exercício de direitos; d) mediações pedagógicas, éticas e formativas que contribuam para a formação de consciência crítica da população usuária. Em resumo, é necessário assumir o desafio de responder cotidianamente à questão: quais aspectos da produção e reprodução da realidade foram ou poderiam ser tensionados pela ação do Serviço Social? (MOTA, 2014, p.701-702).

Ao mesmo tempo, ao entender a “ascensão da proteção socioassistencial pública, tradutora de direitos inéditos a diferentes segmentos das classes trabalhadoras superexploradas” e a sua vinculação orgânica ao trabalho, explicada por Paiva (2014, p.326), nos instrumentaliza para as ações profissionais e contribuindo para o fortalecimento da participação protagônica.

A política de assistência social – no capitalismo dependente – está organicamente vinculada ao trabalho pela condição estrutural da superexploração, cujo dado acerca da informalidade oscila de 50% até 80% do PEA. Portanto, a contradição existe, e é referida fundamentalmente a esse traço, ou seja, a assistência social é estratégica para a sobrevivência dos trabalhadores superexplorados, seja para completar o salário abaixo do seu valor real – por meio da transferência de renda – seja para garantir a renda na velhice e invalidez, quando os indivíduos não puderem acessar a previdência social devido à ausência de vínculo contributivo, que acaba por ser restrita à metade da força de trabalho. O mercado de trabalho na periferia do capitalismo só se modificará no socialismo. Assim, é imprescindível, na periferia, que a política de Assistência Social se fortaleça como política de seguridade, que se mescle cada vez mais com a previdência social, até que ambas possam universalizar esse direito básico, numa sociedade capitalista, que é trabalhar em troca de salário, sabendo que a pretensão de dignidade por essa via é somente uma ilusão liberal, e que, portanto, pouco importa se a renda vem do excedente ou do lucro apropriado pelo capitalista. Os benefícios da Assistência Social advêm do valor trabalho, da riqueza produzida pelos trabalhadores, e o acesso a eles precisa ser politizado, ampliado, desmistificado, sob pena de se eternizarem como ajuda, caridade, proteção, tutela e subalternização (PAIVA, 2014, p.348-349).

Faleiros (1991), Mota (2010), Maranhão (2010), Paiva (2014), Boschetti (2016), entre outros, partem do pressuposto de que a Lei Geral de Acumulação Capitalista está cada vez mais evidente e atuante. Portanto, abordar a política de Assistência Social, desconsiderando o movimento dessa lei tendencial, acaba fortalecendo o projeto em defesa de uma política pública com normas e regulamentos vazios, pois caminham sozinhos sem sujeitos, justificando um fim em si mesmo. Típico do universo ideo-político e teórico cultural construído pela nova direita, ocultando as determinações econômicas, políticas e ideo-culturais da sociabilidade capitalista. Desta forma, o aumento do desemprego de longa duração, a crise sanitária, a fome, o aumento da violência em todas as suas formas, enfim as expressões da questão social oriundas de um modo de produção e reprodução capitalista, são compreendidas na sua aparência. Iamamoto (2015) reafirma a questão social como

*base de fundação sócio-histórica da profissão, em seu enfrentamento pelo Estado, pelo empresariado e pelas ações das classes trabalhadoras no processo de constituição e afirmação dos direitos sociais, o que requer decifrar suas multifacetadas relações no cotidiano da vida social, que são “matéria” do trabalho do assistente social. [...] Assim, o tratamento analítico atribuído à questão social não se identifica com a “situação social problema” ou com os “problemas sociais”, em que o complexo de suas causalidades sociais é deslocado para o indivíduo isolado, responsabilizado e culpabilizado pelas carências humanas. Não se identifica, ainda, com a ótica da solidariedade associada à divisão social do trabalho, cuja função é a integração social – e a ausência de normas sociais adequadas à promoção da integração um estado de anomia – típica da institucionalização da sociologia na sua versão clássica (Durkheim, 1995) [...] (IAMAMOTO, 2015, p. 183).*

A formação do assistente social está calcada na teoria social crítica, o conhecimento como instrumento de apreensão da realidade e de sua transformação, segundo as necessidades e interesses da classe trabalhadora, conforme disposto no nosso projeto ético político, premissa que tem que ser reposta e reivindicada em todos os espaços de atuação, enquanto a sociabilidade capitalista estiver atuando.

Diante do exposto, entender a política de assistência social como partícipe da sociedade capitalista, e mantenedora da reprodução do exército industrial de reserva, conforme Marx (1985), nos leva a entender também a expansão dessa política social no Brasil, na contramão do processo mundial, desde a década de 70, de desmonte da garantia da proteção social estatal. Ou seja, o permanente aumento de uma população trabalhadora excedente, cuja existência é a “alavanca da acumulação capitalista” e, portanto, a condição de existência do modo de produção capitalista. Nesse sentido, se “a acumulação do capital é produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa” (MARX, 1985, p.200). A crise de acumulação atual, tem aumentado o exército industrial de reserva na sua forma “estagnada”, que pertence “a esfera do pauperismo”, em sendo assim, a expansão da política de Assistência Social é a materialização das orientações dos organismos multilaterais, principalmente o Banco Mundial. Em outras palavras, tem fortalecida a função de “participar mais ativamente da reprodução da força de trabalho em larga escala” (BOSCHETTI, 2016, p.23).

#### 4.2 Um recorte na realidade: a política de assistência social em Florianópolis/SC

As condições objetivas de produção e reprodução social dos trabalhadores precisam ser analisadas a partir da realidade mesma em que tais condições são também produzidas e reproduzidas. E, nesse sentido, considerando as particularidades de uma economia periférica e dependente como a do Brasil, merece relevo o fato de que a precarização das condições de vida

e de trabalho da classe trabalhadora é determinada também pela forma de inserção do país na divisão internacional do trabalho. E, nesse sentido, entendemos que

[...] a manifestação da lei geral da acumulação de capital nas economias latino-americanas, a partir do fundamento da dependência, ou seja, da superexploração da força de trabalho, é a dificuldade de realização da produção internamente, a produção cada vez maior de mais-valia extraordinária, o aumento no exército industrial de reserva e a consequente deterioração das condições de vida das massas. Aqui, os mecanismos utilizados no processo de extração da mais-valia pelas burguesias locais traduzem-se na realidade cotidiana dos trabalhadores em elevados índices de pobreza e miséria, em virtude do desemprego estrutural, do subemprego, do trabalho informal, do rebaixamento salarial e da ampliação da jornada de trabalho (PAIVA, ROCHA e CARRARO, 2010, p. 171).

O contato cotidiano com a população usuária da política de assistência social e os estudos críticos sobre a realidade vivida pela classe trabalhadora em Florianópolis se contrapõem às informações divulgadas pelo poder público local e confrontam o discurso mercadológico que pretende criar condições favoráveis aos investimentos e negócios do capital. Nossa aproximação com as condições objetivas de vida dos trabalhadores usuários da política municipal de assistência social, contudo, evidencia não uma realidade dual, mas outra dimensão constitutiva de uma unidade contraditória. A cidade<sup>85</sup> constitui espaço privilegiado para o desenvolvimento do capital e, por isso, é marcada por todas as contradições próprias dessa forma social.

O locus de onde surgiram os questionamentos que levaram ao tema da pesquisa é da Proteção Social Básica (PSB) da política de Assistência Social do município de Florianópolis. Por isso, consideramos importante apresentar o panorama geral das condições de trabalho decorrentes da configuração dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), a partir de 2004, ano em que foram implementados as quatro primeiras dessas unidades públicas.

Entendemos que a precarização das condições de trabalho dos trabalhadores do SUAS, processo desencadeado pela minimização das políticas sociais do projeto neoliberal, determina em parte a execução do trabalho social, ou seja, determina as formulações de respostas profissionais em face das demandas dos trabalhadores usuários da política de assistência social. Outro determinante fundamental é a compreensão do assistente social sobre a profissão e a sua identificação ou não como classe trabalhadora, e, ainda, sobre a contradição entre o projeto ético-político e a reposição de ações conservadoras. Em síntese, a problematização do trabalho profissional requer a consideração das condições objetivas de trabalho, bem como as condições subjetivas do agente profissional em termos de suas competências operativas, ético-políticas e teórico-metodológicas. Essas condições determinam

---

<sup>85</sup> Ver David Harvey (2005) e Henry Lefebvre (2001)

aquelas respostas e impactam diretamente sobre os processos de produção e reprodução da classe trabalhadora. E, nesse sentido, ao analisar as condições de trabalho dos profissionais de serviço social no mercado de trabalho capitalista Marilda Yamamoto (2015) afirma que

[...] a condição de trabalho assalariado, regulada por um contrato de trabalho impregna o trabalho profissional de dilemas da alienação e de determinações sociais que afetam a coletividade dos trabalhadores, ainda que se expressem de modo particular no âmbito desse trabalho qualificado e complexo (IAMAMOTO, 2015, p. 215).

Com base na monografia de Zanfra (2012) é possível acompanhar o início do processo de implantação dos CRAS no município de Florianópolis. No final do ano de 2004 foram contratados pela Associação Florianopolitana de Voluntários (AFLOV), com repasse de 50% do recurso da Proteção e Atenção Integral à Família - PAIF, profissionais – assistente social, psicólogo e assistente administrativo – que compuseram cinco equipes mínimas de referência. Destas cinco equipes, quatro ocuparam as dependências das Unidades Locais de Saúde (ULS) e uma, a do Sul, se instalou na Paróquia Nossa Senhora da Boa Viagem. A equipe da região Norte se instalou junto à ULS Canasvieiras, a equipe do Centro junto à ULS Prainha, a equipe do Continente I na Policlínica II e a equipe do Continente II junto à ULS Monte Cristo. Desta forma, em cumprimento à exigência da habilitação em “gestão plena” do município, foram “criadas” cinco unidades públicas estatais, CRAS. Este número só foi ampliado 6 anos depois, em novembro de 2010, quando foram implantadas mais oito unidades, perfazendo no total treze CRAS, desta vez em imóveis alugados. Em meados de 2011, uma das unidades teve que ser fechada, por questões de segurança: o CRAS Continente III (Abraão). Meses depois, o CRAS Leste I (Itacorubi) e CRAS Continente I (Estreito) também foram fechadas pela gestão por falta de recursos para manutenção. Desde então o número de CRAS se manteve inalterado, ou seja, até a presente data, Florianópolis possui 10 CRAS em funcionamento: CRAS Norte I (Canasvieiras), CRAS Continente II (Capoeiras), CRAS Centro I (Centro), CRAS Norte II (Ingleses), CRAS Continente IV (Jardim Atlântico), CRAS Sul III (Rio Tavares), CRAS Norte III (Saco Grande), CRAS Sul I (Saco dos Limões), CRAS Sul II (Tapera) e CRAS Centro II (Trindade).

De acordo com o estudo de Santos apud Zanfra (2012) a situação da implantação dos CRAS era a seguinte: em relação à estrutura física os profissionais a consideravam inadequada e insuficiente, o atendimento era entendido como extensão dos serviços da política de saúde, ocorria violação do direito de sigilo/privacidade no atendimento, e não possuía equipamentos como computador, internet, copiadora etc. Já no que se refere ao funcionamento das unidades, apesar do horário variado, todas as unidades apresentavam pelo menos 8 horas de funcionamento, considerado suficiente. No que diz respeito aos recursos humanos o estudo



demonstrou que as equipes de trabalho eram diminutas, formadas por 2 técnicos de nível superior (com jornada semanal de trabalho de 30 horas) e 1 assistente administrativo, o que era considerado também insuficiente. A mesma pesquisa revelou que em relação às atividades realizadas, os profissionais consideravam que o número de reuniões com a coordenação era insuficiente e a oferta de benefícios eventuais inexistia. De todo modo, em relação a esse aspecto o estudo não conseguiu trazer elementos que pudessem revelar a dinâmica do trabalho desenvolvido no âmbito dos CRAS.

A avaliação da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, através das equipes de monitoramento da Secretaria da Assistência Social, para o ano de 2011, do Índice de Desenvolvimento de CRAS (IDCRAS), com exceção do quesito horário de funcionamento (único das 8h00min/17h00min), todos os outros foram considerados insuficientes. O que se conclui é que apesar da expansão, ou seja, a implementação de mais 8 unidades públicas estatais – CRAS, esse processo ocorreu de forma precária e em condições técnicas mínimas de instalação de estrutura física e sujeito a deterioração e insalubridade, devido à falta de segurança e manutenção, como limpeza, reparos etc. Quanto aos recursos humanos, as equipes de trabalho foram compostas por apenas 1 assistente social, 1 psicólogo e 1 assistente administrativo, todos cumprindo jornada de 30 horas semanais e com variação de vínculo empregatício, ou seja, nem todos são concursados. Somado a isso, os trabalhos eram desenvolvidos sem a figura de coordenadores das unidades.

Essa realidade persistiu até 2011, quando a gestão começou a recompor as equipes de referência para 4 técnicos de nível superior e 2 técnicos de nível médio e, a partir de 2013, com 1 coordenador de nível superior eleito entre os profissionais da equipe. Entretanto, o número de técnicos das equipes de referência<sup>86</sup> teve um desenvolvimento desigual entre os CRAS em detrimento das exonerações e aposentadorias sem reposição, sendo a reposição e ampliação do número de técnicos, pauta de data base (maio/2019) do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis (SINTRASEM). A última alteração na dinâmica e estruturação dos CRAS foi o deslocamento do setor de Benefícios Eventuais para dentro deles e posterior incorporação de 9 Assistentes Sociais nas equipes de referência. Essa opção de gestão é contrária aos interesses dos trabalhadores e usuários e tem trazido várias discussões

---

<sup>86</sup> Conforme Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) e Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB RH/SUAS) para municípios de grande porte (100.001 a 900.000 habitantes), que é o caso de Florianópolis, a cada 5.000 famílias referenciadas deve ter 4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS e 4 técnicos de nível médio, todos de 40 horas semanais. Essa equipe tem capacidade de atendimento de 1.000 famílias por ano.

junto aos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) em relação à “interdisciplinaridade e especificidade profissional”. O que tem ocorrido diante dessa medida é uma sobrecarga de trabalho na medida em que a equipe de referência continuou sem ter o número mínimo de técnicos e sendo obrigado a assumir mais uma atribuição: avaliar e conceder benefícios eventuais. A reestruturação produtiva - Toyotismo - aplicada na administração pública se evidencia pela adoção da multifuncionalidade, táticas para alcançar maior produtividade (metas), redução de trabalhadores concursados, combinação de vários tipos de contratação e melhoria das técnicas de controle de trabalhadores. Tudo isso se faz presente nos espaços de trabalho dos assistentes sociais, particularmente nos CRAS.

A problematização da realidade vivenciada pelos trabalhadores do SUAS, no âmbito dos CRAS de Florianópolis tem, aqui, o objetivo de apontar indicativos de que as condições de trabalho daqueles que dão efetividade à política pública de assistência social em nível local são determinantes em relação às respostas formuladas em face das demandas apresentadas pelos trabalhadores em geral, usuários dessa política. Nesse sentido, entendemos que o estudo sobre as condições de vida e de trabalho dos usuários da política em comento não pode e nem deve desconsiderar as condições objetivas de sua operacionalização, sempre construídas no solo próprio dos embates e conflitos de classes. Portanto, as determinações mais gerais da forma social capitalista atravessam a dinâmica e estrutura dos serviços públicos ofertados no âmbito do Estado e, ao mesmo tempo, apontam a natureza e os limites das respostas às necessidades apresentadas pelos trabalhadores em face dos processos de precarização da vida.

Nessa direção, a proposta de pesquisa que ora apresentamos é síntese de um conjunto de questões suscitado no cotidiano de trabalho junto a uma unidade pública estatal da política de assistência social do município de Florianópolis. O desafio de fortalecer o protagonismo dos trabalhadores usuários dessa política, nos colocou em contato direto com o dia a dia da vida desses trabalhadores, bem como nos instigou a conhecer mais de perto as alternativas por eles construídas para garantir a sua sobrevivência.

Realizar uma pesquisa a partir dos interesses dos “dominados”, conforme propõe Dussel em *A Ética da Libertação*, no estágio atual do capitalismo globalizado, é uma exigência da “razão ético-estratégica e tática” (DUSSEL, 2012, p.13) e deve levar em consideração os problemas referentes à racionalidade da ordem. Dito de outro modo, investigar a forma que conhecemos a realidade social é vital, pois para transformar essa realidade é preciso conhecê-la.

#### 4.3 As condições da reprodução social dos(as) trabalhadores(as) reveladas pelo CadÚnico

A pesquisa sobre o perfil e as condições de vida e trabalho dos trabalhadores usuários da política de Assistência Social de Florianópolis foi realizada com as informações constantes na Base de dados do Cadastro Único (Cadúnico) para Programas Sociais do Governo Federal, cedido pela Caixa Econômica Federal (CEF), até o dia 31 de dezembro de 2019. Em sendo assim, cabe-nos trazer alguns elementos históricos, estruturais e definições desse instrumento, para auxiliar na compreensão da forma que essas informações são coletadas e assim poder explicar algumas divergências encontradas.

O formulário do Cadúnico para Programas Sociais do Governo Federal foi criado em julho de 2001 e regulamentado em junho de 2007 pelo decreto federal 6135, como estratégia de combate à pobreza no país, possui um conjunto de informações sobre os trabalhadores constituídos em famílias<sup>87</sup> em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda de até 1/2 salário-mínimo (SM) por pessoa ou 3 salários-mínimos de renda mensal total. Os diferentes programas de transferência de renda como o Bolsa Escola, Auxílio-Gás, Bolsa Alimentação e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) foram gradativamente unificados com a criação do Programa Bolsa Família (PBF) em 2003 e até esse período, o Cadúnico era centralizado na identificação e caracterização socioeconômica dessas famílias. Atualmente o Cadúnico é utilizado como critério para acesso a vários serviços, projetos e programas, nos três níveis, municipal, estadual e federal.

O Cadúnico é composto por 3 elementos integrados: 1. Formulário de cadastramento, 2. Sistema informatizado e 3. Base de dados. Existem cinco tipos de formulários do Cadúnico - Formulário Principal de Cadastramento; Formulário Avulso 1 – Identificação do Domicílio e da Família; Formulário Avulso 2 – Identificação da Pessoa; Formulário Suplementar 1 – Vinculação a Programas e Serviços; Formulário Suplementar 2 – Pessoa em Situação de Rua. O formulário principal é composto por 10 Blocos, sendo Identificação do domicílio e da família (Bloco 1, 2, 3), Identificação da 1ª pessoa (Bloco 4, 5, 6, 7, 8) e as mesmas informações se repetem por pessoa até a Identificação da 6ª pessoa. O Bloco 1 - Identificação e controle, Bloco 2 - Características do domicílio, Bloco 3 - Família, Bloco 4 - Identificação da pessoa, Bloco 5

---

<sup>87</sup> Conforme consta nas “INSTRUÇÕES GERAIS” do formulário principal de cadastramento: 1º **FAMÍLIA** - é a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada que contribua para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas pela mesma, todas moradoras em um mesmo domicílio. 2º **RESPONSÁVEL PELA UNIDADE FAMILIAR – RF** – deve ser um dos componentes da família e morador do domicílio, com idade mínima de 16 anos. Recomenda-se que seja, preferencialmente, mulher. 3º **MORADOR** – é a pessoa que: - tem o domicílio como local habitual de residência e nele residia na data da entrevista, ou embora ausente na data da entrevista, tem o domicílio como residência habitual; e – está internada ou abrigada em estabelecimentos de saúde, instituições de Longa Permanência para Idosos, equipamentos que prestam Serviços de Acolhimento, instituições de privação de liberdade, ou em outros estabelecimentos similares, por um período igual ou inferior a 12 meses, tomando como referência a data da entrevista. Disponível em: < [http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro\\_unico/F\\_Principal.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/F_Principal.pdf) > . Acesso em: 02 out. 2019.

- Documentos, Bloco 6 - Pessoas com deficiência, Bloco 7 - Escolaridade, Bloco 8 - Trabalho e remuneração, Bloco 9 - assinatura do Responsável pela Unidade Familiar (RF) e Bloco 10 - Marcação livre para o município – identificação de trabalho infantil.

A responsabilidade do cadastramento é do município e as informações prestadas pelas famílias são autodeclaratórias, além da responsabilidade de atualizar sempre que houver alteração na composição familiar, no endereço ou na renda/despesa e quando estiver no prazo máximo de 24 meses contados da data da última entrevista. Os dados coletados são processados pela Caixa Econômica Federal<sup>88</sup> que gera um número de informações sociais (NIS) e mantém tanto o Sistema informatizado, quanto a Base de dados.

No município de Florianópolis, os dados são coletados através de entrevista e preenchido o formulário, muitas vezes manualmente, devido à instabilidade da internet e da falta de manutenção dos equipamentos. Caso, sejam preenchidos manualmente, esses formulários são encaminhados à sede para que sejam digitados e inseridos no sistema por outros estagiários. São preenchidos através de entrevista nos CRAS e no Centro, normalmente próximo ao Terminal Urbano. Não existe o cargo de “cadastrador de Cadúnico” na prefeitura, desta forma, quem realiza<sup>89</sup> essa atividade são, majoritariamente, estagiários (curso médio ou superior e na fase de estágio não obrigatório) contratados para este fim e em menor número servidores remanejados de outras secretarias. Nesse processo, a instabilidade e precarização de vínculo empregatício e condições de trabalho, tornam a possibilidade de erros maior, por exemplo, algumas questões podem ser deixadas em branco, outras assinaladas indevidamente, erros de digitação etc, apesar de serem exceções, podem explicar em parte as diferenças numéricas encontradas ao trabalharmos com a base de dados. Outra explicação dada pela coordenadora do setor do Cadúnico da SEMAS são as alterações automáticas do sistema, como exclusão de cadastros com mais de 48 meses sem alteração e cadastros que estão em auditoria etc. alterações que o sistema de informações da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI)<sup>90</sup> não realiza. Denominamos todas essas diferenças de “divergência do sistema”.

---

<sup>88</sup> Decreto 3877/2001. Art. 2º Os dados e as informações coletadas serão processados pela Caixa Econômica Federal que precederá à identificação dos beneficiários e atribuirá o respectivo número de identificação social, de forma a garantir a unicidade e a integração do cadastro, no âmbito de todos os programas de transferência de renda e a racionalização do processo de cadastramento pelos diversos órgãos públicos.

<sup>89</sup> A partir de meados de 2020, durante a pandemia da COVID 19, os cadastradores foram terceirizados. No início de 2021, o Governo Federal quis implementar mudanças no Cadúnico, substituindo esses trabalhadores por tecnologia, ou seja, por um aplicativo de celular, em que o interessado realizaria seu próprio cadastro, o autocadastramento. Manifestações contrárias do FNTSUAS e FNUSUAS entre outros, influenciaram na não continuidade dessa proposta, por enquanto.

<sup>90</sup> SAGI – Sistemas, relatórios de informações do Cadúnico disponibilizado por estados e municípios, no entanto, por serem limitados e não terem as informações até 31 de dezembro de 2019, objeto de estudo, optamos por trabalharmos com a Base de dados concedida pela Caixa Econômica Federal. SAGI - Disponível em:

Realizados alguns esclarecimentos sobre a Base de Dados do Cadúnico/CEF, iniciamos na sequência a análise de alguns dados.

Antes, contudo, consideramos importante trazermos algumas informações mais gerais a respeito dos processos de coleta dos dados que compõem a base por nós utilizada neste estudo. Nesta direção merece registro o fato de que, conforme estimativa do IBGE, em 2019, Florianópolis tinha uma população de 500.973 habitantes. Considerando este quantitativo, identificamos em nossa pesquisa que 15% dessa população, ou seja, 75.362 pessoas<sup>91</sup>, estava inscrita no Cadúnico até 31 de dezembro de 2019. A procura para o preenchimento do formulário do Cadúnico, é contínua, portanto, não se está afirmando que até final de 2019, somente 15% da população de Florianópolis tinha renda de 0 a 3 salários-mínimos. Quanto a este dado, a estimativa do último censo de 2010 do IBGE<sup>92</sup> era que em torno de 38,38% da população percebia esta renda. O número de inscritos depende de vários agentes motivadores, do conhecimento por parte da população da necessidade de inscrição para acessar programas sociais e de outro fator ligado à capacidade de atendimento pelo município, ou seja, do número de trabalhadores contratados para realizar o cadastramento no Cadúnico. Conforme explicado anteriormente, a precariedade do vínculo empregatício e os poucos cadastradores contratados para a realização desta tarefa compromete o oferecimento desse serviço à população, no momento em que dele necessita.

O Gráfico 2, demonstra como a capacidade de atendimento estruturada pelo município influi no número de cadastros. A partir de 2012 houve contratação terceirizada de cadastradores. No ano de 2014, paralelamente ao atendimento nos CRAS, foi instalada uma infraestrutura com estagiários de nível médio, equipamentos e profissionais do setor, para se realizar o preenchimento do formulário do Cadúnico durante o ano todo, principalmente para ter acesso à Tarifa Social para transporte público<sup>93</sup>. A partir de 2017 e nos anos 2018 e 2019 com os

---

<<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php?file=entrada&relatorio=2>> e

<<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/bolsafamilia/index.html>>. Acesso em: 01 out. 2020.

<sup>91</sup> Observação quanto aos termos utilizados para designar a população inscrita no Cadúnico. Alguns gráficos estão relacionados às respostas individuais, de cada membro do grupo familiar, para estes denominamos “pessoa”. Outros dizem respeito ao grupo, ao domicílio, neste caso, denominamos “família”.

<sup>92</sup> Ver Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS, 2012, p.18). Disponível em:

[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/18\\_10\\_2018\\_14.13.27.33c67d71c92544cef1ec2111ffb1f0aa.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/18_10_2018_14.13.27.33c67d71c92544cef1ec2111ffb1f0aa.pdf). Acesso em: 29 maio 2021.

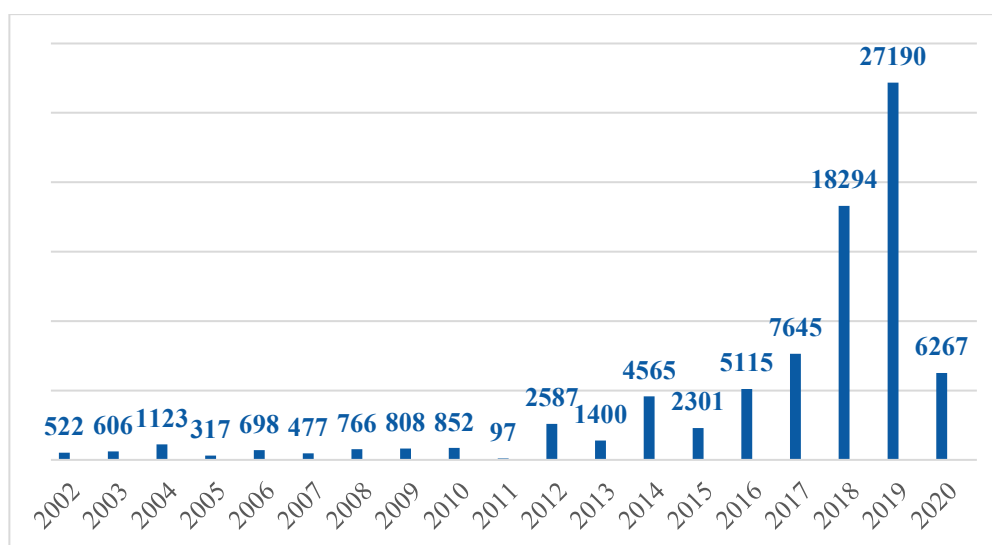
<sup>93</sup> No âmbito do município esta tarifa está regulamentada pelo Decreto n.º 18.374, de 22 de fevereiro de 2018 que regula a LC n.º 6<sup>93</sup> Ver Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS, 2012, p.18). Disponível em:

[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/18\\_10\\_2018\\_14.13.27.33c67d71c92544cef1ec2111ffb1f0aa.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/18_10_2018_14.13.27.33c67d71c92544cef1ec2111ffb1f0aa.pdf). Acesso em: 29 maio 2021.

<sup>93</sup> No âmbito 04, de 2 de fevereiro de 2017. Possibilita às famílias com renda até 2 SM, o direito à algumas modalidades da Tarifa Social: Cartão Estudante – desconto de 50%, Cartão Estudante Social - gratuidade, Cartão Social – desconto de 40%, Cartão deficiente – gratuidade e Cartão idoso – gratuidade. Disponível em:

maiores números de cadastros realizados, foram contratados estagiários que atendiam nos CRAS e em dois pontos no Centro da cidade: um no Terminal urbano e outro em um Box do Mercado Público. Sendo assim, com essa estrutura foram realizados vários mutirões, inclusive em finais de semana e de forma regionalizada. No período da pandemia da COVID 19, durante o ano de 2020, os atendimentos foram realizados somente nos CRAS e as atividades de cadastramento foram paralisadas por alguns meses. Alguns estagiários tiveram seus contratos vencidos e não renovados e os atendimentos presenciais foram realizados apenas para as situações consideradas urgentes, como para solicitação de BPC e Benefícios Eventuais. Posteriormente foram autorizados atendimentos virtuais com alguns critérios. Destacamos que estas informações foram por nós sintetizadas por fazermos parte do quadro de trabalhadores(as) do SUAS no município de Florianópolis e, nesta condição, participamos ativamente do conjunto de atividades desenvolvidas no CRAS no qual atuamos como assistente social, no âmbito da proteção social básica. No gráfico 2 podemos analisar os dados relativos ao cadastramento a que nos referimos:

Gráfico 2 - Número de inscrições válidas, realizadas por ano, de 2002 a 2020



Fonte: Base de Dados do Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

Há que se destacar, ainda, que outras razões podem também ter influenciado o aumento do número de inscritos no Cadúnico entre os anos de 2017 e 2019 além do fato de o gestor municipal ter ampliado o número de agentes cadastradores e do conhecimento ou não do usuário da necessidade de inscrição para acessar programas sociais. Dentre estas razões destacamos o

próprio processo de precarização das condições de vida da classe trabalhadora com o acentuamento dos desdobramentos da crise econômica capitalista: o aumento do desemprego, a elevação dos índices de informalidade do trabalho, a queda na participação do trabalho na renda nacional etc. Tomando como referência o primeiro trimestre dos anos compreendidos entre 2017 e 2019, a taxa média de desocupação no país foi de 13,2%, de acordo com os dados da PNAD-Contínua<sup>94</sup>. Em Florianópolis a classe trabalhadora também vivenciou esta precarização antes mesmo da pandemia decorrente da Covid 19. Contudo, com o advento desta crise sanitária as condições de vida da população ficaram ainda mais difíceis. Esta precarização é admitida, inclusive, pelos órgãos do governo federal e pela mídia burguesa local. De acordo com dados divulgados, em maio de 2020, havia 7.239 famílias vivendo na extrema pobreza e, no mesmo ano de 2021 este número subiu para 8.605 (18,8%)<sup>95</sup>. Este processo de deterioração das condições de vida, como dissemos, é anterior à pandemia. Já em 2010 os dados do Censo Demográfico do IBGE mostravam que 46,9% da população em domicílios permanentes do município vivia sem renda ou com renda de até 2 salários mínimos, incluídas, aqui, aquelas famílias beneficiárias do PBF<sup>96</sup>.

Não temos conhecimento de fontes de dados populacionais da cidade, por região, do ano de 2019, para realizarmos uma análise comparativa entre o número de habitantes por região e o número de pessoas cadastradas no Cadúnico em cada uma delas. Contudo, podemos afirmar que há registros de residências de pessoas/famílias inscritas na maioria dos bairros florianopolitanos, sendo que Ingleses, Tapera, Centro, Rio Vermelho e Monte Cristo lideram quantitativamente o número de inscritos no sistema de registros que nos serve de base. No gráfico que segue são apresentados o número de pessoas inscritas no Cadúnico, considerando as regiões da cidade de Florianópolis.

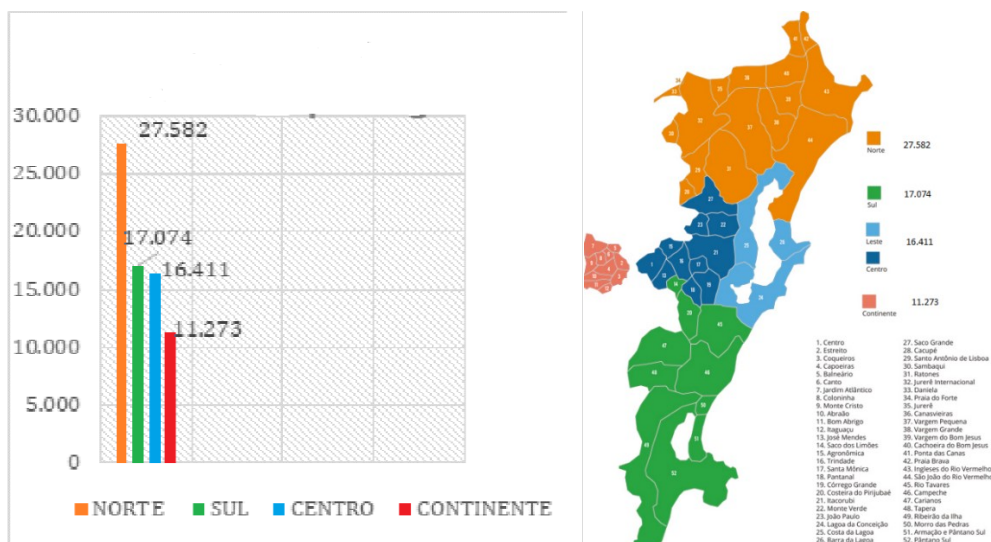
Gráfico 3 - Número de pessoas inscritas no Cadúnico por região de Florianópolis.

---

<sup>94</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=20653&t=series-historicas>. Acesso em: 4 jul. 2021.

<sup>95</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/06/02/numero-de-familias-em-extrema-pobreza-sobe-cerca-de-20percent-nas-3-maiores-cidades-de-sc-na-pandemia.ghtml>. Acesso em: 5 jul. 2021.

<sup>96</sup> Disponível em: <https://datapedia.info/cidade/2991/sc/florianopolis#renda-distribuicao>. Acesso em: 5 jul. 2021.



Fonte: Base de Dados do CadÚnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

De acordo com a Base de Dados do CadÚnico do município de Florianópolis, tínhamos 75.362 pessoas, ou 31.458 famílias nele inscritas em 31 de dezembro de 2019, conforme indicamos anteriormente. Deste total, 27.582 pessoas residiam na região norte da cidade, 17.074 pessoas na região Sul, 16.411 no Centro/Leste e 11.273 pessoas no Continente. Conforme resta evidenciado no Gráfico 3 o maior número de pessoas inscritas reside no norte da ilha e o menor número de pessoas inscritas, no Continente.

Esta será a base de dados a que faremos uso para analisar as condições de vida da população usuária da política de assistência social do município de Florianópolis inscrita no CadÚnico. Ainda que anteriormente tenhamos feito menção às razões de certas inconsistências dos dados, há que se advertir ao leitor que em virtude delas perceber-se-á uma variação de quantitativos totais (de domicílios, de famílias, de pessoas etc.) quando se comparam os diferentes quesitos aqui analisados. Por isso, desde logo, salientamos que não se trata de “erros de cálculo”, mas de variações existentes na própria base de dados. Procuraremos sempre indicar qual o total que se está considerado na abordagem desses quesitos ou aspectos da realidade trazidos na análise.

Além disso, dada a natureza das informações constitutivas do CadÚnico, aqui, as apresentaremos em distintos eixos: 1) moradia, saneamento e infraestrutura, 2) perfil das famílias e suas condições de subsistência, e 3) renda e condições de trabalho.

#### 4.3.1 Das condições de moradia, saneamento e infraestrutura dos (as) usuários(as) inscritos(as) no CadÚnico em Florianópolis



Do total de 75.362 pessoas inscritas no CadÚnico no município, 42% ou 31.844 pessoas pagavam aluguel e 43.508 afirmaram “não ter despesa com aluguel”. Isso não significa que, em relação a este último dado, todas as pessoas possuem imóvel próprio. A não despesa com aluguel pode significar também, apesar de não constar no formulário do CadÚnico, que estão em “casa cedida” temporariamente ou indefinidamente ou outra pessoa paga o aluguel. Esta situação pode ainda estar relacionada à “autoconstrução” etc. De acordo com algumas imobiliárias<sup>97</sup> o custo de vida em Florianópolis é um dos mais elevados, comparados à outras capitais brasileiras, e a média dos aluguéis para quitinetes, por exemplo, está entre R\$ 664,29 a R\$ 1.200,15. Já o valor do aluguel para apartamentos com 2 quartos atualmente está entre R\$1.289,00 e R\$ 1.900,00 e para apartamentos com 3 quartos, entre R\$1.825,00 e R\$ 1.900,00. A pesquisa<sup>98</sup> do mercado de aluguel nos assentamentos informais de baixa renda, especificamente no bairro da Serrinha, traz resultados que demonstram o “[...] papel que os imóveis de aluguel e seu sistema de sustentação podem ter na reprodução socioespacial da informalidade, da pobreza urbana e na própria restrição do acesso à moradia” (LONARDONI, 2007, p. 120). Para a mesma autora, a relação entre locadores e locatários nesses territórios onde moram a classe trabalhadora de baixa renda é marcada pela oposição de interesses dentro de uma mesma condição de luta pela sobrevivência

De um lado os locadores, para os quais o imóvel alugado é fonte de rendimentos adicionais, que este possui além da casa que utiliza como sua moradia na favela. No oposto, estão os locatários, para os quais o pagamento do aluguel é uma condição para morar, o que agrava sua situação de pobreza, afasta e prorroga sua perspectiva de compra da própria moradia (LONARDONI, 2007, p.120).

Para entender o conceito de “Déficit Habitacional”, empregamos a definição utilizada pelo IPEA (2013), para quem o Déficit Habitacional é calculado em duas características do déficit, a “reposição de estoque e o incremento de estoque”.

A reposição de estoque contempla a necessidade de repor as habitações em função da sua precariedade e desgaste de uso. O incremento de estoque refere-se a demanda por novas moradias decorrente de: (a) coabitação forçada (aquela na qual a família convivente deseja constituir novo domicílio, mas não possui condições necessárias para tal – [...]); (b) famílias que residem em imóveis locados, com valores que comprometem mais de 30% da renda familiar; e (c) o adensamento excessivo em imóveis locados (IPEA, 2013, n.p).

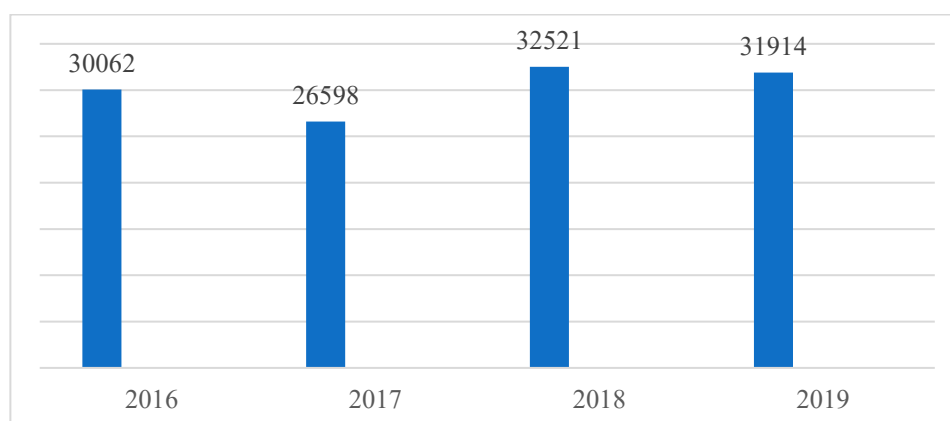
---

<sup>97</sup> Disponível em: <http://unilimoveis.com.br/qual-o-custo-de-vida-em-florianopolis/> . Acesso em: 7 jun. 2021

<sup>98</sup> LONARDONI, Fernanda Maria. ALUGUEL, INFORMALIDADE E POBREZA: O acesso à moradia em Florianópolis. Dissertação de mestrado submetida ao programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, da Universidade Federal de Santa Catarina. 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/89573> . Acesso em: 15 fev. 2019.

Conforme dados do IBGE para 2016-2019, elaborados pela Fundação João Pinheiro, o Déficit habitacional em Florianópolis no ano de 2019, era de 31.914 unidades, sendo 31.105 na área urbana e 809 na área rural. Comparado ao dado do Cadúnico de 31.844 pessoas que afirmam ter despesa com aluguel, podemos inferir que essas informações estão em consonância e podem, sim, retratar de modo aproximado a questão do déficit habitacional no município lócus de nossa pesquisa. No entanto, verificamos a falta de informações dos motivos que levam 43.508 pessoas, ou 58% das pessoas, portanto a maioria das inscritas, a afirmar “não ter despesa com aluguel” no formulário do Cadúnico. Entendemos que essas informações implicam em variados graus de vulnerabilidade social. Tomando como referência os dados supracitados e detalhados no Gráfico 4, constatamos que entre os anos de 2016 e 2019 Florianópolis apresentou uma média de déficit habitacional de 6% da população do município.

Gráfico 4 - Déficit habitacional em Florianópolis de 2016 a 2019.



Fonte: Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional no Brasil. 2016-2019.

O último Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) de Florianópolis foi elaborado em 2012, baseado nos dados do IBGE para o ano de 2010, sendo que a estimativa por distrito<sup>99</sup> de déficit habitacional, era de 7.842. Ao acompanhar o déficit habitacional de 2019 de 31.914<sup>100</sup>, temos que, em 9 anos houve um aumento de 24.072, significando mais de 300% em aumento do déficit habitacional. O PMHIS/2012 contempla em seu plano de ação e metas, recursos para a “Ação 13 – Assistência Técnica à autoconstrução” e pretende

[...] Estabelecer leis e parâmetros edílicos e urbanísticos específicos para as áreas de habitação de interesse social, **incentivar a autoconstrução** e o crédito para a melhoria

<sup>99</sup> Pela divisão administrativa territorial datada de 15/07/1997, o município é constituído de 12 distritos: Florianópolis (distrito sede - engloba a parte continental), Barra da Lagoa, Cachoeira do Bom Jesus, Campeche, Canasvieiras, ingleses do Rio Vermelho, Lagoa da conceição, Pântano do Sul, Rationes, Ribeirão da Ilha, Santo Antonio de Lisboa, São João do Rio Vermelho. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/historico> Acesso em: 15 fev. 2021

<sup>100</sup> Conforme tabela de Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019 da FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Disponível em: [http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/21.05\\_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v2.0.pdf](http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/21.05_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v2.0.pdf)

de habitações, uma vez que estes constituem em importantes instrumentos desta política habitacional (PMHIS, 2012, p.58, grifo nosso).

A “autoconstrução” é outra explicação para o número expressivo de “não ter despesa com aluguel”. Apesar de constar no PMHIS/2012, no *site* da PMF menciona apenas que a elaboração do plano foi concluída e não tem registro do que foi cumprido desse plano. Portanto, não possuímos dados para aferir se houve aplicação dessa estratégia na política pública de habitação de interesse social no município.

Para a classe trabalhadora a autoconstrução além de ser uma prática costumeira popular é uma prática necessária para a concretização do sonho da chamada casa própria. Oliveira (2006) faz uma reflexão sobre esta questão.

[...] Eram construídas em mutirões, ou autoconstrução de forma mais geral. Não como esses de hoje, mas os mutirões da tradição: você chama o compadre no fim de semana, toma uma cerveja, come uma lingüiça frita e vai fazendo a casa aos pouquinhos. Caiu a ficha. Crítica à razão dualista partiu dessa constatação. Quer dizer, a primeira pergunta ficava sem resposta, mas a segunda resposta fechava o quadro: a industrialização estava se fazendo, com base na autoconstrução, como um modo de rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho (OLIVEIRA, 2006, p.68).

Oliveira (2006, p. 74) discorre que “[...] nunca houve política pública sistemática que atacasse o problema da habitação [...]” com exceção no período da ditadura militar, com a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e por “[...] duas necessidades: a primeira, uma necessidade exatamente de ocupar mão-de-obra, pois se tratava de uma estratégia de emprego, e não de habitação; a segunda, uma estratégia de legitimação do regime [...]”. Com a extinção do BNH pelo presidente Sarney, em 1986, e com o lançamento em 1987 do Programa Nacional de Mutirões Habitacionais, houve a tentativa de transformação de uma prática popular em estratégia de política pública. Oliveira (2006) refere que a proposta de universalização dessa estratégia merece maior estudo, pois está centrada no trabalhador desempregado.

O mutirão é uma espécie de dialética negativa em operação. A dialética negativa age assim: ao invés de elevar o nível da contradição, ela o rebaixa. Elevar o nível da contradição significaria atacar o problema da habitação pelos meios do capital. Rebaixar o nível da contradição significa atacar o problema da habitação por meio dos pobres trabalhadores. E aí se chega ao seguinte paradoxo: não se cria um mercado imobiliário. Mercado imobiliário no Brasil só existe da classe média para cima. Nas classes populares, não existe. É impossível existir, porque você está de posse exatamente daquilo que não é mercadoria. A casa não pode ser trocada não tem valor de troca, tem apenas valor de uso, a finalidade de habitar (OLIVEIRA, 2006, p.72).

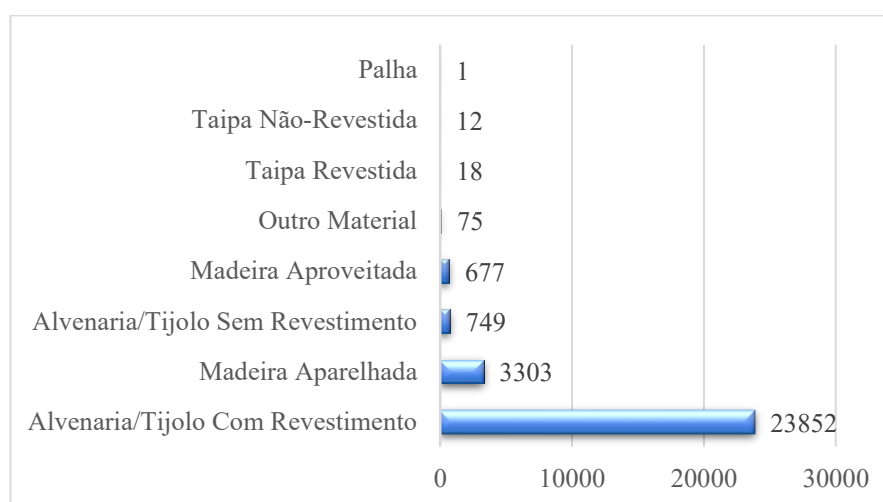
A questão da habitação, a questão urbana, o direito à cidade<sup>101</sup>, estão imbricadas e são determinadas pela lógica de produção e reprodução do capital. A cidade capitalista é decorrente

<sup>101</sup> Para o aprofundamento das discussões em torno dessas questões, indicamos as problematizações feitas por Marx (1985, p. 263) quando discute a “acumulação primitiva”, ou seja, a “expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês” como “base de todo o processo”. Além disso são instigantes as análises de Maricato (1982) ao discutir a “produção capitalista da casa e da cidade”. Também merecem relevo as análises de Lefebvre (2008) em sua obra “O direito à cidade” e as de Harvey (2014) em “Cidades Rebeldes.

do movimento do capital, a produção do espaço urbano é necessária para a valorização do valor. Ou como diz Lefebvre (2008, p.137), “[...] O duplo processo de industrialização e de urbanização perde todo seu sentido se não se concebe a sociedade urbana como objetivo e finalidade da industrialização [...]”.

De acordo com os dados do Cadúnico, 30.372 domicílios estão localizados na área urbana e 65 domicílios na área rural<sup>102</sup>. Entre a classificação da espécie do domicílio, o “Particular permanente” predomina com 28.687 unidades, o “particular improvisado” com 800 e “Coletivo” com 950 unidades. Entre o material predominante no Piso do domicílio, a maioria, 23.609 domicílios, indicou ser Cerâmica, Lajota ou Pedra. O material predominante das paredes foi a alvenaria/Tijolo com Revestimento, 23.852, representando 83% do total de domicílios “Particular Permanente”. A soma dos outros revestimentos, Madeira Aparelhada, Alvenaria/Tijolo Sem revestimento, Madeira Aproveitada, Outro Material, Taipa Revestida, Taipa Não-Revestida e Palha, no total de 4.835, representam 17% do total de domicílios “Particular Permanente”. No gráfico que segue – tomando como referência o total de 28.687 domicílios – estas características podem ser melhor analisadas.

Gráfico 5 – Material predominante das paredes dos domicílios



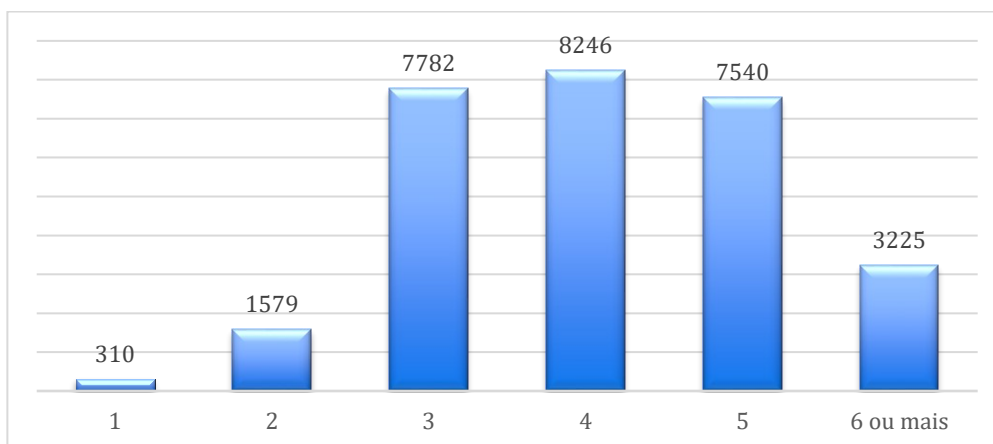
Fonte: Base de Dados do Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

Com relação ao número de cômodos por domicílio considerando o quantitativo de 28.682 registros específicos deste quesito, os dados podem ser analisados no Gráfico 6. Constata-se que 7.782 domicílios das famílias usuárias cadastradas no Cadúnico do município de Florianópolis possuem 3 cômodos, outros 8.246 têm 4 cômodos e 7.540 domicílios possuem 5 cômodos, somando 23.568. Outros 3.225 domicílios possuem mais de 6 cômodos. Chama a

<sup>102</sup> O conceito de área rural em Florianópolis, não está muito claro. O Plano Diretor se refere apenas a “inscrição de imóveis rurais”, não trazendo definição do que seja área urbana e rural. É importante lembrar que o preenchimento do formulário do Cadúnico é autodeclaratório.

atenção o fato de que 310 domicílios possuem apenas 1 cômodo e outros 1.579 possuem dois cômodos.

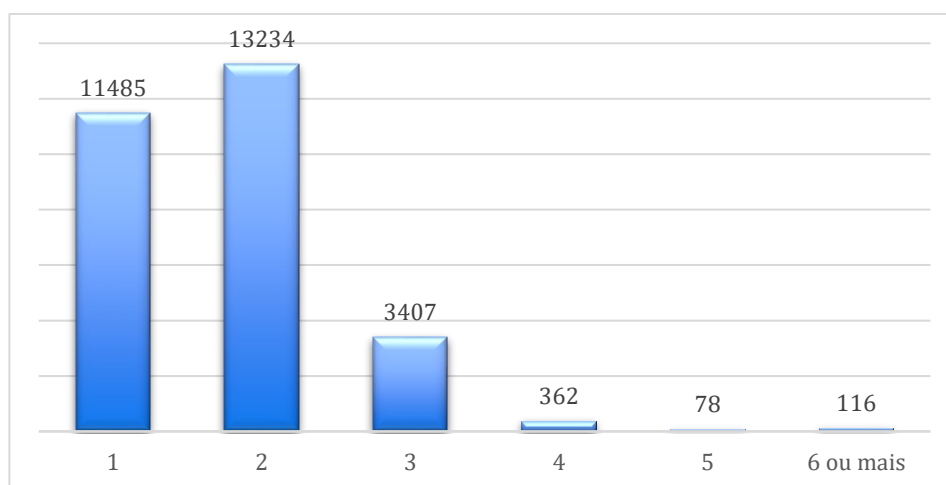
Gráfico 6 – Relação entre número de cômodos e de domicílios



Fonte: Base de Dados do Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

Tomando como referência os mesmos 28.682 registros de domicílios e considerando o número de cômodos que neles estão servindo de dormitório podemos perceber que na maioria, 24.719, existe entre 1 e 2 cômodos, respectivamente 11.485 e 13.234. Vejamos os números:

Gráfico 7 – Número de cômodos que estão servindo de dormitório para os moradores



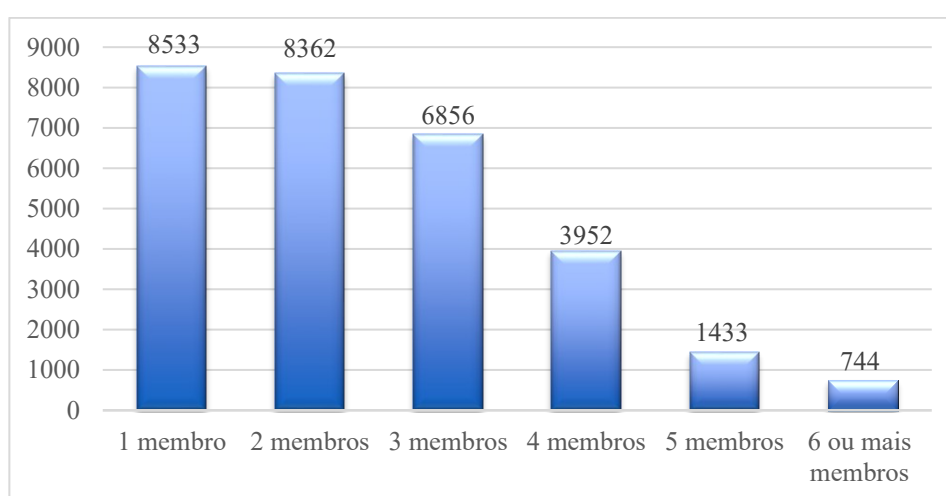
Fonte: Base de Dados do Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

Aparentemente poderíamos dizer que, por estes dados, as condições de moradia da população usuária da política de assistência social do município de Florianópolis não estão entre as mais degradantes. As ocorrências de inadequação como “ausência de banheiro”, por exemplo, foram identificadas em 98 domicílios, significando 0,3% do total de domicílios de usuários(as) cadastrados(as). Também quanto ao uso de material alternativo definido no cadastro como “paredes externas construídas com materiais não duráveis” foram indicados em 783 domicílios, em torno de 2,5% do total. Levando em conta o número de domicílios e o número de pessoas que neles habitam temos uma média de 2,4 pessoas por domicílio. Se

tomarmos como referência as informações sobre o número de cômodos existentes em cada domicílio, conforme dados apresentados no gráfico 6, podemos dizer que cada domicílio tem uma média de 4 cômodos, sendo que em 40% deles há apenas 1 cômodo que serve como dormitório (Gráfico 7), podemos dizer que há, sim, um adensamento excessivo de pessoas no espaço do domicílio.

No gráfico 8 são apresentados os dados sobre o número de pessoas que residem no mesmo domicílio, sendo que a maioria dos domicílios (23.751) abriga de 1 a 3 membros ou pessoas da família.

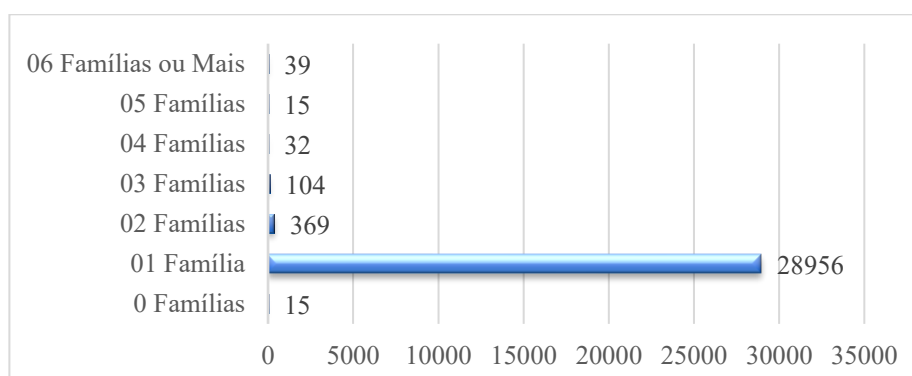
Gráfico 8 – Número de membros por família que moram no Domicílio



Fonte: Base de Dados do Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

No Gráfico que segue – tomando como referência 29.530 registros - podemos analisar a relação entre números de domicílios e de famílias que neles residem, sendo que 28.956, a maioria dos domicílios serve para acomodar 1 família.

Gráfico 9- Número de famílias moram no domicílio



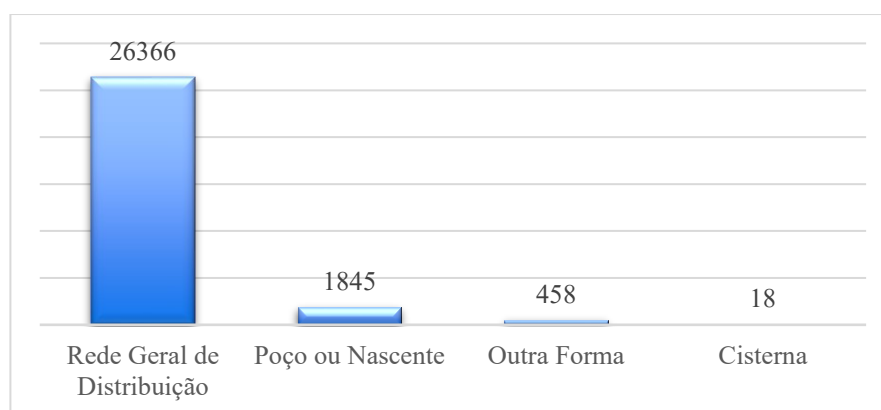
Fonte: Base de Dados do Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

Ainda que no contexto da amostra, o percentual de unidades multifamiliares não seja significativo (1,9%), há que se considerar que estas condições geralmente se impõem em face

de dificuldades relacionadas à aquisição ou aluguel de moradia autônoma quando membros da mesma família constituem as suas próprias. Por oportuno, em relação aos gastos com aluguel, esta é uma questão que abordaremos posteriormente haja vista que se trata de despesa que compromete a sobrevivência dessas famílias.

O abastecimento de água canalizada é realizado em 28.351 domicílios e, destes, em 26.366 são da Rede Geral de Distribuição. Contudo, existem ainda outros 1.845 domicílios que possuem poço ou nascente. E, mais, em 458 domicílios este abastecimento ocorre por outras formas e em 18 deles a água é acessada por meio de cisternas. Esses dados podem ser melhor analisados no gráfico que segue que tem como referência o registro de 28.687 domicílios:

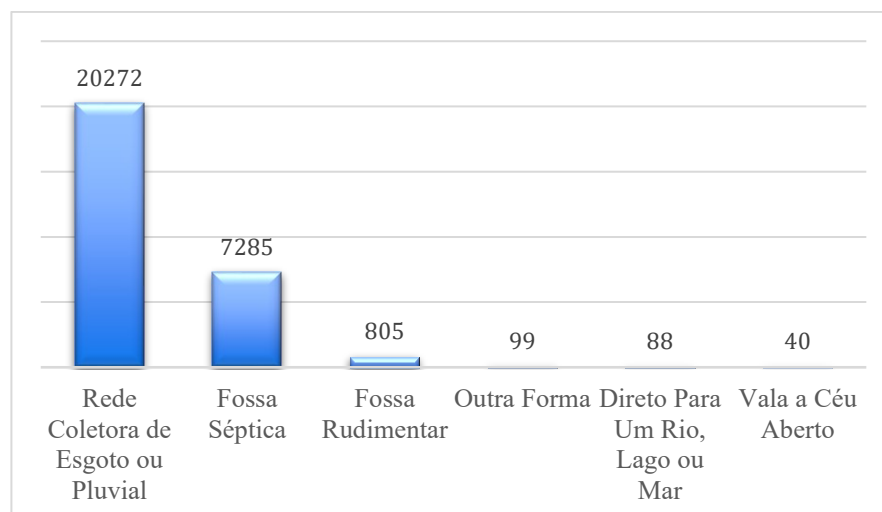
Gráfico 10 - Forma de abastecimento de água no Domicílio



Fonte: Base de Dados do CadÚnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

Em 31 de dezembro de 2019 existiam 98 domicílios sem banheiro e 227 nos quais a forma de escoamento do banheiro ou sanitário é realizada de “outra forma” (99). Em outros 88 domicílios o escoamento se dá “direto para um rio, lago ou mar” e em 40 domicílios isso ocorre por meio de vala a céu aberto. Ainda, 8.090 domicílios possuíam fossa séptica, sendo que em 805 deles as fossas são rudimentares. Na maioria dos domicílios das pessoas cadastradas no CadÚnico em Florianópolis (20.272 domicílios), de acordo com as declarações, há rede coletora de esgoto ou pluvial, conforme se observa no gráfico apresentado a seguir que tem como referência o registro de 28.589 domicílios:

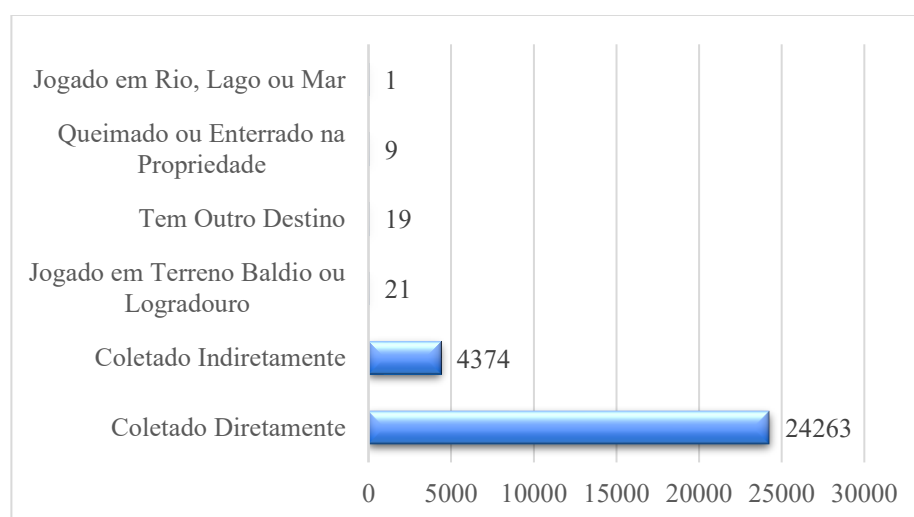
Gráfico 11 – Forma de escoamento do banheiro ou sanitário



Fonte: Base de Dados do Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

Na questão do destino do lixo, constatou-se que em 24.263 domicílios o lixo é coletado diretamente, mas em 4.374 é coletado indiretamente e, ainda, em 50 domicílios o lixo é “jogado em terreno baldio ou logradouro”, tem outro destino”, é “queimado ou enterrado na propriedade” ou “jogado em rio, lago ou mar”. No Gráfico 12 estes dados são detalhados, considerando o total de 28.687 registros de domicílios:

Gráfico 12 – Destino dado ao lixo nos domicílios das famílias cadastradas no Cadúnico



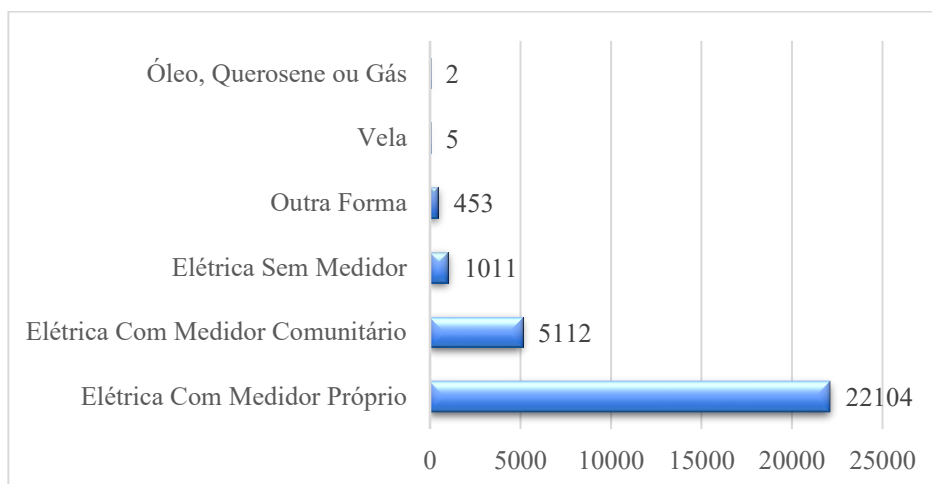
Fonte: Base de Dados do Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

A maior parte dos domicílios, cerca de 22.104 deles, possuíam iluminação “elétrica com medidor próprio”. Em 5.112 domicílios, segundo usuários(as) cadastrados no Cadúnico, havia medidor comunitário e em 1.011 domicílios não havia medidor. Em cerca de 453 unidades habitacionais a iluminação havia outra forma de iluminação. Ainda, em 5 domicílios de acordo com os(as) usuários(as) cadastrados(as) utilizava-se “vela” e em outros 2 domicílios utilizava-



se “óleo, querosene ou gás”. Vejamos estes dados no gráfico que segue que tem como referência o total de 28.687 registros:

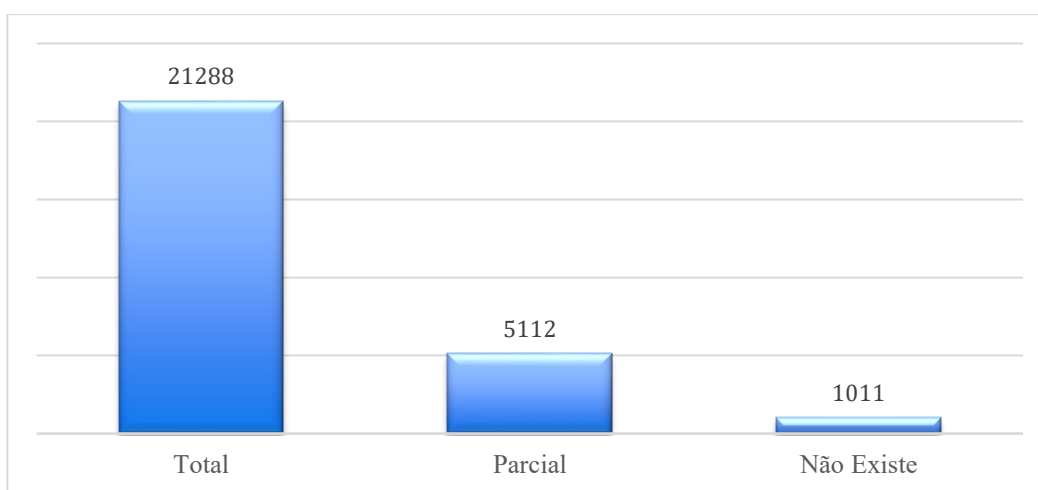
Gráfico 13 – Formas de acesso à iluminação elétrica domiciliar



Fonte: Base de Dados do Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

Já em relação às condições de acesso à via pública na qual se localizava o domicílio, 21.288 dos(as) usuários(as) cadastradas no Cadúnico responderam que havia calçamento/pavimentação em frente ao domicílio. Contudo, em 5.112 desses domicílios o calçamento/pavimentação era apenas “parcial”. Em relação a 1.011 domicílios os(as) usuários(as) disseram não ter calçamento/pavimentação, além do fato de que em 4.047 deles identificamos a situação de inconsistência de dados que, aqui, denominamos de “divergência do sistema”. Vejamos os dados no gráfico a seguir exposto, cujo total se refere a 27.411 registros:

Gráfico 14 – Calçamento/Pavimentação em frente ao domicílio



Fonte: Base de Dados do Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

Conforme os dados apresentados nesta subseção podemos dizer que os serviços municipais referentes à água, esgoto, energia elétrica e coleta do lixo, estão sendo acessados pela maioria dos domicílios. No entanto, ainda existem violações de direitos como a falta de energia elétrica para cerca de 1.471 domicílios, o que merecia ser melhor investigado e encaminhado para os órgãos competentes. Além disso observa-se situações em que a destinação do lixo e do esgoto ocorre de maneira avessa às diretrizes sanitárias. Ao mesmo tempo constata-se que existem famílias residentes em Florianópolis que ainda têm dificuldades de acesso à água, haja vista que se identificou declarações por parte de usuários(as) de que este acesso se dá por “outras formas”.

#### **4.3.2 Do perfil das famílias inscritas no Cadúnico no município de Florianópolis e suas condições de subsistência**

Nesta subseção do presente trabalho apresentaremos alguns dados que expressam ou caracterizam as famílias usuárias da política de assistência social no município de Florianópolis. Para isso problematizaremos algumas questões sintetizadas a partir da organização dos dados que compõem um terceiro bloco do formulário do Cadúnico, fonte de nossa pesquisa.

De com as informações produzidas a partir do tratamento dispensado a esses dados, temos que no município residiam apenas 5 famílias indígenas e 12 famílias Quilombola da Comunidade Quilombola Vidal Martins<sup>103</sup>, com cadastro ativo até 31 de dezembro de 2019. A comunidade quilombola citada possui 31 famílias e está situada no norte da ilha, com processo de regularização fundiária em andamento.

As famílias indígenas<sup>104</sup> pertencem às etnias Guarani (1), Kaingang (2), Xokleng (1) e Yekuana (1). O número de pessoas que se declararam indígenas sugere miscigenação, pois é uma informação referente à identificação de um membro da família e não referente à identificação da Família, são informações coletadas em blocos distintos do formulário do Cadúnico (4 e 3, respectivamente). Assim, na autodeclaração de pessoas individualmente identificamos 83 usuários(as) que se afirmaram indígenas e 53 registros relativos à questão da

---

<sup>103</sup> Informações sobre a história do quilombo. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/quilombo-resiste-a-violencia-em-florianopolis/>. Acesso em: 05 jun. 2021.

<sup>104</sup> Informações sobre as etnias e localização por estado: Guarani – 85.255 (Mapa Guarani Continental, 2016) índios distribuídos entre RS, SC, PR, SP, RJ, ES, MS, PA, Kaingang – 34.470 (IBGE 2010) índios distribuídos entre RS, SC, PR e SP, Xokleng – 34.470 (IBGE 2010) índios distribuídos em SP, PR, SC e RS e Yekuana ou Yekwana – 615 RR e 7997 Venezuela. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro\\_Geral\\_dos\\_Povos](https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos) e <https://cpisp.org.br/>. Acesso em: 8 jun. 2021.

cor e raça na identificação da família, conforme se denota dos dados constantes dos gráficos 17 e 18, respectivamente.

Por certo o debate sobre o que são terras indígenas e o que são terras ou espaços de “circulação” dos povos originários não é algo que, do nosso ponto de vista, tem muito sentido. Como fazer esta distinção quando estudos antropológicos provaram que os primeiros habitantes da região de Florianópolis foram os índios Carijós da nação Tupi-guarani? A presença indígena restou comprovada por meio de sítios arqueológicos e sambaquis na região com registros de até 4.000 anos atrás. O território que hoje faz parte do município, especificamente “a Ilha de Florianópolis” era território indígena que a chamavam de *Meiembipe* ou *montanha ao longo do canal*. Para os povos originários o Oceano Atlântico era um lugar sagrado, cujas águas banhavam uma ilha invisível, um território espiritual, uma terra sem mal, como bem retratado no documentário “De Meiembipe a Chuquisaca: a descoberta do Império Inca”, inspirado no livro *A saga de Aleixo Garcia*, de Rosana Bond, sob a direção de Carolina Borges de Andrade<sup>105</sup>.

De todo modo, de acordo com Cartilha (2018) da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), “Florianópolis sempre foi território de circulação indígena” não se tratando de um fenômeno atual. Brighenti, (2012), em seu artigo “Povos indígenas em Santa Catarina”, confirma que em Florianópolis não existe Terra Indígena (TI), no entanto pelo censo do IBGE de 2010, 1.028 indígenas viviam neste município. E, explica que a

[...] presença indígena nos centros urbanos não é exclusividade das cidades catarinenses, também não é fato recente, porém verificamos nos últimos anos um aumento considerável dessa população nas cidades. Além de populações que vivem em espaços urbanos e nas TIs, há famílias e indivíduos que vivem na zona rural, fora das aldeias, em trabalhos assalariados e/ou sazonais, como na colheita da erva-mate, em atividades agropastoris ou ainda na confecção de artesanatos em acampamentos próximos às cidades. A presença dessa população fora das Terras Indígenas decorre de situações particulares, porém, registram-se contextos comuns, como falta de terra para sobrevivência, esgotamento de recursos naturais, necessidade de acesso a centros de ensino, necessidade de trabalhos assalariados não existentes nas TIs, dentre outros (BRIGHENTI, 2012, p. 2).

Esse contexto não foi reconhecido pelo município como compromisso entre entes dos três níveis do Estado, para atender as comunidades indígenas por meio de políticas públicas, conforme previsto na CFRB/88. O Conselho Indigenista Missionário expõe a omissão do poder público municipal em nota divulgada no início do ano de 2021<sup>106</sup> referente a denominada “Casa

<sup>105</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=amEVxL6Vy2Q>. Acesso em: 6 jul. 2021.

<sup>106</sup> Disponível em: <https://cimi.org.br/2021/02/nota-cimi-regional-sul-casa-passagem-indigena-florianopolis-exige-medidas-urgentes-respeito-dignidade-saude/>. Acesso em: 8 jun. 2021.

de passagem indígena” no Terminal do Saco dos Limões. De acordo com o que consta deste documento,

Utilizando-se de uma interpretação do que seria proteger os indígenas durante a pandemia, o Município conseguiu respaldo jurídico para deixar os indígenas em situação degradante, e ainda para extrapolar o que fora decidido pelo Tribunal Federal Regional da 4ª Região (TRF-4), nos autos do Agravo de Instrumento sob nº 5057652-37.2020.4.04.0000/SC. Do respaldo jurídico de não fazer nada pela manutenção e limpeza do local para os indígenas, o município tentou cravar uma desocupação forçada, a qual a Polícia Federal recusou-se a cumprir por não haver ordem judicial. A bem da verdade, a suposta preocupação do Município com a saúde dos indígenas por conta da pandemia caiu por terra quando os abandonou, no momento em que mais precisavam, à precariedade, sem acesso à água e à energia. Caiu por terra quando o Prefeito, o mesmo que prometeu e não cumpriu, se nega a dar vacina para essas pessoas (CIMI, 2021).

No corolário destas discussões sobre a presença dos povos originários no município também merece relevo o fato de que famílias remanescentes de quilombolas serem identificadas na base de dados do Cadúnico. Parte destas famílias foi expulsa de suas terras por ocasião da criação do “Parque Estadual do Rio Vermelho”, nos anos de 1960. Somente após a realização de estudos históricos, socioeconômicos e culturais da comunidade Vidal Martins, situação começou a ser revertida, mas ainda assim, o processo de regularização da comunidade remanescente do povo Quilombola não foi concluído<sup>107</sup>.

As questões demandadas à política de assistência social tanto pela população indígena como pelas comunidades quilombolas apenas são compreendidas na dinâmica das relações sociais capitalistas que, na particularidade brasileira, exige a compreensão da formação sócio-histórica baseada numa estrutura colonial, cujo desenvolvimento se deu pelo uso da força de trabalho escravo.

Numa passagem do livro *Dialética radical do Brasil negro*, Clovis Moura mostra que, nestas terras, o desenvolvimento econômico de natureza dependente foi marcado por processos de *modernização sem mudanças*, pois os avanços tecnológicos e científicos alcançados a partir da Ilustração e do Iluminismo foram combinados ao uso do trabalho escravo. Segundo Moura:

No caso da sociedade escravista brasileira, a sua peculiaridade é que, em pleno final do século XIX, quando um avanço tecnológico, científico, e econômico revolucionava as relações sociais nos principais países da Europa e dos Estados Unidos, com repercussão na área periférica, esses novos recursos tecnológicos e científicos eram aplicados em um país ainda escravista (MOURA, 1994 p. 53).

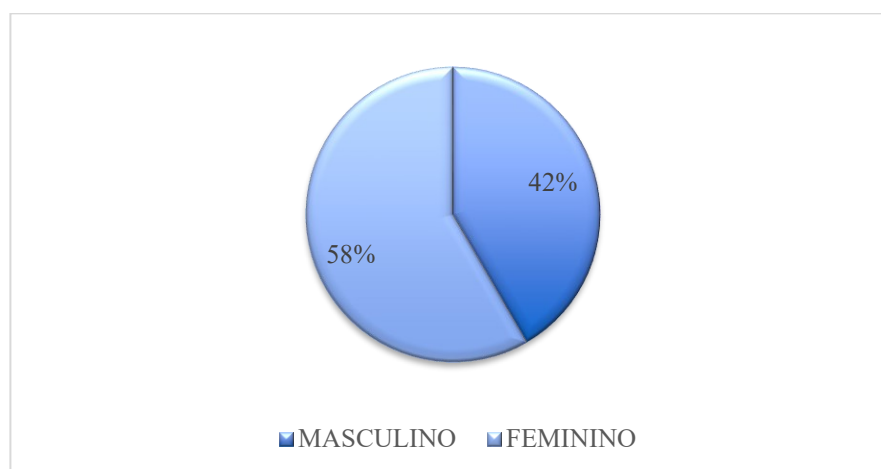
Não raramente, pela ausência de um debate mais profundo sobre estas questões estruturais e demandas desses segmentos de usuários(as), os(as) profissionais de serviço social

<sup>107</sup> Edital Público publicada no Diário Oficial da União, em 11/02/200, prevê a regularização fundiária das terras da Comunidade Quilombola Vidal Martins, localizada no município de Florianópolis. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/edital-242599932>. Acesso em: 6 jul. 2021.

acabam por assumir posturas que convergem para perspectivas integracionistas que corroboram para o apagamento da cultura, das tradições, da língua etc, dos povos indígenas e pretos.

Avançando em nossas análises, podemos indicar que a Base de Dados do Cadúnico/CEF traz outras informações sobre as famílias. Neste sentido, em relação ao sexo biológico, as famílias são compostas em sua maioria por mulheres. Esta característica se verifica tanto quanto se analisam os dados da composição das famílias como os dos(as) Responsáveis pela Unidade Familiar (RF) especificamente. Desta forma, identificamos que 43.993 pessoas são do sexo feminino e 31.369 do sexo masculino, conforme Gráfico 15. A maioria dos(as) RF são mulheres, representando cerca de 24.203 pessoas. Os membros da família que autodeclararam serem do sexo feminino, são a maioria, totalizam 58%, e dentre o RF que autodeclararam serem do sexo feminino totalizam 77%. Esta diferença, de 58% para 77% se deve em parte pelas Instruções Gerais do formulário do Cadúnico<sup>108</sup> que orienta, que seja maior de 16 anos e “recomenda-se que seja, preferencialmente, mulher”. Dados relativos a esta questão do sexo biológico são apresentados nos gráficos que seguem considerando tanto a composição familiar como o público específico dos(as) RF:

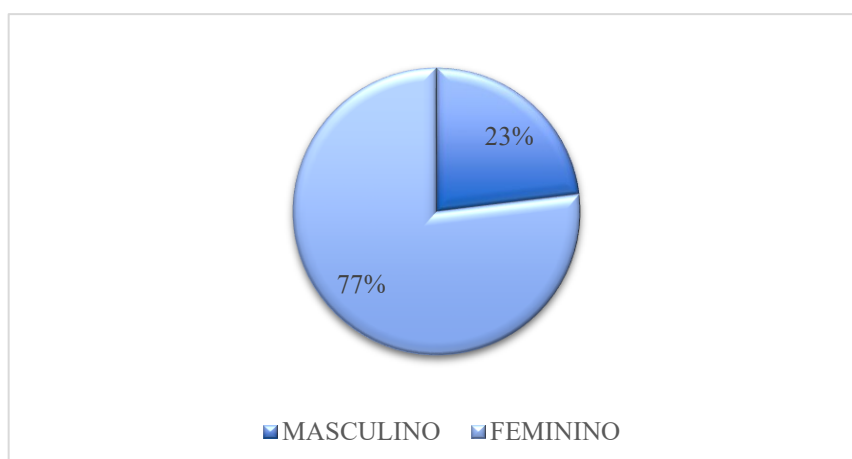
Gráfico 15 – Autodeclaração sobre sexo- pessoas que compõem as famílias



Fonte: Base de Dados do Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

<sup>108</sup> Formulário Principal do Cadastro Único para Programas Sociais. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro\\_unico/F\\_Principal.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/F_Principal.pdf). Acesso em: 21 maio 2019.

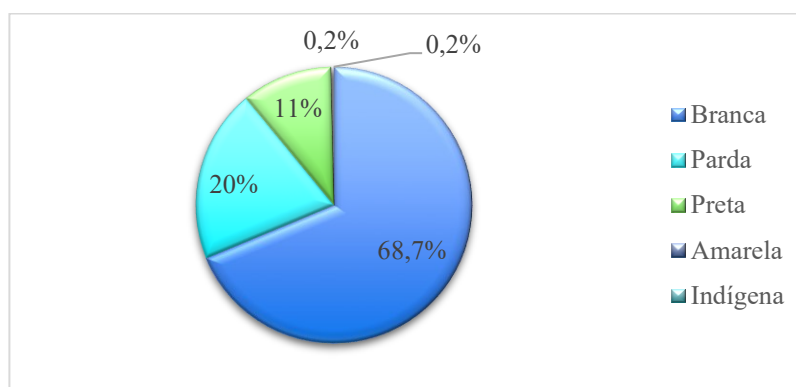
Gráfico 16 – Autodeclaração sobre sexo – entre RF



Fonte: Base de Dados do Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

A maioria dos membros das famílias, conforme Gráfico 17, são da cor Branca 51.746, o que significa 68,7% do total, seguida da Parda e Preta que somadas são (15.288 + 7.968 = 23.256) 31% do total, Amarela 187 ou 0,2% do total e Indígena 83, ou 0,2% do total de pessoas que compõem as famílias. Quando se trata especificamente os RF, conforme Gráfico 18, a autodeclaração da cor ou raça segue a mesma direção, ou seja, cor Branca 21.297 ou 67,8% do total, Parda e Preta (6.213 + 3.765 = 9.978) somadas totalizam 31,8%, Amarela 68 ou 0,2% e Indígena 53 ou 0,2% do total. É preciso lembrar que a Base de Dados do Cadúnico/CEF em dezembro de 2019 tinha 31.458 Famílias e 75.362 Pessoas inscritas. Por isso, reiteramos, quando nos referimos aos(às) RF, estamos indicando o número de Famílias<sup>109</sup>. Apesar de algumas divergências de dados, nos gráficos que seguem podemos visualizar melhor os dados relativos a estas informações, levando em conta as pessoas que constam na composição familiar e aquelas que foram identificadas como RF:

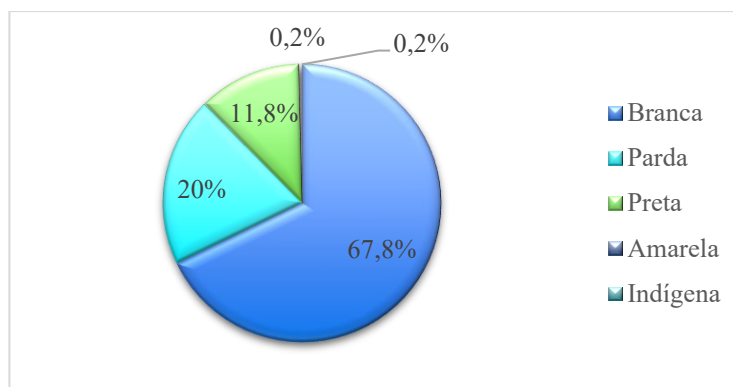
Gráfico 17 – Autodeclaração de cor ou raça – pessoas que compõem as famílias



Fonte: Base de Dados do Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

<sup>109</sup> Esta observação é importante para que se explique a divergência existentes nos dados dos gráficos 16 (90) e 17 (60) em relação aos números totais informados.

Gráfico 18 – Autodeclaração de cor ou raça – entre RF



Fonte: Base de Dados do Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

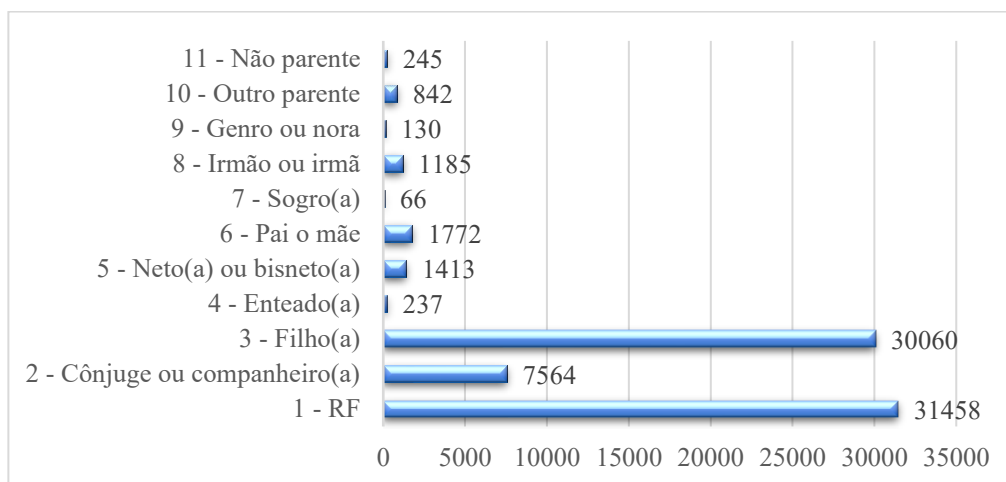
A relação de parentesco dos membros da família com o RF evidenciada no Gráfico 19, indica que a maioria, ou seja, 75%, é comandada por mulheres e com filhos, denominada de família monoparental. É possível verificar vários arranjos familiares consanguíneos, como a presença de 1413 netos(as) ou bisnetos(as), a presença de 1772 “pai ou mãe” do RF, a presença de 1185 “irmão ou irmã”. Nas relações não consanguíneas identifica-se a presença de 237 “enteados(as), a presença de 66 “Sogros”, a presença de 130 “Genros ou noras”, bem como a presença de 842 “outro parente” e 245 “não parente”.

De acordo com o DIEESE<sup>110</sup>, as mulheres representam mais de 92% das pessoas ocupadas em trabalho doméstico no Brasil, das quais 65% são negras. Em 2019, das 94,5 milhões de população ocupada, 6,4 milhões eram trabalhadores domésticos e destes, 5,9 milhões eram mulheres e 3,9 milhões eram negras. O rendimento médio mensal era de R\$ 1.090,00 na região Sul do Brasil. No Brasil, em 2019, os valores pagos às negras, R\$ 1.289,00 era menor do que o valor pago às não negras, R\$ 1.343,00. Verificamos assim, a manifestação do sistema capitalista, patriarcal e racista contribuindo para tornar mais impactante a opressão de classe sobre as mulheres, sobretudo se forem negras. A Base de Dados do Cadúnico/CEF se torna limitado na obtenção da informação referente ao trabalho doméstico, conforme será visto na próxima subseção desta dissertação quando analisaremos questões relacionadas ao trabalho e renda dos(as) trabalhadores(as) usuários(as) do SUAS no município de Florianópolis. Por ora, merece relevo o fato de que, no cotidiano de trabalho, atendemos um número expressivo de mulheres trabalhadoras domésticas. Portanto, essa relação entre trabalho doméstico, gênero e raça em Florianópolis, também contribui para a reprodução da desigualdade. No gráfico que segue, apresentamos os dados sobre a relação entre as pessoas registradas na composição

<sup>110</sup> Disponível em <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/trabalhoDomestico.html>. Acesso em 11 maio 2021.

familiar com o(a) RF. Aqui, os números que serviram de parâmetro para indicar os(as) RF e as pessoas com relação de parentesco (ou não) foram 31.458 e 43.514, respectivamente:

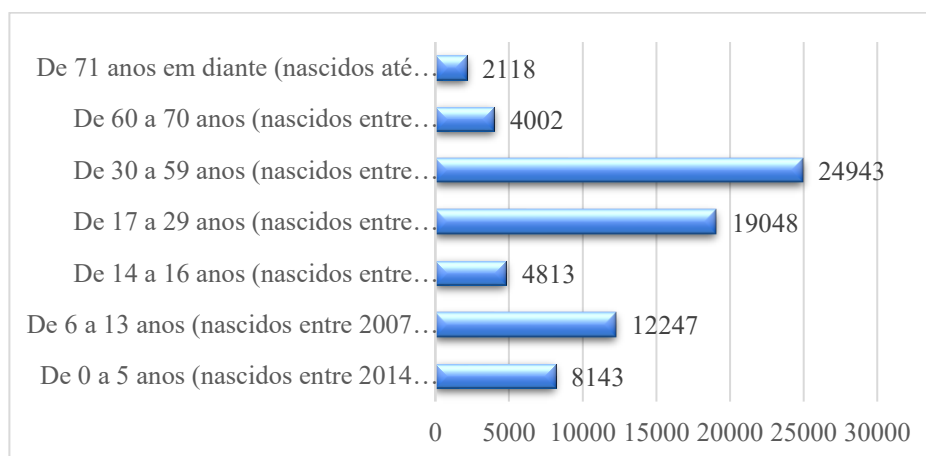
Gráfico 19 – Relação de Parentesco ou não com o Responsável Familiar



Fonte: Base de Dados do Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

A maioria das pessoas cadastradas, 58% do total de 75.362, tem idade entre 17 e 59 anos, ou seja, 43.991 pessoas pertencem a população economicamente ativa, conforme Gráfico 19. Os idosos compreendem 6.120 pessoas, sendo 8% do total de pessoas cadastradas. As Crianças e Adolescentes até 16 anos, somam 25.203, sendo 34% do total. Esses dados podem ser melhor visualizados no gráfico que segue:

Gráfico 20 – Faixa etária das pessoas cadastradas no Cadúnico no município de Florianópolis até dezembro de 2019

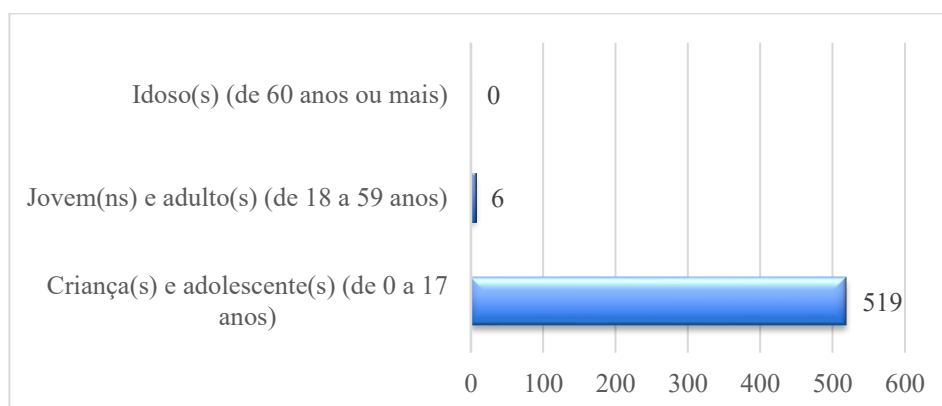


Fonte: Base de Dados do Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

Conforme Gráfico 21, apenas 2% do total de crianças e adolescentes, ou seja, 519 pessoas, estão na condição de “internada, abrigada ou privada de liberdade há 12 meses ou mais”. Vejamos:



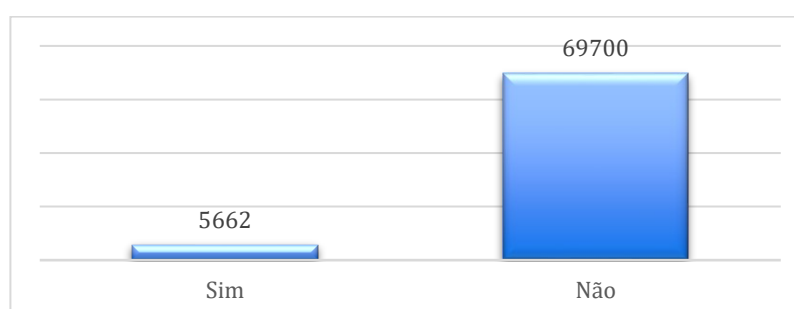
Gráfico 21 – Pessoa da Família internada, abrigada ou privada de liberdade há 12 meses ou mais, conforme registros do Cadúnico de Florianópolis até dezembro de 2019



Fonte: Base de Dados do Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

O número de pessoas que possuem deficiência permanente é de 5.662, sendo em torno de 7% do total de inscritos no Cadúnico. Dos tipos de deficiência, a “deficiência física” que foi a declarada em relação a 2.808 pessoas, foi a mais citada. Já a “deficiência mental ou intelectual” foi mencionada em relação a 1362 pessoas. O “transtorno/doença mental” foi mencionado em relação a 1053 pessoas. Ainda, em relação à baixa visão esta condição foi referida a 563 pessoas, enquanto a “surdez severa/profunda” foi referida a 205 pessoas. A “cegueira” foi relacionada a 218 pessoas, a “surdez leve moderada” a 213 pessoas e a “síndrome de down” a 114 pessoas. Dentre as pessoas com deficiência, 2.770 necessitam de cuidados permanentes de alguém da família. Outras 256 recebem atenção especial de “outra forma”, enquanto outras 241 pessoas necessitam e usam de instituições específicas que compõem a rede socioassistencial. Além disso, 160 pessoas foram referidas por necessitarem de cuidador e em outras 53 situações afirmou-se que as pessoas com deficiência ficavam sob cuidados com vizinhos, de acordo com as necessidades das famílias. No gráfico que segue são apresentados os números relacionados ao quantitativo de pessoas com deficiência entre os(s) usuários(as) cadastrados no Cadúnico do município de Florianópolis:

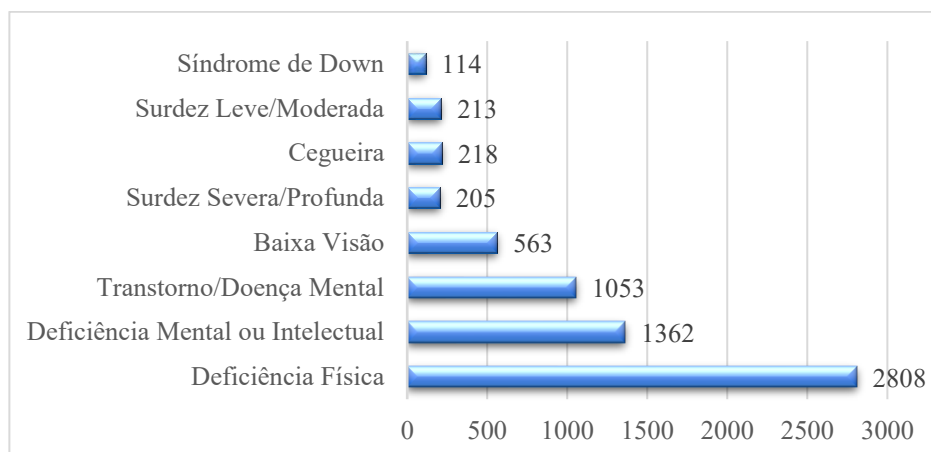
Gráfico 22 – Existência ou não de pessoa com alguma deficiência permanente na família



Fonte: Base de Dados do Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

No gráfico apresentado na sequência apresentamos os dados relativos aos tipos de deficiência identificados entre os membros das famílias cadastradas no Cadúnico em Florianópolis:

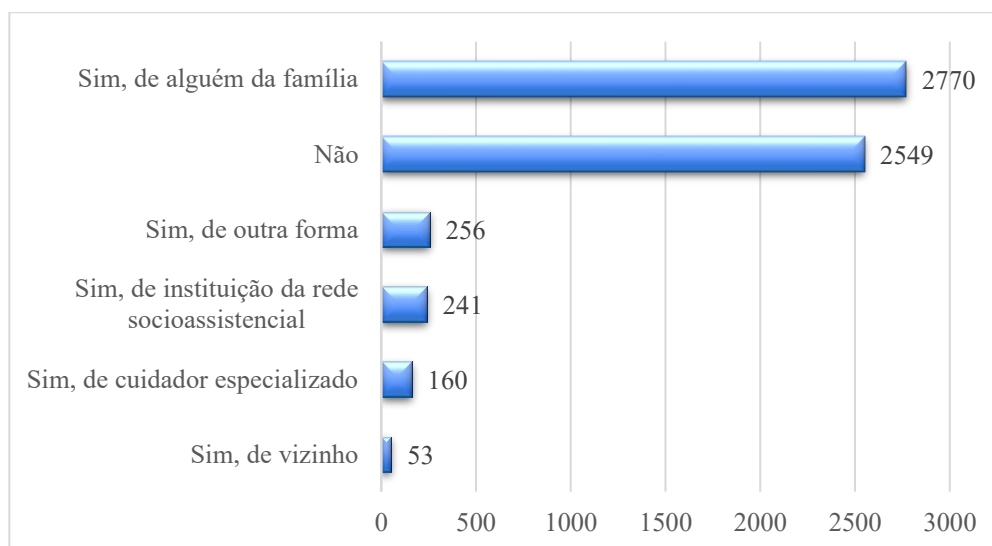
Gráfico 23 – Tipos de deficiência de pessoas das famílias cadastradas



Fonte: Base de Dados do Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

Por fim, no gráfico que segue são apresentados os dados relativos à necessidade ou não de cuidados das pessoas com deficiência em virtude dela. Vejamos:

Gráfico 24 – Necessidade ou não de cuidados permanentes de terceiros às pessoas com deficiência que integram as famílias cadastradas no Cadúnico



Fonte: Base de Dados do Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

De acordo com a listagem do Ministério da Cidadania de Benefícios de Prestação Continuada (BPC) ativos em dezembro de 2019, disponibilizada pelo setor de Vigilância socioassistencial da SEMAS, Florianópolis possuía 3.268 pessoas com deficiência (PCD) e 2.225 idosos, perfazendo o total de 5.493 beneficiários. Ao compararmos com as informações

do Cadúnico do mesmo período, de 5.662 pessoas que declararam ter deficiência permanente, podemos afirmar que quase a metade, 42% ou 2.394 pessoas com deficiência inscritas no Cadúnico não recebem o BPC. O critério de renda de  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo per capita familiar pode ser um dos maiores entraves para o acesso. Movimentos para o aumento desse limite de renda per capita familiar para  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, conseguiram fazer com que a Medida Provisória 1023/2020 fosse aprovada, mas ainda depende da sanção da Presidência da República<sup>111</sup>.

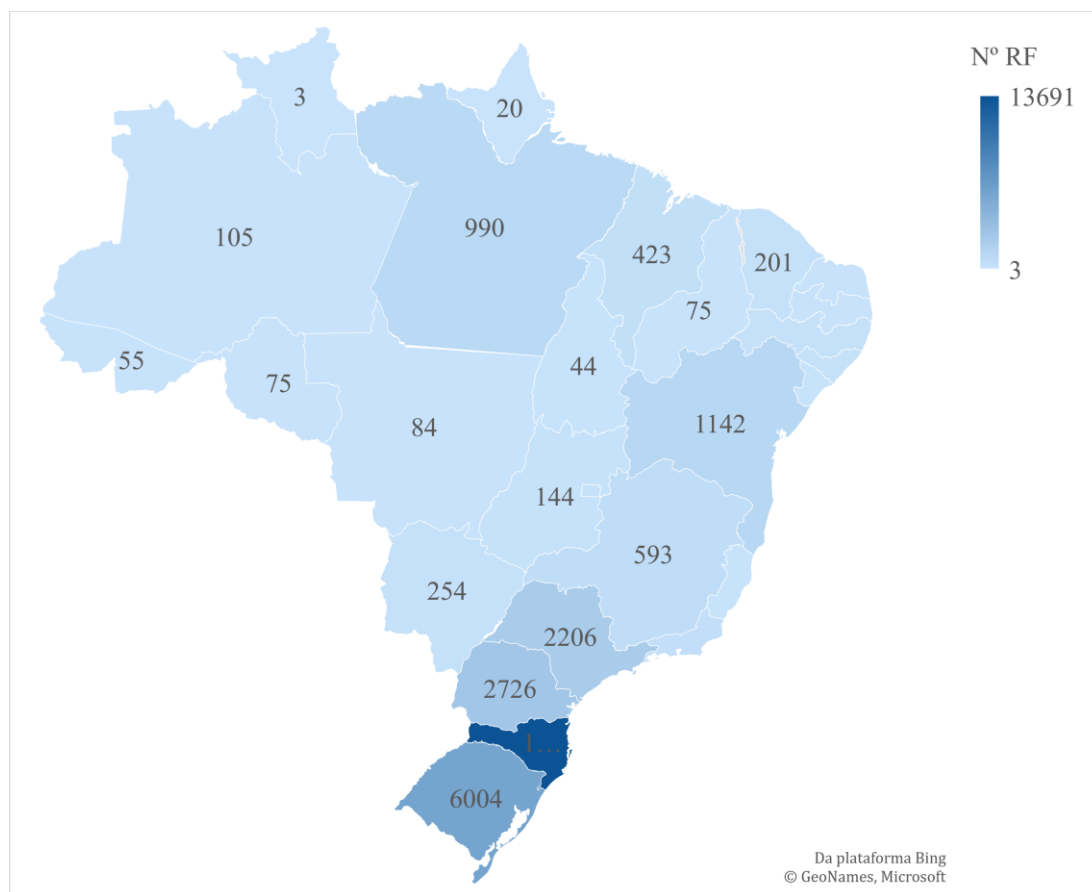
De acordo com a Figura 1, os 31.458 RF são naturais de 26 Estados brasileiros e do DF, sendo que 6.004 são naturais do estado do Rio Grande do Sul, 2.726 do estado do Paraná, e 2.206 do estado de São Paulo, e outros 1.142 da Bahia. Constatou-se que a maior parte dos RF cadastrados no Cadúnico de Florianópolis é natural da cidade ou de cidades catarinenses que migraram para o município. O Estado com menor número incidência em termos de local de nascimento é Roraima com apenas 3 registros.

Já em relação à imigração constatou-se pelos dados sistematizados que os 1.022 imigrantes vieram de 44 países dos 4 Continentes, sendo que os 5 países com imigração mais significativa são: o Haiti (com 417 RF), a Venezuela (com 185 RF), a Argentina (com 119 RF), o Uruguai (com 96 RF) e o Chile (com 23 RF). Na figura que segue podemos verificar esses dados, considerando a naturalidade das pessoas RF e tomando como referência 31.458 registros:

Figura 1 – Estado que nasceu – Responsável Familiar (RF)

---

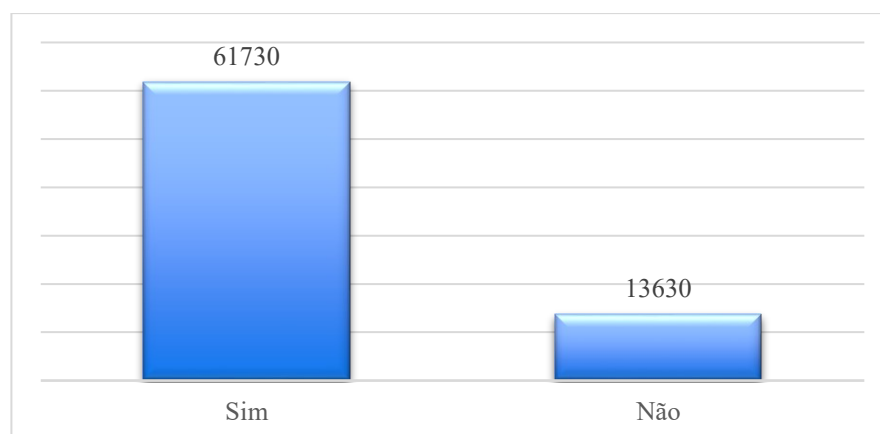
<sup>111</sup> Sancionada a Lei 14.176/2021 no dia 22/06/2021 que amplia o alcance do BPC pago a idosos e pessoas com deficiência que possuem renda per capita de até meio salário mínimo e entra em vigor em 2022. Disponível em: <https://apaebrazil.org.br/comunicacao/sancionada-lei-que-amplia-alcance-do-bpc-e-cria-auxilio-inclusao> . Acesso em: 24 jun. 2021.



Fonte: Base de Dados do Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

O número de pessoas que não sabe ler é de 13.630, conforme Gráfico 25, subtraindo as crianças de “0 a 5 anos” (8.143, conforme Gráfico 19) teremos 5.487 pessoas acima de 5 anos que não sabe ler. Esse número corresponde a 7% do total das pessoas cadastradas, o que é um percentual muito expressivo. No gráfico que segue são apresentados os dados relativos a esta questão:

Gráfico 25 – Pessoas que sabem ler e escrever dentre as pessoas cadastradas no Cadúnico

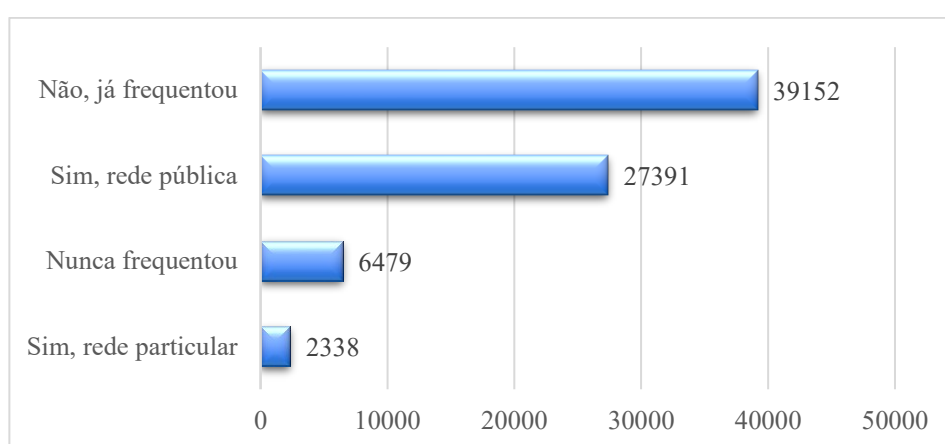


Fonte: Base de Dados do Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

Segundo PNAD/IBGE 2019, 1,6% da população de Florianópolis, ou seja, 8.015 pessoas “não sabem ler e escrever um recado ou bilhete”, e 70% dessas pessoas estão inscritas no Cadúnico<sup>112</sup>.

Do total de 75.362 pessoas cadastradas, mais da metade, 39.152 já frequentaram escola ou creche e não frequentam mais. Outras 27.391 pessoas responderam que frequentam a rede pública de ensino e outras 2.338 frequentam a rede particular. Por outro lado, 6.479 pessoas afirmaram que nunca frequentaram a escola. Vejamos estes números no gráfico que segue:

Gráfico 26 – Número de pessoas cadastradas no Cadúnico em relação à frequência de escola ou creche

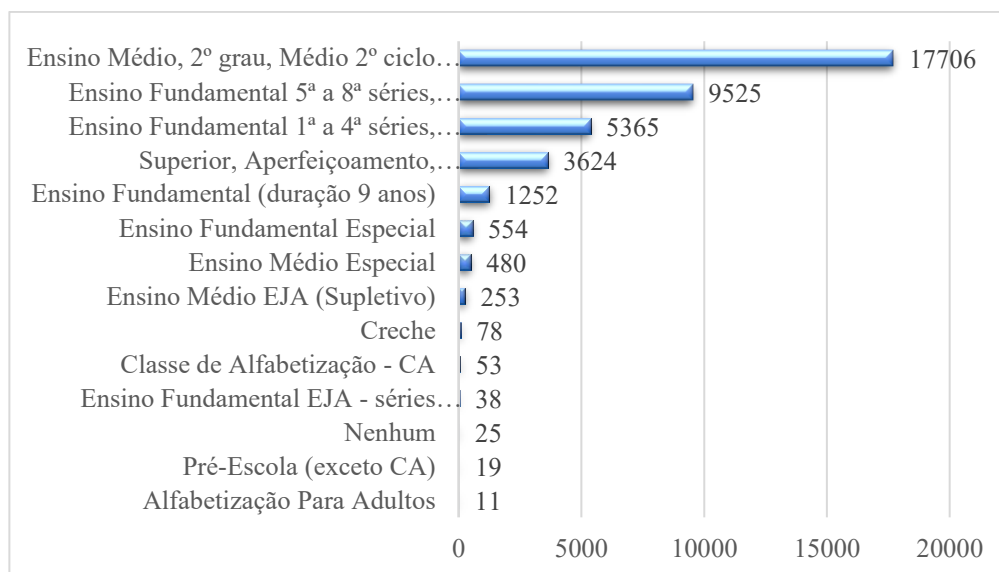


Fonte: Base de Dados do Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

Das 29.729 pessoas que estudam, a maioria, 14.105 pessoas, frequenta o Ensino Fundamental regular (9 anos), 5.573 o ensino superior /aperfeiçoamento, 3.842 o ensino médio regular, 3.312 frequentam creche, 1.081 a pré-escola, 634 o Ensino Médio EJA (supletivo), 456 o Ensino Fundamental regular (8 anos), 257 o Ensino Fundamental EJA (séries finais), 188 Ensino Médio Especial, 125 Pré-vestibular, 66 Ensino Fundamental Especial, 41 Ensino Fundamental EJA – séries iniciais, 37 Classe de Alfabetização e 11 Alfabetização para adultos. Do número de pessoas que não frequentam mais a escola, a maioria (18.439) estudou até o Ensino médio, 16.734 até o Ensino Fundamental, 3.624 o ensino Superior e aperfeiçoamento e 25 nunca frequentaram a escola. Esses dados são apresentados no Gráfico apresentado a seguir:

Gráfico 27 – Número de pessoas cadastradas no Cadúnico em relação ao grau mais elevado de estudos

<sup>112</sup> Notícias. Educação, Florianópolis Geral, 22 jul 2020. Disponível em: [http://www.tudosobrefloripa.com.br/index.php/desc\\_noticias/florianopolis\\_tem\\_a\\_menor\\_taxa\\_de\\_analfabetismo\\_entre\\_as\\_regioes\\_metropolit](http://www.tudosobrefloripa.com.br/index.php/desc_noticias/florianopolis_tem_a_menor_taxa_de_analfabetismo_entre_as_regioes_metropolit). Acesso em: 20 jun. 2021.



Fonte: Base de Dados do Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

Os números demonstram a forte evidência da relação entre a pobreza e os baixos níveis de escolarização, objeto de inúmeros estudos no contexto brasileiro. A contrarreforma da educação no Brasil e o processo de privatização das políticas sociais, tornam o acesso cada vez mais restrito à uma classe social e direcionado ao mercado de trabalho que é cada vez mais exigente. Exigência possível devido ao grande número de trabalhadores do exército industrial de reserva. A existência de 13% (3.624) do número de pessoas que não estudam mais e que possuem “nível Superior e aperfeiçoamento” e continuam desempregadas ou com renda baixa, instiga a realizar estudos mais aprofundados sobre a relação entre elevação do nível de escolaridade e aumento da renda em Florianópolis.

De todo modo é importante o registro de que na dialética e contraditória relação entre as necessidades da classe trabalhadora e as políticas sociais, há que se atentar para o fato de que estas últimas servem, inegavelmente, aos interesses do capital na medida em que constituem estratégias que permitem a reprodução da força de trabalho como mercadoria. Nesta direção Pereira (2015) nos adverte que as políticas sociais exercem

[...] função complementar de reforçar a continuidade da força de trabalho como mercadoria, a sua oferta expandida configurou-se como distribuição de valores de uso que, segundo Gough (1982), serviriam de apoio à posterior reprodução da força de trabalho (corrente e futura) e à manutenção da população não trabalhadora no circuito do sistema do capital. Para tanto, outras modalidades de regulação social burguesa, de natureza qualitativa e conteúdo moral, como valores, crenças, condutas, motivações, foram transmitidas e cultivadas por meio de políticas sociais particulares. Entre estas, a educação, a assistência social e os programas de treinamento profissional têm sido usados como instrumentos dessa regulação, mesmo nos regimes de bem-estar liberais, ou residuais, e nas experiências de proteção social dos países da periferia do capitalismo (PEREIRA, 2015, p. 461-462).

Estas reflexões nos remetem às discussões precedentes que procuramos fazer no presente trabalho ao abordarmos o conceito de superpopulação relativa usado por Marx. Só

aparentemente ela está “fora” do processo produtivo, mas é essencial para regular o valor da força de trabalho e, ao mesmo tempo, serve como mecanismo que impõe concorrência entre os próprios trabalhadores e trabalhadoras, o que acaba de certo modo por regular também a dinâmica das lutas de classes. No bojo dessa superpopulação se encontram aqueles(as) trabalhadores(as) flutuantes que, de acordo como comportamento do mercado de trabalho, podem ser acionados para ou afastados das atividades produtivas. Mas também integram esta superpopulação aqueles(as) trabalhadores expulsos(as) do campo, aqueles(as) que realizam atividades irregulares e informais e, ainda, aqueles(as) trabalhadores(as) que se encontram em condições de pauperismo. A função complementar das políticas sociais direcionadas para estes segmentos da classe trabalhadora alhures mencionadas por Pereira (2015), pode ser particularizada para o âmbito da educação. Neste sentido, Silva (2016) assevera que:

A relação educação e pobreza no Brasil apresenta dois sentidos fundamentais: a perspectiva salvacionista de solução da pobreza e o sentido comprobatório das condições precárias de vida pela ausência de escolarização, acompanhadas por outras negações de bens materiais, culturais e simbólicos. Ou seja, a escola “salva” o pobre, enquanto sua ausência comprova a condição de ser pobre. Se o primeiro sentido demonstra sua inoperância frente à impossibilidade de superação da pobreza no modo de produção capitalista, o segundo revela uma realidade concreta dos trabalhadores precarizados e subproletários no Brasil. A educação dessas frações da classe trabalhadora é símbolo das negações de natureza variada (SILVA, 2016, p.111).

#### Para a mesma autora

As concepções sobre a relação educação-pobreza, ao dimensionarem os efeitos do modelo de educação para os pobres e a sua não educação, ignoram o conteúdo de conformidade do padrão de educação, ou, ampliando a ideia, secundarizam o processo de produção social da educação (entendida como escola) e da pobreza. Com base nas pesquisas sobre a educação dos pobres justificam-se as políticas de correção dos efeitos da pobreza, seja pelas propostas de mudanças do sistema escolar, seja pelo desenvolvimento de medidas compensatórias no campo da assistência social. A saída para o paradoxo presente na relação educação e pobreza - os pobres precisam de educação para uma suposta superação da pobreza, mas não a acessam na qualidade e quantidade necessárias - encontra na racionalização da política educacional a estratégia exclusiva de resolução do problema (SILVA, 2016, p. 113).

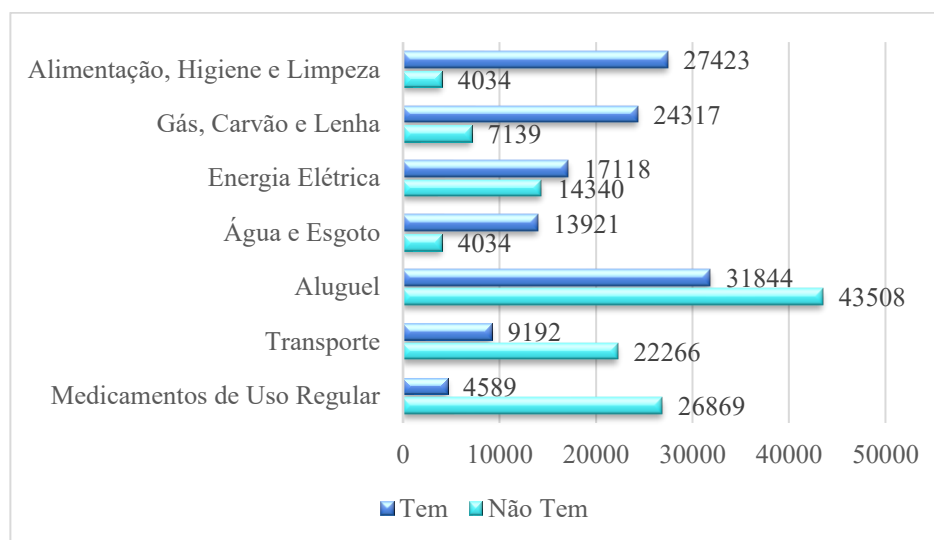
Quando reportamos aos dados sistematizados a partir do CadÚnico do município de Florianópolis percebemos como a ausência da política de educação, a despeito de ser entendida, por vezes, como “redentora” da pobreza, contribui para a reprodução das condições precárias de vida e de trabalho da população também usuária da política de assistência social.

Avançando um pouco mais em nossas análises sobre os dados sistematizados a partir da base aqui utilizada, precisamos destacar ainda alguns aspectos relacionados às despesas mensais das famílias cadastradas no CadÚnico do município de Florianópolis.

Neste quesito identificamos que 31.844 pessoas responderam que têm despesas com “aluguel”, 27.423 com “alimentação, higiene e material de limpeza, 24.317 com gás, carvão e lenha, 17.118 com energia elétrica, 13.921 com água e esgoto, 9.192 com transporte e 4.589

com medicamentos de uso contínuo. Todos estes dados são apresentados no gráfico a seguir exposto. Vejamos:

Gráfico 28 – Necessidades que configuram despesas para as pessoas que compõem as famílias cadastradas no Cadúnico



Fonte: Base de Dados do Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

De acordo com o IBGE/POF 2017-2018 (2019, p.43)<sup>113</sup>, referente à distribuição da despesa de consumo monetária e não monetária média mensal familiar, por tipos de despesa de consumo, segundo a situação do domicílio na região Sul, no período 2017-2018, “[...] observa-se que as despesas com alimentação, habitação e transporte corresponderam a 72,2% da despesa de consumo média mensal das famílias brasileiras, o que representava 58,4% da despesa total”.

O DIEESE<sup>114</sup> em janeiro de 2020 apresentou a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos em 17 capitais brasileiras, para dezembro de 2019, e em Florianópolis o valor da cesta ficou em R\$ 511,70, representando 55,73% do salário mínimo líquido vigente à época (R\$ 998,00). Tal estudo mostrou que seriam necessárias 112h e 48min de tempo de trabalho mensal do(a) trabalhador(a) para que o direito à alimentação básica fosse assegurado. A despesa com habitação, como foi discutido no início dessa seção, implica numa porcentagem maior da renda mensal decorrente do alto preço do aluguel dos imóveis, chegando a comprometer quase a totalidade da renda da família inscrita no Cadúnico. Este e outros aspectos serão problematizados na sequência do presente trabalho.

<sup>113</sup> IBGE - Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: primeiros resultados / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 69 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>. Acesso em: 29 maio 2021.

<sup>114</sup> DIEESE. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2019/201912cestabasica.pdf>. Acesso em 20 jun. 2021.



### 4.3.3 Da renda familiar e das condições de trabalho dos(as) usuários(as) inscritos(as) no Cadúnico no município de Florianópolis

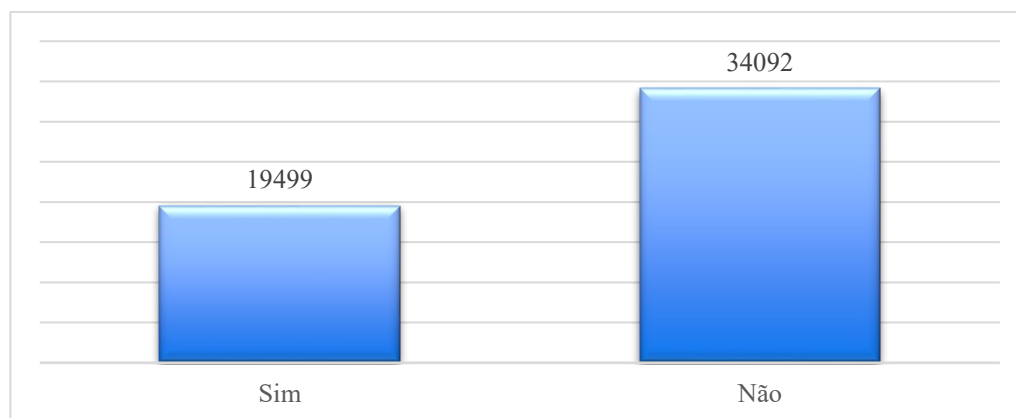
Com base nos dados constantes da nossa fonte de pesquisa identificamos que 19.499 pessoas que constituíam o segmento da população economicamente ativa responderam que haviam trabalhado na semana anterior a da realização do cadastro. Por outro lado, a maioria - ou seja, 34.092 ou seja, 64% dessa população economicamente ativa - respondeu que não trabalhou na semana imediatamente anterior ao cadastro.

Em Florianópolis, de acordo com Heinem, (2021, p. 5), o número de ocupados era de 264 mil e o de desocupados era 25 mil no terceiro trimestre de 2019. Pelos dados oficiais do Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (CAGED), portanto, temos uma divergência de 9.092, haja vista que na base do Cadúnico teríamos um número superior de desocupados. Uma das explicações para esta divergência, na nossa avaliação, é o fato de haver uma grande mobilidade entre ocupação e desocupação num curto espaço de tempo entre os(as) trabalhadores(as) usuários(as) da política de assistência social e que pode não ter sido captada nos levantamentos do CAGED. No que se refere ao Cadúnico é bom lembrar que estamos trabalhando com informações referentes a 31 de dezembro de 2019. Além disso, é preciso considerar que em relação à Base de Dados do Cadúnico/CEF as informações nela constantes se referem às inscrições válidas, mas existe a obrigatoriedade de atualização sempre que um dado informado pela família for alterado. No entanto, no cruzamento de dados que a CEF realiza, somente é possível ter a informação dos que tem carteira de trabalho assinada<sup>115</sup>. Não obstante os esclarecimentos sobre as divergências entre as fontes de dados, fica evidente a relação entre trabalho e assistência social, conforme problematização realizada na seção anterior. No gráfico que segue os dados aqui mencionados são apresentados:

Gráfico 29 – Realização ou não de atividade laboral na semana que antecedeu a do preenchimento do Cadúnico

---

<sup>115</sup> Estas informações são cruzadas com as do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), ambos do antigo Ministério do Trabalho e Emprego, hoje Secretaria de Trabalho que integra o Ministério da Economia. Contudo, este cruzamento não é feito exatamente no mesmo tempo, o que explica esta divergência dos números. Além disso, podemos pensar nas estratégias de sobrevivência dos(as) usuários(as) que informam determinada condição avaliando que ela seja viabilizadora do acesso a determinados recursos institucionais. Aqui, não se trata de uma avaliação de natureza moral, mas de levantamento de uma hipótese bastante plausível em face dos óbices criados pela burocracia estatal com vistas a restringir o acesso de usuários(as) a recursos públicos, de modo a focalizar as ações naqueles segmentos mais empobrecidos da população.



Fonte: Base de Dados do Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

Dos que responderam que trabalharam na semana anterior ao preenchimento do Cadúnico, referente ao trabalho principal, o “trabalhador por conta própria” representou o segmento com maior número de pessoas. De acordo com os dados cerca de 9.842 pessoas afirmaram se inserir no mercado de trabalho nesta condição. O segundo maior grupo é o do “empregado com carteira de trabalho assinada”, sendo que 8.724 pessoas se identificaram nesta condição. Somados são 18.566 pessoas e significam 95% do total de pessoas que se declararam empregadas (19.499 pessoas).

Levando em conta os dados problematizados na seção anterior sobre a escolarização dos(as) usuários(as), podemos dizer que os chamados “trabalhadores por conta própria” – que correspondem a 50% do total de pessoas economicamente ativas inscritas no Cadúnico – constituem um segmento bastante precarizando e informal. Esse dado converge com os dados divulgados pelos órgãos oficiais que mostram que atualmente, no Brasil, o número de trabalhadores(as) informais supera o de formais. Em 2019 os(as) trabalhadores informais correspondem a cerca de 41,6% do total de trabalhadores(as) brasileiros, segundo dados do IBGE analisados pelo DIEESE<sup>116</sup>.

A despeito destas considerações, algumas observações em relação ao preenchimento do formulário do Cadúnico são necessárias, pois não é possível saber quantos do grupo “trabalhador por conta própria (“bico”, autônomo)” realizaram trabalho doméstico. Apesar de constar no “Manual do entrevistador do Cadúnico (2017, p. 100) a definição

‘Para a pessoa que trabalhou explorando seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado, ainda que contando com ajuda de um trabalhador não remunerado. São exemplos de trabalhador por conta própria taxistas, camelôs, manicures em domicílio. Também se encontram nessa categoria os trabalhos eventuais, ou seja, aquelas pessoas que prestam serviço, em caráter esporádico, para exercer uma tarefa específica em uma ou mais empresas/pessoas (encanadores,

<sup>116</sup> Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/economia/2020/11/o-trabalho-informal-compromete-a-economia/>. Acesso em: 7 jul. 2021.

eletricistas, pedreiros) e agricultores familiares, em que a própria família trabalha na produção.

O “Bico” normalmente é relacionado aos serviços prestados de forma esporádica, sem registro em carteira e em residências particulares, como faxina, jardinagem, pequenos reparos na construção etc. E o(a) trabalhador(a) no momento da entrevista para preenchimento do Cadúnico pode responder que é “autônomo”, por associar a falta do vínculo empregatício formal quando realiza, por exemplo, uma faxina por dia, e se considera “diarista”. O destaque a essa questão conceitual se deve também ao fato de não ser possível realizar a relação do trabalho doméstico com a predominância do RF ser mulher, dentre as inscritas no Cadúnico. Estas questões têm sido objeto de pesquisas que investigam a relação de gênero e o trabalho doméstico no capitalismo e têm contribuído para entender os efeitos perversos do patriarcado, do racismo na condição de vida dessas trabalhadoras chefes de família. Ao abordar esta questão Safiotti (1979) argumenta que o trabalho doméstico, seja ele gratuito ou remunerado

[...] o serviço doméstico constitui sempre tarefa feminina. É verdade que sob o capitalismo periférico a liberação de certos contingentes femininos dos trabalhos domésticos faz-se às expensas do sacrifício de outras mulheres, ou sejam, as empregadas domésticas. Trata-se de maneiras diferentes de realização histórica da sociedade de classes. O que permanece constante, independente do grau de desenvolvimento do capitalismo, é a injusta divisão do trabalho, segundo o sexo, que destina aos homens a esfera pública da economia e às mulheres o mundo restrito da família e da residência (SAFIOTTI, 1979, p.44-45).

Em relação aos que responderam ter trabalhado na semana anterior ao preenchimento do Cadúnico, o segundo grupo mais significativo foi o do “empregado com carteira assinada”, isto é, com direito às férias, FGTS, 13º salário, seguro desemprego, aviso prévio, auxílio doença, salário-maternidade, PIS entre outros direitos trabalhistas. Em tese, estes trabalhadores(as) estariam sob a égide do trabalho protegido e, portanto, capaz de lhes assegurar a reprodução da vida pela venda da sua força de trabalho. No entanto, como se vê pelos dados apresentados, estes também necessitam dos serviços e benefícios da política de assistência social. O trabalhador formal com direitos inscritos na CLT, no entanto, sem condições de garantir a própria reprodução e muito menos de sua família, materializa um aspecto da superexploração, enquanto categoria definidora do capitalismo dependente, visto na seção anterior. Sua remuneração abaixo do valor impõe a eles inúmeras restrições em relação à sua manutenção individual e/ou familiar, impondo-lhe a busca por recursos suplementares ao salário.

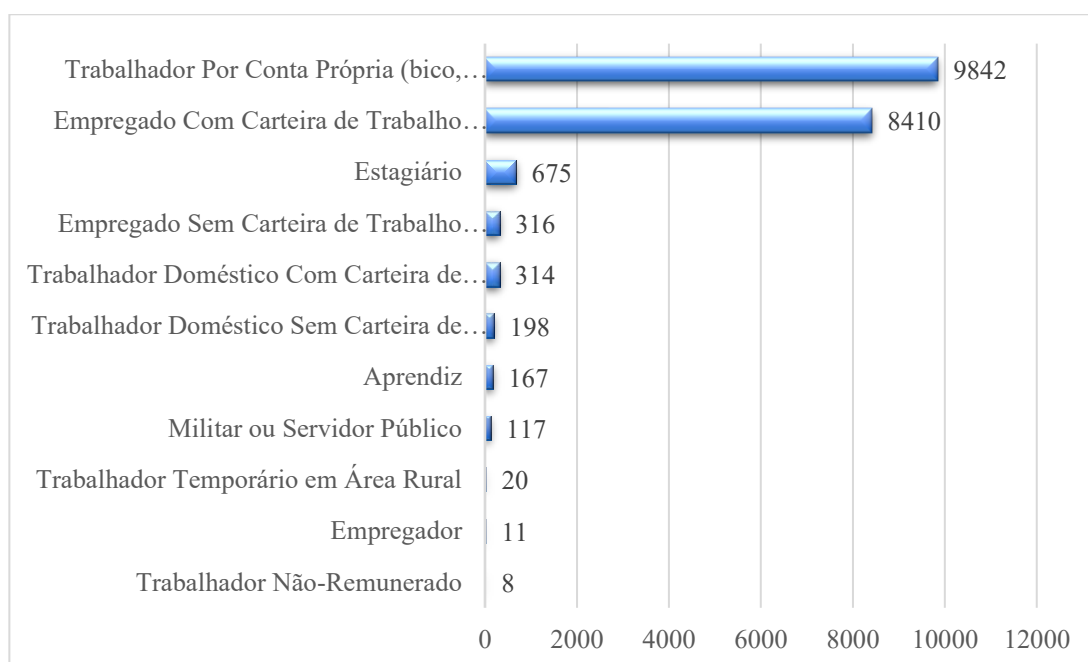
Aparentemente, Florianópolis aparece como uma das melhores cidades para viver, no entanto, as relações sociais inerentes à sociabilidade capitalista, mesmo camufladas, estão operando no cotidiano,

Ainda que a renda média do município seja mais elevada do que a estadual, e muito acima da nacional, a dinâmica da crise trouxe grandes perdas na base da pirâmide de rendimentos. A faixa salarial que mais cresceu ao longo de todo o período no município foi a dos trabalhadores que recebem até meio salário mínimo. Em 2019, essa faixa já abrangia mais de 4 mil pessoas. No mesmo ano, a remuneração de 33 mil florianopolitanos não passou de um salário mínimo, ou seja, menos de mil reais. Com efeito, o índice de Gini dos rendimentos do trabalho em Florianópolis cresceu em ritmo acelerado a partir de 2017, indicando uma forte tendência de aumento da desigualdade de renda no município. (HEINEM, 2020, p.17-18)

Neste sentido podemos dizer que mesmo na chamada “Ilha da Magia” os processos de precarização das condições de vida e de trabalho operam na realidade e se materializam na pauperização dos(as) trabalhadores(as) e repercutem no conteúdo e na estruturação dos serviços sociais, dentre os quais aqueles constitutivos da política de assistência social.

No gráfico que segue outros dados sobre os vínculos de trabalho em relação às atividades laborais declaradas pelos(as) usuários(as) no momento do preenchimento do Cadúnico. Vejamos:

Gráfico 30 – Tipo de vínculo contratual entre os(as) inscritos(as) no Cadúnico que declararam ter trabalhado na semana anterior ao cadastramento



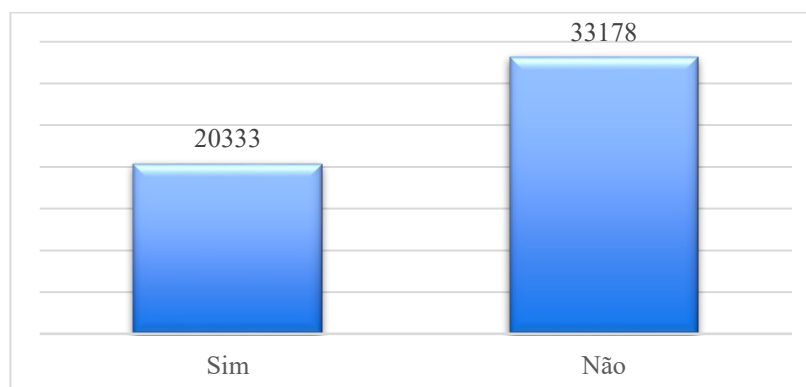
Fonte: Base de Dados do Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

Se considerarmos além dos(as) que declararam trabalhadores(as) por conta própria (9.842), os(as) empregados(as) sem carteira de trabalho assinada (316), os(as) trabalhadores(as) domésticos sem carteira de trabalho assinada (198) e os(as) trabalhadores(as) não remunerados (8), teríamos um total de 10.364. Este total representaria 51,6% do número usado como parâmetro no último gráfico apresentado (20.078), corroborando sobre o que afirmávamos

anteriormente sobre a convergência com os dados divulgados pelo IBGE sobre a superação dos índices de informalidade aos de formalidade do trabalho no Brasil.

De acordo com a Base de Dados do Cadúnico/CEF, 53.511 pessoas responderam à pergunta, “no mês passado recebeu remuneração de trabalho”. Desse total, menos da metade, ou seja, 20.333 pessoas, respondeu que sim. Vejamos:

Gráfico 31 – Recebimento ou não de remuneração de trabalho no mês anterior à inscrição no Cadúnico

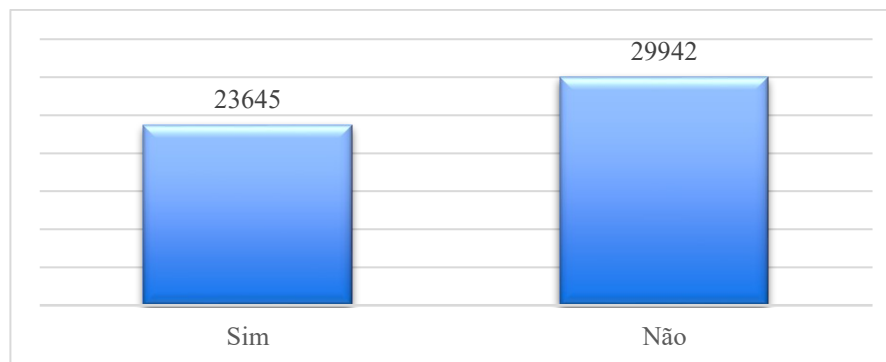


Fonte: Base de Dados do Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

Portanto, a partir da base de dados, temos que cerca de 38% das pessoas inscritas no Cadúnico não haviam recebido remuneração no mês anterior ao do cadastramento, o que certamente mobiliza os(as) trabalhadores a buscarem formas de garantir sua subsistência.

Além disso, 871 pessoas responderam que receberam seguro-desemprego, 1847 responderam ter outras fontes de remuneração, 3.064 afirmaram receber ajuda/doação regular de terceiro não morador da mesma unidade habitacional, 3.164 disseram receber pensão alimentícia e 6.977 afirmaram receber aposentadoria/rural, pensão ou BPC/LOAS. As pessoas que tiveram trabalho remunerado nos últimos 12 meses totalizaram 23.645, sendo este número também menor do que o daquelas que não tiveram que totalizou 29.942. No gráfico que segue estas informações podem ser melhor visualizadas:

Gráfico 32 – Realização de trabalho remunerado nos últimos 12 meses, considerando a data da inscrição no Cadúnico



Fonte: Base de Dados do Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

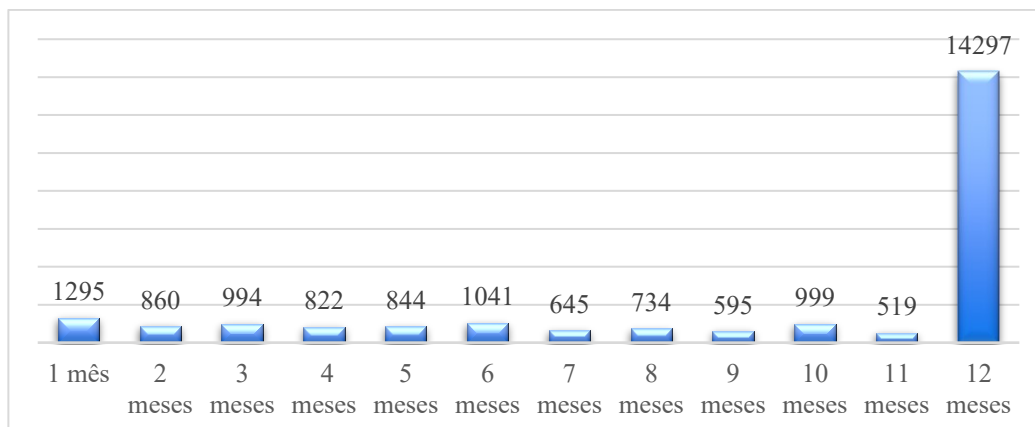
O significativo contingente de usuários(as) que não desenvolveram atividade laboral remunerada nos 12 meses que antecederam a inscrição no Cadúnico provavelmente os coloca no contingente de trabalhadores considerados desalentados que, segundo definição usada na PNAD, diz respeito àquelas pessoas que embora quisessem vender sua força de trabalho deixaram de procurar emprego porque sabiam que não iriam encontrar uma vaga. No Brasil, de acordo com dados do IBGE, no primeiro trimestre de 2021 o número de trabalhadores(as) nesta condição era de 6 milhões de pessoas, o que revela uma das facetas da subutilização da força de trabalho<sup>117</sup>. Em 2019, tomando como parâmetro o primeiro trimestre do ano, o contingente de desalentados era de 4,8 milhões de pessoas. Isso já configurava um crescimento de 5,6% do verificado no mesmo período do ano de 2018<sup>118</sup>. Consta-se que este fenômeno está em crescimento nos últimos anos e se verifica essencialmente entre aqueles segmentos da população mais empobrecidos e com menor qualificação, como é o caso dos(as) usuários(as) da política de assistência social na realidade pesquisada.

Das 23.645 pessoas que tiveram trabalho remunerado nos últimos 12 meses, constatou-se que 14.297 pessoas trabalharam o ano todo. Das 9.348 pessoas que não trabalharam nos últimos 12 meses, 1.295 pessoas trabalharam apenas 1 mês, 860 pessoas trabalharam 2 meses, 994 pessoas trabalharam 3 meses, 822 pessoas trabalharam 4 meses, 844 pessoas trabalharam 5 meses, 1.041 pessoas trabalharam 6 meses, 645 pessoas trabalharam 7 meses, 734 pessoas trabalharam 8 meses, 595 pessoas trabalharam 9 meses, 999 pessoas trabalharam 10 meses e 519 pessoas trabalharam 11 meses. Vejamos estes números no gráfico que segue:

Gráfico 33 – Tempo de trabalho nos últimos 12 meses, considerando a data de inscrição no Cadúnico

<sup>117</sup> Dados disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 7 jul. 2021.

<sup>118</sup> Dados disponíveis em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24486-pnad-continua-trimestral-desocupacao-cresce-em-14-das-27-ufs-no-1-trimestre-de-2019>. Acesso em: 7 jul. 2021.

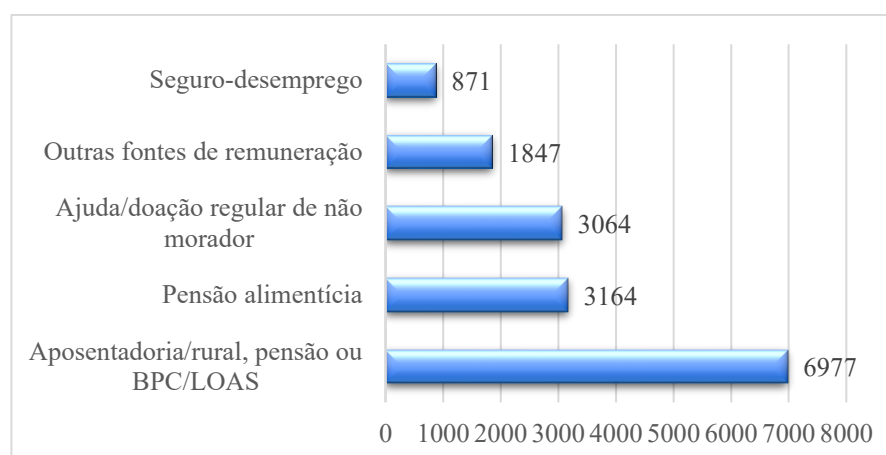


Fonte: Base de Dados do Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

Denota-se que 60% das pessoas inscritas no Cadúnico e que trabalharam nos últimos 12 meses que antecederam ao cadastramento trabalharam o ano todo. É significativo o percentual de pessoas que trabalharam até 3 meses no mesmo período, o que apresentou 13,3%.

Ao serem questionadas sobre a fonte de renda mensal normalmente percebida os(as) usuários(as) inscritos no Cadúnico, os dados evidenciam a seguinte situação:

Gráfico 34 – Fonte da renda mensal normalmente percebida pelos(as) usuários inscritos no Cadúnico



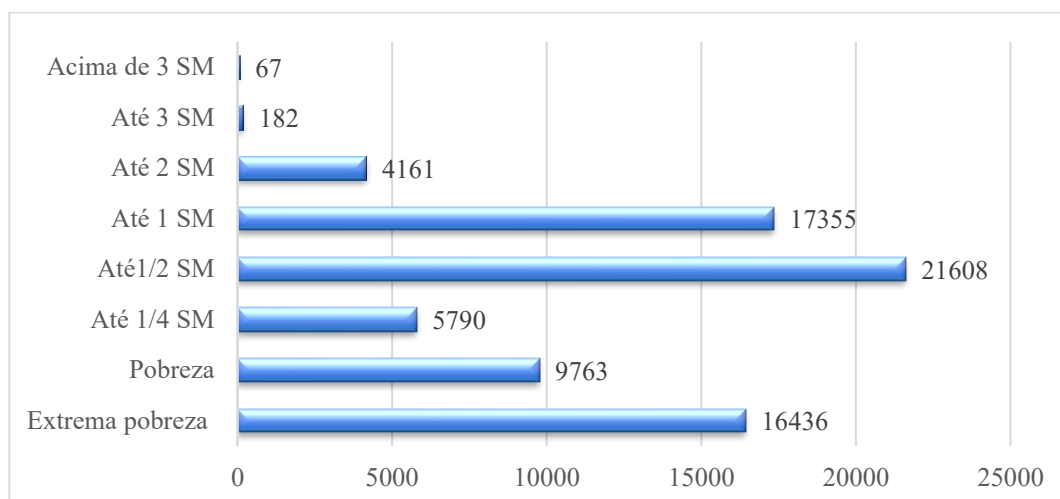
Fonte: Base de Dados do Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

Os dados mostram que do total de 15.923 pessoas que declararam ter alguma renda mensal, está majoritariamente é percebida em virtude de aposentadoria ou pensão, ou, ainda, do BPC. Aproximadamente 44% dos(as) usuários(as) inscritos afirmaram que a renda tinha esta fonte. Chama a atenção também o percentual de 19% de pessoas inscritas no Cadúnico que afirmaram receber ajuda financeira de terceiros não coabitantes.

A maioria das pessoas inscritas no Cadúnico, isto é, 94% das 75.362 inscritas no Cadúnico (totalizando 70.952 pessoas) afirmaram ter renda média familiar de até 1 salário mínimo ou R\$ 998,00 (considerando o valor nominal do salário mínimo à época da inscrição).

Considerando a condição de extrema pobreza, cuja renda média familiar levada em conta é aquela de até R\$ 89,00, identificamos cerca de 16.436 pessoas. E, considerando a linha da pobreza, cujo parâmetro de renda média familiar é de até R\$ 178,00, identificamos cerca de 9.763 pessoas. No gráfico que segue são apresentados os dados referentes a renda média mensal familiar:

Gráfico 35 - Valor da renda média familiar das pessoas cadastradas no Cadúnico no município de Florianópolis



Fonte: Base de Dados Cadúnico/CEF referente ao município de Florianópolis.

As situações de emprego, desemprego, ocupação, inatividade, desalento, são inconstantes e variam de tempos em tempos. O prolongamento dessa situação incerta e precária é decorrente de uma multiplicidade de fatores, mas tem um caráter estrutural que não podemos deixar de considerar. O ponto de partida para a compreensão da contínua produção de uma população que fica à disposição do capital só pode ser aquele localizado na Lei Geral de Acumulação Capitalista. Os trabalhadores que constituem a superpopulação relativa na sua forma líquida ou fluente, (população ocupada que cresce com a indústria), latente, (população rural que se transfere para a cidade, movimentos migratórios), e estagnada (constitui parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular e caracterizada como “máximo do tempo de serviço e mínimo de salário”) estão todos ilustrados nessa pequena amostra. Dito de outro modo, entendemos que a reprodução ideal das condições reais de vida e de trabalho dos(as) usuários(as) inscritos no Cadúnico no município de Florianópolis indicam, sim, que se trata de um segmento da classe trabalhadora que integra esta superpopulação relativa. Em sendo assim, são trabalhadores que se submetem a qualquer tipo de trabalho precário (sujo, perigoso, pesado), geralmente sem direitos trabalhistas e que aceitam qualquer oferta de contraprestação, empurrando a média dos salários para baixo. Recuperando, aqui, os argumentos de Marx, (1985, p.206) conforme visto na seção 2.2, “[...] A superpopulação existe



em todos os matizes possíveis. Todo trabalhador faz parte dela durante o tempo em que está desocupado parcial ou inteiramente [...].”

Aprofundar os estudos que revelem quem são estes homens e mulheres reais e suas condições também reais de vida e de trabalho é essencial para que os profissionais de serviço social possam orientar sua atuação cotidiana – nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais - na criação de processos que possam potencializar, não só o acesso às políticas sociais, mas também a organização política da classe na perspectiva de evidenciar as contradições próprias da ordem regida pelo capital.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aproximação da realidade social com o objetivo de compreendê-la, não é tarefa das mais simples. A manifestação dos fatos sociais na sua forma imediata, na aparência, nos demonstrou que faltava com a verdade, obscurecia, iludia e ocultava. Em vista disso, buscar as razões que determinam o fato social ser o que é e quais as mediações que o conformam, quais as contradições que o constituem, tornou-se o caminho. E esse caminho adotado é o método.

Caminhar para desvelar a realidade social através de dados concretos, sendo assim, a análise do Relatório do Desenvolvimento Humano com os índices de desenvolvimento IDH e de desigualdade GINI através da elaboração de tabelas comparativas com os 10 países com maior e menor IDH e maior e menor coeficiente de GINI entre os 189 países do mundo e entre os 20 países da América Latina nos mostrou que aparentemente o fato de um país ter alto índice de IDH não significa que este indicador tenha efeitos perceptíveis na redução da pobreza. Na tradição marxista, é denominada de pobreza relativa, que significa que a pauperização pode ocorrer, mesmo quando as condições de vida dos trabalhadores melhoram. Conforme Netto (2007, p. 143) essa pobreza se “caracteriza pela redução da parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas”. Decorrem da essência exploradora da ordem do capital, ou seja, a pobreza é produzida na mesma intensidade em que se produz riqueza, e que ela não é produto de “penúria generalizada”, mas de uma “contínua produção de riquezas”, portanto, a satisfação universal das necessidades humanas e consequentemente a eliminação da pobreza, somente será realizada em outro modo de produção e reprodução da vida.

Dando prosseguimento às reflexões nessa direção, discutimos as necessidades humano sociais a partir da perspectiva marxiana, ou “a riqueza das necessidades” visto que a necessidade é a razão pela qual o homem depende do outro, assim, o ser é essencialmente relacional, no entanto nas relações capitalistas, “o trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua *essência*, apenas um meio para a sua *existência*” (FRAGA, 2006, p. 191). Na seção secundária 2.2 As necessidades humano sociais na sociedade de classes, apresentamos a sociedade de classes pela perspectiva da Lei Geral de Acumulação Capitalista, a lei tendencial nos permitiu compreender os processos de exploração a que está submetida a classe trabalhadora, mas também a sua consequente “não satisfação” das necessidades humano sociais, pois, esta é a lógica que se impõe como condição para a acumulação de capital. Na seção secundária 2.3 apresentamos os debates contemporâneos sobre as necessidades humano

sociais, a contribuição dos autores referenciados, Pereira (2002) e Doyal e Gough (1991), na elaboração de conceitos como “necessidades básicas”, “necessidades mínimas”, “satisfatores” e “saúde física e autonomia” como necessidade universal, e que servem de instrumento para justificar expansão dos direitos sociais. Ao mesmo tempo servindo de referência para políticas de satisfação de necessidades, sempre compondo o mínimo e se aproximando da sobrevivência biológica. Muito além dessa contribuição, é a dupla constatação, primeiro como contradição insanável no contexto do desenvolvimento das capacidades produtivas alcançadas pela humanidade, pois “uma ordem social que, tendo alcançado a possibilidade de criar riquezas capazes de satisfazer as necessidades de todos, vê-se impossibilitada de atender essa exigência”. E, essa contradição evidencia a segunda constatação, que é a “decadência desta forma de sociabilidade” (TONET, 2002, p.2).

Na seção 3 Capitalismo dependente periférico e as respostas às necessidades humano sociais no Brasil, tentamos compreender as mediações existentes entre o Estado, as classes sociais e a construção de políticas públicas para a satisfação de necessidades humanas. Qual o nexos existente entre Estado, classes sociais e necessidades humanas. Na seção secundária 3.1 A reprodução das relações de dependência: as contribuições da Teoria Marxista da Dependência, possibilitou entender a especificidade da relação entre o centro e a periferia do capitalismo. No caso, a relação de dependência dos países periféricos da América Latina. A categoria “superexploração” formulada por Marini, permitiu entender as consequências nas condições de vida da população trabalhadora e nas respostas que os países de capitalismo periférico dependente determinam para a satisfação das necessidades da classe trabalhadora. Na seção secundária 3.2 O Estado e a luta de classes e as particularidades das economias periféricas e do Brasil, através da análise de Jaime Osório (2012 apud Da Silva, 2019) da política econômica e da análise de Faleiros (1991) da política social, pudemos concluir que o Estado teve centralidade na América Latina de promover o desenvolvimento do capitalismo na região.

Durante a primeira revolução industrial na Inglaterra, conforme visto na seção 2, Necessidades humano sociais e sociedade de classes, vimos que o crescimento do capital exerce um papel preponderante sobre o destino da classe trabalhadora. Vimos também onde nasceu, como se desenvolveu e porque a ideologia liberal, constructo que justifica a exploração de classe e sustenta o status quo, avançou até os dias atuais, influenciando a configuração e condução do Estado. A relação de produção e reprodução capitalista está ancorada na teoria do valor, que por sua vez é sustentada pela exploração do trabalho, pelo complexo jurídico e pelo complexo ideológico. Posto isto, temos que esclarecer que o alvo, o inimigo a ser eliminado,

para alcançar a emancipação humana, não é o ideário neoliberal, e sim a sociedade de classes antagônicas. Apesar do exposto, para compreender as políticas sociais do Estado capitalista, ou as modalidades de proteção social para satisfação das necessidades humano sociais, não podemos prescindir do conhecimento da gênese e desenvolvimento dos conceitos e teorias conflitantes que a legitimam, para poder contrapô-la. Esse foi o objetivo da seção secundária 3.3 O Estado e as programáticas neoliberais.

Na seção 3.4 A (des) proteção social no Brasil no contexto dos avanços neoliberais, foi apresentado um quadro sintético das principais ações dos governos brasileiros relacionados à proteção social para satisfação das necessidades da classe trabalhadora e teve o objetivo de trazer à reflexão o fato de que, a despeito das diferentes forças políticas que caracterizaram os sucessivos governos no Brasil, todos, de modo mais ou menos intenso, com mais parcimônia ou com maior rapidez, orientaram suas ações sob a égide dos princípios e diretrizes constitutivos da programática neoliberal e as consequências para as condições de vida da classe trabalhadora.

Por conseguinte, na seção 4 foi realizada uma exposição das condições de vida de uma parcela da classe trabalhadora, que só tem aumentado e que constituem o que Marx denominou de exército industrial de reserva. Esta análise foi construída a partir de uma realidade concreta, considerando as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores usuários inscritos no Cadúnico para programas sociais da política de assistência social do município de Florianópolis. A condução da análise foi realizada à luz das categorias teóricas até aqui problematizadas, a partir de uma perspectiva de totalidade, de modo a identificar as recíprocas relações entre o singular, o particular e o universal, dimensões constitutivas da realidade. Antes, porém, na seção secundária 4.1 foi realizada uma breve análise sobre a política de assistência social a partir da década de 90, da superação de algumas características históricas como a morosidade e da regulamentação tardia após a CRFB/88, (BOSCHETTI, 2011), do “mito” ou “fetiche” da assistência social (MOTA, 2010) e das implicações da expansão do SUAS no Brasil na contramão do movimento de privatização da proteção social no mundo após a crise de 1970. E, na seção secundária 4.2 Um recorte na realidade: a política de assistência social em Florianópolis/SC, foi realizada uma síntese do processo de implementação e das condições éticas e técnicas de trabalho nas unidades públicas instaladas, por entendermos que o estudo sobre as condições de vida e de trabalho dos usuários da política, não pode e nem deve desconsiderar as condições objetivas de sua operacionalização, sempre construídas no solo próprio dos embates e conflitos de classes. Portanto, as determinações mais gerais da forma social capitalista atravessam a dinâmica e estrutura dos serviços públicos ofertados no âmbito

do Estado e, ao mesmo tempo, apontam a natureza e os limites das respostas às necessidades apresentadas pelos trabalhadores em face dos processos de precarização da vida.

A exposição sobre o perfil e as condições de vida e trabalho dos trabalhadores usuários da política de Assistência Social de Florianópolis foi realizada com as informações constantes na Base de dados do Cadastro Único (Cadúnico) para Programas Sociais do Governo Federal, cedido pela Caixa Econômica Federal (CEF), até o dia 31 de dezembro de 2019. Em sendo assim, foram trazidos alguns elementos históricos, estruturais e definições desse instrumento, para auxiliar na compreensão da forma que essas informações são coletadas e assim poder explicar algumas divergências encontradas. Após essa pequena introdução, apresentamos as condições da reprodução social dos(as) trabalhadores(as) reveladas pelo Cadúnico, em três seções terciárias: 4.3.1 Das condições de moradia, saneamento e infraestrutura dos(as) usuários(as) inscritos(as) no Cadúnico no município de Florianópolis, 4.3.2 Do perfil das famílias inscritas no Cadúnico no município de Florianópolis e suas condições de subsistência e 4.3.3 Da renda familiar e das condições de trabalho dos(as) usuários(as) inscritos(as) no Cadúnico no município de Florianópolis.

Partimos da suspeita que as condições de vida dos trabalhadores inscritos no cadastro único para programas sociais poderiam fornecer pressupostos da concretude do movimento da lei geral de acumulação capitalista e que esse percurso investigativo poderia desocultar as determinações da existência das desigualdades e favorecer sua desmistificação. Conforme dissemos na introdução, o problema que suscitou este estudo foi a falsa consciência da vida cotidiana desses trabalhadores. Para os profissionais que atuam na política de assistência social, realizar o trabalho tendo como base o projeto ético político, e desta forma contribuir com a construção de consciência crítica junto aos trabalhadores aos quais prestam serviço, esse deciframento é fundamental. Esperamos que este estudo possa tensionar nessa direção.

Ao explorarmos as informações constantes na base de dados do Cadúnico, pudemos verificar as representações das contradições do sistema como um todo, nas necessidades humano sociais mais elementares e não satisfeitas desses trabalhadores, em outras palavras na persistência de privações, muitas vezes extremas, como o acesso à água, à energia elétrica, ao alimento, à moradia. Vimos que a questão urbana, a produção do espaço urbano é necessária para a valorização do valor. Ou como diz Lefebvre (2008, p.137), “[...] O duplo processo de industrialização e de urbanização perde todo seu sentido se não se concebe a sociedade urbana como objetivo e finalidade da industrialização [...]”. Vimos na exposição do perfil dos(as) trabalhadores(as) que a desigualdade é necessária para a manutenção do sistema capitalista.

Vimos também que as condições de renda e trabalho demonstraram que o trabalhador existe para as necessidades de valorização dos valores já criados, e que a recíproca não é verdadeira.

Aparentemente, Florianópolis aparece como uma das melhores cidades para viver, no entanto, as relações sociais inerentes à sociabilidade capitalista, mesmo camufladas, estão operando no cotidiano. Neste sentido, podemos dizer que mesmo na chamada “Ilha da Magia” os processos de precarização das condições de vida e de trabalho atuam na realidade e se materializam na pauperização dos(as) trabalhadores(as) e repercutem no conteúdo e na estruturação dos serviços sociais, dentre os quais aqueles constitutivos da política de assistência social. Nossa pesquisa é referente ao período anterior à crise sanitária, da pandemia da COVID 19, que apenas acelerou o processo de pauperização da classe trabalhadora que estava em movimento, desde os primórdios da acumulação capitalista. Isso significa dizer que existe a necessidade de expansão da política de assistência social decorrente da permanente retirada dos direitos do(a) trabalhador(a). Entretanto, a tendência de glorificação da “solidariedade” como resposta às necessidades humano sociais não satisfeitas, indica que essa expansão se baseia na materialização da Matriz Residual, especificamente da Teoria da Convergência, cujo tipo ideal de proteção social é aquele com características mistas, ou seja, provisão mínima estatal associada a caridade e a proteção privada. Portanto, a defesa da política de assistência social como política de Estado, não pode prescindir do reconhecimento de sua participação na acumulação ampliada do capital, pois, não tendo ilusões, é possível avançar no que realmente contribuirá para a mudança, o empenho na construção de uma consciência crítica.

Aprofundar os estudos que revelem quem são estes homens e mulheres reais e suas condições também reais de vida e de trabalho é essencial para que os profissionais de serviço social possam orientar sua atuação cotidiana – nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais - na criação de processos que possam potencializar, não só o acesso às políticas sociais, mas também a organização política da classe na perspectiva de evidenciar as contradições próprias da ordem regida pelo capital.

## 6. REFERÊNCIAS

- ABREU, Marina Maciel e GUIMARÃES, Lucilene F. C. O Serviço Social na área da Assistência Social: sobre a expansão do trabalho do assistente social a partir do SUAS. **Revista Políticas Públicas**. São Luís – MA. Número Especial. p.163-170. Outubro de 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3211/321131651015.pdf> . Acesso em: 05.set. 2018.
- ABREU, Míriam Santini de. Ocupações da região de Florianópolis unidas na luta por moradia. **DESACATO.INFO**. 26 jun. 2018. Disponível em: <http://desacato.info/ocupacoes-da-regiao-de-florianopolis-unidas-na-luta-por-moradia/> . Acesso em: 17 set. 2019.
- ANDERSON, Perry. **Entrevista a Lukács**. (Selección y traducción: Josep Sarret). Publicado en El Viejo Topo (Madrid) Original: N. L. R. 1971. Disponível em <http://www.omegalfa.es>. Acesso em: 19 março 2015.
- ANDRADE, Eli Iôla Gurgel. Estado e Previdência no Brasil: uma breve história. In: MARQUES, Rosa Maria *et al.* A Previdência Social no Brasil. **Coleção Cadernos da Fundação Perseu Abramo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ANDRADE, Eli Iôla Gurgel. **(Des)equilíbrio da previdência social brasileira 1945-1997** (componentes econômico, demográfico e institucional). Tese de Doutorado em Demografia. Minas Gerais: FACE/ UFMG, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. **Introdução**. In: MÉSZÁROS, Istvan. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009, p.9 - p.16. – (Mundo do trabalho)
- ANTUNES, Ricardo. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- APAE BRASIL. Federação Nacional das Apaes. Comunicação. **Sancionada lei que amplia alcance do BPC e cria auxílio-inclusão**. Por Rhayana Quintas. Publicado em 23/06/2021. Disponível em: <https://apaebrazil.org.br/comunicacao/sancionada-lei-que-amplia-alcance-do-bpc-e-cria-auxilio-inclusao> . Acesso em: 24 jun.2021.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. 2020. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 20 dez. 2020.
- BALANÇO GERAL FLORIANÓPOLIS. Cresce número de moradores de rua em Florianópolis. **ND+ VÍDEO**. 10 jan. 2017. Disponível em: <https://ndmais.com.br/videos/balanco-geral-florianopolis/cresce-numero-de-moradores-de-rua-em-florianopolis/>. Acesso em: 17 set. 2019.
- BALANÇO GERAL FLORIANÓPOLIS. ‘Dossiê Floripa’ mostra ocupações irregulares que geram impactos por toda a cidade. **ND+ BG FLORIANÓPOLIS**. 27 mar. 2019. Disponível em: <https://ndmais.com.br/videos/balanco-geral-florianopolis/link-dossie-invaso%CC%83es/>. Acesso em: 20 set. 2019.
- BAGU, Sérgio. **Economia de la sociedade colonial**: ensayo de história comparada de América Latina. Buenos Aires: El Ateneo Editorial, 1949

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas da América Latina. **Cadernos nº 6**. São Paulo: Programa Educativo Dívida Externa (PEDEX), 1995, 3ª Edição.

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história** – 9ª ed. – São Paulo : Cortez, 2011 – ( Biblioteca básica de serviço social; v.2)

BOPPRÉ, Afrânio Tadeu. **EXPANSÃO URBANA EM FLORIANÓPOLIS**: Conflito entre a cidade real e a cidade legal. Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Geografia. Curso de Pós-graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC. 2003. 103 p.

BORGES, C. e ALVES, S. Superlotação, disputa entre 10 facções e mortes assombram sistema prisional de SC. **ND+**. 13/08/2019. Disponível em: <https://ndmais.com.br/reportagem-especial/panela-de-pressao-em-sc-superlotacao-disputa-entre-10-faccoes-e-mortes-assombram-sistema-prisional-do-estado/>. Acesso em: 15 set. 2019.

BOSCHETTI, Ivanete. Tensões e possibilidades da política de assistência social em contexto de crise do capital. **Revista Argumentum**. Vitória, v.8.n.2, p.16-29, maio/ago.2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/12800> . Acesso em: 10 set. 2018.

BOSCHETTI, Ivanete, BEHRING, Elaine R. Seguridade Social no Brasil e perspectivas do governo Lula. (p.9-p.21) **Revista Universidade e Sociedade**, DF, Ano XIII – nº 30 – Junho de 2003

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – MDS. **Relatórios de Informações Sociais**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php> . Acesso em: 02 nov. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – MDS. **Perfil Cadastro Único** – Florianópolis-SC. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/bolsafamilia/painel.html> . Acesso em: 26 out. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO (MDSA) Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc). **MANUAL DO ENTREVISTADOR**. Cadastro Único para Programas Sociais. 4ª edição – 21/02/2017. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro\\_unico/Manual%20do%20Entrevistador%204%20ed%20-%20Livro%20Consolidado%20-%202013042017.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro_unico/Manual%20do%20Entrevistador%204%20ed%20-%20Livro%20Consolidado%20-%202013042017.pdf) . Acesso em: 05 fev. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica** (Ideb). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb> . Acesso em: 5 jan. 2021.

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de Saúde no Brasil. 2005, 24 p. *In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*. MOTA, A.E. (orgs.), 4ª ed. São Paulo : Cortez Editora. Disponível em: <https://www.poderesocial.com.br/site/wp-content/uploads/2017/08/image-1.jpg> . Acesso em: 17 mar. 2021.



BRIGHENTI, Clóvis Antonio. Povos indígenas em Santa Catarina. Artigo. 2012. Textos Digitais. **Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia**. Disponível em: <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/08/povos-indc3adgenas-em-santa-catarina.pdf> . Acesso em: 20 maio 2021.

CAMPOS, Ana Cristina. IBGE: informalidade atinge 41,6% dos trabalhadores no país em 2019. Publicado em 12/11/2020. **Notícia / agência Brasil** – Rio de Janeiro Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2020-11/ibge-informalidade-atinge-416-dos-trabalhadores-no-pais-em-2019> . Acesso em: 20 jun. 2021.

CANELLA, Francisco. Movimentos de sem-teto e representações sociais em Florianópolis. **CARTOGRAFIA NOTURNA. HISTÓRIA ESPACIAL DO POLÍTICO. CONFLITOS SOCIAIS URBANOS**. Disponível em: <http://cartografianoturna.com/artigo/movimentos-de-sem-teto-e-representac%CC%A7oes-sociais-em-florianopolis/>. Acesso em: 20 set. 2019.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. O ATUAL RESGATE CRÍTICO DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p.191-205, jan/abr.2013 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/9TDwhqwZ4nkByxJpFp5VJ3L/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em: 07 jan. 2020.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Dialética do Desenvolvimento Periférico: Dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Revista Economia contemporânea**, Rio de Janeiro 12(2): 247-272, maio/ago.2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rec/v12n2/03.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

CARVALHO, Igor. Moradores de rua são humilhados em Florianópolis: ‘Fora! Não precisamos de mendigos’. **Revista Fórum**. 09 dez. 2013. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/12/proteto-contra-mendigos-florianopolis-praia-canasvieiras.html>. Acesso em: 17 set. 2019.

CASONI, Gabriel. A queda tendencial da taxa de lucro e as crises do capitalismo. **esquerda online**. Teoria. Publicado em: 27/12/2016. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2016/12/27/a-queda-tendencial-da-taxa-de-lucro-e-as-crieses-do-capitalismo/> . Acesso em: 23 out. 2020.

CAVALLINI, Marta e SILVEIRA, Gabriel. Desemprego cai em 6 das 27 unidades da federação no 4º trimestre. **G1 Globo**. Economia. 22 fev. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/02/22/desemprego-cai-em-6-das-27-unidades-da-federacao-no-4o-tri.ghtml> . Acesso em 17 set. 2019.

CHAGAS, Rodrigo, STROPASOLAS, Pedro e BURBURLHAN, Talita. Ocupação Fabiano de Cristo: 28 famílias ocupam terreno em busca de moradia. **MARUIM JORNALISMO**. 14 maio 2018. Disponível em: <https://maruim.org/tag/ocupacao-urbana/>. Acesso em: 20 set. 2019.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Panorama Social da América Latina, 2019. **Resumo executivo** (LC/PUB.2020/1-P), Santiago, 2020. Disponível

em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45090/1/S1900909\\_pt.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45090/1/S1900909_pt.pdf) . Acesso em: 30 dez.2020.

CICCARINO, Irene Dobarrio Machado; BORGES, Allan; VIVEIROS, Daniely Silva de. Um estudo sobre o empreendedorismo incentivado por políticas públicas de assistência social no município do Rio de Janeiro. **Cadernos de Gestão e Empreendedorismo**, v. 6, n.º 1, jan./abr., 2018, p. 15-29

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO – CIMI. Notícias, Chapecó – SC, 08/02/2021. **Nota do CIMI Regional Sul: casa de passagem indígena em Florianópolis exige medidas urgentes para garantir respeito, dignidade e saúde.** Disponível em: <https://cimi.org.br/2021/02/nota-cimi-regional-sul-casa-passagem-indigena-florianopolis-exige-medidas-urgentes-respeito-dignidade-saude/> . Acesso em: 08 jun.2021.

DA SILVA, Maicon Claudio. **O Estado em seu labirinto: a particularidade do Estado na América Latina.** Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social. 2019.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **O trabalho doméstico no Brasil.** Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/trabalhoDomestico.html> . Acesso em: 11 maio 2021.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. Custo da cesta básica aumenta em nove e diminui em outras nove capitais. **Nota à imprensa.** São Paulo, 6 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2019/201901cestabasica.pdf> . Acesso em 20 jun.2021.

DC. Florianópolis é a segunda melhor capital para se viver no país. **NSC TOTAL.** 24 abr. 2017. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/estilo-de-vida/noticia/2017/04/florianopolis-a-a-segunda-melhor-capital-para-se-viver-no-pais-9779281.html> . Acesso em: 9 abr. 2019.

DICIO. **Dicionário online de português.** Disponível em: <<<https://www.dicio.com.br/aurelio-2/> . Acesso em: 15 de nov. de 2020.

DOYAL, Len, GOUGH Ian. *A theory of human need.* London, MacMillan, 1991.

DOYAL, Len, GOUGH Ian. O direito à satisfação das necessidades. “Human Liberation and the Right to Need-Satisfaction”. Tradução de Álvaro de Vita. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política.** nº 33. São Paulo, aug. 1994. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451994000200008&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451994000200008&lng=pt&tlng=pt) . Acesso em: fev. 2019.

DRAIBE, Sônia Miriam. O sistema brasileiro de proteção social: o legado desenvolvimentista e a agenda recente de reformas. **Caderno de Pesquisa**, nº32, Campinas: NEPP/UNICAMP, 1998.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão Social do Trabalho Social**. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2ª edição, 1999, 417p.

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação** na idade da globalização e da exclusão; tradução de Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen, Lúcia M.E. Orth – e.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra** / Friedrich Engels; tradução B. A. Schumann; edição José Paulo Netto. - São Paulo: Boitempo, 2008. 388p.: il. -(Mundo do trabalho ; Coleção Marx-Engels) Tradução de: Die Lage der Arbeitenden Klasse in England

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**: as funções da previdência e assistência sociais – 6ª ed. – São Paulo : Cortez, 1991.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental. **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social**. 2012. Disponível em:

[http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/18\\_10\\_2018\\_14.13.27.33c67d71c92544cef1ec2111ffb1f0aa.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/18_10_2018_14.13.27.33c67d71c92544cef1ec2111ffb1f0aa.pdf) . Acesso em: 7 abr. 2018.

FRAGA, Paulo Denisar Vasconcelos. **A teoria das necessidades em Marx**. Da dialética do reconhecimento à analítica do ser social. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Julho de 2006. Disponível em:

<<[http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/278939/1/Fraga\\_PauloDenisarVasconcelos\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/278939/1/Fraga_PauloDenisarVasconcelos_M.pdf)>>. Acesso em: 20 fev.2019.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **A política social brasileira 1930-1964**: a evolução institucional no Brasil e no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE, 1983.

Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/digitalizacao/politica-social-brasileira-1930-%2064/politica-social-brasileira-1930-64-texto.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2021.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021. 169 p.: il. Disponível em: [http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/21.05\\_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v2.0.pdf](http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/21.05_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v2.0.pdf)

Acesso em: 05 jun. 2021.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. **A presença indígena em Florianópolis**.

Cartilha. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2018/12-dez/pres%20urbana%20flori.pdf> . Acesso em: 20 maio 2021.

GADOTTI, Fabio. Entrevista: Temos um grande número de ocupações irregulares em Florianópolis. ND +. 04 maio 2019. Disponível em: <https://ndmais.com.br/blogs-e-colunas/fabio-gadotti/entrevista-temos-um-grande-numero-de-ocupacoes-irregulares-em-florianopolis/>. Acesso em: 20 set. 2019.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Expressão Popular/ Perseu Abramo, 2016.

GORENDER, Jacob. **Brasil em preto & branco: o passado escravista que não passou**. São Paulo: editora SENAC, 2000. GRAMSCI, Antonio Francesco. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. v. 3. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.

G1 SC. População de Florianópolis atinge mais de meio milhão de habitantes, aponta IBGE. **G1. GLOBO**. 28 ag. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/08/28/populacao-de-florianopolis-atinge-mais-de-meio-milhao-de-habitantes-aponta-ibge.ghtml> . Acesso em: 29 ago. 2019.

G1 SC. Florianópolis registra 119 homicídios em 2018; veja faixa etária de vítimas e autores. **G1. GLOBO**. 04 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/01/04/florianopolis-registra-119-homicidios-em-2018-veja-faixa-etaria-de-vitimas-e-autores.ghtml> . Acesso em: 15 set. 2019.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. / David Harvey. – São Paulo: Annablume, 2005, (Coleção Geografia e Adjacências) 252 p.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução Jeferson Camargo. – São Paulo : Martins Fontes – selo Martins, 2014.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**. São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod\\_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf) . Acesso em: 07 abr. 2015.

HEINEN, Vicente Loeblein. PANORAMA DO MERCADO DE TRABALHO DE FLORIANÓPOLIS ENTRE 2012 E 2019. **Texto para discussão 045/2021**. Núcleo de Estudos de Economia Catarinense – NECAT- CSE – UFSC. Disponível em: <TD 045-2021.pdf - Google Drive> . Acesso em: 20 fev. 2021.

HELLER, Ágnes. **Teoria de las necesidades em Marx**. Traducido por J.F.Yvars. Ediciones Península, Barcelona, 1978. Segunda edición, 1986. Disponível em: <http://afoicecomartelo.com.br/posfsa/Autores/Heller,%20Agnes/Heller,%20Agnes%20-%20Teoria%20de%20las%20necesidades%20en%20Marx.pdf> > Acesso em: 20 set.2018.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2015.

IASI, Mauro. **Meta amor fases: coletânea de poemas**. 1.ed. - São Paulo. Expressão Popular, 2008.

IASI, Mauro. **Cinco Teses sobre a formação social brasileira**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 136, p. 417-438, set./dez. 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282019000300417&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282019000300417&script=sci_arttext&tlng=pt) . Acesso em: 14 fev. 2021

IEA – Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. **Os critérios para a definição da nova época geológica, o Antropoceno**. Notícias por Mauro Bellesa, publicado

02/05/2018, última modificação 03/08/2018. Disponível em:

<http://www.iea.usp.br/noticias/conversa-sobre-o-antropoceno> . Acesso em 20 dez.2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/panorama>. Acesso em: 5 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE - **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018** : primeiros resultados / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 69 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf> . Acesso em: 29 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de indicadores sociais** : uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020/ IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro : IBGE, 2020. 148p.: il. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf> . Acesso em 29 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **PNAD Contínua**. 2º trimestre 2019. pdf. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=downloads> . Acesso em: 24 ago. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2010. **Metadados**. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=128,-1,1,2,-2,-3&ind=4726> . Acesso em 20 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Produto Interno Bruto – PIB. **O que é o PIB**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pcb.php>. Acesso em: 20 abr. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios (2010). **Nota Técnica nº 1**. Brasília, maio de 2013. Disponível em:

[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=18171](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=18171) . Acesso em: 03 abr. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **O que é? – Índice de GINI**. Desafios do desenvolvimento. 2004. Ano 1. Edição 4 – 1/11/2004. Por Andrea Wolffenbüttel. Disponível em:

[https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28). Acesso em: 20 dez. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **O que é? IDH**. Desafios do desenvolvimento. 2008. Ano 5. Edição 39 – 25/01/2008. Por Jorge Luiz de Souza. Disponível em:

[https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2144:catid=28&Itemid=23](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2144:catid=28&Itemid=23). Acesso em: 20 dez. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Plano Brasil Sem Miséria**. Inovação no Setor Público. Apresentação do PowerPoint. ipeaLabGov. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/images/labgov/Inovacoes/cases/case-premio-18\\_4.pdf](https://www.ipea.gov.br/images/labgov/Inovacoes/cases/case-premio-18_4.pdf) . Acesso em: 03 abr. 2021.

JB NETO/ESTADÃO. Fotos. **Estadão Cidades**. 14 mar. 2017. Disponível em: <https://fotos.estadao.com.br/galerias/cidades,as-25-cidades-melhores-e-as-25-piores-para-envelhecer-no-brasil,30721> . Acesso em: 9 abr. 2019.

KRIEGER, Patrícia. Mesmo com a menor taxa do país, Santa Catarina registra aumento de 12% no desemprego. **ND + Economia**. Florianópolis. 16 maio 2019. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/desemprego-cresce-126-e-alcanca-277-mil-pessoas-em-santa-catarina/> . Acesso em: 13 set. 2019.

LARA, Ricardo. **História e Práxis Social**: introdução aos complexos categoriais do ser social. Bauru: Canal 6, 2017. (Projeto Editorial Práxis).

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. 5ª Edição - 2008

LONARDONI, Fernanda Maria. **ALUGUEL, INFORMALIDADE E POBREZA**: O acesso à moradia em Florianópolis. Dissertação de mestrado submetida ao programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, da Universidade Federal de Santa Catarina. 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/89573> . Acesso em: 15 fev. 2019.

LÖWY, Michael. **O golpe de Estado de 2016 no Brasil**. Blog da Boitempo. Publicado em 17/05/2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/17/michael-lowy-o-golpe-de-estado-de-2016-no-brasil/> . Acesso em: 19 abr. 2021.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, György. **Entrevista a Lukács**. Entrevistador Perry Anderson. (Selección y traducción: Josep Sarret). Publicado en El Viejo Topo (Madrid) Original: N. L. R. 1971. Disponível em <http://www.omegalfa.es> . Acesso em: 19 março 2015.

MACÁRIO, Carol. Mercado informal ganha espaço em Florianópolis. **ND + Economia**. 09 set. 2012. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/mercado-informal-ganha-espaco-em-florianopolis/> . Acesso em: 21 set. 2019.

MACIEL, Roelton. Justiça alerta governo de SC sobre superlotação e risco de soltura de presos. **NSC TOTAL – POLÍCIA**. 08 maio 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/justica-alerta-governo-de-sc-sobre-superlotacao-e-risco-de-soltura-de-presos> . Acesso em: 15 set. 2019.

MANDEL, Ernest. **Teoria Marxista do Estado**. Lisboa: Edições Antídoto, 1977.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. Introdução de Paulo Singer; tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. – São Paulo : Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

MARANHÃO, César Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, Ana Elizabete. (org.) **O mito da assistência social: ensaios sobre estado, política e sociedade**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARICATO, Ermínia. (org.) **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. Editora Alfa-Omega – São Paulo, 2ª edição, 1982. Coleção URBANISMO.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2017.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Rio de Janeiro,: Vozes; Buenos Aires: CLACSSO, 2000.

MARINI, Ruy Mauro / Roberta Traspadini, João Pedro Stedile (orgs). **Dialética da dependência**, 1973, p.137-180 – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2005. 304 p.

MARX, Karl. Cap. XXIII – A Lei Geral da Acumulação Capitalista. In: **O Capital: crítica da economia política /Karl Marx: apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe**. – 2. Ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas). p. 187 a 259.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política /Karl Marx: apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe**. – 2. Ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas). Volume 1 – Livro Primeiro, Tomo 2.

MARX, Karl. Cap. I. A Mercadoria. In: **O Capital: crítica da economia política /Karl Marx: apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe**. – 2. Ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas). p. 45 a 78.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução, apresentação e notas Jesus Ranieri. Título original: *Ökonomisch-philosophische Manuskripte, Marx- Engels Gesamtausgabe (MEGA)*, I, 2, Berlim: Dietz Verlag, 1982. Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Trad. Maria Antónia Pacheco. Lisboa: Avante!, 1993.

MARX, Karl. Cap. XXIV – A Assim Chamada Acumulação primitiva. In: **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas). p. 261-294.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes – 2.ed. – São Paulo : Expressão Popular, 2008.

- MARX, Karl. Seção VII – Os rendimentos e Suas Fontes. In: **O Capital**: crítica da economia política. 2. Ed. - São Paulo: Nova Cultural, 1984-1985 (Os economistas) p.271-280.
- MARX, Karl e ENGELS, Friederich. Manifesto do Partido Comunista. In: NETTO, José Paulo [organização]. **O leitor de Marx** – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. 503p. p.183 a p.216
- MENEZES, Cacau. Florianópolis vive epidemia de moradores. **NSC TOTAL**. 29 fev. 2018. Disponível em: <https://www.nscototal.com.br/colunistas/cacau-menezes/florianopolis-vive-epidemia-de-moradores-de-rua>. Acesso em: 17 set. 2019.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição** / István Mészáros; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo : Boitempo, 2011.
- MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.
- MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital** / István Mészáros ; [ tradução Francisco Raul Cornejo...[eta al.]. São Paulo: Boitempo, 2009. – (Mundo do trabalho)
- MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo, 2015.
- MISHRA, Ramesh. **Society and Social Policy: theories and practice of Welfare**. London: The Macmillan Press, 1981.
- MORAES, Livia de Cássia Godoi. **O “empoderamento” como prática política feminista: Fundamentos Históricos e Ideológicos**. Artigo apresentado na IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais, 2018. Disponível em: <https://www.sinteseeventos.com.br/site/iassc/GT6/GT6-07-Livia.pdf> . Acesso em: 21 dez. 2020.
- MOTA, Ana Elizabete. (organizadora) **O Mito da assistência social** : ensaios sobre Estado, política e sociedade. – 4.ed. – São Paulo: Cortez, 2010. 255 p.
- MOTA, Ana Elizabete. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.120, p.694-705, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/06.pdf> . Acesso em: 05 set. 2018.
- MOURA, Clovis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo. Editora Anita, 1994.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8ª ed., São Paulo: Cortez, 2011.
- NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. In: **Serviço Social Sociedade**. São Paulo, n.111, p.413-429, jul./set. 2012
- NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. In: Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **Revista em Pauta**, número 19 – 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/190/213>. Acesso em: 20 set. 2018.



NETTO, José Paulo. **O leitor de Marx**/ José Paulo Netto [organização]. – Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2012.

NETTO, José Paulo. **Prefácio**. O Mito da assistência social : ensaios sobre Estado, política e sociedade / Ana Elizabete Mota (organizadora). – 4.ed. – São Paulo: Cortez, 2010. p. 9-13.

OLIVEIRA, Francisco de. O VÍCIO DA VIRTUDE. Autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **NOVOS ESTUDOS**, 74, MARÇO 2006, p. 67-85. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. São Paulo – SP. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/nec/a/NZdtrpkH99L4r4zfbTN3Pw/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 15 fev. 2019.

OLIVEIRA, Joelma Alves de. **POLOP as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista. (1961-1967)**. Dissertação de mestrado em sociologia – Departamento de Pós Graduação da UNESP, Campus Araraquara, 2007.

ONU/BRASIL. Região metropolitana de Florianópolis ocupa 1º lugar em ranking de desenvolvimento humano. **ONU Desenvolvimento Sustentável**. 10 nov. 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/regiao-metropolitana-de-florianopolis-ocupa-1o-lugar-em-ranking-de-desenvolvimento-humano/>. Acesso em: 9 abr. 2019.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório Anual Pnud Brasil 2019** (Versão Final). Disponível em: <http://www.br.undp.org>. Acesso em: 20 dez. 2020.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2019**. Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Disponível em:

<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2019.html>. Acesso em: 20 dez. 2020.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2020**. A próxima fronteira: Desenvolvimento humano e o antropoceno. Disponível em: <http://hdr.undp.org>. Acesso em: 20 dez. 2020.

OSÓRIO et al. **PERFIL DA POBREZA NO BRASIL E SUA EVOLUÇÃO NO PERÍODO 2004-2009**. Brasília: IPEA, 2011. (**Texto para discussão 1647**). Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1647.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1647.pdf) . Acesso em: 14 fev. 2021.

OSÓRIO, Jaime. Sistema mundial e formas de capitalismo. A teoria marxista da dependência revisitada. *In: Revista Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, Vol. 07, n. 13, 2016 p.494-539. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/issue/view/1206/showToc>>. Acesso em: 20 set. 2018.

OSÓRIO, Jaime. FUNDAMENTOS DA SUPEREXPLORAÇÃO. *In: Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini/organizador: Niemeyer Almeida Filho.* – Brasília: Ipea, 2013. 233 p. : tabs. (p.49-70)

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder.** São Paulo: Expressão Popular, 2014.

OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). **Padrão de reprodução do capital: Contribuições da Teoria Marxista da Dependência.** São Paulo: Boitempo, 2012

OXFORD COMMITTEE FOR FAMINE RELIEF - OXFAM. Uma história de dois extremos. *In: Documento Informativo da OXFAM* – janeiro de 2020. TEMPO DE CUIDAR. O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Disponível em: [https://d2v21prk53tg5m.cloudfront.net/wp-content/uploads/2021/04/1579272776200120\\_Tempo\\_de\\_Cuidar\\_PT-BR\\_sumario\\_executivo.pdf](https://d2v21prk53tg5m.cloudfront.net/wp-content/uploads/2021/04/1579272776200120_Tempo_de_Cuidar_PT-BR_sumario_executivo.pdf). Acesso em: 20 dez. 2020.

PAIVA, Beatriz Augusto de. (organizadora). **Sistema Único de Assistência Social em perspectiva: direitos, política pública e superexploração.** – São Paulo : Veras Editora, 2014. – (Coleção coletâneas).

PAIVA, Beatriz; ROCHA, Mirela; CARRRO, Dilceane. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. **Revista Ser Social**, Brasília, v. 12, n. 26, p. 147-175, jan./jun. 2010.

PAIVA, Beatriz. Política social no capitalismo dependente superexploração da força de trabalho e a ofensiva conservadora. *In: 5º Encontro Internacional de Política Social 12º Encontro Nacional de Política Social.* Tema: “Restauração conservadora e novas resistências” Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017. Vitória: **Periódico Ufes**, 2017. 13 p. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/EINPS/issue/view/755>. Acesso em: 07 abr. 2019.

PEREIRA, Potyara A. P. – **Necessidades Humanas – subsídios à crítica dos mínimos sociais.** – 2ª ed. – São Paulo: Cortez, 2002.

PEREIRA, Potyara A. P. – Políticas Públicas e necessidades humanas com enfoque no gênero. *In: Sociedade em Debate*, Pelotas, 68 12(1): 67-86, jun./2006. Disponível em: <http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/viewFile/437/391>>> Acesso em: 12 set.. 2018.

PEREIRA, Potyara A. P. Degradação do trabalho e políticas sociais “ativas” na ordem neoliberal: aproximações ao caso brasileiro. **Revista Ser Social**, Brasília, v. 17, n. 37, p. 455-480, jul.-dez./2015. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/14257/12576](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14257/12576). Acesso em: 7 jul. 2021.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo.** Contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.

PERES, Lino Fernando Bragança. **LA PUNTA DEL ICEBERG: LOS “SIN-TECHO” EM LA REGION DE FLORIANÓPOLIS, SC.** Tesis para que se presenta para obtener el grado de doctor em urbanismo. CIUDADE UNIVERSITARIA, UNAM, MÉXICO, 1994. 437 p.

PORTAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS. MP e Florianópolis fazem acordo para regularizar ocupações. **CORREIO DE SANTA CATARINA**. Cidades. Florianópolis. 22 maio 2019. Disponível em: <https://www.correiosc.com.br/mp-e-florianopolis-fazem-acordo-para-regularizar-ocupacoes/> . Acesso em: 20 set. 2019.

PORTAL DESACATO. Desemprego em Florianópolis, o Brasil e a Pátria grande. Engarrafamento da ponte. **Desacato**. Florianópolis. 13/05/2019. Disponível em: <http://desacato.info/desemprego-em-florianopolis-o-brasil-e-a-patria-grande-escute-o-engarrafamento-da-ponte/>. Acesso em: 13 set. 2019.

REDAÇÃO HORA. Justiça determina interdição de ocupação no sul da ilha de SC em Florianópolis. **NSC Total – Cotidiano**. 13 set. 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/justica-determina-interdicao-de-ocupacao-no-sul-da-ilha-de-sc-em-florianopolis> . Acesso em: 17 set. 2019.

REDAÇÃO ND, FLORIANÓPOLIS. Área central de Florianópolis sofre com a quantidade de mendigos. **ND + Geral**. 28 jun. 2019. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/area-central-de-florianopolis-sofre-com-a-quantidade-de-mendigos/>. Acesso em 17 set. 2019.

REDAÇÃO ND, FLORIANÓPOLIS. MP cria força-tarefa-contras ocupações irregulares em Florianópolis. **ND +**. 16 maio 2019. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/mp-sc-realiza-forca-tarefa-contras-ocupacoes-irregulares-em-florianopolis/>. Acesso em: 20 set. 2019

REDAÇÃO NSC. Cai o número de desocupados nos três primeiros meses do ano em SC. **DC Cotidiano, Economia**. 17 maio. 2018. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/cai-o-numero-de-desocupados-nos-tres-primeiros-meses-do-ano-em-sc>. Acesso em: 17 set. 2019.

REDAÇÃO NSC. Pesquisa comprova que qualidade de vida é o diferencial de Florianópolis. **NSC TOTAL. Cotidiano**. 24 ago. 2018. Disponível em: <http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2018/08/pesquisa-comprova-que-qualidade-de-vida-e-o-diferencial-de-florianopolis-10547869.html>. Acesso em: 9 abr. 2019.

REDAÇÃO NSC. Custo de vida em Florianópolis aumenta 7,10% em 2016. **DC Cotidiano, Economia**. 4 jan. 2017. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2017/01/custo-de-vida-em-florianopolis-aumenta-7-10-em-2016-9111372.html>. Acesso em: 10 abr. 2019.

REDAÇÃO TSF. IBGE confirma que Floripa teve menor desemprego entre as capitais em 2018. **Tudo Sobre Floripa.com.br**. Economia e Negócios, Geral, Trabalho. Florianópolis, 25 fev, 2019. Disponível em: [http://www.tudosobrefloripa.com.br/index.php/desc\\_noticias/ibge\\_confirma\\_que\\_floripa\\_teve\\_menor\\_taxa\\_de\\_desemprego\\_entre\\_asa\\_capitais](http://www.tudosobrefloripa.com.br/index.php/desc_noticias/ibge_confirma_que_floripa_teve_menor_taxa_de_desemprego_entre_asa_capitais) Acesso em: 17 set. 2019.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. ENTRE A PANDEMIA E O PANDEMÔNIO. P.85-. *In: Capitalismo e a Covid-19*. CASTRO, Daniel, DAL SENO, Danillo, POCHMANN, Marcio, organizadores – São Paulo: 2020. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2020/05/LIVRO.CapitalismoxCovid19.pdf> . Acesso em: 19 abr. 2021.

SAFIOTTI, Heleieth. Emprego doméstico e capitalismo. Núcleo de Estudos de Gênero. Pagu . UNICAMP. **Coleção depoimentos**. 14º volume. Avenir Editora Limitada, 1979. Rio de Janeiro.

SALVADOR, Evilásio. Fundo Público e o Financiamento das Políticas Sociais no Brasil. 2012. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v.14, n.2, p. 04-22, jan/jun.2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/12263> . Acesso em: 18 fev. 2018.

SANTA CATARINA. SSP/SC – **Boletim Semanal de Indicadores nº 01** – 07.01.19. Disponível em: <http://www.ssp.sc.gov.br/index.php/component/content/article/9-uncategorised/492-relatorios-semanais?Itemid=437> . Acesso em: 25 ago. 2019.

SCHIMITZ, Paulo Clóvis. Ocupação Amarildo: ND cobriu com exclusividade invasão na SC 401, em Florianópolis. ND revelou e depois combateu a ocupação de área particular no Norte da Ilha. **ND + ANIVERSÁRIO**. 13 mar. 2019. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/ocupacao-amarildo-nd-cobriu-com-exclusividade-invasao-na-sc-401-em-florianopolis/> . Acesso em: 13 de set. 2019.

SCHINKE, Gert. **O golpe da “Reforma Agrária”**: fraude milionária na entrega de terras em Santa Catarina/ Florianópolis: Insular, 2ª ed. rev., 2017. 630 p.

SILVA, Lucilia Carvalho da. Reflexões sobre a relação: educação e pobreza. **Revista EDUC**-Faculdade de Duque de Caxias, vol. 03, n.º 1, jan-jun., 2016.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. In: **Revista Katálysis**. Florianópolis v. 12 n. 1 p. 41-49 jan./jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802009000100006/10236>. Acesso em: 5 mar. 2019.

SIMÕES, M. “Floripa – Brasil surpreendente”. jornalismo, leitura de bordo, Portugal, Presstrip, **Revista UP**, TAP Airlines Portugal Floripa Convention & visitors bureau. 10 jan. 2019. Disponível em: <http://www.floripaconvention.com.br/noticias/cidade-de-florianopolis-e-cap-a-da-revista-up/>. Acesso em: 9 abr. 2019.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE FLORIANÓPOLIS. Taxa de desemprego diminui, mas por aumento da informalidade que bate recorde. **Notícias**. 30 ago. 2019. Disponível em: [http://www.secfloripa.org.br/component/k2/item/499-taxa-de-desemprego-diminui-mas-por-aumento-da-informalidade-que-bate-recorde.html#\\_fChKjIU](http://www.secfloripa.org.br/component/k2/item/499-taxa-de-desemprego-diminui-mas-por-aumento-da-informalidade-que-bate-recorde.html#_fChKjIU). Acesso em: 21 set. 2019.

SUGAI, Maria Inês. **SEGREGAÇÃO SILENCIOSA**: Investimentos Públicos e Distribuição Sócio-Espacial na Área conturbada de Florianópolis. Tese apresentada ao curso de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo para obtenção do título de doutor. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. FAU-USP. 2002.

SUGAI, Maria Inês. Espaço e desigualdade. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v.19, n.2, p.224-231, jul./set.2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/6NyV5SpyBNGJXhDZym8ZhDP/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 10 abr. 2019.

THOMÉ, Leonardo. Jovens foram 43% das vítimas de homicídios em Florianópolis em 2018. **HORA DE SANTA CATARINA – Polícia**. 04 jan. 2019. Disponível em : <https://www.nsctotal.com.br/noticias/jovens-foram-43-das-vitimas-de-homicidios-em-florianopolis-em-2018>. Acesso em: 15 set. 2019.

TONET, Ivo. Ética e Capitalismo. *In: Presença Ética-2002-ANO 2-VOL. 2.docx*. Disponível em << <https://presenetica.wordpress.com/>>> Acesso em: 10 out.2019.

VERONEZE, Renato Tadeu. “**Liberdade ainda que tardia**”: Agnes Heller e a teoria das “necessidades radicais” frente à devassa da devassa brasileira. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21170>  
<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/21170/2/Renato%20Tadeu%20Veroneze.pdf>. Acesso em: 12 jun.2018.

WACQUANT, Loic. Crime e Castigo nos Estados Unidos: de Nixon a Clinton. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, 13, p. 39-50, nov. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/n13/a04n13.pdf> . Acesso em: 25 maio 2019.

WEISS, Cristian Edel. IBGE aponta aumento do índice de desemprego em Santa Catarina no primeiro trimestre. **DC Economia**. 16 maio 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/ibge-aponta-aumento-do-indice-de-desemprego-em-santa-catarina-no-primeiro-trimestre>. Acesso em: 13 set. 2019.

WESTPHAL, Vera Herweg. Diferentes matizes da idéia de solidariedade. *In: Revista Katálysis- Florianópolis* v. 11 n. 1 p. 43-52 jan./jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v11n1/04.pdf>. Acesso em: 8 out. 2019.

ZANFRA, Mary Kazue. **O SUAS e suas dimensões locais**: implementação do CRAS em Florianópolis (SC) e suas possibilidades em torno do desenvolvimento local e sustentável. Artigo de Conclusão de Especialização em Gestão Pública e Sociedade da UFT/SENAES/MTE/UNICAMP, 2012.